



**Atas do II Congresso de História do Movimento
Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal
06-07 de abril de 2015**

IHC-FCSH-UNL

Cátia Teixeira (Org.)

**Instituto de História Contemporânea da Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Lisboa, julho de 2018**

**Atas do II Congresso de História do Movimento
Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal**

Cátia Teixeira (Org.)

Jorge Fontes (Introd.)

Raquel Varela (Coord.)

**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa, julho de 2018**

**A reprodução de partes deste livro está autorizada para fins
académicos ou de divulgação desde que mencionada a fonte.**

A reprodução de partes deste livro está autorizada para fins académicos ou de divulgação desde que mencionada a fonte.

Atas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 06-07 Abril 2015, FCSH-UNL

Edição: Instituto de História Contemporânea

Revisão, Paginação e Design: Roberto della Santa, Grupo de Investigação em História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais do Instituto de História Contemporânea, FCSH-UNL, Lisboa

Este trabalho foi financiado com fundos da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

UID/HIS/04209/2013

ISBN: 978-989-98388-6-4

Capa: Mural do Bairro Alto

Foto: Roberto della Santa

Lisboa, Julho de 2018

Índice

<i>Introdução</i>	5
Por Jorge Fontes	
<i>A greve dos tecelões</i>	8
Por Ana Gaspar	
<i>Formas de precarização</i>	13
Por Elizardo Costa e Hermes Costa	
<i>O motim de 1935</i>	28
Por Adriano Constantino et. al.	
<i>Movimentos Sociais e Ação Coletiva</i>	46
Por Inês Tavares	
<i>Movimento sindicalista revolucionário</i>	59
Por João Marques	
«Agarra que é grevista»	74
Por João Lázaro	
<i>A Crítica das Esquerdas</i>	82
Por João Moreira	
<i>Os trabalhadores do estaleiro</i>	97
Por Jorge Fontes	
<i>As movimentações operárias</i>	105
Por José Cordeiro	
<i>Os Conselhos Operários</i>	136
Por José Rodrigues	
<i>Movimento Associativo</i>	150
Por Nuno Pinheiro	
<i>Sindicalismo, sexismo, separatismo</i>	164
Por Paulo Alves	
<i>Acumulação e Revolução</i>	178
Por Raquel Varela e Felipe Demier	
<i>Trabalho e ofensiva</i>	196
Por Ricardo Lara e Mauri Silva	
<i>Considerações Iniciais sobre Fundação Privada</i>	213
Por Tiago Reis	
<i>Resumos / Abstracts</i>	224
Por Autores	

Introdução

A presente publicação, das *Atas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, que ora se apresenta, obedece ao mesmo propósito geral que a atividade que lhe deu corpo: recuperar, revalorizar, investigar e divulgar a *outra* história, *i.e.*, daquilo que veio a ser chamado enquanto o «*movimento social como um todo*» (Karl Marx).

Esse ensejo prolonga-se, como testemunha, entretanto, a realização mesma do seguinte Congresso, em 2017, e a projecção de sua 4ª Edição, já para 2019. O significado particular, fundamental, desta, foi ter «confirmado», por assim dizer, o êxito do primeiro congresso, na medida em que assegura a sua continuidade e regularidade, tendo tido lugar aos dias 6 e 7 de abril de 2015, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.

A crise económica mundial de 2008, com o seu cortejo de destruição, criou, também, as condições globais para o regresso do «espectro do trabalho» à academia, processo tendencial em geral, cuja refração, cá em Portugal, encontra uma sua expressão na constituição deste Grupo de Investigação e Estudos sobre História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais (HGTCS) — criado em 2011 no seio do próprio IHC-FCSH-UNL.

Trata-se do primeiro grupo em Portugal de «história global» e, também, o primeiro grupo transdisciplinar de «história do trabalho» na universidade portuguesa nas últimas três décadas. Inspira-se na chamada «*Global Labour History*», desenvolvida por Marcel van der Linden e Jan Lucassen,¹ no seio mesmo do *Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis* (Amsterdam).*

A filiação à História Global do Trabalho não implica uma adesão a um “bem definido paradigma teórico” mas abre espaço ao desenvolvimento geral de uma “área de especialização”.² Possibilita a congregação de distintas escolas e de tradições, mesmo sem acordo com todas as premissas avançadas. Sublinha-se daí a heteronomia da composição da classe trabalhadora, o que

¹ Marcel van der Linden e Jan Lucassen, In: *Prolegomena for a Global Labour History* (Amsterdam: International Institute of Social History, 1999).

* Instituto Internacional de História Social Academia Real Holandesa. Atalho: <<https://socialhistory.org>>.

² Marcel van der Linden, In: *Workers of the World — essays toward a global labour history* (Leiden-Boston: Brill, 2008), v.6, tradução livre nossa.

acarreta consequências importantes, desde logo, um aumento de escopo cronológico, e uma nova atitude perante as tradicionais dicotomias como trabalho livre e não-livre, remunerado e não-remunerado, bem como organizações formais e in-formais etc. etc. Afirma-se uma abordagem transnacional, ou seja, internacionalista e *global*: renovada atenção deve ser dada às migrações laborais, às zonas de fronteira, ao assim-chamado «*Global South*», à composição feminina da força de trabalho, aos trabalhadores não-livres: estabelecem-se assim as bases para uma potencial história *unificada* do mundo dos trabalhadores à escala mundial, e, em múltiplas temporalidades.

Há cerca de meia centena de investigadores – sobretudo historiadores, mas também formados em Direito, Sociologia, Antropologia, Geografia, Serviço Social etc. – que conformam o principal polo académico de renovação de estudos do trabalho, organizando os mais relevantes eventos na área, incluindo o único congresso nacional de história do movimento operário e dos movimentos sociais em Portugal, que se realiza bianualmente na FCSH. Tem conseguido, no meio adverso, constituído pelos já conhecidos problemas económico-financeiros que afetam o ensino superior e a investigação científica, relevar a «questão social», o trabalho, nas suas múltiplas facetas, como um elemento central da contemporaneidade histórico política em curso.

O mesmo desiderato fundacional primício anima-nos hoje independentemente das formas particulares com que nos venhamos a revestir no futuro, pois o projeto mantém-se, *i.e.*, garantir a permanência de um espaço interdisciplinar, internacionalizado, de pesquisa e de divulgação da história do movimento operário e dos movimentos sociais. Estas actas, que agora se publicam, plasmam, testemunham, e perspetivam esse projecto histórico — *ora construído a muitas mãos*.

IHC-FCSH, Lisboa, julho de 2018

Por Jorge Fontes³, IHC-FCSH-UNL

³ Jorge Fontes é Doutor em História — Especialização em História Contemporânea pela UNL-FCSH — com tese sobre a «*História do Movimento Operário na Setenave (1974-1989)*», tendo aí usufruído de uma Bolsa da FCT. Investigador integrado do IHC, presentemente com um Bolsa de Pós-Doutoramento pela UE-IHC, participou do Projecto «*Shipbuilding and Ship Repair Workers: A Global Labour History (1950-2010)*», co-ordenado desde o International Institute of Social History (Amsterdão). Conta com diversas publicações e comunicações, sobretudo nas áreas da História Global do Trabalho, Indústria Naval e o Movimento Operário. E-mail: <fontes.jorge@gmail.com>.

1. A Greve dos Tecelões da Fábrica de Lanifícios de São Pedro do Areeiro

Ana Teixeira Gaspar, Historiadora do Concelho de Oeiras

“Este mês a opinião preocupou-se com o que se chamou ‘a greve de Oeiras’. Parecia realmente indecoroso que Lisboa, já civilizada, com teatro lírico e outros regalos de capital eminente, não tivesse esse mais chique social — a greve! Oeiras, com uma dedicação amável, forneceu-lhe tal elegância. Oeiras deu a greve. Os nossos estadistas puderam ter ocasião de comentar nossa última greve, e falar no terrível proletariado.”¹

Em Novembro de 1871, Eça de Queiroz em *Uma Campanha Alegre*, com o seu habitual estilo sarcástico, publicitava a greve de Oeiras, considerada como a primeira do país.

Efectivamente, a 13 de Novembro de 1871, 53 tecelões da fábrica de Lanifícios do Areeiro, em Oeiras, iniciam uma greve, protestando contra a diminuição do vencimento.

O proprietário, José Diogo da Silva, decide baixar os salários do seu pessoal para fazer face à concorrência estrangeira.

A redução é motivada pela alteração do salário. Em vez do salário semanal tabelado, os tecelões passam a receber em função do que produzem. E as contas são bem diferentes quando se compara a posição do patrão e a dos operários.

Eça de Queiroz explica: “há dois trabalhos essenciais no fabrico do lanifício: preparar a teia, o que leva uma semana, e produzir o tecido, o que gasta outra semana.”

José Diogo da Silva propunha-se pagar 4\$000 a cada operário mas somente na semana da produção do tecido, enquanto os trabalhadores propõem 3\$500 mas em todas as semanas.

De pronto, os tecelões nomeiam uma comissão para dialogar com o patrão demonstrando, assim, que sentem a necessidade de organização e de estruturas representativas que promovam a negociação, e que este inicialmente recusa receber.

Dez dias depois do início da greve, a 23 e 25 de Novembro de 1871, José Diogo da Silva faz publicar anúncios nos jornais para angariação de 46 tecelões, numa atitude manifesta de recusar a negociação com os seus operários.

A greve de Oeiras vai ser notícia nas páginas dos jornais da capital com sucessivas notícias, ora divulgando a posição do proprietário, ora com as justificações dos tecelões.

Alega também José Diogo da Silva que a fábrica está implantada em Oeiras onde o custo de vida é menos dispendioso que na capital.

¹ Eça de Queiroz, *Uma Campanha Alegre*, vol. I, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1979, p. 293.

Por seu turno, os operários reclamam que a vida em Oeiras é cara e que a redução salarial não lhes permite viver, sugerindo que a diminuição de salário fosse metade do que o proprietário impõe.

A greve de Oeiras extravasou os limites concelhios. A 2 de Dezembro de 1871, o *Jornal do Comércio* sugere que os grevistas estariam a ser utilizados por forças com propósitos políticos: “*Lastimamos a cegueira que os não deixa ver que estão servindo de instrumento a maquinações políticas, cuja direcção reprovamos, porquanto, mesmo na política, desadoramos a máxima depravada de que todos os meios são bons com tanto que se alcancem os fins*”, ou como a 19 de Dezembro², insinuando a participação de um estrangeiro, que nos leva a crer no envolvimento directo e activo de José Fontana, suíço de nascimento.

Já antes, a 23 de Novembro, o *Jornal do Comércio* acusa os tecelões de serem provenientes do mundo rural: “*se fizeram artífices de simples cavadores de enxada que eram*». No dia seguinte os operários fazem publicar no mesmo jornal a resposta: «*nenhum largou a enxada de cavador para vir para a oficina, tendo todos aprendido os preceitos da arte, conquanto não fosse desonra ser cavador*”³. Aliás, esta seria apontada como a razão que levava os tecelões a terem sido capazes de detectar a diminuição de salário pelo método que, então, o patrão queria empregar.

Mas não seria só aquele periódico a lançar provocações contra os tecelões de Oeiras. Também Manuel Pinheiro Chagas, em crónica de 29 de Novembro, sugere a ligação do movimento grevista português à Internacional, com propósitos iberistas⁴, o que leva os membros da comissão de greve a publicar esclarecimento a 29 de Janeiro de 1872⁵.

A greve de Oeiras gerou uma onda de solidariedade para com os tecelões em greve. Foram abertas diversas subscrições entre os operários da região de Lisboa, em especial de Alcântara, para auxiliar monetariamente os colegas em greve. Alguns jornais, como o *Diário de Notícias*, publicam os resultados das subscrições públicas que promovem.

² «Quando dantes se suscitava alguma questão entre os fabricantes e seus operários, não intervinham aí senão as pessoas directamente interessadas, agora existem uns tutores ou mestres, que põem dificuldades e iludem os que andam de boa fé. Entre esses mestres figura um estrangeiro, que esquece dos deveres que essa qualidade lhe impõe, para não se intrometer em assuntos que por via de regra são defesos aos estranhos. O estrangeiro que não gosta do sistema político do país onde vive, retira-se, e vai para outra parte; porém não forma parte de clubes que trabalhem por mudar a forma dos governos estabelecidos nos países onde são hóspedes», in *Jornal do Comércio*, de 19 de Dezembro de 1871.

³ Também Luís Teixeira de Vasconcelos afirma que a fábrica de José Diogo da Silva chegou a «empregar mais de 500 operários, na sua maioria vindos doutros centros industriais, tais como Covilhã, Arrentela, Portalegre, etc.» (Oeiras de Ontem, de Hoje e de Amanhã, p. 14)

⁴ *Eco Americano*, n.º 16, de 23 de Dezembro de 1871.

⁵ *O Trabalho*, n.º 5, de Fevereiro de 1872.

A Greve dos Tecelões

No Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas⁶, têm lugar várias reuniões com vista a auxiliar os colegas de Oeiras. No dia 4 de Dezembro, informava o *Diário de Notícias*: “cerca de 200 pessoas foram ontem de tarde ao Centro Promotor. O presidente expôs o fim da reunião. Muitas pessoas subscreveram para os operários de Oeiras. Outros levaram listas de subscrição”. Novamente a 10 de Dezembro: “hoje pelas 3 horas da tarde há reunião no Centro Promotor das pessoas que desejam auxiliar os operários da fábrica de Oeiras, que estão fora das oficinas”.

Para além dos locais já referidos, os donativos foram também enviados para a Associação de Tecidos, em Alcântara, e para a loja de drogas do Sr. Monteiro, na Boavista, em Lisboa.

Porém, é interessante verificar que os donativos mais avultados são provenientes dos operários de outras fábricas de lanifícios, numa clara manifestação de solidariedade.

A 18 de Dezembro de 1871, terminava a greve dos tecelões da fábrica de lanifícios de São Pedro do Areeiro, que durou um mês e seis dias, com a cedência dos tecelões e a admissão de todos os grevistas – mesmo os cabecilhas – na fábrica de lanifícios. Na altura, “a *filarmónica de Oeiras, composta de operários dali, percorreu à noite a vila, festejando o regresso dos seus companheiros à fábrica*”, anuncia o *Jornal do Comércio* de 21 de Dezembro.

Na prática perdida, a luta dos tecelões de Oeiras foi ganha em consciência de classe e solidariedade manifestada mesmo para lá do espaço regional em que se inseria. Fomentou o acelerar da desagregação do Centro Promotor⁷, revelando-se importantíssimo para o bom desfecho das inúmeras lutas que estalaram por todo o país no ano seguinte ao da greve de Oeiras.

⁶ Criado em 1852 por iniciativa dos regeneradores Rodrigo da Fonseca, Casal Ribeiro e Rodrigues Sampaio.

⁷ Quando a greve dos tecelões de Oeiras estala – a 13 de Novembro de 1871 –, o Centro Promotor não responde capazmente e a cisão acontece. A 21 de Novembro, a comissão administrativa do Centro Promotor é substituída por uma nova direcção de que fazem parte José Fontana e Costa Goodolphim entre outros.

De acordo com José Fontana, a falência do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas vai ser motivada pela greve de Oeiras: «Para ainda mais confirmar que o Centro Promotor lhes era inútil, veio a greve dos tecelões demonstrá-lo. (...) O Centro Promotor, a não ser a parte operária que o compunha e um ou outro indivíduo já inspirado nas ideias sociais, foi inteiramente indiferente a este acto dos seus associados» (citado por César Nogueira, *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, vol. I, p. 17).

No ano seguinte – em 1872 –, o Centro Promotor dá lugar a duas sociedades de resistência – a Associação Protectora do Trabalho Nacional e a Associação Fraternidade Operária.

A Fraternidade Operária possuía 1.350 membros, a 10 de Março de 1872, quando adere à Associação Internacional dos Trabalhadores. No final do mesmo ano, após a condução de cerca de 50 greves, atinge 30.000 associados.

Em Outubro de 1873, a Fraternidade Operária funde-se com a Associação Protectora do Trabalho Nacional na Associação 18 de Março e, a 10 de Janeiro de 1877, transformar-se-á no Partido Socialista. Três anos depois, mudará o nome para Partido dos Operários Socialistas em Portugal.

A Greve dos Tecelões

Seis meses depois, em Agosto de 1972, a Fábrica de Lanifícios de São Pedro do Areeiro volta a ser notícia dos jornais. Aproveitando os desacatos que tiveram lugar entre um grupo de tecelões e um maquinista, tido por homem *que “puxava muito para o patrão”*, o administrador do concelho, pressionado por José Diogo da Silva, intima oito operários a irem à sua presença. Rapidamente, esses tecelões reúnem sessenta colegas e, em conjunto, elaboram um documento que pretendem entregar à administração do concelho. Esta não recebe os tecelões e, em contrapartida, pede reforço policial a Lisboa, para auxiliar as 30 praças do destacamento de caçadores 5 estacionado na torre de São Julião que ocupam a vila de Oeiras. Chegam 50 lanceiros e 60 praças de infantaria n.º 1. No seguimento deste incidente, José Diogo da Silva despede 14 operários, seis dos quais haviam sido os “cabeças de motim” da greve do ano anterior. Então, tinha sido forçado a aceitar a admissão dos grevistas. Agora, de forma ardilosa, consegue despedir os elementos mais activos e reivindicativos dos seus trabalhadores.

Porém, a greve dos tecelões de Oeiras não morreu solteira. Ela provocou, como já foi afirmado, a solidariedade dos operários sobretudo da região de Lisboa, gerando um sentimento de espírito de classe, incentivador do associativismo e da criação de associações de resistência na luta por melhores condições de trabalho, e foi desencadeadora da desagregação do Centro Promotor e, conseqüentemente, responsável pelo desfecho positivo das inúmeras lutas operárias que tiveram lugar no ano seguinte.

Em Oeiras, em 1872, é fundada uma sociedade cooperativa de consumo com 50 associados com o nome de 19 de Dezembro, data do termo da greve; a 18 de Junho de 1876, é fundada a Associação de Socorros Mútuos de Oeiras e, no mesmo ano, a Associação Socialista 18 de Março, em homenagem à Comuna de Paris que tantas repercussões teve no movimento operário português⁸.

Assim, tudo nos leva a crer que a greve de Oeiras ultrapassou em muito o âmbito restrito de um conflito laboral, imprimindo uma certa consciência de classe, o que levaria os operários da região – e em particular, os da Fábrica de Lanifícios de São Pedro do Areeiro – a se agruparem em associações várias, tanto de carácter mutualista e artístico, como de resistência.

Mas se dúvidas tivéssemos sobre a relevância desta greve, bastar-nos-ia o facto de Eça de Queirós a ter apresentado com a sua saborosa escrita, apelidando-a, jocosamente, de “*esse chique social*”.

⁸ Segundo O Protesto, n.º 61, de Outubro de 1876, esta era uma das três associações de resistência existentes no distrito de Lisboa, situando-se as restantes em Alcântara e no Beato.

Bibliografia

Diário de Notícias, Novembro a Dezembro de 1871

Eco Americano, n.º 16, 23 de Dezembro de 1871

Jornal do Comércio, Novembro a Dezembro de 1871

Jornal da Noite, Novembro de 1871

O Protesto, 1876

O Trabalho, n.º 5, Fevereiro de 1872

ALVES, Ana Maria, *Portugal e a Comuna de Paris*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971

GASPAR, Ana Teixeira, *Apontamentos sobre A Greve dos Tecelões de Oeiras – 1871*, Câmara Municipal de Oeiras, 1991

GOODOLPHIM, Costa, *A Associação*, Lisboa, Seara Nova, 1974

LIMA, Campos, *O Movimento Operário em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1972

Memorial Histórico ou Coleção de Memórias sobre Oeiras, vol. I, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1982

NOGUEIRA, César, *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1964

José Fontana, a sua Vida e a sua Obra, Lisboa, Seara Nova, 1953

VASCONCELOS, Luís Teixeira de, *Oeiras de Ontem, de Hoje e de Amanhã*, Lisboa, Liga dos Interesses de Oeiras, s/d

2. Formas de precarização, aparatos regulatórios e seus impactos em dois *call centers* em Portugal e no Brasil

Elizardo Scarpati Costa, Professor da UFRGS/Brasil eliscarpati@hotmail.com e Hermes Augusto Costa, Professor da UC hermes@fe.uc.pt

1. Introdução

As relações laborais contemporâneas assentam recorrentemente em formas de trabalho precárias, não obstante os discursos (de patrões e governos) sobre as supostas virtudes de uma flexibilidade laboral. Neste texto analisamos uma dessas formas de trabalho – o trabalho em *call centers* – um situado no contexto laboral português e outro no brasileiro.

Na primeira seção identificam-se algumas modalidades de precarização observadas nos dois países. Parafraseando Ricardo Antunes, “houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, informal, subcontratado, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho” (Antunes, 1999: 209). Além disso, “a *nova morfologia* [do trabalho] compreende não só o operariado herdeiro da era taylorista e fordista, em relativo processo de encolhimento especialmente nos países do Norte (mas que seguem um movimento contrário em vários países do Sul, como China e Índia), mas incorpora também os novos proletários precarizados do mundo” (Antunes, 2013: 9).

Em segundo lugar, identificam-se os aparatos regulatórios existentes em Portugal e no Brasil e cuja missão é denunciar situações de precariedade e contribuir para as superar.

Finalmente, em resultado da pesquisa empírica realizada em dois *call centers* no setor das telecomunicações, percorrem-se alguns campos reveladores dos impactos da precarização na atividade dos operadores de atendimento telefónico e das reconfigurações das relações laborais no setor. A caracterização socioprofissional dos trabalhadores, o seu ambiente de trabalho, ou a dimensão associativa são alguns dos tópicos abordados.

2. Modalidades de precarização laboral em Portugal e no Brasil

A identificação de posições precárias e instáveis do campo laboral remete-nos para a noção *precariado*, o grupo que está a “puxar para baixo” a camada outrora mais “estável” da classe média nas democracias ocidentais (Estanque, 2012). Para Guy Standing (2009; 2011), trata-se de uma crescente legião de pessoas que circulam entre empregos inseguros e mal pagos,

que não sabem o que é segurança no trabalho, que não usam o título profissional para dizer o que fazem e que preenchem o vasto mundo da “economia informal” onde a palavra direitos está posta de parte. “Flexi-trabalhadores” ou “geração Y” (nascida depois de 1980) são apenas alguns dos rótulos de um novo precariado que usa uma linguagem nova – e novas formas de denuncia e ativismo, por via do email, sms, facebook, etc. – o que por vezes faz mesmo dela um “ciberproletariado” (Huws, 2003). Tais setores, com uma forte marca juvenil, passaram ao lado dos direitos formais de cidadania, afastando-se de uma relação de emprego padrão (Hewison, 2016). Não chegaram a afirmar “uma base material ou um estatuto ocupacional que lhe permita desenvolver o lazer e intervir politicamente”, ou seja, “o precariado não é livre, porque perdeu o sentido de segurança” (Standing, 2009: 314).

No caso português destacamos cinco modalidades de precarização: contratação a termo, recibos verdes, trabalho a tempo parcial involuntário, trabalho temporário e precariedade induzida pelo próprio Estado (Estanque e Costa, 2012; Soeiro, 2015: 118 ss.).

i) A contratação a termo é frequentemente utilizada fora das regras que a lei estabelece, designadamente para satisfazer necessidades permanentes das empresas. Embora se trate de um contrato formal de trabalho celebrado entre empregador e trabalhador, o contrato a termo está associado a situações de exceção face à modalidade contratual padrão – o contrato sem termo –, por sinal única modalidade respeitadora da norma constitucional da segurança no emprego (artigo 53º da Constituição da República Portuguesa).

ii) Aos recibos verdes tem estado associada o trabalho por conta própria ou o auto-emprego, que tem historicamente um peso significativo nos países do Sul da Europa. Mas um problema de fundo no panorama laboral português são os “falsos recibos verdes”, que abrem caminho a um mecanismo de ocultação de uma relação de dependência jurídica. Além disso, estão privados de subsídio de doença, de maternidade ou de desemprego, de direitos a férias ou de proteção em caso de despedimento.

iii) O trabalho a tempo parcial involuntário não tem em Portugal uma expressão tão intensa quanto noutros países da Europa. São sobretudo as entidades empregadoras quem mais beneficiou com esta modalidade contratual, que permite não apenas gerir de forma flexível a mão-de-obra, ajustando-a aos picos de produção ou às necessidades decorrentes da flutuação do mercado, mas também estabelecer remunerações em regra mais baixas (Soeiro, 2015: 121).

iv) O trabalho temporário. Esta modalidade permite o estabelecimento de uma relação triangular, pois entre o trabalhador e a empresa para a qual aquele trabalha, existe ainda uma terceira entidade que faz da cedência de mão-de-obra uma atividade lucrativa. Os defensores do trabalho temporário têm vindo a argumentar que se trata de uma forma moderna de gestão dos

Formas de precarização

“recursos humanos”, particularmente ajustada às características da economia flexível, da descentralização das empresas e da inovação tecnológica. Porém, na maioria dos casos, o trabalho temporário é vivenciado pelos trabalhadores mais como constrangimento do que como uma escolha.

v) *A precariedade assistida pelo Estado*. Incluem-se aqui estágios, bolsas e contratos de emprego inserção, atividades onde não se reconhece uma relação laboral.

No contexto brasileiro são também identificáveis modalidades de contratação atípicas, cujo objetivo é escapar ou modificar um “contrato padrão” associado a um sistema de segurança social, um processo de assalariamento formal, devidamente protegido pelo Estado e pelos mecanismos de negociação coletiva (Galvão, 2007). Isto é, “são tipos de contratos que permitem a adaptação das empresas às flutuações económicas, dispensando compromissos permanentes e custos com os seus empregados” (Krein, 2013: 169).

Apesar de na “era Lula” se terem formalizado milhões de empregos, no ano de 2011, os trabalhadores terceirizados no Brasil, representavam cerca de 25,5% do mercado formal de trabalho (DIEESE/CUT, 2011). Ou seja, os traços de informalidade e as modalidades de contratação atípica perpassam ainda o sistema de relações laborais brasileiro. Nas modalidades de contratação atípicas incluem-se múltiplas formas de contratação a termo: temporário, a prazo, safra (cuja duração depende das variações das atividades agrícolas), obra certa, setor público municipal, estadual e federal, menor aprendiz, avulso e primeiro emprego. Por sua vez, as formas de contratação atípicas podem repartir-se por cinco grupos: i) substituição eventual ou provisória de trabalho e trabalhos sazonais (exs: safra; temporário via agência de emprego; obra certa); ii) redução de custos e maior facilidade em despedir (exs: contrato temporário; primeiro emprego); iii) inserção de grupos vulneráveis (ex: inserção de jovens via contrato de aprendiz e primeiro emprego; pessoas com deficiência física); iv) prevenção de passividade laboral futura (ex: trabalho voluntário); v) servidores públicos não efetivos e contratos por tempo determinado nas esferas de governo (Krein, 2013: 176-177).

Por outro lado, Krein (2013: 181) destaca ainda a modalidade de contratação designada de “relação de emprego disfarçada”. Três exemplos: a) o trabalho de um médico que é avaliado não pela sua capacidade de melhorar a saúde do doente mas pelo número (critério quantitativo, portanto) de contratação ou recusa de contratação de determinados serviços, tipos de exames, etc.; b) os jornalistas que são contratados como *free lancers* e cuja remuneração fica dependente do tipo de matérias que realizam; c) e depois toda a lista de ocupações que atuam num quadro geral de grande flexibilidade, como é o caso dos trabalhadores das tecnologias de informação.

Os operadores de *call center* que foram objeto de estudo confrontam-se frequentemente com uma ou mais daquelas modalidades de contratação laboral.

3. Aparatos regulatórios

Que mecanismos regulatórios existem, então, para responder à precarização? No contexto português, adquire destaque a lei 63/2013 (de 27/08), nos termos da qual se criam condições para a “instituição de mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado”. Com efeito, em julho de 2013 uma iniciativa legislativa de cidadãos visava criar uma “lei contra a precariedade”. Apesar dessa iniciativa ter sido chumbada pelo Governo de então, a nova legislação – destinada ao reconhecimento de uma relação laboral em situações de falso recibo verde – seria aprovada por unanimidade.

A referida lei constitui um dado inédito no panorama português de combate à precariedade, pois dá início (no seu artigo 15º A) a um processo de reconhecimento de existência de contrato de trabalho perante a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) de situações de falso recibo verde, dando-se à entidade empregadora um prazo para regularizar a situação e celebrar contrato de trabalho remetendo para a data do início da relação laboral.

A lei 63/2013 constitui-se também como uma referência a ter em conta para os trabalhadores em *call centers*, onde são muito frequentes as situações de falso recibo verde. No entanto, em abril de 2016 o Sindicato dos Trabalhadores em *call center* (criado em abril de 2014) lançou uma petição *online* dirigida aos deputados da Assembleia da República. Tal petição – intitulada “O Trabalho em Call-Centers é uma Profissão de Desgaste Rápido!”¹ – visou sobretudo chamar a atenção para o facto de o trabalho em *call centers* não ser ainda reconhecido como uma profissão pelo que existe um vazio legislativo nesta matéria.

Por sua vez, no Brasil não existe propriamente uma regulamentação específica para a terceirização, apesar de algumas leis terem introduzido “a figura da relação trilateral, entendimentos jurisprudenciais incorporados por Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), projetos de lei em andamento no Congresso Nacional e propostas de lei elaboradas pela Secretaria de Reforma do Poder Judiciário do Ministério da Justiça (MJ), pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)” (Biavashi e Droppa, 2014: 137). Neste cenário, a Súmula 331 do TST confirmou-se como a principal referência jurídica no assunto. Ela estabelece que a contratação de mão-de-obra por empresa interposta é ilegal, à exceção do trabalho temporário, serviço de vigilância, conservação/limpeza e os serviços especializados ligados à atividade-meio da tomadora (Marcelino, 2008: 359). Com

¹ <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT74238> (consultada em 27.01.2017)

efeito, a Súmula 331 clarificou a terceirização no Brasil restringindo-a aos serviços não relacionados a atividades-fim das empresas. Por exemplo, nos *call centers* as atividades dos OP's são consideradas atividades-fim, o que significa que os operadores de *call center* (OP's) não podem ser subcontratados por uma empresa especializada em trabalho temporário.

Entretanto, em abril de 2015, os deputados da Câmara Federal aprovaram uma emenda do Projeto de Lei 4.330/04 que abre as portas para que as empresas possam subcontratar mão-de-obra de todos os tipos de serviços, incluindo a atividade-fim. Pela regra atual, segundo a súmula vinculante do TST, uma determinada empresa só pode subcontratar trabalho nas atividades-meio dos serviços, por exemplo, os trabalhadores/as que fazem os trabalhos de serviços de limpeza, geralmente são terceirizados.

No caso específico dos OP's, encontra-se pendente na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6875/13², que pretende regulamentar definitivamente a profissão de OP no Brasil, mas reafirmando o anexo II da NR 17 da CLT. De acordo com a proposta de lei, a jornada de trabalho desses profissionais não deve exceder as 36 horas semanais, sem possibilidade de variação, bem como incluídas duas pausas ininterruptas do trabalho diário, sem prejuízo da remuneração. Nesse sentido, a proposta proíbe a prorrogação do horário de trabalho se não for devidamente justificado. No caso de prorrogação, as partes deverão entrar em acordo até dez dias antes do início da prorrogação. O texto determina ainda que apenas mediante acordo ou convenção coletiva poderá haver modificações no horário de trabalho.

4. As telecomunicações, a pesquisa e os estudos de caso de dois *call centers*

Nesta secção enquadra-se o segmento das telecomunicações, dá-se conta dos procedimentos metodológicos que presidiram à investigação e sinalizam-se os principais traços de precarização na atividade dos operadores de atendimento telefónico.

4.1. O segmento das telecomunicações

O segmento das telecomunicações deve ser visto à luz das transformações ocorridas no sistema capitalista e do surgimento do modelo pós-fordista a partir dos anos 70 do século XX. Com efeito, o designado neotaylorismo ou toyotismo introduziu uma nova componente na engrenagem da reestruturação produtiva no mundo do trabalho no setor das telecomunicações, procedendo a uma readaptação do modelo de administração taylorista nas relações de trabalho no

² Cf <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=603098> (consultado em 27.01.2017)

capitalismo de hoje. A reedição desse modo de organização no trabalho afigura-se notória no segmento das telecomunicações no Brasil e em Portugal.

Note-se, no entanto, que o nosso objeto empírico – a atividade laboral em *call centers* – ocupa apenas uma posição periférica no setor das telecomunicações, estando, nessa medida, sujeita a condições de precariedade. Tipicamente, as empresas de *call centers* prestam serviços de teleatendimento, integrando as TIC's e os recursos humanos (força de trabalho) no processamento e na administração dos dados telefónicos das empresas com os clientes que querem aceder a um determinado tipo de serviço. Trata-se, pois, apenas de uma parte de um processo de divisão do trabalho mais amplo, tanto mais que o crescimento dos *call centers* está longe de ser um exclusivo do setor das telecomunicações.³ De resto, em distintos setores (eletricidade, gas, turismo, etc.), a atividade de *telemarketing* é associada à informática às telecomunicações, visando aperfeiçoar ações de *marketing* desenvolvidas pelos operadores (OP's) que recebem chamadas (*inbound*) para dar apoio a clientes ou realizam chamadas (*outbound*) de publicitação de produtos via telefone, existindo por vezes, alguns centros a videochamada. Neste cenário, cada posto de trabalho de atendimento é formado por um computador, um *headset*, partilháveis por todos os operadores via rede no grupo de trabalho (Roque, 2009). Está-se, assim, diante de uma interação entre clientes e empresas, ou seja, ante um processo de informatização da produção e da qualidade total do trabalho (Wolff, 1998), num ambiente de trabalho organizado pela racionalização do trabalho científico (Buscatto, 2002; Lechat e Delaunay, 2003;).

Na sua caracterização, os *call centers* envolvem atividades baseadas em baixos salários, horários flexíveis, condições precárias na qualidade de trabalho, alta rotatividade, eliminação dos tempos mortos entre as tarefas, aumento da velocidade e da execução dos trabalhos (Durand, 2004; Santos e Marques, 2006)⁴, mão de obra qualificada e incorporação de alguns princípios primordiais do taylorismo na organização do trabalho. Desta forma, podemos argumentar que tendencialmente as atividades de *telemarketing* não seguem o caminho da profissionalização dos OP's, devido ao pouco tempo de permanência desses trabalhadores/as no emprego, facto que dita, inclusive, a existência de baixos índices de sindicalização. Por esse facto, empresas de *call*

³ Em termos gerais, o fenómeno dos *call centers* tem crescido tanto em Portugal como no Brasil. Salvaguardando a dimensão dos dois países, estima-se que em Portugal sejam de 55.000 o nº de trabalhadores em *call centers*, um valor superior ao nº de médicos, advogados ou docentes do ensino superior (Visão, 2.06.2016). No Brasil, estima-se que mais de 1,4 milhões de pessoas trabalham em *call centers*, na qual se incluem a 2ª e 3ª maiores empregadoras privadas brasileiras (Braga, 2014: 34).

⁴ A standardização do trabalho nos *call centers* é complementada por um conjunto de regras que visam determinar certos comportamentos e uma disciplina para o trabalho. As interdições referem-se a comer, fumar, conversar, fazer ou receber ligações no trabalho e sair do seu posto de atendimento; em algumas empresas, chega-se a exigir pedido formal para se ir ao WC.

centers não oferecem garantias de progressão continuada na carreira profissional dos OPs (Antunes e Braga, 2009; Braga, 2014) e a “descartabilidade” da força de trabalho dificulta a construção de pertencas de classe (Nogueira, 2006; Sennett, 1999).

4.2. A pesquisa empírica realizada

A motivação de partida que norteou a pesquisa em que este artigo se baseia⁵ foi a de captar as percepções que os operadores de *call center* têm dos processos de trabalho no setor das telecomunicações. A pesquisa assentou na aplicação de entrevistas semi-estruturadas (antecedidas de entrevistas exploratórias) e de inquéritos a operadores de *call center* (OP's) portugueses e brasileiros em duas empresas situadas em duas cidades de média dimensão (com uma população que varia entre 100.000 habitantes, no caso português) e 170.000 habitantes, no caso brasileiro). Num total de doze entrevistas realizadas em Portugal entre maio e julho de 2013, oito foram semi-estruturadas e quatro exploratórias. Por sua vez, no Brasil realizaram-se, entre outubro e dezembro de 2013, igualmente 12 entrevistas (3 exploratórias e 9 semi-estruturadas).⁶

O guião de entrevista estruturou-se em quatro blocos de questões: i) *caracterização socioeconómica*: trajetórias pessoais, profissionais e expectativas, com o intuito de obter o percurso profissional e pessoal de cada entrevistado e fazer sua caracterização socioeconómica; ii) *caracterização socioprofissional*, no sentido de ir identificando situações de precarização, fragmentação e flexibilização associadas às atividades profissionais. Pretendeu-se, assim, traçar uma ligação com a profissão de atendente de *telemarketing* com essas novas dinâmicas sociolaborais oriundas do capitalismo global; iii) *saúde e ambiente de trabalho*, tendo em conta a necessidade de abordar a problemática da qualidade do ambiente de trabalho que a empresa, nas suas narrativas, disponibiliza aos trabalhadores/as e ao mesmo tempo procurando saber o grau de salubridade desse tipo de atividade e os impactos na vida desses/as trabalhadores/as; iv) *dimensão associativa*, com o propósito de obter uma melhor percepção da relação dos trabalhadores com o sindicato da sua categoria e captar o tipo de impacto produzido pelo sindicato na vida dos trabalhadores.

Em complemento à realização de entrevistas, foram aplicados inquéritos *online* aos OP's nos dois países com base no sistema *LimeSurvey*. Assim, em Portugal foi remetido um inquérito

⁵ Para uma análise aprofundada da pesquisa realizada e aqui apenas parcialmente sistematizada, cf. Costa (2014).

⁶ As entrevistas semi-estruturadas foram selecionadas aleatoriamente e agendadas diretamente com os OP's à porta das empresas de *call centers*. Na verdade, quando os trabalhadores terminavam o seu expediente de trabalho foram convidados a colaborar na pesquisa concedendo uma entrevista.

para 490 endereços de email de OP's e no Brasil para 570 endereços de email. Em ambos os casos, a recolha dos endereços de email foi feita previamente junto dos OP's à porta do *call center*.

A população de amostragem em Portugal e no Brasil variou entre cerca de 700 e 800 OP's respetivamente. Em Portugal obtiveram-se 160 respostas aos inquiridos (ou seja, 33%), ao passo que no Brasil se obtiveram 145 respostas (ou seja, 26%). Ainda que fosse desejável uma representatividade maior – que não se registou porque muitos inquiridos evidenciaram ainda uma cultura de medo” (Silva, 2012) associada a um possível perda de emprego –, a percentagem de resposta obtidas foi significativa, facto que nos permitem retirar importantes conclusões, tanto mais que os dados recolhidos reforçam também os conteúdos obtidos pela realização das entrevistas e permitem traçar alguns cenários sobre os estudos de caso.

4.3. Dois call centers em análise

Numa alusão simbólica à situação de crise europeia em que Portugal foi particularmente atingido (em especial entre 2009 e 2015), em contraste com uma situação mais desafogada economicamente registada no Brasil (não obstante a instabilidade que, entretanto, viria a marcar o segundo mandato da presidente Dilma, designadamente com a crise política provocada pelo processo de *impeachment*), os dois *call centers* foram classificados, respetivamente, de *call center Triste Fado* (CCTF) e de *call center El Dorado* (CCED). Na verdade, a análise do ambiente de trabalho centrado num mesmo objeto empírico – os *call centers* – não poderia deixar de ser conjugado com as trajetórias distintas das duas economias. Por outro lado, de modo a dispormos de uma análise passível de comparação entre os dois *call centers*, não poderíamos deixar de salvaguardar, em ambos os casos, a escolha de cidades de dimensão semelhante (como foi referido acima).

4.3.1. Caracterização socioprofissional: formação, condições e organização do trabalho

Constatou-se ser elevada a percentagem dos OP's que consideram a formação inicial desadequada à atividade laboral nos *call centers*. Isso revelou-se particularmente evidente no CCTF, onde 55% dos inquiridos assinalaram essa desadequação, sendo ainda notório que essa desadequação aumenta para 70% quando o OP é detentor de uma licenciatura (graduação), o que ocorre com 36% do OP's. No caso brasileiro, embora 37% os OP's do CCED também considerem que a formação inicial não corresponde à atividade que realizam, constata-se que 44% deles, distintamente do caso português, dizem dispor de competências adequadas. Isso se

Formas de precarização

explica em parte por ser consideravelmente menor no CCED o número de operadores com formação superior concluída (apenas 15%).

Em segundo lugar, a instabilidade laboral é uma imagem de marca. Assim, nos últimos três anos, no CCTF 56% dos OP's tiveram pelo menos um emprego diferente, 20% mudaram de emprego duas vezes e 9% três vezes. Por sua vez, no CCED, 40,7% tiveram um emprego diferente, 25% mudaram duas vezes de emprego e 11% mudaram três vezes de emprego. Ainda assim, no caso brasileiro notou-se uma “pequena estabilidade” pois 18,6% mantiveram a mesma atividade nos últimos três anos.

Em terceiro lugar, a autonomia do OP em ambos os *call centers* revelou-se muito limitada ou quase inexistente. Desde logo porque são as chefias/supervisão quem define os horários de trabalho (em 51% dos casos no CCTF e em 57,5% dos casos no CCED), o mesmo sucedendo com o controlo dos tempos de trabalho, assegurado maioritariamente pela gerência (em 68% dos casos no CCTF) ou no ato de fazer *log in* (em 42,5% dos casos do CCED).

Consequentemente, ainda que os salários possam variar consoante se trate de uma atividade do tipo *inbound* ou do tipo *outbound*, eles são em geral baixos. Assim, no caso português, 43% dos OP's do CCTF recebem entre 500 (cerca de 1.700 reais) e 700 euros (cerca de 2.400 reais) e 33% recebem até 500 euros, ao passo que no CCED os OP's recebem em média 600 reais (pouco mais de 200 euros).

Por fim, também os horários de trabalho podem ser prolongados, em especial no CCTF português. Aqui os OP's trabalham em média 30,33h (part-time), ainda que 41,8% se aproximem das 40h ou mesmo mais, ou seja, prolongam o trabalho para atingir metas. Por sua vez, no CCED apenas 22,5% prolongam os horários de trabalho e quase 60% nunca prolongaram o horário de trabalho, o que, de certo modo, se pode articular com o facto de apresentarem uma menor rotatividade laboral que lhes confere também uma maior rotinização em matéria de horário de trabalho. Os seguintes depoimentos (baseados em pessoas *reais* ainda que com nomes *virtuais*) expressam o retrato do que se passa em matéria de horários.

Sim, acontece muitas vezes vir mais cedo. Eu entro por volta da uma hora da tarde e venho para cá às onze da manhã (...) há coisas que durante o dia não dá para fazer, por exemplo, ligar para a linha de ativações e controlar as tuas vendas. Se o fizeres no teu horário de trabalho estás a perder tempo em que poderias estar a vender, mas quase só eu faço isso, eles não me pagam diretamente, mas é compensatório por ser mais eficaz nas vendas. No último Sábado de cada mês vimos sempre trabalhar (...) é tempo essencial para completarmos as nossas

Formas de precarização

vendas. Se fizeres as contas acabo por trabalhar mais do que as quarenta horas semanais, se fizeres as contas uma hora a mais por dia são cinco horas semanais e se fizeres seis horas a um sábado são mais doze horas por mês (Entrevista a Virgínia, OP outbound da empresa CCTF, 16 de abril de 2013).

Não é muito frequente prolongar o horário de trabalho. Só quando tem algum caso especial com empresa matriz ai eles pedem para ficar um pouco mais e é pago em horas extra. Como eu «deslogo» numa hora de muito fluxo de clientes, ao meio dia, então pode acontecer de ter que ficar até 14 horas ou 14h20 da tarde. Nesses casos eles pedem para ficar duas horas a mais e ai é 75% de hora extra (Entrevista a André, OP inbound da empresa CCED, Brasil, 23 de agosto de 2013).

4.3.2. Ambiente de trabalho: percepções e dinâmicas de interação

A percepção do trabalho fornece-nos informação sobre o sentido que os OP's atribuem ao conteúdo do que realizam. Em geral, constata-se, no caso do CCTF português, que 23,5% classificam o trabalho como monótono e rotineiro, havendo igualmente (em especial no caso dos OP's *inbound*) vigilância apertada sobre o tempo médio de atendimento (TMA) das chamadas. Além disso, em quase 70% das situações são pressionados a alcançar metas. Num registo algo convergente, no CCED denota-se uma forte individualização (apesar da retórica empresarial sobre o trabalho em equipa), não obstante 28,8% dos OP's dizerem que há harmonia no ambiente de trabalho.

Você acaba por cair na rotina embora os clientes variem muito. Às vezes você pega um cliente bem-humorado que te levanta o astral, outras vezes um cliente nervoso que acaba te deixando estressado, ou um cliente chato que te deixa desanimado (André, OP inbound da empresa CCED, Brasil 23 de agosto de 2013).

É um controle individual e coletivo. Individual porque sou eu que faço o atendimento. Coletivo porque faço parte de uma equipa que responde a um supervisor e, supostamente, há resultados de equipa. (Entrevista a João Antunes, OP inbound da empresa CCTF, Coimbra 5 de maio de 2013).

Formas de precarização

As dinâmicas de interação são também um importante componente de um processo de identificação social no trabalho (Velo, 2007) que de certa maneira pode ajudar a compensar a monotonia assinalada no ponto anterior. Assim sendo, tanto no caso do CCTF (em 76% dos casos) como no CCED (em 62% dos casos), as relações com os colegas de trabalho são vistas como muito positivas.

A relação com os colegas de trabalho é boa e não existe competição entre nós, absolutamente nenhuma, pois não há patamares a alcançar (Entrevista a João Antunes, OP inbound da empresa CCTF, 5 de maio de 2013).

Falo muito com os colegas para tirar dúvidas, geralmente com os colegas do lado, pois demora sempre quando chamamos alguém para ajudar (Entrevista a Mariana, OP inbound da empresa CCTF, 2 de junho de 2013).

O ponto anterior remete para a questão da satisfação no trabalho, associada à realização profissional. Se é certo que as dinâmicas de interação com colegas são úteis para “tocar o barco para a frente”, isso não se traduz em realização profissional. Na verdade, para 69% dos OP’s portugueses há pouca (51%) ou nenhuma (18%) realização profissional, pelo que o trabalho é visto como uma alternativa ou escapatória. De igual modo, quanto aos OP’s brasileiros do CCED, apesar de afirmarem ter uma boa relação com as chefias, 60% deles dizem-se insatisfeitos com as condições de trabalho, o que se reflete em baixos índices de motivação.

Se eu estivesse satisfeito não estaria buscando algo maior mesmo dentro da empresa. Então não estou satisfeito. Porque eu quero ganhar mais e ter um cargo melhor! (...). Ainda quero realizar novas coisas aqui dentro da empresa, quero buscar sempre mais, que é o que eu sempre faço na minha vida (Entrevista a André, OP inbound da empresa CCED, Brasil 23 de agosto de 2013).

Não, de maneira nenhuma, não estou satisfeito. Além disso, não há nenhum tipo de apoio psicológico e devia existir, ou seja, não há nenhum tipo de mecanismo de compensação face ao desgaste que este trabalho implica e, a meu ver, isso poderia ser feito de uma forma muito simples, pois não deve custar muito à empresa subir um pouco os salários,

Formas de precarização

melhorar as condições de trabalho, etc. Com um bom ambiente de trabalho e com uma boa organização todos têm a ganhar, dificilmente a empresa teria muito a perder (Entrevista a João Antunes, OP inbound da empresa CCTF, 5 de maio de 2013).

4.3.3. A dimensão associativa

Como é sabido, o papel da ação coletiva constitui uma forma possível de reclamar direitos, combater lógicas de individualização e, quiçá, sensibilizar a opinião pública para o tipo de problemas que atravessam certas atividades laborais. A filiação nas tradicionais estruturas de representação de trabalhadores – os sindicatos – merece aqui uma atenção especial. E deve dizer-se que não deixa de ser surpreendente a existência em ambos dos *call centers* de trabalhadores sindicalizados. No caso brasileiro do CCED isso é mais evidente, com uma percentagem bastante expressiva de 47% de sindicalizados. Mas igualmente no caso português, os 24% de OP's que se dizem sindicalizados não deixa de constituir uma surpresa, quer porque supera a taxa de sindicalização média em Portugal (que ronda os 19%), quer porque não há tradição de organização sindical de trabalhadores precários neste país (Costa, 2015; Estanque, Costa e Silva, 2015).

Só que entre o “ser sindicalizado” e o “sentir a força” do sindicato vai alguma distância. Assim, na linha de estudos anteriores sobre o sindicalismo português (Costa, 2014; 2015), parece existir uma contradição entre ser-se filiado e a eficácia da ação sindical. Daí que seja muito expressiva (46%) a opinião dos OP's do CCTF que considera inadequada a ação do sindicato, ao passo que no CCED esse valor baixa para 33%, embora se possa considerar também relevante.

Em decorrência do ponto anterior, embora 31% dos OP's do CCTF atribuam um sentido positivo à ação do sindicato na segurança no emprego e na obtenção de melhores salários e condições de trabalho, mais significativo é o facto de 46% dos inquiridos evidenciarem indefinição, pois nem concordam nem discordam que o sindicato tenha um papel relevante a esse nível. Já no CCED, o que merece realce é o facto de ¼ dos inquiridos considerar que o sindicato é fulcral e que sem o sindicato as condições seriam muito piores, motivo pelo qual quase 40% dos OP's do CCED consideram que se ganharia em fazer parte do sindicato. No caso português, esse valor de opiniões é aproximado, embora seja encarado por 43,5% dos operadores como positiva a possibilidade de pensar em alternativas à atuação sindical, sobretudo porque os sindicatos não estão tão “formatados” como as organizações de trabalhadores precários para defender trabalhadores como os dos *call centers* que vivem em contexto de recorrente instabilidade.

5. Conclusão

Como procurámos demonstrar, o trabalho em *call centers* parece conviver melhor com processos de padronização comportamental e uniformização de procedimentos “por baixo”, do que propriamente em conceder espaço à criatividade humana e à dignificação do trabalho.

Os dois estudos analisados acolhem uma mão-de-obra jovem (masculina e feminina), qualificada mas globalmente precária. Por outro lado, não se desvaneceu o velho modelo de administração taylorista nas relações de trabalho, muito distante da estabilidade no trabalho e pautado por um discurso empresarial que, apesar de valorizar o trabalho em equipa, na prática pressiona cada trabalhador, numa lógica individualizante, a alcançar metas. Em terceiro lugar, constata-se que a retórica “inclusiva” associada à expansão das novas TIC’s não anulou a persistência de velhas clivagens (como trabalho manual *versus* intelectual) e hierarquizações no contexto da atividade laboral, pois a tão aclamada horizontalização do trabalho não diminuiu as hierarquias no ambiente de trabalho, embora se tenha criado a ilusão de que o trabalhador/a agora é um colaborador/a, ao invés de um simples empregado (com muito pouca autonomia) que vende sua força de trabalho para a empresa. Por fim, mesmo com uma surpreendente presença sindical no setor, a vertente associativa sindical enfrenta desafios importantes que vão desde o seu reconhecimento enquanto instância de representação laboral à renovação das suas práticas.

Em síntese, o CCTF e o CCED estão longe de espelhar realidades muito distintas. Conclui-se que o cenário português se afigura nebuloso atendendo ao campo laboral do nosso estudo de caso, implantado pelos trilhos deixados pela crise económica mundial. No caso brasileiro é notório que a satisfação e realização supostamente inerentes a um “El dorado” não passam de uma fachada, fazendo com que os contextos económico, social e emocional em que decorrem as atividades dos OP’s apresentem maiores semelhanças do que à partida seria expectável.

Bibliografia

- Antunes, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Ed. Cortez, 1999.
- Antunes, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Coimbra: Almedina, 2013.
- Antunes, Ricardo; Braga, Ruy (orgs.). *Infoproletários: Degradação Real do Trabalho Virtual*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.
- Biaviaschi, Magda Barros; Droppa, Alisson. “A dinâmica da regulamentação da terceirização no Brasil: as súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, os projetos de lei e as decisões do Supremo Tribunal Federal”. *Política & Trabalho*, João Pessoa, 41, p. 121-145, 2014.

Formas de precarização

- Buscatto, M. “Les centres d’appels, usines modernes? Les rationalisations paradoxales de la relation téléphonique”. *Revue sociologie du travail* v. 44, n. 1, p. 99-117, 2002.
- Braga, Ruy. “Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do *call center*”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 103, p. 25-52, 2014
- Costa, Elizardo Scarpati. *A hegemonia do capital nas atlanticidades telecomunicativas: O trabalho e o social na era da informação* (Tese de Doutorado em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo). Coimbra: Faculdade de Economia, 2014.
- Costa, Hermes Augusto. “O sindicalismo em questão em tempos de austeridade”. In: R. V.Oliveira, M. A. Bridi e M. Ferraz (orgs.), *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014, p. 183-210.
- Costa, Hermes Augusto. “Le syndicalisme portugais et l’austerité: entre la force des protestations et la fragilité des alliances”, *Relations Industrielles/Industrial Relations*, 70 (2): p. 262-284, 2015.
- DIEESE/CUT . “Terceirização e Desenvolvimento: Uma conta que não fecha” (setembro), [consultado 22 Maio 2016]. Disponível em http://www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf., 2011.
- Durand, J-P. *La chaîne invisible travailler aujourd’hui: flux tendu et servitude volontaire*. Paris: Seuil, 2004.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto. “Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais”. In: S. F. Casaca (org.), *Mudanças laborais e relações de gênero: novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 165-203.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto; Silva, Manuel Carvalho. “O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica”. In: A. Freire (org.), *O futuro da representação política democrática*. Lisboa: Nova Vega, 2015, p. 119-142.
- Galvão, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- Hewison, Kevin. “Precarious work”. In: S. Edgell et al (eds.), *The sage handbook of sociology of work and employment*. London: Sage, 2016, p. 428-443
- Huws, Ursula. *The making of a cybertariat: virtual work in a real world*. New York: Monthly Review Press, 2003.
- Krein, José Dari. “As formas de contratação: flexibilidade”. In: KREIN, José Dari Krein et al (orgs.), *Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 167-186.
- Lechat, N.; Delaunay, J. C. *Les centres d’appels: un secteur en clair-obscur*. Paris: L’Harmattan, 2003.
- Marcelino, Paula Regina Pereira. *Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil* (tese de doutorado em Sociologia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- Nogueira, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução — um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Formas de precarização

- Roque, Isabel. *As linhas de montagem teleoperacionais no mundo dos call centers: um retrato local numa moldura transnacional*. (Tese de Mestrado em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo). Coimbra: Faculdade de Economia, 2009.
- Santos, Maria João; Marques, Ana Paula. “O caso dos call centers: organização do trabalho e atitudes face ao trabalho e emprego”, *Sociologia - Problemas e práticas*, Lisboa, 52, p. 67-86, 2006.
- Sennet, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Ed. Record: Rio de Janeiro, 1999.
- Silva, Manuel Carvalho. *Vencer o Medo - Ideias Para Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2012.
- Soeiro, José. *A formação do precariado: transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal* (Tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo). Coimbra: Faculdade de Economia, 2015.
- Standing, Guy. *Work after globalization*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2009.
- Standing, Guy. *The precariat. The new dangerous class*. London: Bloomsbury, 2011.
- Veloso, Luísa. *Empresas, Identidades e Processos de Identificação*. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2007.
- Wolff, Simone. *Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos Programas de Qualidade Total*. Tese de mestrado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

3. O motim de 1935

Adriano Constantino*

Luís Rendeiro*

Tiago de Oliveira Alves*

Inês Grandela Lourenço*

***Investigadores do Centro de Estudos e de Defesa do Património da Região de Peniche**
patrimoniumpeniche@outlook.com

Introdução

O motim de 1935 marcou a comunidade piscatória de Peniche na primeira metade do século XX e ficou para a História como a “Revolta dos Mestres” ou “das espoletas”. Este acontecimento faz parte da memória coletiva da comunidade piscatória penicheira, sobretudo dos que vivenciaram ou ouviram o testemunho de familiares.

Num primeiro momento faz-se o enquadramento dos acontecimentos do motim na realidade nacional e local, trazendo novos dados para a compreensão da História local na época contemporânea.

Posteriormente procede-se à análise dos números desta revolta popular, nomeadamente do número dos pescadores, mestres e armadores implicados no processo que deu origem ao motim. Sem esquecer os dados relativos à migração para a então vila, números que resulte apenas das inscrições marítimas na capitania de Peniche.

Finalmente, através dos relatórios das autoridades e da imprensa foi possível estabelecer à cronologia dos acontecimentos e acompanhar os desenvolvimentos que culminaram no levantamento popular de uma comunidade inteira.

As razões que estiveram na origem do motim foram apenas de natureza económica e social de uma comunidade dependente da pesca? Terá o ambiente político contribuído para o despoletar desta revolta? Existiu ou não a participação de elementos ligados às células comunistas instaladas na região? Terão sido eles os agentes da revolta ou tiraram partido da situação para agir contra o regime autoritário?

Metodologia do estudo

Para a elaboração deste estudo procedeu-se à consulta de diversas fontes e arquivos. O Arquivo Histórico da Marinha, de forma a investigar a classe marítima inscrita em Peniche que esteve envolvida nos acontecimentos, nomeadamente a sua origem e o número de penas aplicadas. O Arquivo Salazar, sobretudo os relatórios das forças de segurança dos acontecimentos e antecedentes do motim de 13 de novembro de 1935, sendo complementado com o Fundo do Ministério do Interior e Arquivos Municipais, com ajuda do Sr. Fernando Engenheiro.

A imprensa da época foi analisada e, embora os acontecimentos daquele dia tenham sido silenciados, foram recolhidas informações pertinentes. Neste ano não existia nenhum jornal local, mas a imprensa nacional fez algum eco sobre as espoletas. Por fim, procedeu-se à recolha de informações orais, com os depoimentos de familiares dos intervenientes neste motim.

Contexto político do país

Em meados da década de 30 do século XX, o Estado Novo estava em clara ascensão para se tornar na mais longa ditadura – pessoal – da Europa. A emergência política – e definitiva – de Salazar, na condução da pasta das finanças do país em 1928 e na tomada de posse da presidência do conselho em Julho de 1932, abriu espaço para essa transição entre uma junta militar governativa, que vigorava desde 1926, para o Estado Novo, que seria inaugurado no ano seguinte, a partir das diretrizes da Constituição de 1933. Em 1935, a máquina de poder deste “Estado forte” estava já bem oleada. A Constituição concedera a plataforma jurídica legal do regime que guilhotinava qualquer esboço de oposição organizada, com a perseguição, ilegalização e neutralização de adversários e grupos políticos divergentes. Através da formação da União Nacional, partido único elegível e aglutinador de forças convergentes, o governo central garantia a sua representatividade e domínio nas esferas locais. A par deste processo de preeminência política no território nacional, outro mecanismo preponderante de controlo efetivo foi a criação da P. V. D. E. (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), futuramente P. I. D. E., de modo a cerrar a teia sobre eventuais agitadores. Portugal estava, assim, fechado, ou seja, sem liberdade política e sem respeito pelos direitos individuais, e fortemente blindado. Mas estaria o Estado Novo pronto para responder a uma ameaça pontual e localizada, não necessariamente para derrubar as estruturas do regime, mas no que toca ao *stablishment* de coesão e harmonia social?

Caracterização socioeconómica de Peniche

No alvorecer do século XX, em Peniche, um fenómeno social e a alteração dos métodos de pesca marcaram sobremaneira a evolução da sociedade e da economia deste núcleo piscatório.

Um fluxo de migrações de gentes que por motivos económicos, chegaram à vila vindos de diversas regiões marítimas do país. Nas inscrições marítimas da Capitania de Peniche encontram-se registos de pescadores de Peniche, do litoral sul, norte e centro do país.

Peniche começava a afirmar-se como meio industrial de grande importância e a pesca registava um número elevado de capturas, com destaque no contexto nacional. A atividade piscatória assistiu à alteração nos métodos de pesca com o aparecimento da traineira, cuja motorização começou em 1923.¹

Este novo tipo de captura, a pesca do cerco, levou ao processo de industrialização do setor, que concomitantemente com a fixação de fábricas de transformação de pescado se traduziu em fatores de grande prosperidade para esta economia.

A pesca era o grande sustento desta vila, empregando direta e indiretamente a maioria das famílias. A maioria os homens empregavam-se na pesca e as mulheres nas fábricas de transformação de peixe, outros tantos empregavam-se nas atividades induzidas. Importa mencionar o artesanato da renda de bilros de Peniche, esta arte popular produzida pela grande parte das mulheres da vila trazia grande prestígio à terra e proporcionava um meio de subsistência para as famílias.

Os anos da Primeira Guerra ditaram a aceleração do ritmo de instalação de diversas fábricas de transformação de pescado em Peniche, das quais se destacam as fábricas de conservas. Surgiu a necessidade de produtos enlatados e daquelas fábricas de conservas de peixe saíam as rações de combate para os soldados na frente de batalha.

A indústria da pesca em estreita relação com a indústria conserveira, que absorvia grande parte da sardinha capturada na pesca do cerco, conduziu à prosperidade da economia local atraindo mão-de-obra e aumentando a população de Peniche. Grande parte da população migrante vivia sem condições, habitando em barracas e armazéns.

Acerca do ambiente económico, social e político que se vivia no núcleo piscatório de Peniche à data do motim, é reveladora a missiva datada de 8 de novembro de 1935.² O administrador do concelho descreveu uma população operária de quase nula instrução que demonstrava um certo afastamento e desinteresse em relação à formação de sindicato. Nesta data era o único centro conserveiro onde não se formou um sindicato. O administrador do concelho

¹ RUSSO, Jorge, A pesca da sardinha em Peniche 1900-1950, Mar: onda de progresso, Almada, 2014, p. 215.

² Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 474.pt.15/5.

caracterizou esta comunidade piscatória como uma comunidade muito fechada e pouco permeável a quaisquer influências políticas, de opositores ao regime que se encontravam na vila. Estes seriam elo de ligação entre os presos da prisão política que funcionava na Fortaleza desde 1934 e as células comunistas dos concelhos vizinhos do Bombarral, da Lourinhã e de Torres Vedras.³

É neste contexto que se acontecia o negócio de espoletas e a pesca com dinamite, associados à pesca do cerco e em segredo. Até à implementação da traineira e da pesca de cerco a atividade piscatória empregava sobretudo as armações redondas, que desapareceram em 1917. A pesca e a forma de pescar alterou-se implicando três momentos: o engodo com as ovas de bacalhau para atrair o peixe, depois a utilização da dinamite (espoletas) para agrupar e atordoar o peixe, e de seguida a traineira fazia o cerco com as redes de cerco para a sua captura. O meio de propulsão da traineira eram os remos e demorava-se muito tempo a cercar o peixe. Mesmo depois da sua motorização, os motores não tinham potência suficiente. Desta forma utilizavam as espoletas para uma pesca mais eficaz.⁴

Em 1935, o *Diário de Notícias* no artigo «Nas costas de Peniche. Pesca a Dinamite» descreve o surgimento da pesca com explosivos em Peniche e as razões da sua utilização, onde incluiu uma entrevista aos pescadores penicheiros que elucidam a dificuldade da captura. O peixe encontrava-se em demasiada profundidade e o fundo do mar rochoso e danificava as redes. Assim, a utilização das espoletas facilitava a pesca.⁵

A pesca com dinamite era o segredo dos pescadores de Peniche. Um meio com elevados riscos para a saúde e para a vida dos marítimos e que constituía uma infração muito grave às leis da pesca. Também o negócio de compra e venda de espoletas acontecia em segredo, mas que afinal era do conhecimento daquela comunidade. Uma nota oficiosa do Ministério da Marinha, publicada no *Diário de Notícias*, refere que os negociantes compravam as caixas de espoletas a 25 escudos que depois eram vendidas por 125 escudos ou mais.⁶

Da investigação a este negócio e à pesca com dinamite resultou a apreensão destes explosivos e formam-se as dinâmicas que estão na origem dos acontecimentos do dia 13 de novembro de 1935. Num ambiente social e económico muito particular que pode explicar, em parte, as dimensões do protesto. A prisão dos mestres de traineiras e as multas dos armadores, que corriam o risco de ficar sem as embarcações durante um ano inteiro, implicavam o

³ Ibidem.

⁴ PEIXOTO, Luís Correia; Apontamentos para a história da pesca da sardinha e da construção naval em Peniche, Peniche, Câmara Municipal de Peniche, 1991.

⁵ s.a. «Nas costas de Peniche – Pesca a Dinamite», *Diário de Notícias*, N° 24933, 1935, Lisboa.

⁶ s.a. «A Pesca em Peniche», *Diário de Notícias*, Lisboa, 20 de setembro de 1935.

desemprego das tripulações. Estas consequências teriam graves impactos na economia e na sociedade desta vila, os homens sem a pesca e a indústria de conservas de peixe sem fornecedor e sem matéria-prima. Sem pesca, não havia pão!

Os números do motim

No levantamento realizado no âmbito desta investigação as inscrições marítimas dos pescadores envolvidos neste tumulto de 1935, bem como as inscrições das embarcações a quem pertenciam grande parte das companhas que engrossaram este motim, acabaram por fornecer números interessantes. Contudo, ainda faltam algumas fontes que a ser mitigadas nos poderão revelar um número mais aproximado de envolvidos nesse momento marcante para a vila de Peniche.

A documentação consultada, nomeadamente o *Diário de Notícias* de 14 de Novembro de 1935, revela os dados das condenações dos infratores e envolvidos no processo de infração à lei Nº 1:572 de 1924. Os mestres foram condenados com penas de prisão de quatro meses, os proprietários das embarcações (os armadores) com penas de 3.950 escudos, e o restante pessoal (os pescadores) com penas de três meses.⁷

Tirando partido desta informação valiosa e conjugando as informações nos livros de inscrições marítimas da Capitania de Peniche, consegue-se identificar cerca de vinte e oito mestres (com penas de quatro meses de prisão) e duzentos e trinta pescadores (com penas de três meses de prisão), num total de duzentos e cinquenta e oito indivíduos envolvidos no uso das espoletas. (Fig.1)

PENAS SENTENCIADAS	Total
4 meses	28
3 meses	230
Total	258

Figura 1 - Total de penas nas inscrições marítimas.

⁷ Diário de Notícias, Lisboa, 14 de Novembro de 1935.

O motim de 1935

Relativamente aos marítimos envolvidos e à sua origem, observa-se que a grande percentagem é natural de Peniche, aproximadamente 60% dos envolvidos são oriundos desta mesma vila.

Origem	Total
Aveiro	3
Beja	1
Faro	27
Figueira da Foz	14
Lisboa	4
Lourinhã	14
Nazaré	32
Peniche	148
Setúbal	4
Torres Vedras	6

Figura 2 - Origem da classe piscatória envolvida.

Este estudo reflete as informações obtidas nas inscrições marítimas da capitania de Peniche, estão por consultar as inscrições marítimas de capitánias da Nazaré, Figueira da Foz, Portimão e de Aveiro, entre outras. Possivelmente contêm os registos de marítimos envolvidos no motim.

Os números possíveis de extrair desta investigação contemplam trezentos e trinta e sete marítimos (entre pescadores e mestres) envolvidos no processo de investigação do uso de espoletas na pesca. De realçar a discrepância entre o número dos mestres de traineira envolvidos e o número de marítimos obtidos até ao momento. A cada mestre corresponderia uma embarcação, e a esta uma companhia de homens (marítimos), daí a investigação apontar para este número de mais de três centenas de envolvidos diretamente. A imprensa da época, como é exemplo o *Diário de Notícias* nunca refere um número concreto mas aponta para um número muito diminuto de marítimos envolvidos, longe do total obtido com esta investigação.

Traineira	Armador	Mestre	Inscrição	Nº Pescadores
-----------	---------	--------	-----------	---------------

O motim de 1935

Califórnia	João Couceiro	João Ferreira Lota	2079	11
Pilar	Lourenço Augusto Magalhães	Jacinto Esteves	1087	14
1º de Maio	Domingos dos Santos Cipriano	José Luiz		11
Graciosa	Soc. Joaquim Faria	Ernesto Rocha	37	16
Rosalinda	Adelino Leitão	Miguel Farto	57	14
Maria Conceição	António Martins Balau	Ernesto de Jesus Nove	91	12
Maria Isabel	Luís Correia Peixoto	Celestino da Trindade	153	16
		João Gandaia		
Dois Irmãos	Francisco Fernandes Viralhadas	Valério Rocha	337	16
Gisela Maria	Manuel Salvador Silva	Joaquim Leopoldo	338	15
Deus te Vigie	Francisco da Silva	Francisco Dias da Costa	398	14
Maria da Arrábida	Luís Correia Peixoto	Eduardo da Silva	514	16
Maria Luiza	Manuel Mamede Cardoso	Henrique Mamede Cardoso	623	15
Maria Augusta	Joaquim Faria Junior	Remígio d'Almeida Neves	693	15
Esperança	Herculano dos Santos e Francisco Maria Silva	João Antunes	714	16
Deolinda	Manuel dos Santos Bizarro	Torcado Rodrigues	749	14
Flor de Liz	Alberto Martins Proença	Armindo da Silva Carinhas	1007	15
Luíz Filipe	João dos Santos	Silvino dos Santos	1081	15
Santo António	Joaquim Cristóvão da Silva	António Emídio Borges	1267	16

Maria Cristina	Jacinto da Costa	Manuel Farrincha Pacheco	1338	16
Maria Teresa	Alberto Coelho Amaral	José Macatrão	1641	14
Boa Viagem	Alberto Martins Proença	João Silva Carinhas	2076	15
Bom Fim	Júlio Gonçalves	José dos Santos	2105	16
TOTAL				322

Figura 3 - Embarcações envolvidas, armadores e mestres.

Em relação às embarcações foram identificadas vinte e três traineiras, nos registos. Assim, e fazendo jus à informação de que foram arrolados neste processo os sessenta mestres, cada mestre está associado a uma traineira desta forma teríamos sessenta embarcações, ficam ainda por identificar perto de trinta e sete traineiras.

Os acontecimentos que antecederam o motim

No dia 14 de abril de 1935 o mestre da traineira *Graciosa*, propriedade da Sociedade Joaquim Faria Júnior Lda., Manuel Maria Francisco, natural da freguesia de Lavos, Figueira da Foz, incendeia acidentalmente as espoletas que tinha escondidas à cintura durante a pesca. Foi transportado para terra e colocado no automóvel às escondidas pelo motorista do barco, mas morre em Torres Vedras ao ser transportado para o hospital de São José em Lisboa.⁸ Este acontecimento originou uma longa investigação por parte das autoridades. Embora não tenha sido o acidente inicial provocado pelas espoletas, muitos outros pescadores já tinham sido feridos e estropiados.

Em junho foram condenadas duas traineiras, *Estoril* e *Alda*, pelo uso de explosivos, no total vinte e nove homens foram detidos aplicando-se a lei 1/572, cumprindo os mestres pena de quatro meses e os pescadores três meses.⁹ Um familiar de um pescador detido refere, no seu testemunho, que as embarcações foram detidas pela Polícia Marítima quando pescavam perto da Papôa e que os pescadores cumpriram pena na prisão das Caldas da Rainha.

Em julho o *Diário de Notícias* avança que houve uma reunião entre os armadores para por fim ao uso da espoleta com receio de perderem os barcos, embora a decisão tenha sido para abandonar o seu manuseamento tal não se veio a verificar pelo lucro que este permitia. Após uma consulta mais exaustiva veio-se a comprovar esta reunião datada de 23 de julho através de

⁸ Diário de Notícias, Lisboa, 28 de agosto de 1935.

⁹ Ibidem.

um documento pertencente à Direção da Secção de Pesca Comercial e Industrial de Peniche. Este documento refere uma apreensão realizada em maio a um tripulante de uma traineira e que despoletou uma investigação. Esta concluiu que todos os armadores ou seus mestres empregavam o uso da espoleta na pesca, mas que nenhum foi apanhado em flagrante. Por esse fato e segundo a Direção, não lhes parecia legal multar ou condenar “factos já passados sobre os quais não houve qualquer denúncia ou participação”.¹⁰ Mais adiante afirmaram que a aplicação dos decretos nº 5703 e nº 9704 e da lei Nº 1572 de 29 de março de 1924 implicariam a prisão de mil e trezentos pescadores. O que resultaria na paralisação da pesca e nos problemas sociais e económicos que daí iriam surgir. De fato, as multas de 1000 escudos a 20 000 escudos não podiam ser pagas pela maioria dos armadores o que levava à paralisação de um ano da embarcação e referem para além dos valores excessivos a crise na pesca que Peniche atravessava, bem como, a depreciação do valor do pescado.

“ (...) seria preferível e até de justiça dar por sanado este caso geral, em vista das condições em que dele se teve conhecimento, na certeza de que, encarando os armadores e mestres a gravidade penal e regulamentar de tais contravenções e ainda a severidade de uma fiscalização vigilante, se absteriam de futuro do emprego dos meios proibidos de pescar. Se, porém, contra o que supomos, forem aplicadas sanções, ousamos impetrar de V. Ex.^a a sua suspensão por dez anos ou mais e lembrar a conveniência de disposições ainda mais rigorosas para casos de reincidência.”
(*Diário de Notícias*, Lisboa, julho de 1935.)

Em meados de agosto, o Cabo-mar José Fernandes Tato Júnior intercepta o moço pescador Francisco Pedro Engenheiro da traineira *Maria Luiza* na posse de espoletas, após a sua prisão e passados alguns dias confessa os seus armadores e proprietários de mais sete traineiras, dando início a investigações mais aprofundadas. Em conversa com o filho do pescador Pedro Engenheiro foi possível acrescentar mais alguma informação a este acontecimento. Era usual o pescador Pedro Engenheiro ter guardadas em casa espoletas em grandes quantidades e que o seu pai foi apanhado por azar já que este levava as espoletas escondidas dentro do fanel. Com as investigações foi posto a descoberto o mercado negro das espoletas já referido anteriormente e que levou à prisão de Francisco Pedro Engenheiro.¹¹

¹⁰ *Diário de Notícias*, Lisboa, julho de 1935.

¹¹ Secretaria-geral da Presidência do Concelho de Ministros, Gab. do Presidente, ex. 1, proc. 3009/8, nº15.

No dia 26 de agosto foi enviada uma cópia do auto da Polícia Marítima de Lisboa ao Gabinete do Ministério do Interior que o reencaminhou para o Governador Civil de Leiria sobre o explosivo apreendido em Peniche.

“Averiguou-se mais que marítimo falecido em resultado da explosão de cápsulas e a que atrás se faz referência, era o arrais da traineira Graciosa, da qual era e ainda é proprietário Joaquim Faria Júnior – que também era e é Administrador do Concelho de Peniche, que tem também mais duas traineiras incluídas no presente processo.” (Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç.474, [pt.15/2])

Este ofício com a cópia do relatório do auto indica que este foi realizado logo que se deu o acidente com o mestre da traineira em abril. Dando lugar à apreensão de um pescador logo no mês de maio, conforme é referido no documento da Direção da Secção de Pesca Comercial e Industrial de Peniche.

Na edição de 20 de setembro o *Diário de Notícias* menciona a quase conclusão das investigações da Polícia Marítima sobre a pesca a dinamite. Referindo que existe uma campanha contra o Governo e em especial contra o Ministério da Marinha que não se compreende já que foi aprovada a lei Nº 25:597 que permitiu a suspensão da pena aos homens das companhias e a substituição da pena de prisão por multas da retenção das embarcações.¹²

No dia 8 de novembro o Administrador do Concelho (e armador) Joaquim Guilherme Faria reporta num ofício ao Governador Civil do distrito de Leiria, a sua visão relativamente à situação político-social de Peniche dando especial atenção “à pernicioso influência que os fixados políticos exercem na massa popular desta vila”.¹³ Propôs a saída imediata da vila de todos os fixados políticos, o policiamento da vila quer pela G.N.R. quer pela Polícia Cívica e a visita da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Este documento não reporta nenhuma situação sobre a classe piscatória a poucos dias da sentença, como se nenhuma alteração à ordem pública estivesse prevista.

No dia 11 de Novembro à tarde, uma comissão de patrões das traineiras julgadas e condenadas deslocaram-se ao Ministério da Marinha. Desejavam expor a situação em que se encontravam, levando dessa forma à paralisação piscatória em Peniche mas não são recebidos.¹⁴

¹² s.a. «A Pesca em Peniche», *Diário de Notícias*, Lisboa, 20 de setembro de 1935.

¹³ Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 474.pt.15/5.

¹⁴ *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 de novembro de 1935.

A 12 de Novembro, na véspera do motim, foram condenados na Capitania de Peniche os mestres e os proprietários das embarcações. Aos mestres aplicou-se a pena de quatro meses de prisão, na cadeia das Caldas da Rainha e aos proprietários uma multa de 3.950 escudos que deveria ser paga até dia 16 de Novembro. Sendo que os mestres tinham de se apresentar no dia seguinte na Capitania para seguirem para as Caldas da Rainha de camioneta. As fontes escritas referem números diferentes dos mestres condenados, sessenta e duas (Relatório do Capitão Pessoa d'Amorim), cinquenta e seis (Relatório do Administrador do Concelho Luiz Campos) e cinquenta e nove (Relatório da P. S. P. de Lisboa).¹⁵

O Motim

No dia 13 logo pela manhã, os mestres condenados começaram a chegar junto da capitania de Peniche a fim de seguirem na camioneta para as Caldas da Rainha. Entretanto na Ribeira, sem que nada fizesse prever, começou-se a sentir a revolta popular com o impedimento da venda de peixe pela multidão (Relatório do Capitão Pessoa d'Amorim)¹⁶ resultado de alguns barcos terem furado a greve entretanto iniciada.¹⁷

A população entretanto vira as atenções para o embarque dos mestres e invade uma das camionetas, o tumulto continua a aumentar. O comércio adere voluntariamente encerrando portas e colocando a bandeira a meia haste (Relatório do Administrador do Concelho Luiz Pedroso da Silva Campos).

Tocam os sinos a rebate, em Peniche de Cima junto à porta da vila, a população amotinada rapidamente faz uma barricada com um barco e outros materiais nos portões de Peniche de Cima, impedido assim a saída dos mestres. São ainda serrados os postes da linha telegráfica e telefónica isolando Peniche. No decorrer do tumulto várias fábricas de conservas aderem ao motim por solidariedade, muito certamente por serem mulheres ou familiares dos envolvidos nas prisões.¹⁸

Perante este cenário foram destacados seis praças da Guarda Nacional Republicana que estavam na Fortaleza de modo a protegerem a saída das camionetas e o pessoal encarregado da reparação das linhas caídas. A Guarda Nacional Republicana e o guarda fios que estava a tentar repor as comunicações foram atacados à pedrada no sítio conhecido como Juncal, segundo o relatório do Administrador do Concelho houve ainda tiros vindos da multidão. Na contenda

¹⁵ Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt.7/8].

¹⁶ Relatório do Capitão Pessoa d'Amorim. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt.7/8].

¹⁷ JOSÉ, Vasco, «13 de novembro de 1935. A guerra das espoletas», *A Voz do Mar*, nº 925, Torres Vedras, 1995 C, p.7.

¹⁸ Idem, «13 de novembro de 1935. A guerra das espoletas», *A Voz do Mar*, nº 922/923, Torres Vedras, 1995 A, pp.1 e 14.

resultou a morte de um civil Francisco de Sousa, marítimo e natural de Peniche e um ferido José Mendes, marítimo, natural da Nazaré. Da parte da G. N. R. três praças ficaram feridos.¹⁹

Ficando impossibilitados do transporte, os mestres voltam para a capitania de forma ordeira e obediente, o capitão do Porto envia-os em pequenos grupos de dois ou três para a Fortaleza até que os ânimos serenassem.

“ (...) em absoluta ordem e obediência não esboçando a mais leve manifestação de rebeldia ou de satisfação pelos acontecimentos, antes deploravam pois muito bem compreendiam que em nada lhes aproveitava.” (O Administrador do concelho. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt. 7/8].)

No decorrer da invasão à fábrica *La Paloma* a Guarda decidiu acabar de vez com o instigador que estava no campanário da igreja da Nossa Senhora da Ajuda, o povo rapidamente cercou o dispositivo policial gritando: “Quem manda é o Povo”.²⁰

Atendendo aos acontecimentos o Administrador do concelho reuniu uma força de vinte soldados da G.N.R. na tentativa restabelecer a ordem pública e as comunicações, ainda enviou um ofício para o comandante da Secção da G. N. R. das Caldas da Rainha pedindo auxílio para restabelecer a ordem.

O pedido de auxílio chegou ao quartel da G. N. R. às 13h30 sendo tomadas de imediato providências. Foi dada a ordem de recolha das patrulhas das Caldas da Rainha, mas também para os postos do Bombarral, Torres Vedras e Óbidos para que se concentrassem nas Caldas, utilizando os meios mais rápidos de transporte que conseguissem encontrar. Foi requisitada à firma do Bombarral *Caprestano & Ferreira* uma camioneta para o transporte da força presente dessa vila para as Caldas e posteriormente parte da força que partiria das Caldas para Peniche. Uma hora depois partiram para Peniche. Chegaram às 15h15 com uma força composta por vinte e nove homens distribuídos por uma camionete e dois automóveis. Do destacamento das Caldas esteve presente um furriel, um corneteiro e oito soldados, de Torres Vedras um sargento e onze soldados, de Óbidos dois soldados e do Bombarral um cabo e quatro soldados, esta força de vinte e nove homens foi comandada pelo tenente Paulo Cúmano das Caldas da Rainha.²¹

Com a chegada do reforço da Guarda Nacional Republicana foi possível montar um policiamento eficaz que conseguiu desobstruir a porta da muralha da vila e dominar a situação,

¹⁹ Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt. 7/8].

²⁰ JOSÉ, Vasco, «13 de novembro de 1935 A guerra das espoletas», *A Voz do Mar*, nº 924, Torres Vedras, 1995 B, pp.4-5.

²¹ Relatório do Batalhão nº 2 da G.N.R. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt.7/8].

fazendo as duas camionetas seguir para a prisão das Caldas da Rainha. Foram colocadas várias patrulhas na Ribeira e nas fábricas. Às 17h00 foi ordenado a um guarda que ocupasse a central elétrica como medida de precaução, já que no decorrer do levantamento popular nunca foi ocupada e sempre funcionou normalmente.²²

Um outro reforço policial chegou mais tarde, vindo de Lisboa. Segundo o relatório da Polícia de Segurança Pública de Lisboa saíram às 15h20 com uma força composta por um chefe, dois subchefes e trinta e cinco agentes. Ao chegarem a Torres Vedras já não encontraram o oficial daquele posto, ficou lá um agente seguindo a restante força pela estrada Lourinhã - Atougua da Baleia. Durante o percurso e já próximo de Peniche são recolhidas várias informações junto de indivíduos que encontravam no caminho. Quando entram em Peniche, a ordem já havia sido repostada pelas autoridades locais e pela G.N.R das Caldas da Rainha. Esta força foi dividida em duas, uma parte para patrulhamento das ruas e outra destinou-se ao posto telefónico de campanha, instalado no campo de forma a garantirem as comunicações telefónicas e auxiliando no restabelecimento dos trabalhos.

Para a conclusão dos trabalhos destacou-se o oficial principal dos Correios e Telégrafos Eugénio Júlio Baptista, suspenso desde 27 de setembro por motivos de fraude.²³

Terminado o motim foram proibidos a circulação na via pública e o funcionamento dos estabelecimentos depois das 21h00. Esta medida, como o próprio Administrador do Concelho refere no seu relatório, foi “puramente preventiva” pois a exaltação terminou assim que as duas camionetas levaram os mestres para a prisão e pela presença dissuasiva das forças de segurança.

“(…) não havia que recear mais desmandos dos insubordinados que, como disse, eram na sua grande maioria gente da classe marítima, que no geral é ordeira e respeitadora, devendo atribuir-se a sua atitude neste caso ao desespero de, durante algumas semanas não poderem ganhar a sua vida na árdua e arriscada labuta da pesca”. (Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt. 7/8].)

Já de noite chega ainda uma força da Polícia de Segurança Pública de Lisboa e Leiria juntamente com alguns oficiais. Os ânimos estavam já serenados e ficaram apenas dois agentes da P.V.D.S. para procederem à investigação. O mesmo relatório do administrador Luiz Pedroso da Silva Campos refere que se pode “admitir que aos acontecimentos de ontem (dia 13) não seja,

²² Ibidem.

²³ P.V.D.E. 28 de dezembro de 1935. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt.7/8].

em parte, estranha a propaganda de doutrinas deletérias dos elementos a que a minha confidencial de há dias me referi”.²⁴

Para além destas medidas foi instaurado um inquérito, identificados e presos cinquenta indivíduos que mais se tinham destacado nos acontecimentos²⁵, tendo sido libertados dias mais tarde por ordem de Lisboa.

No dia 14 às 9h30 foram restabelecidas as comunicações afetadas durante o motim e o comércio reabriu, com exceção na indústria da pesca. O que levou à suspensão de garantias por parte do Administrador Luiz Pedroso Silva Campos.

Nesse mesmo dia é enterrada a única vítima mortal o pescador Francisco Sousa conhecido por Farrapilha, por ordem do Tenente Paulo Cúmano só assistem ao funeral os familiares e uma representação da companhia do barco a que pertencia o pescador.

No dia 17 às 8h00 foram desmobilizados os reforços vindos dos outros postos.²⁶

Pós Revolta

No dia 22 de novembro foi publicado no Diário da República o Decreto-Lei nº26/084 que concedeu a amnistia a todos os mestres de traineiras de Peniche condenados pelas infrações cometidas na lei nº 1/572, sendo arquivados os respectivos processos. Para os armadores foi publicado o Decreto-Lei nº 26/085 condenando-os ao pagamento de uma multa de 2.500 escudos sendo possível o pagamento em doze prestações mensais. Para este desfecho contribuiu a crise na indústria da pesca, a dificuldade de pagamento por parte dos armadores e a importância para a economia nacional.²⁷

A 15 de Dezembro deslocou-se a Peniche o Presidente da República General Carmona para inaugurar o início das obras do porto de pesca, acompanhado pelos ministros do Interior e das Obras Públicas o General Amílcar Mota e o comandante Sequeira Braga.²⁸ O policiamento de Peniche foi reforçado pelo Batalhão nº 2²⁹ e no seu discurso, o General Carmona recorda o tempo em que passou em Peniche como tenente. O que poderá ter sido preponderante para a amnistia dos pescadores, referindo-se ao tema com a frase: “A lei impunha-se, mas às vezes acima da lei há o coração humano”.³⁰

²⁴ Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt.7/8].

²⁵ Relatório do 2º Batalhão da G.N.R. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt.7/8].

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt.7/8].

²⁸ O Século, Lisboa, 16 de Dezembro de 1935.

²⁹ Ofício nº 4653 da G.N.R. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 480, [pt.7/8].

³⁰ O Século, Lisboa, 16 de Dezembro de 1935.

Conclusão

O presente estudo no âmbito de História Local trata o motim que teve lugar na antiga vila piscatória de Peniche, no ano de 1935. Procurou-se aprofundar o conhecimento acerca desta revolta popular através do apuramento do número e da origem dos marítimos envolvidos neste episódio que marcou a História dos movimentos sociais em Peniche. A escassez de bibliografia para a temática foi compensada com as fontes escritas e com a recolha oral do depoimento de quem viveu os acontecimentos ou ouviu de familiares que os presenciaram. Desta forma foi possível enquadrar os factos no âmbito da realidade local e nacional, atendendo à sua compreensão.

Em contexto da Ditadura do Estado Novo, em nome da coesão social, o motim do dia 13 de novembro de 1935 consistiu num momento de agitação social e de mobilização da comunidade piscatória da vila de Peniche. Estes acontecimentos marcantes fazem parte da memória coletiva desta comunidade e são reveladores da importância que o atividade da pesca sempre teve para a economia local.

Importa salientar a miscelânea de gentes que chegava a Peniche, a crescente industrialização da pesca e da transformação de pescado, sem esquecer a prisão política de alta segurança, que impunham mutações e transformações sociais e económicas nesta sociedade contemporânea. A mesma sociedade que conhecia e calava o segredo dos mestres, a pesca com recurso a explosivos. Descoberta a utilização das espoletas, as consequências que a Lei Nº 1:572 de 1924 impunha eram gravosas para a subsistência da vila.

Uma economia inteiramente dependente da pesca, uma comunidade de marítimos, de operárias da indústria conserveira, uma sociedade que vivia o drama da miséria e da pobreza em tempos de austeridade do Regime. Deste contexto económico e social de Peniche na primeira metade do século XX, seria de esperar que uma comunidade inteira facilmente se mobiliza-se em torno da causa dos seus mestres das traineiras. Num total de vinte e três traineiras apuradas nas inscrições da Capitania de Peniche, ficaram por identificar cerca de trinta e sete traineiras. Relativamente aos mestres condenados, as fontes não são claras. Os três relatórios dos acontecimentos apresentam números diferentes, nomeadamente, o relatório do Capitão Pessoa d'Amorim regista sessenta e dois, o relatório do Administrador do Concelho Luiz Campos regista cinquenta e seis e o relatório da P. S. P. de Lisboa refere cinquenta e nove condenações. Num total de aproximadamente trezentos e trinta e sete marítimos (pescadores e mestres) envolvidos naquela investigação da pesca com dinamite. Notou-se uma discordância entre o número de mestres e o número de marítimos do referido processo de investigação. De acordo com os dados obtidos, cerca de sessenta por cento dos implicados é natural de Peniche os outros

distribuem-se por homens de Aveiro, Beja, Faro, Figueira da Foz, Lisboa, Lourinhã, Peniche, Setúbal e Torres Vedras e que estavam inscritos na Capitania de Peniche.

Foi possível acompanhar os acontecimentos deste motim, através dos relatórios das autoridades e das forças de segurança, mas também através da imprensa que acompanhou e dedicou parte da sua produção noticiosa à questão. Acontecimentos que fizeram soar os alarmes do Regime autoritário e levaram à suspeita de que se tratava de uma ação contra o Governo.

Tudo terminara a 22 de novembro de 1935, com o arquivamento do processo e com a amnistia do General Carmona, que no seu discurso reconhece as graves consequências da aplicação das penalizações previstas na Lei da pesca ao proferir a frase: “A lei impunha-se, mas às vezes acima da lei há o coração humano”.³¹

O motim de 13 de novembro de 1935 ficou na memória coletiva desta comunidade como a “Revolta dos mestres”. O ajuntamento popular que envolveu cerca de um milhar de homens e mulheres que pretendiam evitar a prisão dos mestres das traineiras e assegurar a pesca e a produção nas fábricas de conservas.

Anexos

AUTO DE PERGUNTAS

Aos treze dias do mês de Novembro, do ano de mil novecentos trinta e cinco, nesta Vila de Peniche, e na Administração do Concelho onde se achava presente o Senhora Luiz Pedroso da Silva Campos, Tenente de Infantaria da Guarda Fiscal e Administrador do Concelho, comigo João de Oliveira, Agente da Policia de Vigilância e Defesa do Estado, servindo de escrivão de seu cargo; aqui compareceu Inácio Eusébio que diz ser filho de Inácio Eusébio e de Virgina Caria, ter dezassete anos de idade, marítimo, natural da Lourinhã, e residente nesta Vila de Peniche. Á matéria dos autos diz que tomou parte na multidão, a que ajudou a pôr a traineira a tapar o Portal de Peniche, para assim impedir a saída das camionetas com os Mestres presos, para as Caldas da Rainha. Confessa que apedrejou a Guarda Nacional Republicana, quando esta auxiliava o guarda fios, no concerto dos ditos fios, por eles já partidos, com os seguintes indivíduos: Joaquim moura, José Maria Ribeiro Borges, José Maria Francisco, José André Godinho, Manoel Eustáquio, Custódio Ramizo Sousinha, José Mendes, Idalino Gomes, Acácio Bagos Varina, José João, José Alves da Cruz (Arquivo Municipal de Peniche).

Bibliografia e Fontes

BRANDÃO, R., *Os Pescadores*. (1923), MEL Editores, Estarreja, Ed.2009.

CALADO, Mariano, *Peniche na História e na Lenda*, Oficinas Gráficas da C.U.F., Lisboa, 1968.

³¹ O Século, Lisboa, 16 de Dezembro de 1935.

CERVANTES, P., *A Indústria de Peniche. Bibliotheca das Fábricas*, Associação Promotora da Industria Fabril, Imprensa Nacional de Lisboa. 1865.

PEIXOTO, Luís Correia; *Apontamentos para a história da pesca da sardinha e da construção naval em Peniche*, Peniche, Câmara Municipal de Peniche, 1991.

RUSSO, Jorge, *A pesca da sardinha em Peniche 1900-1950*, Mar: onda de progresso, Almada, 2014, p. 215.

SARDICA, José Miguel, *O Século XX Português*, Lisboa, Texto Editora, 2011, pp. 61-85.

SOUTO, H; MARTINS, L.S., *Cascais. Tradição e Indústria nas Pescas*, Câmara Municipal de Cascais, 2009.

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico

Livros de inscrição marítima da capitania do porto de Peniche:

Livro de inscrição marítima 1 cota 6-XXXIX-1-1;

Livro de inscrição marítima 2 cota 6-XXXIX-1-1

Livro de inscrição marítima 3 cota 6-XXXIX-1-1

Livro de inscrição marítima 4 cota 6-XXXIX-1-1

Livro de inscrição marítima 5 cota 6-XXXIX-1-1

Livro de inscrição marítima 6 cota 6-XXXIX-1-1

Livro de inscrição marítima 7 cota 6-XXXIX-1-1

Livro de inscrição marítima 8 cota 6-XXXIX-1-2

Livro de inscrição marítima 9 cota 6-XXXIX-1-2

Livro de inscrição marítima 10 cota 6-XXXIX-1-2

Livro de inscrição marítima 11 cota 6-XXXIX-1-2

Livro de inscrição marítima 12 cota 6-XXXIX-1-2

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 471, pt.27/97

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 474.pt.15/5

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 475.pt.1/2

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç.480, pt.7/8

Secretaria-geral da Presidência do Concelho de Ministros, Gab. do Presidente, ex. 1, proc 3009/8, nº15

Arquivo Museu de Peniche

Nº 4961, AMP-Cx40.S4-AI11-PE3

Periódicos

s.a., «Iniciaram-se ontem os trabalhos de construção do porto de Peniche», *O Século*, nº 19309, Lisboa, 1935, pp. 1-2.

O motim de 1935

s.a., «Nas costas de Peniche – Pesca a Dinamite», *Diário de Notícias*, Nº 24933, 1935, Lisboa.

s.a., «O Chefe de Estado presidiu à solenidades comemorativas da inauguração das obras do porto de pesca», *Diário da Manhã*, nº 1676, Lisboa, 1935, pp. 1-2.

s.a., «Peniche em Festa. O chefe de Estado visitou ontem o importante centro piscatório onde descerrou uma lápide comemorativa da inauguração das obras do porto de abrigo», *Diário de Notícias*, nº 25.096, Lisboa, 1935, pp.1 e 6.

s.a., *Baluarte* ed. nº 23, 15 de dezembro. Peniche, 1985, p. 9.

JOSÉ, Vasco, «13 de novembro de 1935. A guerra das espoletas», *A Voz do Mar*, nº 922/923, Torres Vedras, 1995 A, pp.1 e 14.

Idem, «13 de novembro de 1935 A guerra das espoletas», *A Voz do Mar*, nº 924, Torres Vedras, 1995 B, pp.4-5.

Idem, «13 de novembro de 1935 A guerra das espoletas», *A Voz do Mar*, nº 925, Torres Vedras, 1995 C, p.7.

4. Movimentos Sociais e Ação Coletiva em Portugal: tendências contemporâneas

Inês Tavares, Investigadora do CIES-IUL/ISCTE-IUL

Enquadramento dos movimentos sociais e dos seus agentes

Polanyi (2012 [1944]) defende que as origens políticas e económicas da sociedade contemporânea não advêm nem da industrialização ou da “descoberta” da máquina a vapor, nem das revoluções agrícolas ou da expansão comercial. O que marcou decisivamente o século XIX e os processos de conflito, de movimentos de protesto, de ciclos e contraciclos e de revoluções nele vividos, foi o alargamento de um sistema de mercados a todos os campos da vida humana, nos quais a “lei da oferta e da procura” assume o papel de regulador. Assim, assistiu-se à desagregação da vida em comunidade, tomando os “mercados”, a sua regulação e o seu controlo um papel decisivo nas sociedades contemporâneas. Esta importância dos mercados é, atualmente, uma ideia difundida no senso comum, levando por vezes à polarização “pessoas ou mercados”. Porém a ação coletiva, regra geral, não se consubstancia na temática dos mercados, isto é, poucos são os movimentos sociais cujas principais reivindicações se focam na lei da oferta e da procura ou nos mercados, embora a lógica da falência do sistema capitalista possa estar muitas vezes aí implícita.

Para Touraine (1994), nas sociedades modernas, a racionalização triunfou perante a subjetivização e, nesse sentido, os indivíduos transformam-se em instrumentos utilizáveis para determinados fins indistinguíveis na sociedade de massas, existindo assim um sentimento vazio de poder individual, num sistema sem atores, uma vez que nem para regular os mercados eles são necessários porque se auto-regulam. O autor defende a necessidade do renascimento do sujeito, havendo um complemento da racionalização e da subjetivação, materializando uma modernidade mais plena.

Um movimento social é definido enquanto “agrupamento de grande dimensão de pessoas que se juntam para procurar desencadear ou bloquear processos de mudança social. Os movimentos sociais existem normalmente em relação de conflito com organizações a cujos objetivos e perspetivas geralmente se opõe. Contudo, acontece por vezes que os movimentos sociais que alcançam o poder, uma vez institucionalizados, se transformam em organizações” (Giddens, 2010).

Segundo Touraine (1992), os movimentos sociais têm como principal foco de ação, geralmente, o conflito entre classes sociais que lutam por determinado objetivo, não apenas em termos económicos mas, e sobretudo, em termos culturais.

Na análise desta problemática, é importante começar por refletir sobre as diferenças entre políticas emancipatórias e políticas da vida ou políticas de estilos de vida referidas por Giddens (1995). As políticas emancipatórias são políticas de oportunidades de vida e as políticas da vida são políticas de estilos de vida. As primeiras apontam para uma transformação da sociedade, no sentido dos indivíduos romperem com o passado e assumirem o controlo do seu futuro, influenciando o rumo das instituições e das políticas, de forma a criar mais oportunidades. As segundas remetem para a forma como, em contexto de globalização, as instituições se conseguem ajustar aos projetos individuais e coletivos, mantendo em vigor o sistema estabelecido. É pertinente reflectir sobre como estas transformações, em que as diferentes opções políticas se cruzam, estão associadas aos movimentos sociais.

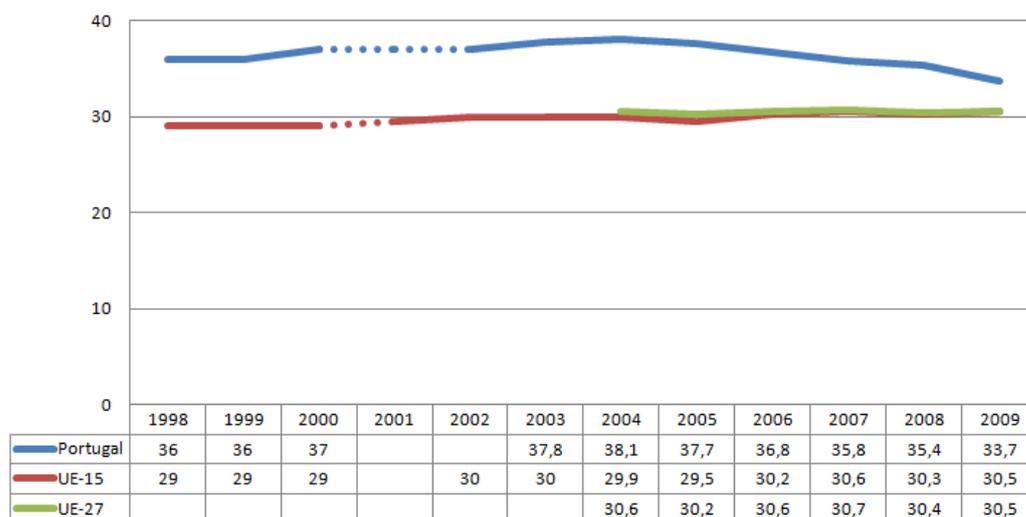
Uma eventual ascensão dos novos movimentos sociais prende-se também com a importância dada pelos indivíduos à vontade de ter mais oportunidades de vida e, simultaneamente, a abertura para novas formas de encarar a vida e a disputa política que a modernidade e a globalização fizeram emergir, através, por exemplo, de movimento alter globais como o Fórum Social Mundial (Nunes, 2010).

É importante ter em atenção que o conceito de ação colectiva engloba movimentos sociais mas é mais abrangente, contendo também contestações sociais, petições, concentrações e manifestações (sendo ou não convocadas por um movimento social), etc. A ação coletiva não é linear, não é obrigatoriamente proporcional ao agravamento das condições económicas ou sociais nem se configura apenas enquanto uma expressão desse agravamento. De facto, não se pode analisar a ação coletiva sem refletir acerca das motivações políticas, da (in)satisfação com o sistema político em vigor ou com a ausência de respostas que o sistema oferece (Lima e Artiles, 2014). Tome-se como exemplo as manifestações na Tunísia ou as acampadas das Portas do Sol, em Espanha. As duas surgem num contexto de crise social e económica e, conseqüentemente, do agravamento das condições económicas e sociais dos indivíduos. Porém, simultaneamente, estas reivindicações tinham enquanto principais motivações o fim do regime ou uma democracia “real”. O regime tunisino ou a democracia espanhola já se afiguravam de tal forma bastante antes das reivindicações, sugerindo a questão do porquê destas terem surgido apenas nessa altura. Ou seja, estas reivindicações tinham como “bandeira” questões que se situavam muito além dos problemas económicos e sociais vividos, focavam-se numa contestação estrutural. Poder-se-á facilmente argumentar que era defendida a mudança estrutural do sistema (ou a sua alteração) enquanto mecanismo de ultrapassar os problemas económicos objetivos, porém esse fator nunca está explícito. Será que os indivíduos defendem a alteração do sistema enquanto forma de ultrapassar os problemas económicos ou instrumentalizam os problemas económicos como

forma de mudar o regime? Ou, ainda, os problemas económicos não pesam tanto nas suas reivindicações como as questões estruturais do sistema, como a democracia, sendo esta prioritária?

Movimentos sociais e ação coletiva

Figura 1 - Evolução do *Coeficiente de Gini* da UE-15, EU-27 e de Portugal entre 1998 e 2009

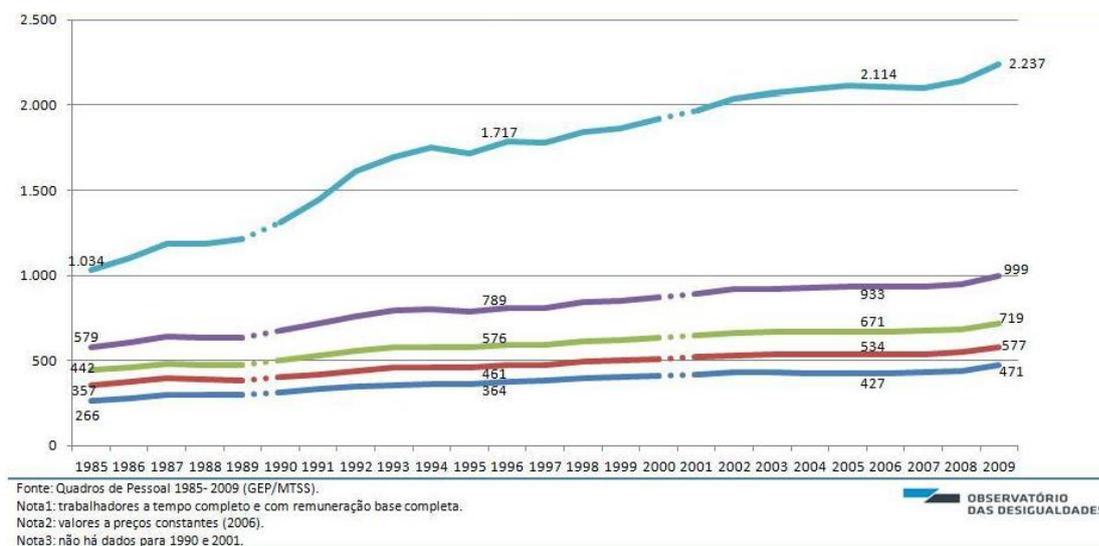


Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2010 (Eurostat).

Nota: Portugal 2001, 2002; UE-15 2001; UE-27 1998 a 2003: valores não disponíveis. Portugal 2003: quebra de série. UE-15 1998 a 2000 e 2002, 2003; UE-27 2004, 2005: estimativa Eurostat.

FONTE: Observatório das Desigualdades

Figura 2 - Evolução do ganho mensal médio por quintil em Portugal entre 1985 e 2009



FONTE: Carmo, Cantante e Carvalho (2012)

Como se observa na figura 1, o *Coefficiente de Gini* em Portugal tem diminuído entre 2004 e 2009. É, no entanto, de ressaltar que Portugal tem um *Coefficiente de Gini* bastante superior ao da média europeia, afigurando-se em 2009 como o quarto país com uma distribuição de rendimentos mais desigual, depois da Lituânia, da Letónia e de Espanha. Porém, como se contata na figura 2, a disparidade entre o 1º quartil (20% da população que recebe rendimentos mais elevados) e o 5º quartil (20% da população que recebe rendimentos mais baixos) aumenta progressivamente: isto é, entre 1985 e 2009, a diferença de rendimentos entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres tem vindo a aumentar, sendo que desde 2007 que esta diferença tem vindo a acentuar-se. Assim, as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres em Portugal têm vindo a aumentar. Importa, então, colocar a questão: se as desigualdades sociais estão a aumentar, estará também a ação coletiva a intensificar-se?

Movimentos Sociais e Ação Coletiva

Quadro 1 – Classes sociais e Cidadania Política em Portugal (%)

	Apolíticos excluídos	Votantes passivos	Ativos apartidários	Ativistas mobilizados
EDL	7,71	36,25	37,98	18,05
PTE	6,37	21,66	43,72	28,25
TI	24,45	44,49	20,39	10,66
EE	22,47	31,56	29,07	16,89
OI	20,92	40,30	27,83	10,95

FONTE: *European Social Survey 2002; Carvalho (2012)*

Quadro 2 – Classes sociais e média de anos de escolaridade em Portugal

	Média Anos Escolaridade	%
EDL	8,9	14,1
PTE	13,1	13,2
TI	4,8	8,5
EE	7,2	30,5
OI	4,8	33,7

FONTE: *European Social Survey 2002; Carvalho (2012)*

É interessante comparar as classes sociais consoante a atividade política e, simultaneamente, as classes sociais consoante a escolaridade. Relativamente aos Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE), que correspondem aos indivíduos com mais anos de escolaridade, verifica-se que a maioria se situa enquanto ativos apartidários (43,72%), sendo de ressaltar a reduzida percentagem que se enquadram enquanto apolíticos excluídos (6,37%). Quando se analisam os Empresários, Dirigentes e Liberais (EDL), com uma média de 8,9 anos de escolaridade (valor reduzido devido à heterogeneidade que esta classe assume, incluindo desde pequenos proprietários até aos donos das grandes empresas), constata-se que a maioria se encontra entre os votantes passivos (36,25%) e os ativos apartidários (37,98%). No caso dos

Empregados Executantes (EE), com uma média de 7,2 anos de escolaridade, compreende-se que a predominância incide nos votantes passivos (31,56%), nos ativos apartidários (29,07%) ou nos apolíticos excluídos (22,47%). Tanto os Trabalhadores Independentes (TI) como os Operários Industriais (OI) têm uma média de 4,8 anos de escolaridade e quase metade são votantes passivos (44,49% e 40,30%, respectivamente), embora seja de ressaltar a importância que assumem os apolíticos excluídos (24,45% e 20,96%, respectivamente) e os ativos apartidários (20,39% e 27,83%, respectivamente), notando-se bastantes semelhanças entre as duas classes sociais.

Assim, constata-se que a maioria dos indivíduos é constituída por votantes passivos, seguidos dos ativistas apartidários. Nota-se também uma clara influência da escolaridade na forma como evidenciam a ação política, sendo que quanto mais escolarizados são, mais atividade política têm. Tome-se como exemplo os apolíticos excluídos, cuja maioria pertence aos TI, aos EE e aos OI, correspondentes igualmente às classes sociais mais desfavorecidas e aos indivíduos com menos anos de escolaridade, enquanto a maioria dos ativistas mobilizados pertencem aos PTE e aos EDL, classes mais favorecidas e escolarizadas.

Harvey (2012) levanta um conjunto de questões interessantes: o que têm em comum reivindicações nos EUA e no “mundo árabe”? Ou seja, que fatores podem identificar uma problemática comum entre estas revoltas? Por um lado, uma economia global na qual os desequilíbrios do capital num determinado país se refletem nos restantes. Por outro lado, a “crise das cidades”, isto é, as zonas de vivências urbanas colapsaram e não conseguem configurar-se nem enquanto espaço de excedente de capital económico nem enquanto espaço reprodutor de condições administrativas. Simultaneamente consequência e causa deste fenómeno (que o vai agravando em ciclos) afigura-se a progressiva precarização e falta de condições de vida sentidas nas principais metrópoles mundiais, levando a uma perda de valor simbólico da ideia de bem-estar social. Esta perda manifesta-se seja simbolicamente, na percepção que os indivíduos têm de bem-estar, seja concretamente, por exemplo, na diminuição de resposta do Estado-Providência (Carmo e Barata, 2013).

Esta crescente precarização, associada não só às classes trabalhadoras manuais mas também às classes médias, relacionada com os antagonismos de um neoliberalismo global, conduz a uma possível reconfiguração de “palcos e modalidades de ativismo” (Estanque, 2014). Guy Standing, (2014a) defende, nesse sentido, a constituição de uma nova classe social – o precariado – que, de futuro, será o sujeito político que encabeçará “a luta por um novo sistema de distribuição e pela redistribuição do acesso aos bens fundamentais” (Guy Standing, 2014b). Porém, estas afirmações poderão ser precipitadas. Se por um lado, a crescente precarização de

sectores mais escolarizados poderá levar a uma revolta com novas modalidades de ativismo, a definição de classes sociais não se prende apenas com capitais económicos mas também com capitais simbólicos e culturais (Bourdieu (2010) [1979]). Assim, será que se pode incluir na mesma classe social indivíduos com *habitus* tão diversos?

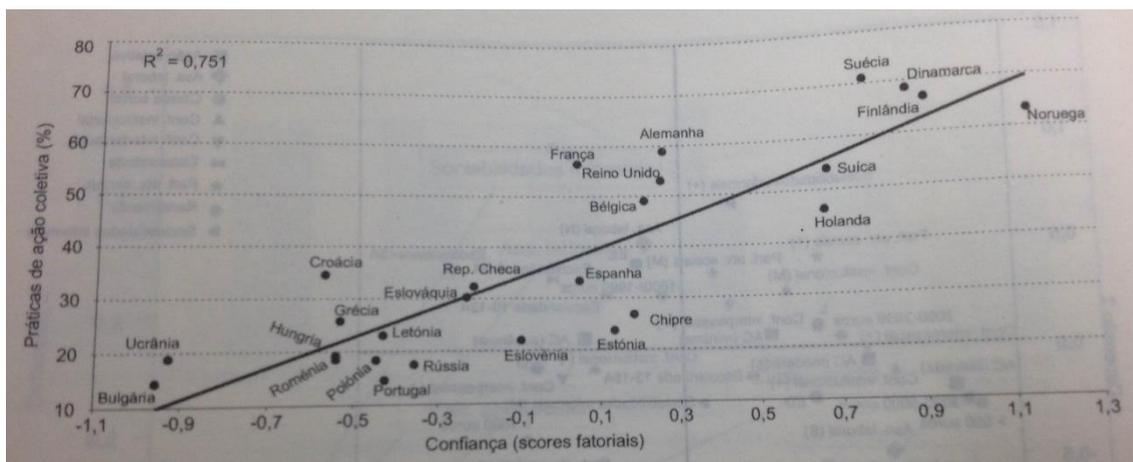
Torna-se relevante compreender também a organização do “preariado”. Atualmente, os movimentos sociais de precários (no sentido lato do termo, relativo a questões específicas como os recibos verdes ou os contratos a prazo) englobam-se nos novos movimentos sociais. Mas se o precariado se continuar a massificar, saberão os movimentos sociais tradicionais transformar-se de forma a englobar estes sujeitos políticos? Transformar-se-ão os atuais novos movimentos sociais desta área em movimentos sociais tradicionais, através da criação de sindicatos de precários? Passarão os movimentos sociais tradicionais a englobar um conjunto de indivíduos que, não estando a longo termo associados a uma profissão, a desejem exercer? Serão os novíssimos movimentos sociais a englobar os diferentes atores sociais?

Burawoy (2008) aponta pistas neste sentido, ao defender que os novos movimentos sociais relacionados com a esfera do trabalho ascenderam nos EUA devido à crescente precarização do trabalho, desafios a que os sindicatos não conseguem, muitas vezes, dar resposta. Assim, a hipótese mais plausível para o surgimento de novos movimentos sociais da esfera do trabalho prende-se com as relações de trabalho que existem atualmente e com o contexto sociopolítico de flexibilidade económica vivido no século XXI (Estanque, 2012). Porém, é interessante pensar se estes movimentos surgem porque apenas neste contexto fazem sentido ou porque apenas neste contexto se criou espaço para que emergissem? Será que estes movimentos já existiam, embora em pequena dimensão, e com este contexto e o agravamento das causas que defendem tornaram-se mediaticamente mais presentes e mais visíveis ou estes movimentos surgiram apenas neste contexto? Outro fator interessante de explorar prende-se com os casos específicos de cruzamento de desigualdades, como são exemplo os problemas laborais dos imigrantes ou das mulheres que os novos movimentos sociais se debruçam com bastante mais atenção do que os movimentos sociais tradicionais.

De facto, os novos movimentos sociais têm vindo a alterar-se. As suas especificidades relativamente aos movimentos sociais tradicionais consubstanciavam-se sobretudo na modernidade com que tratavam os temas e no privilegiar de áreas temáticas diferentes, características da sociedade contemporânea, mais relacionados com a afirmação de identidades (Martins, 2003). O estudo de Susana Martins (2003) chega mesmo a salientar que outro aspeto diferenciador dos novos movimentos sociais prende-se com estes estarem pouco orientados para a esfera do trabalho e dos salários mas sim para outras causas como por exemplo os direitos

culturais. Porém, atualmente os novos movimentos sociais têm vindo também a figurar-se enquanto atores de reivindicações do mundo do trabalho, como a precariedade. Se por um lado continuam a desempenhar reivindicações culturais e emancipatórias, estão simultaneamente a refletir acerca das questões laborais. É interessante constatar que este fator advém da principal característica dos novos movimentos sociais: a sua relação com a sociedade contemporânea. Também nestas reivindicações laborais está presente essa característica, tanto de noção de risco como do culminar na perda de confiança nas instituições modernas, temática cada vez mais apropriada pelos movimentos.

Figura 3 - Relação entre confiança e ação coletiva na Europa



FONTE: Nunes (2013)

Ao analisar a figura 3, constata-se que a confiança (entenda-se, confiança interpessoal e confiança institucional) se afigura decisiva na (in)existência de práticas de ação coletiva, havendo uma relação forte entre ambos os indicadores ($r^2=0.751$), isto é, quanto maior é a confiança dos indivíduos, mais práticas de ação coletiva assumem. Porém este é também um indicador paradoxal: se por um lado ao se possuir mais confiança nas instituições, mais facilmente existe motivação para a materialização de práticas de ação coletiva, uma vez que há mais expectativas que as instituições atentem às reivindicações, simultaneamente, e em teoria, a falta de confiança poderia despertar a indignação que leva à ação coletiva. Porém, a falta de confiança nas instituições pode levar ou ao descrédito das instituições ou ao apoio a outras formas de ver as instituições, isto é, a movimentos que tencionam alterar as instituições, como são exemplos os movimentos que deram origem ao Podemos em Espanha.

Na perspetiva de Castells (2012), a sociedade em rede vem alterar as formas de comunicação e os entendimentos e percepções das pessoas e movimentos sociais, constituindo a

internet “espaços de autonomia, bem para lá do controlo dos governantes e das empresas”. Porém, até que ponto os governos não exercem formas de controle e de vigilância sobre as redes? Será que as empresas não se apropriam das redes, por exemplo, para efeitos de publicidade? Será que não há nenhuma espécie de censura na internet? E será que a rede também não vem proporcionar novas formas de controlo, transformando-se numa vigilância hierarquizada (Foucault, 2005 [1975]) com poder múltiplo, automático e anónimo?

Influência das redes sociais nos novos movimentos sociais

As redes sociais influenciam ou não os novos movimentos sociais? A análise pode ser dividida em três principais dimensões: (1) as novidades e potencialidades provenientes da modernidade, ao nível de informação e comunicação (2) o posicionamento e a influência dos meios de comunicação social na sociedade atual (3) as alterações nos novos movimentos sociais em função da sociedade de informação atual;

A primeira questão a refletir prende-se com as novidades e potencialidades provenientes da modernidade ao nível de informação de comunicação. Assim, compreende-se a importância do “digital” e do “global” na sociedade em rede. É interessante refletir como estas duas componentes estão intimamente ligadas: o “digital” impulsiona o “global”, uma vez que é sobretudo através da internet que se possibilita um mundo global. Por exemplo, atualmente é possível comunicar ou expressar opiniões em “tempo real” através da internet em dois pontos do mundo opostos. É possível, inclusive, visualizar através do *streaming* o que se passa noutra parte do mundo em “tempo real”.

É interessante pensar se atualmente vivemos ou não numa sociedade em rede. Tender-se-ia a afirmar que a sociedade em rede está mais presente no ocidente, na Europa e na América do Norte do que nas restantes zonas do globo. Mas, mesmo considerando que a sociedade em rede poderá estar mais presente em algumas zonas do que noutras, qual a dimensão da sua presença? Vivemos mesmo numa sociedade em rede? Eventualmente ainda não se viverá totalmente numa sociedade em rede, embora para lá se caminhe.

Mas a modernidade vem também revolucionar o posicionamento e a influência dos meios de comunicação social na sociedade atual. Na sociedade atual, os meios de comunicação social perderam algum do poder que tiveram em tempos. Os rádios e os jornais em suporte de papel deixaram de ser tão massivos e a própria televisão tem atualmente menos audiências. Por outro lado, deixaram também de ser a única via de informação. Com a difusão das redes sociais, estas consubstanciam-se como uma via de comunicação e de troca de notícias influente. Simultaneamente, há diversos exemplos das “formas como a televisão, a rádio e os jornais se

apropriam da Internet” (Cardoso, 2014). Quando uma notícia ou informação é muito difundida nas redes sociais, os meios de comunicação social tradicionais apropriam-se da mesma e difundem-na, como foi o exemplo da manifestação de 2 de Março de 2013. Mas os meios de comunicação social tradicionais também utilizam as redes sociais ao terem um *facebook* que divulga as suas notícias ou uma página na Internet cada vez mais evoluída e desenvolvida, investindo economicamente no desenvolvimento das mesmas e criando um “espírito” diferente da ideia de “liberdade da Internet”, colocando apenas partes das notícias informando que o resto está presente no jornal impresso ou, no caso do jornal *Público*, ter um limite de visualizações de 3 notícias *on-line* por dia por cada computador.

Por fim, quando se reflete nas alterações nos novos movimentos sociais consoante a sociedade de informação atual, compreende-se que a ideia de que não há “censura” prévia na internet é discutível, como ilustra o sucedido na Turquia em 2013, quando o governo cortou a internet e bloqueou o *facebook* dos principais activistas que incentivaram as revoltas (Cardoso e Jacobetty, 2013). Porém, enquanto o bloqueio ao *facebook* de alguns activistas e movimentos sociais se conseguiu manter durante algum tempo (com bastante contestação internacional), o “apagão” de internet não se conseguiu manter pois o sistema é dependente da tecnologia actual, a começar pelo sistema financeiro.

Conclusões

O *habitus* dos agentes consolida-se num “(...) sistema de disposições aberto à diversidade das orientações da ação que o agente reflexivo (...) [utiliza para se posicionar] perante os grupos sociais e os atores coletivos do campo” (Nunes, 2013), tornando-se decisivo para a ação coletiva. O mesmo é dizer que são as experiências acumuladas, os hábitos, as práticas, os gostos, as perceções, as preferências culturais, as linguagens, que determinam a ação e a sua forma de organização na ação coletiva (Bourdieu (2010 [1979])). Retomando brevemente a confrontação clássica estrutura-ação, constata-se que, para Bourdieu, a estrutura determina a ação mas a ação tem consequências na estrutura, podendo transformá-la e, nesse sentido, as condições de vida determinam as práticas que por sua vez também podem ser determinantes nas próprias condições de vida (Casanova, 1995), não evidenciando uma dicotomia entre estrutura e ação como os autores clássicos mas sim uma complementaridade. Assim, a estrutura está interiorizada no *habitus* que por sua vez se assume enquanto um sistema de disposições para a ação (Bourdieu, 2010 [1979]). Esta é uma teoria fundamental para compreender a ação coletiva, uma vez que permite entender o que motiva os indivíduos para as práticas.

Permite, em segunda instância, compreender que futuro se afigura à ação coletiva. Partindo do pressuposto que a estrutura condiciona a ação, que espaços abrem as sociedades contemporâneas para a ação coletiva? Seja pelas revoltas e transformações dos séculos XIX e XX, seja pelas reivindicações protagonizadas nos últimos anos, compreende-se que, embora atualmente com lógicas diferentes, abrem, independentemente de o fazerem voluntariamente ou por falta de legitimidade para o fechamento. Porém, como se dizia, com lógicas diferentes: com o avançar da democracia na Europa, também a ação coletiva se reiventou, tanto na organização como nos mecanismos e instrumentos, sendo o exemplo mais notório a apropriação das redes sociais, tanto para a partilha de espaços de contra-cultura, de informação, como para a convocação de protestos ou para a recolha de assinaturas através de petições.

Bibliografia

- Bourdieu, Pierre (2010 [1979]), *A Distinção. Uma crítica social da faculdade de juízo*, Lisboa: Edições 70
- Burawoy, Michael (2008). *The public turn: from labor process to labor movement*, Work and occupations, 35
- Carmo, Renato Miguel do e Barata, André (2014), *Estado Social: de Todos para Todos*. Lisboa: Tinta da China
- Carmo, Renato Miguel do; Cantante, Frederico e Carvalho, Margarida (2012) *Desigualdades como problema: que políticas?* Observatório das Desigualdades
- Cardoso, Gustavo (2014) *Os Media na Sociedade em Rede*, Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.
- Cardoso, Gustavo e Jacobetty, Pedro (2013) “Surfing the Crisis: Cultures of Belonging and Networked Social Change” in *Aftermath*, Oxford: University Press.
- Carvalho, Tiago (2012) *Classes Sociais E Cidadania Política: Portugal Em Perspetiva Comparada*, Atas do VII Congresso Português de Sociologia
- Casanova (1995) *Uma avaliação conceptual do “habitus”*. Sociologia, Problemas e Práticas, 18
- Castells, Manuel (2012) *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Era*, Cambridge: Polity Press
- Estanque, Elísio (2014), *Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013)*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 103
- Estanque, Elísio (2012), *Labour relations and social movements*, in Erasga, Denis (org.), *Sociological Landscapes: Theories, Realities and Trends*. Rijeka: INTECH/ Open Access Publishing.
- Foucault, Michel (2005 [1975]) *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petropolis: Editora Vozes
- Giddens, Antony (2010), *Sociologia*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian (8º edição)
- Giddens, Anthony (1995) *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora
- Harvey, David (2012), *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso Books
- Lima, Maria da Paz Campos e Artiles, António Martin (2014), *Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 103
- Martins, Susana da Cruz (2003) *Novos associativismos e tematização na sociedade portuguesa*. Sociologia, Problemas e Práticas, 43
- Nunes, Cristina Isabel de Oliveira (2010). *Expressões alterglobais na sociedade portuguesa: ecos transnacionais de novas formas de acção colectiva?*. Dissertação de mestrado no ISCTE.
- Nunes, Nuno (2013), *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa: Editora Mundos Sociais
- Observatório das Desigualdades: <http://observatorio-das-desigualdades.com>
- Polanyi, Karl (2012 [1944]), *A Grande Transformação*, Lisboa: Edições 70

Movimentos Sociais e Ação Coletiva

Standing, Guy (2014a) *O precariado e a luta de classes*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 103

Standing, Guy (2014b) *O precariado – a nova classe perigosa*, Editora Presença

Touraine, Alain (1992), *Beyond social movements in Theory, Culture, and Society*, 9).

Touraine, Alain (1994). *Crítica da Modernidade*. Lisboa: Instituto Jean Piaget.

5. O movimento sindicalista revolucionário brasileiro: interpretações e debates a respeito do tema na imprensa operária do início do séc. XX

João Carlos Marques, Doutorando pelo ISCTE-IUL, Bolsista CAPES jcmss@iscte-iul.pt.

Introdução

“Os anarquistas conscientes nunca pretenderam que um sindicato se declarasse artificialmente anarquista. Se o fizessem, ou só ficariam nele os anarquistas, passando a ser um grupo de ideias, como os outros grupos anarquistas, sem ter, portanto a utilidade particular do agrupamento de interesses do sindicato...”

Neno Vasco, *A Aurora*, Porto, nove de Março de 1913.

“Habituei-me a pensar que os anarquistas devem esforçar-se por dar aos sindicatos operários uma tendência franca e declaradamente libertária, e até agora não me foi possível tomar outra orientação.”

João Crispim, *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro 20 Junho de 1914.

O artigo pretende propor uma reflexão sobre o carácter internacionalista da imprensa anarquista e sindicalista do início do século XX, por meio da circulação de ideias no espaço transatlântico, sobretudo entre brasileiros e portugueses nos primeiros anos do século XX. O objetivo é perceber as diferentes estratégias defendidas pelos anarquistas, neste período, a respeito do método de organização social e política do proletariado, que recebeu o nome de sindicalismo revolucionário.

Temas como a “concepção anarquista do sindicalismo” ou o “sindicalismo bastar-se-á a si próprio” constituiu um importante campo de debate entre libertários e “sindicalistas puros” em âmbito internacional.

A imprensa anarquista e sindicalista procurou sistematizar ideias e teorias sobre o método de organização dos trabalhadores, buscando a fórmula mais eficaz para vencer os antagonismos da sociedade capitalista. Nos primeiros anos do século XX, o sindicalismo de carácter revolucionário, parecia então corresponder ao estado de espírito do operariado internacional, o movimento expandia-se da Europa para outros países por meio da circulação de ideias e pessoas.

No Brasil as práticas assumiram características próprias da realidade do país, em plena Primeira República.

Com o objetivo de explorar as potencialidades da circulação de ideias, para a história do movimento operário brasileiro, iremos tomar como objetos de análise os jornais *A Aurora* do Porto e *A Voz do Trabalhador* do Rio de Janeiro. Estes jornais apresentam uma intensa “troca de opiniões” a respeito do sindicalismo e do anarquismo, que atravessaram as fronteiras nacionais, revelando uma tendência do movimento anarquista, bem como da imprensa libertária e sindicalista, o internacionalismo. Como bem destacou Caroline Poletto, a “imprensa anarquista apresenta diversas características que favorecem uma abordagem transnacional sendo, a principal delas, o internacionalismo e o consequente intercâmbio entre periódicos, o que resulta em ações de combate e eventos recorrentes.”¹

Uma abordagem da imprensa anarquista e sindicalista, que privilegia um campo de análise transnacional, permite compreender as características da ação libertária em diferentes países, e assim perceber a conexão entre cada um, ou então as trocas culturais, que segundo José D’Assunção Barros “oferecem por exemplo um vasto leque de possibilidades de estudo às ‘histórias transnacionais’”.²

Em outras palavras o cruzamento dessas fontes permite ao historiador compreender melhor a “nebulosa anarquista”, na expressão de João Freire, pois o movimento libertário, tanto em outros países como Portugal, apresenta um “conjunto complexo de elementos sempre em movimento cujas trajetórias não é possível prever antecipadamente”.³

O cruzamento de fontes de diferentes países, como por exemplo, a polêmica envolvendo o português Neno Vasco e o militante da Federação Operária de Santos, João Crispim, entre 1913 a 1914, para além de representar a existência de uma dialética entre militantes, ou simplesmente divergências internas do movimento anarquista (que de certa forma poderia frear a dinâmica do movimento operário) configura a existência de uma grande rede de comunicação em nível internacional. Pois, conforme destaca Marcel van der Linden, “os interesses imediatos dos

¹ POLETTO, Caroline. Por uma história transnacional da imprensa anarquista e anticlerical: a repercussão do caso Ferrer pelas páginas subversivas argentinas, brasileiras e espanholas (1909-1916). Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial – eISSN 21783748 – IEPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.133. Neste estudo, a partir da repercussão da execução do educador racionalista Francisco Ferrer na imprensa anarquista de São Paulo, Buenos Aires e da Espanha, Caroline Poletto, explora as possibilidades da história transnacional para a história do trabalho.

² BARROS, José D’Assunção. Histórias cruzadas - considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n. 40, dez. 2014, p. 281.

³ FREIRE, João. 100 anos de anarquismo em Portugal: 1887-1987. Catálogo da exposição bibliográfica, iconográfica. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1987, p. 27.

trabalhadores em uma parte do mundo podem ter repercussões diretas para os interesses imediatos dos trabalhadores em outra parte.”⁴

Ou seja, pretende-se compreender os laços em comum entre o operariado dos dois lados do Atlântico, enquadrando as discussões sobre o sindicalismo e o anarquismo em uma perspectiva transnacional, ou até mesmo, “global de entendimento da classe trabalhadora e de sua história.”⁵

Consideramos por “transnacional”, um quadro analítico que “coloca todos os processos históricos num contexto mais amplo, por ‘menores’, em termos geográficos, que sejam esses processos comparando-os com processos históricos em outros países, estudando as interações internacionais, ou usando uma combinação de ambos.”⁶

Portanto, ao referimos ao conceito de “internacionalismo proletário”, consideramos um conjunto de práticas como “as ações coletivas de um grupo de trabalhadores de um país, que deixa de lado seus interesses de curto prazo como grupo nacional em prol de um grupo de trabalhadores de outro país, a fim de promover seus interesses de longo prazo como membros de uma classe transnacional.”⁷

Segundo Linden, pode-se encontrar o “internacionalismo proletário” nas “motivações *econômicas*, e cooperação internacional pode também ser de fundo *político*”. Ainda para o Linden “isso ocorre na forma de ações coletivas visando promover ou se contrapor a um determinado modelo político”, não possuindo qualquer ligação com os Estados, e “ocorreu com frequência entre 1917 e 1921, período que assistiu a um surto de ação em escala global que não tinham origem em interesses próprios de curto prazo, mas sim na aspiração de criar uma ordem social nova e mais justa.”⁸

Após essas breves considerações sobre as potencialidades da “nova história do trabalho”, como a perspectiva transnacional, pretende-se perceber a circulação de ideias em um espaço mais alargado, para além das fronteiras nacionais, enfatizando a problemática da presença anarquista no movimento sindicalista brasileiro e português nos primeiros anos do século XX.

As conquistas obtidas pela classe trabalhadora por meio do sindicalismo, como melhores condições de trabalho, redução na jornada, melhores salários, entre outras conquistas imediatas, despertaram em muitos anarquistas o interesse de levarem uma concepção revolucionária ao

⁴ LINDEN, Marcel van der. História do trabalho para além das fronteiras. Cadernos AEL, Vol. 17, nº 29, 2010, p. 60.

⁵ LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, Janeiro-Junho de 2009, p. 11-26.

⁶ LINDEN, Marcel van der. Trabalhadores do Mundo. 2013, p. 14.

⁷ Idem, p. 289.

⁸ Idem, p. 294.

movimento social dos trabalhadores. Os libertários viam no “sindicato um magnífico *terreno* maravilhosamente predisposto para o lançamento e germinação da *semente* anarquista, das ideias de emancipação social”, mas para alguns militantes o processo revolucionário que derrubaria a sociedade burguesa seria “obra directa do povo” e não somente dos anarquistas.⁹

O historiador brasileiro Tiago Bernardon de Oliveira destaca que essa aproximação iniciou em França a partir de 1884 quando anarquistas de todo o mundo enxergavam as “possibilidades revolucionárias” do sindicalismo independente.¹⁰

Com a presença anarquista, sobretudo de intelectuais, jornalistas, entre outros setores mais “qualificados” do operariado, desenvolve-se uma intensa “troca de opiniões” a respeito da estratégia anarquista nas associações operárias, que se prolongou por vários números. Temas como o “anarquismo no sindicato”, o “sindicalismo bastar-se-á a si próprio?” ou então a “concepção anarquista do sindicalismo” coloriram as páginas da imprensa anarquista e sindicalista, em um debate para além das fronteiras nacionais.

Segundo João Freire (no estudo introdutório da obra de Neno Vasco “concepção anarquista do sindicalismo”) o debate que se segue na imprensa operária e anarquista, em Portugal, ocorre de forma cortez, “um verdadeiro debate de ideias”, em que dialogam importantes figuras do movimento social português, como Emílio Costa, Manuel Ribeiro, Campos Lima, Adolfo Lima e Neno Vasco.¹¹

O debate, entre os militantes portugueses, ainda segundo Freire, pode ser definido em dois quadros teóricos, de um lado os anarquistas que embora considerem que o “sindicato seja o mais importante instrumento revolucionário e de emancipação social, se recusam a ver no sindicalismo uma teoria social nova que viesse equiparar-se ao socialismo e ao anarquismo” e de outro lado, os “sindicalistas puros” que consideram ser o movimento sindical a forma histórica assumida pelo ideal anarquista, não havendo, por isso, mais razão de separar um do outro.”¹²

Para compreendermos a “troca de opiniões” que se desenvolveu na imprensa operária, é importante, como destaca João Freire, ter em consideração que o espaço sindical é um lugar privilegiado para os libertários, pois, conforme destaca Freire no “estudo introdutório” do livro de Neno Vasco, os argumentos em favor da estratégia sindicalista, revela a importância dada

⁹ VASCO, Neno. A concepção anarquista do sindicalismo. Edições Afrontamento, Lisboa, 1984, 92.

¹⁰ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936). Universidade Federal Fluminense. Tese (Doutorado), 2009, p. 60.

¹¹ FREIRE, João. Estudo introdutório. In: A concepção anarquista do sindicalismo. Edições Afrontamento, Lisboa, 1984, p. 7-50.

¹² Idem, p. 25.

pelos libertários às “massas postas em movimento pela acção sindical, comparativamente a outras formas de luta e de agitação.”¹³

Porém, como alerta João Freire, deve-se levar em consideração que o “modo anarquista de interpretar o sindicalismo inclui necessariamente muitas considerações de ordem histórica, sociológica, política e doutrinária”.¹⁴

Em Portugal, a concepção anarquista do sindicalismo, foi tema do movimento social em quadro momentos decisivos, em que essas “concepções e práticas foram questionadas, no confronto das ideias, e nas representações dos actores em presença.”¹⁵ Em resumo o debate em Portugal, segundo Freire, caracteriza-se da seguinte maneira:

“Enquanto em 1913 são os sindicalistas puros que reivindicam a total autonomia, inclusive ideológica, da organização sindical, e, do outro lado, os anarquistas que lhes denegam tal pretensão, agora (1920-21) as posições vão curiosamente inverter-se. São os anarquistas que defendem à outrance a independência sindical, e até mesmo a auto-suficiência sindical para as tarefas transformadoras da revolução social, enquanto que os bolchevistas apontam a ‘consciência trade-unionista’ do sindicalismo e a necessidade de direcção política por parte de um agrupamento de vanguarda.”¹⁶

O debate, para além de contradições inerentes ao movimento anarquista, revela a preocupação dos libertários em se fazerem presentes no interior do movimento social dos trabalhadores, para que este não tomasse o rumo do campo político parlamentar, como considera o militante da Confederação Operária Brasileira Rozendo dos Santos¹⁷ em 1909, que “a interferência de políticos nessas mesmas agremiações só servirá de obstáculo às nossas justas aspirações”.¹⁸

Entre os anos de 1906 a 1914 importantes eventos de propaganda e construção do sindicalismo revolucionário acontecem no Brasil, o artigo de Rozendo dos Santos, situa-se, portanto, entre o Primeiro e o Segundo Congresso Operário Brasileiro, respectivamente em 1906 e 1913, ambos realizados no Rio de Janeiro. Nos dois eventos decidiu-se pela adoção aos métodos do sindicalismo revolucionário.

¹³ FREIRE, João. Estudo introdutório... op. cit. p. 17-18.

¹⁴ Idem, p. 17.

¹⁵ Idem, p. 19.

¹⁶ Idem, p. 29.

¹⁷ No mesmo artigo Rozendo dos Santos se declara um “admirador da grande obra lançada” por Bakunine, Kropotkin, Eliseu Reclus e Grave.

¹⁸ SANTOS, Rozendo dos. Sem ambages. A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 30/10/1909, nº 19, p.1.

A “troca de opiniões”, que “ventilou” nas páginas da imprensa operária entre 1913 e 1914 possui um importante significado histórico para compreensão do movimento sindicalista revolucionário, tanto em Portugal como no Brasil, de um lado pela continuidade das ideias dos anos anteriores, e por outro pelo contexto das décadas seguintes, na formação do Partido Comunista.

As “vésperas” do Segundo Congresso Operário de 1913, o debate em torno do tema ganharam as páginas da imprensa operária e anarquista, tendo como palco no Brasil o periódico *A Voz do Trabalhador*. No dia primeiro do mês de Setembro deste ano, Neno Vasco¹⁹, expõem suas opiniões, diante do que considera uma “declaração de princípios” da Federação Operária de Santos”, e que no seu entendimento “parece estar em contradição, não só com as bases e necessidades da organização da classe do operariado, mas sobretudo - com o anarquismo”. O militante teve conhecimento em Portugal da “declaração”, por meio de outro periódico brasileiro o *Germinal*, demonstrando certo interesse pelos assuntos relacionados ao operariado brasileiro. Uma prática muito comum no movimento anarquista, em que os assuntos e interesses ultrapassavam as fronteiras nacionais. Ao refutar as ideias defendidas nas páginas do periódico *Germinal*, Neno Vasco, num jornal sindicalista, expõem a sua visão para a organização dos trabalhadores salarizados. Em suas palavras:

“ou o sindicato é exclusivamente composto de anarquistas e só anarquistas admite; ou o sindicato agrupa profissionalmente os assalariados, sem distinção de finalidades políticas e sociais.

No primeiro caso, trata-se de um grupo de ideias, embora a base seja também a profissão. E como os anarquistas são uma pequena minoria, este grupo será reduzido e reduzido será a sua influência para suscitar os grandes movimentos de massa, mas ainda porque, separados da massa e entregues a si mesmo, os anarquistas tendem a tornar-se exclusivamente teóricos e a cultivar apenas o ideal que, não podendo, de golpe e á força de propaganda abstrata, ser compreendido pela maioria, não pode levar esta á ação e a organização necessária.”²⁰

O anarquista defende que o objetivo do sindicato é priorizar o carácter classista e não ideológico para os seus aderentes, ou seja, “apenas pela sua profissão e qualidade de salarizados”. E entende que a declaração oficial de um programa em favor do comunismo anarquista, “é um artifício autoritário de delegados ou representantes, não a expressão exata duma convicção

¹⁹ Sobre o militante português ver SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

²⁰ VASCO, Neno. O anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º/09/1913, nº 38, p.1.

sincera e refletida dos sindicatos. Portanto, nada menos anarquista, apesar do sentido desejo de servir ao anarquismo que com semelhante declaração mostram os seus promotores.”²¹

O mesmo posicionamento do anarquista português pode ser encontrado nas páginas do jornal anarquista *A Aurora* do Porto de Março de 1913. No artigo Neno Vasco expõe suas “concepções” sobre o sindicalismo e o anarquismo, mantendo uma unidade da sua visão. Assim como em *A Voz do Trabalhador* de Setembro de 1913, Neno Vasco considera o sindicalismo um “agrupamento dos produtores, como tais, no terreno econômico e da ação directa de classe”. E desta forma, o “anarquistas conscientemente nunca pretenderam que um sindicato se declarasse artificialmente anarquista”. Ou seja, para o militante, as ideias dos trabalhadores (seja ela sindicalista, socialista ou anarquista), “não podem ser doutrina oficial do sindicato”, nem “constituir condição de entrada nesse agrupamento.” O libertário ainda considera que:

Se o fizessem, ou só ficariam nele os anarquistas, passando a ser um grupo de ideias, como os outros anarquistas, sem ter, portanto a utilidade particular do agrupamento de interesses, do sindicato; ou o sindicato só seria anarquista de nome, por artifício autoritário - isto é, seria menos anarquista quando tal se declarasse. E se a doutrina adoptada fosse um conjunto, velho ou novo, de fórmulas, teorias e previsões optimistas, bem ou mal fundadas sobre o movimento sindical, chamasse-se embora ‘sindicalismo’ a essa teoria, ainda se iria contra o verdadeiro sindicalismo, pois não teriam lugar no sindicato os operário que não a professassem; republicanos, sociais-democratas, anarquistas, etc. seria um novo partido político, não a classe operária organizada. Uma das causas principais da dissolução e impotência da *Internacional* foi, como diz o velho internacionalista Malatesta, o facto de os *meneurs* atribuírem as suas próprias ideias á massa organizada.²²

Na edição de primeiro de Fevereiro de 1914, o militante da FOSP João Crispim responde ao artigo de a Neno Vasco de Setembro de 1913, dividindo as colunas de *A Voz do Trabalhador* com artigos sobre as repercussões do Segundo Congresso e as resoluções do Primeiro Congresso Brasileiro. Em seu artigo, a propósito da atitude dos anarquistas nos sindicatos, Crispim considera que:

“é preciso reconhecer que não devem limitar os meios de propaganda, devem batalhar até que os sindicatos façam a propaganda em geral das reivindicações proletárias, inclusive a abolição definitiva de todos elementos autoritários, até que propaguem o comunismo anarquista.

²¹ Idem

²² VASCO, Neno. Sindicalismo e Anarquismo. *A Aurora*, Porto, 09/03/1913, nº 137, p. 1.

Á medida que aumenta o número dos grupos, de entidades e de indivíduos que declaram e propagam abertamente um ideal, aumenta o número dos estranhos que examinam e aderem a este ideal.

É assim como se acelera a Revolução.”²³

Em Março de 1914, o periódico *A Aurora* do Porto, traz ao conhecimento do movimento social português, o posicionamento de João Crispim a respeito do “anarquismo no sindicato”. Com esse título e transcrevendo artigos de Malatesta, o militante brasileiro expõem, segundo sua visão, as características organizativas do momento social brasileiro, que devido “a renúncia do anarquismo dentro do sindicato”, em benefício da neutralidade e de agrupar todos os trabalhadores, levou no “Brasil, grande parte da organização operária orientada pelos anarquistas” a tomar “uma tendência corporativa, porque os anarquistas não faziam nos sindicatos a propaganda revolucionária, a propaganda das suas ideias, e ainda se opunham a que o mais audazes expusessem os ideais de emancipação dos trabalhadores, que não são outros senão os ideais anarquistas.”²⁴

Crispim revela que conhecia a realidade organizativa do movimento português, demonstrando o internacionalismo proletário da Federação Santista. O militante critica a ausência da propaganda libertária nos jornais sindicalistas brasileiros, que no seu entendimento tinha como consequência “apenas a resenha do movimento operário nas suas lutas pelas conquistas imediatas.” O mesmo, no seu entendimento, acontecia em terras portuguesas, pois o jornal “*O Sindicalista* de Lisboa, não vai além desta acção momentânea e portanto corporativa.”²⁵

A resposta de Crispim foi publicada inicialmente pelo periódico brasileiro em primeiro de Março de 1914, motivando, portanto a réplica de Neno Vasco, que de Portugal responde a Crispim. Inicialmente a folha anarquista *A Aurora*, em 29 de Março de 1914, publica o texto de Neno Vasco, e em seguida pela *A Voz do Trabalhador* em primeiro de Maio de 1914, dividindo as colunas com o significado da data para a classe trabalhadora. O texto não sofre alterações, nele é possível compreender que o carácter internacionalista das ideias anarquistas, rompe com as fronteiras, já que o mesmo projecto é defendido nos dois países. No artigo Neno Vasco também crítica à tendência corporativista, em suas palavras:

²³ CRISPIM, João. O anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º/09/1913, nº 48, p.7.

²⁴ CRISPIM, João. O Anarquismo no sindicato. *A Aurora*, Porto, 22/03/1914, p.3.

²⁵ Idem

Movimento sindicalista revolucionário

“Se João Crispim entendesse que o sindicato basta para tudo, poderia muito bem querer misturar as funções do partido com as da organização.

Mas temendo, como eu, que o espírito corporativista se sobreponha a cada passo ao espírito revolucionário, que a *luta de categoria*, sufoque amiúde a *luta de classe*, julgando, como eu, essencial e indispensável à acção dos anarquistas dentro e fora dos sindicatos, bem erroneamente o camarada Crispim vê nas declarações anarquistas de colectividades não anarquistas uma grande utilidade para a nossa propaganda. Pelo contrário: devia ver nelas um grave perigo para o anarquismo. Não é só a contradição teórica já referida - o que é fazer propaganda... ás avessas: é mais: o sindicato ou federação operária, que hoje se declara anarquista, pode amanhã declarar-se outra coisa, sob influência de um ou dois activos Joões Crispins não-anarquistas, ou o que é muitíssimo pior, pode amanhã praticar actos absolutamente contrários ao anarquismo, mas que por actos anarquistas passarão, em face da retumbante declaração coletiva. Este argumento, acho eu, deve ser absolutamente decisivo para um anarquista.”²⁶

O debate é retomado 20 de Junho de 1914, e é ventilado nas colunas de *A Voz do Trabalhador*, João Crispim, toma a palavra e promete escrever “algumas linhas sobre os pontos mais essenciais da questão.” Em suas palavras:

Habituei-me a pensar que os anarquistas devem esforçar-se por dar aos sindicatos operários uma tendência franca e declaradamente libertária, e até agora não me foi possível tomar outra orientação.

Mas Neno Vasco, com a boa vontade que o caracteriza, procura livra-me deste erro e, quem sabe, talvez consiga alguma coisa, se finalmente eu tiver capacidade para o compreender.

Efetivamente o facto de um sindicato operário, composto de monárquicos, católicos, protestantes, republicanos, socialistas, sindicalistas, etc., arvorar como bandeira oficial uma declaração de princípios comunistas é o cumulo das incoerências, é um disparate descomunal: até dá vontade de rir. (...) Entendo, portanto, que os anarquistas devem fazer a maior propaganda da acção revolucionária nos sindicatos, até que os seus ideais e métodos de luta sejam alvo das simpatias dos sindicatos e, desde esse momento é que devem pretender que estes façam coletivamente declarações de princípios anarquistas, afim de se demonstrar que o anarquismo não é somente o ideal de uma pequena minoria de perseguidos, é o ideal das classes operárias.

E os anarquistas, se não quiserem marchar de fracasso em fracasso, devem influir neste movimento imprimindo-lhe a sua orientação e as suas tendências. Porque, finalmente, o

²⁶ VASCO, Neno. O anarquismo no sindicato. A Aurora, Porto, 22/03/1914, p.3.

Movimento sindicalista revolucionário

movimento operário, no período agudo da luta, há de pronunciar-se por alguma tendência, há de decidir-se por algum princípio de organização econômico e social.

O sindicalismo não se basta a si mesmo, mas se os sindicatos resolvem encarar a solução de todo o problema social, não há inconveniente algum em apoiar a sua ação.

Todos os organismos tendem a bastar-se a si mesmos, e o sindicalismo chegaria verdadeiramente a realizar a sua obra de reivindicação proletária, abolindo todos os sistemas de escravidão. Unicamente assim seria uma realidade a máxima da Internacional dos trabalhadores: *‘A emancipação dos trabalhadores será obra dos mesmos trabalhadores.’*

O que de maneira alguma posso conciliar é essa divisão entre anarquismo e o movimento operário de resistência. Os métodos de ação direta, de pressão exterior contra o capitalismo e o Estado são propagados pelos anarquistas; a conquista de melhoras econômicas e morais, até a expropriação e liberdade completa dos proletários, tem o seu mais forte esteio no anarquismo.²⁷

Novamente de Portugal, Neno Vasco, responde o “camarada João Crispim” considerando que o artigo publicado no número 57 de *A Voz do Trabalhador*, “possa dar por finda a nossa troca de ideias, visto não surgirem argumentos novos, - não serão talvez descabidos alguns esclarecimentos.”:

“Tenho-o repetido dezenas de vezes, os anarquistas devem reclamar liberdade de propaganda e de ação no sindicato e nele fazer o mais largo uso dessa liberdade. E é claro que desejo, como anarquista, declarações *coletivas* do ideal que amo e defendo. Mas essas declarações coletivas, isto é, feitas por coletividades anarquistas e de anarquistas. É esse porventura o caso da Federação de Santos ou da Federação Regional Argentina,... E ainda que se reunissem num sindicato todos os anarquistas numa corporação, seriam porventura anarquistas os restantes membros dela, para os quais o sindicato deve ter as portas abertas, sob pena de perder o seu caráter específico e falhar á sua missão? Eis a questão.²⁸

Em Novembro do mesmo ano, visto estar efetivamente “a ponto de findar a discussão”, João Crispim parece estar satisfeito com os resultados do debate, pois segundo ele “serviu para elucidar pontos, modificar conceitos e opiniões.” O militante da FOSP finaliza seu texto deixando claro seu posicionamento, e com isso reforçando a pluralidade de concepções no interior do movimento anarquista. Segundo Crispim, “eu fiz e faço parte de associações que não

²⁷ CRISÍM, João. O anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 20/06/1914, nº 57, p. 1.

²⁸ VASCO, Neno. O anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 20/08/1914, nº 61, p. 2.

satisfazem o meu critério abertamente anarquista. Mas estou ali com um único fim, fazer propaganda do Ideal.”²⁹

No mês de Janeiro de 1915, o órgão oficial da C.O.B., ao lado do relatório da união Gráfica de São Paulo apresentado ao Congresso de 1913, traz ao operariado brasileiro, as teses aprovadas na Conferência Anarquista da Região do Sul reunida em Lisboa em Junho de 1914. O congresso com os militantes portugueses, que é realizado em plena polêmica sobre o tema, teve entre os seus proponentes o anarquista Neno Vasco, que assina o texto publicado em *A Voz do Trabalhador*, com um título sugestivo “os anarquistas no movimento operário”. Temas como “anarquismo e sindicalismo”, “o automatismo sindical”, “liberdade de propaganda no sindicato”, “o funcionalismo sindical”, “atitude dos anarquistas no sindicato”, “propaganda anarquista nos sindicatos”, “as reformas econômicas burguesas”, resume as principais ideias do anarquista português. A publicação das teses, em um momento que as resoluções do segundo congresso operário brasileiro ainda repercutiam no interior do movimento operário nacional, pode dizer muito sobre as estratégias anarquistas para a C.O.B.

A respeito do sindicato os congressistas portugueses aconselhavam:

“O sindicato não toma parte oficial em manifestações partidárias, não exerce funções que lhe não são próprias, age com os seus meios e no seu campo; mas nada mais. Unir forças não é nivelar tendências, nem abdicar de opiniões. Pelo contrário. A alma da união está na tolerância e no respeito mútuo das opiniões, assim como a alma do movimento operário é a livre expansão das ideias - procurando conquistar, não os estatutos e as declarações oficiais, mas o espírito dos associados e das massas, para se traduzir espontaneamente em factos.”³⁰

A respeito do funcionalismo sindical, consideram que os anarquistas “devem salvo circunstâncias especiais, necessidades e irremediáveis de outro modo - conservar-se simples sindicados, entre os sindicados, para suscitar energias, despertar consciência, impelir os indivíduos ação direta e á gerência direta do trabalho.”³¹

As ideias expostas por Neno Vasco no jornal *A Aurora* sob o título de “‘Sindicalismo e Anarquismo’” bem como “‘Sindicalismo Revolucionário’ escrito para o Almanaque d’A Aurora” também em 1913, “ou ainda a tese, por si defendida, apresentada pelo Grupo Brochura Social à Conferência Anarquista da Região do Sul realizada em Lisboa em Junho de 1914”, e

²⁹ CRISPIM, João. O anarquismo no sindicato. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 01/11/1914, nº 64, p. 2.

³⁰ VASCO, Neno. Os anarquistas no movimento operário. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1º/01/1915, nº 66, p.2.

³¹ Idem

ainda, as suas considerações em *A Voz do Trabalhador*, representam no seu conjunto “os argumentos, a linha de raciocínio inalterável que guiará a Concepção Anarquista do Sindicalismo em 1919/20”.³²

O livro de Neno Vasco pode ser considerado um importante³³ estudo histórico do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, pois, apresenta “o suficiente e o essencial das ideias do militante sobre o assunto”, inclui ainda, “as principais questões levantadas pelo sindicalismo, como movimento, e pelo anarquismo, como ideologia, bem como as relações entre ambos, e ainda alguns destes problemas colocados” por um anarquista.³⁴

Em 12 de Outubro de 1923, o jornal brasileiro *O Paiz* na secção “no meio operário”, juntamente com as resoluções e propostas da Assembleia da Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, surge uma nota sobre o livro de Neno Vasco, com o seguinte título: “concepção anarquista do sindicalismo e a construção civil.” Nela podemos perceber a continuidade da circulação das ideias expostas pelo anarquista português, para além do período que surgiu a polémica, e, sobretudo em um contexto em que o partido comunista brasileiro angariava adeptos no interior dos sindicatos. No comunicado assinado pelo secretário da União dos Operários da Construção Civil encontramos as seguintes informações sobre o livro:

“comunico que, atendendo a que muitos camaradas não terão oportunidade de adquirir o livro de Neno Vasco - ‘Concepção Anarquista do Sindicalismo’ - embora o seu preço, 1\$500, seja relativamente baixo, a União dos Operários em Construção Civil resolveu facilitar a sua leitura aos trabalhadores em geral, para o que destinou alguns exemplares do excelente livro, que irão sendo emprestados á medida que os pedidos forem feitos na secretaria. Será conveniente que os companheiros que desejem tomar emprestado o referido livro façam seus pedidos verbalmente, na secretaria, ás quartas-feiras, das 19 horas em diante - O secretário.”³⁵

³² FREIRE, João. Estudo Introdutório... op. cit. p. 12.

³³ Como sublinha João Freire, o livro de Neno Vasco, surge em um contexto político fortemente marcado por eventos internos e externos a classe trabalhadora portuguesa, neste sentido com a sua publicação Vasco procurava criar “uma arma teórica fundamental e reflectida capaz de fazer face aos estragos causados pela euforia bolchevisante.” FREIRE, João. Estudo Introdutório... op. cit. p. 37.

³⁴ VASCO, Neno. A concepção... op. cit. Lisboa, 1984. p. 8.

³⁵ O Paiz, 12 de Outubro de 1923, p. 6, disponível em Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. http://memoria.bn.br/docreader/178691_05/14910.

No dia seguinte, no mesmo jornal, a União dos Operários em Construção Civil comunica novamente a disponibilização do livro. Também fez o mesmo no jornal *O Brasil* em 16 de Outubro de 1923, na coluna “Vida Proletária”, na página quatro.³⁶

Em de Novembro de 1923, as colunas de *O Paiz* traz um novo comunicado sobre a circulação do livro: “Os que queiram ler esta obra poderão adquiri-la na sede da Construção Civil, pela módica quantia de 1\$500. Os que não tendo os 1\$500 ou não queiram perde-los... poderão tomar o livro emprestado, também naquela sede.”³⁷

Considerações finais

A circulação de ideias pode oferecer um grande recurso para compreender a história da classe operária, sendo fundamental para uma perspectiva transnacional ou global. Pois, tanto anarquistas, quanto sindicalistas, comunistas, entre outras correntes políticas-ideológicas, cruzaram o Oceano Atlântico para fazerem propaganda do seu programa político e social á classe trabalhadora. Portanto a análise deste movimento de ideias, para além de revelar as divergências entre os propagadores, pode desvendar uma grande rede de comunicação, em que uma “cultura política” era compartilhada, seja ela revolucionária ou não.

Mesmo Neno Vasco, constituindo-se enquanto um indivíduo histórico que parte do Atlântico Norte, suas ideias podem revelar muito sobre as práticas e estratégias dos anarquistas para o movimento operário em âmbito internacional. Seu papel, na construção de uma cultura compartilhada, ou então no sentido de promover uma “cultura política” internacionalista, são fundamentais para perceber o sindicalismo revolucionário que se desenvolveu no Brasil, e também em Portugal nos primeiros anos do século XX. As suas concepções sobre o anarquismo e o sindicalismo, que defendeu após o seu retorno á Portugal, podem ter sido aprofundadas no período que viveu no Brasil, em que o militante aproximou-se das ideias organizativas propostas pelo anarquista italiano Errico Malatesta.

Fontes primárias

A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 30/10/1909, nº 19. NDPH - UEL

A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 1º/09/1913, nº 38. NDPH - UEL

A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 1º/09/1913, nº 48. NDPH - UEL

A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 20/06/1914, nº 57. NDPH - UEL

³⁶ Disponível em Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. <http://memoria.bn.br/DocReader/028002/3190>.

³⁷ *O Brasil*, 16/11/1923, p. 7, disponível em Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro http://memoria.bn.br/DocReader/178691_05/15301.

A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 20/08/1914, nº 61. NDPH - UEL
A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 01/11/1914, nº 64. NDPH - UEL
A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, 1º/01/1915, nº 66. NDPH - UEL
A Aurora, Porto, 09/03/1913, nº 137. Biblioteca Nacional de Lisboa.
A Aurora, Porto, 16/03/1913, nº 138. Biblioteca Nacional de Lisboa.
A Aurora, Porto, 28/03/1913, nº 139. Biblioteca Nacional de Lisboa.
A Aurora, Porto, 13/04/1913, nº 112. Biblioteca Nacional de Lisboa.
A Aurora, Porto, 21/12/1913, nº 178. Biblioteca Nacional de Lisboa.
A Aurora, Porto, 22/03/1914, nº 191. Biblioteca Nacional de Lisboa.
A Aurora, Porto, 29/03/1914, nº 192. Biblioteca Nacional de Lisboa.
O Paiz, 12/10/1923. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
O Paiz, 13/10/1923. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
O Paiz, 16/11/1923. Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Bibliografia

BARROS, José D'Assunção. Histórias cruzadas - considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, dez. 2014, p. 277-310.

FREIRE, João (org). *100 anos de anarquismo em Portugal: 1887-1987*. Catálogo da exposição bibliográfica, iconográfica. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1987.

FREIRE, João. Estudo introdutório. In: *A concepção anarquista do sindicalismo*. Edições Afrontamento, Lisboa, 1984.

_____. *Anarquistas e operários: Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto, Edições Afrontamento, 1992.

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jul./dez. 2015, p. 571-595.

LINDEN, Marcel van der. Trabalhadores do mundo.

_____. *Historia do trabalho para além das fronteiras*. Cadernos AEL, Vol. 17, nº 29, p. 33-65, 2010.

_____. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, Janeiro-Junho de 2009, p. 11-26.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Universidade Federal Fluminense. 2009. Tese (Doutorado).

PEREIRA, Joana Dias. *Sindicalismo revolucionário a história de uma ideia*. Lisboa: CNCCR e Caleidoscópio. 2011.

PINHEIRO, Paulo Sergio; HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930, documentos*. São Paulo, Alfa-Ômega, v. 1, 1979.

Movimento sindicalista revolucionário

POLETTI, Caroline. Por uma história transnacional da imprensa anarquista e anticlerical: a repercussão do caso Ferrer pelas páginas subversivas argentinas, brasileiras e espanholas (1909-1916). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial – eISSN 21783748 – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.133.

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

VASCO, Neno. *A concepção anarquista do sindicalismo*. Edições Afrontamento, Lisboa, 1984.

WERNE, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Textos de História*, vol. 11, nº 1/2, 2003, p. 89-127.

**6. «Agarra que é grevista»¹ (1872-1894)
um olhar sobre a repressão e o policiamento nos periódicos operários
(uma investigação em curso)**

João Lázaro, ISCTE (CIES-ISTE), Bolseiro de Doutoramento FCT

joaodizlazar@gmail.com

As sociedades europeias na segunda metade do século XIX são caracterizadas pela consolidação e o desenvolvimento das práticas policiais, nomeadamente, nos grandes centros urbanos. A sociedade liberal demonstrava uma grande preocupação à questão da ordem pública, com os regimes liberais alarmados pelos históricos acontecimentos que outrora tinham mergulhado a Europa na “desordem” e “revolução”, particularmente a Revolução Francesa, a Primavera dos Povos (1848) e a Comuna de Paris (1871). O historiador inglês Eric Hobsbawm fez notar que depois de 1848 muitos estados europeus fizeram questão de edificar na máquina do estado «forças policiais modernas, em muitos casos nacionais»². O movimento operário e corpos policiais são ambos, em certa medida, construções históricas das sociedades liberais, embora o primeiro seja resultado de uma direta necessidade de consolidação e salvaguarda do estado liberal.

Em Portugal vários estudos³ focam a sua atenção na construção de um sistema policial moderno, com as forças da ordem pública a incorporar uma vertente acentuadamente militarizada, a praticar trabalho de controlo sobre eventuais desordens públicas e uma atitude vigilante e punitiva, com base em normas de natureza morais e de salubridade. Nesta lógica diversos estratos da sociedade, entre os quais os chamados grupos marginais (caso das prostitutas e mendigos) e os grupos tendencialmente subversivos (caso do movimento operário) estavam sob um atento e vigilante olhar policial.

Portugal da segunda metade do século XIX vai desfrutar de uma estrutura policial inspirada no caso do Reino Unido, nomeadamente de Londres que será o grande modelo aplicado um pouco por toda a Europa e na América do Norte⁴. Os corpos policiais modernos surgem em Portugal com a criação das Guardas Municipais (1834) e, sobretudo, com a Polícia Civil (1867). Estas autoridades de ordem pública eram tuteladas diretamente, ou indiretamente,

¹ O Pensamento Social, 25 de março de 1873, 2.º ano, N.º 49, p. 1.

² Hobsbawm, Eric, (2001), A Era das Revoluções, Lisboa, Editorial Presença, p. 196.

³ Gonçalo Rocha Gonçalves, Marco Pova, Maria João Vaz e Diego Palacios Cerezales.

⁴ Confrontar, Gonçalo Rocha Gonçalves, (2012), Civilizing the Policeman: Police Reform, Culture and Practice in Lisbon, c.1860-1910, Dissertação de Doutoramento, The Open University (Reino Unido).

pelo Ministério do Reino (Interior), Governador Civil e Câmara Municipal. Se a Guarda Municipal era uma força mais musculada e militarizada com uma componente de mobilidade que permitia ser chamada a intervir no espaço público quando a desordem já estava de facto a acontecer, a Polícia Civil era um corpo menos militarizado, com a tarefa de policiar as capitais de distrito, realizando um patrulhamento a pé e preventivo. A lógica policial ao longo dos anos sofreu várias reorganizações, nas quais é de destacar a de 1893 que nomeava como comandante da Polícia um oficial superior do Exército⁵.

O período balizado neste artigo corresponde a uma época em que o movimento operário português apresenta sinais de uma vertente organizacional e ideológica crescente, intensificando e mobilizando um debate público sobre o universo operário, nomeadamente através do desenvolvimento da imprensa operária e da constituição de estruturas organizativas e representativas do mundo operário das quais é de destacar as inúmeras associações de classe que acabam por se tornar núcleos fundamentais de direção das lutas operárias mesmo não estando legalizadas. Efetivamente nos últimos quartéis do século XIX o movimento operário é caracterizado por uma implosão do ordeiro *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, um espaço que virá a ser preenchido pela *Fraternidade Operária* que, por seu turno, dará origem ao *Partido Socialista*. Ou seja, estamos perante um período onde o socialismo português é encabeçado por um leque novo de dirigentes (José Fontana, Azedo Gneco, Antero de Quental, Oliveira Martins, Nobre França, José Tedeschi, etc.), acompanhados por históricos dirigentes da década de 50, caso de um Sousa Brandão ou de Carlos Ramiro Coutinho (Visconde de Ouguela). Ou seja, um período caracterizado pela decadência do chamado *socialismo utópico* (totalmente dominante entre 1850-60) face à ascensão do denominado *socialismo científico*. Um reflexo do que sucedia no plano internacional, nomeadamente com a edificação da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), fundada em 1864 e a Comuna de Paris de 1871. Segundo a historiadora Ana Maria Alves a Comuna de Paris terá sido nuclear para estimular os «esforços em Portugal para o levantamento do partido operário [e socialista]»⁶. Algo reconhecido pelo próprio movimento operário português na origem da *Fraternidade Operária*:

«Esta Associação foi produzida pelos acontecimentos relativos à indústria nos países estrangeiros.

De toda a parte soava a palavra greve, de todas as terras chegavam notícias do movimento

⁵ O escolhido foi o Major José António Morais Sarmiento que esteve até ao triunfo da República (1910) à frente dos destinos da polícia nacional.

⁶ Alves, Ana Maria, (1971), Portugal e a Comuna de Paris, Lisboa, Editorial Estampa, p. 161.

operário. Sentia-se que a classe operária portuguesa estava próxima a precipitar-se desordenadamente no período das reclamações»⁷.

O olhar do movimento operário sobre a polícia reflecte a interpretação dos dirigentes socialistas sobre a própria sociedade liberal. As forças da ordem e sua postura eram vistos como uma resposta do estado liberal às denominadas preocupações da «oligarquia burguesa» referentes à manutenção da ordem pública, da segurança e da disciplina. Esta intitulada «oligarquia burguesa» era um desenho entre os proprietários e capitalistas que constituíam um género de “companhia anónima” que tinha como fim a exploração das camadas trabalhadoras. Uma força social que detinha uma nuclear presença no governo, fazendo com que o regime liberal fosse encarado como uma estrutura policiada, que subsistia pelo recurso à vigilância, repressão e violência, no sentido de conservar os privilégios. Nesta lógica o regime liberal defendia os privilégios da burguesia e dos poderosos «recorre[ndo] à força brutal: organiza os exércitos e a polícia»⁸. De facto o regime liberal dava uma especial atenção ao movimento operário. O mundo liberal comentava e debatia os riscos de uma eventual «desordem» realizada pelas camadas operárias e socialistas. No parlamento esta postura era evidente, por exemplo, em inícios de fevereiro de 1888. Nessa data o deputado Lopo Vaz alertava o ministro da justiça para a necessidade de uma maior atenção por parte das autoridades sobre o movimento operário, pois embora não tivesse dados sobre o número de militantes ao serviço das doutrinas do partido socialista, era importante o estado não esquecer que em «nenhum caso pode permitir-se ou tolerar-se [...] programas ou meios de execução incompatíveis com os limites regulares, isto é, com o estado da legalidade constituída»⁹.

As forças policiais são encaradas pelo movimento operário como uma pura necessidade da burguesia, os bastiões de um regime que, à luz do olhar dos socialistas, preferia dar «cacete do que a instrução»¹⁰. Várias vezes fica demonstrado que os jornais operários não confiavam nas instituições policiais, tratando-as como um simples «bando de marotos»¹¹. A Polícia Civil de Lisboa é vista como uma instituição de tradições de brutalidade e agressividade composta por um bando de desordeiros, ao passo que a Guarda Municipal é encarada como uma autêntica selvajaria, dirigida pelo Barão do Rio Zêzere que era alcunhando como o «barão bruto e barão do chicote»¹². A polícia é fortemente criticada nas páginas dos jornais operários, sendo acusada de

⁷ O Pensamento Social, 20 de outubro de 1872, 1.º ano, N.º 27, p. 3.

⁸ O Pensamento Social, abril de 1872, 1.º ano, N.º 10, p. 1.

⁹ Câmara dos Senhores Deputados, 10 de fevereiro de 1888, p. 451.

¹⁰ O Protesto. Periódico Socialista, setembro de 1876, N.º 58, 2.º ano, p. 3.

¹¹ O Protesto. Periódico Socialista, setembro de 1876, N.º 58, 2.º ano, p. 3.

¹² O Protesto. Periódico Socialista, junho e 1877, N.º 98, 2.º ano, p. 2.

não proteger os fracos, mas perturbar o pequeno comércio com as suas rusgas e visitas, multar os carroceiros sem matrícula, detenção dos vadios e tentar evitar os enterros civis pois era chamada a intervir em vários casos no sentido de forçar um enterro católico, sendo chamada pelo movimento operário de «policia paroquial».

«A policia, essa sophismação do Estado, alarga mais a mais as suas atribuições. Vigia pela moral íntima e legaliza a prostituição: vela pela independência pessoal e passa as cartas de servidão; guarda a propriedade e legaliza o roubo da força-trabalho, único património deixado aos trabalhadores»¹³.

Em finais de Setembro de 1873 um grupo de importantes dirigentes socialistas (Azedo Gneco, Nobre França, António Policarpo da Silva Lisboa, António Henrique Sotto Maior Júdice e António Lúcio Fazenda) e detido em Lisboa por se terem recusado a dispersar e dirigido ofensas à agente da autoridade. No dia seguinte o grupo é escoltado pelos guardas municipais a um juiz, acabando por ser colocado em liberdade depois do pagamento de uma fiança. Todo este processo de detenção é condenado nos jornais operários, afirmando que «a condução dos presos por meio da população, entre escoltas, é uma pena infamante, não imposta pela justiça convencional dos tribunais, mas motivada pela parte da policia, feita pelo assalariado armado»¹⁴. Em 1888 num comício operário que os jornais afirmam ter juntado mais de 8 mil pessoas, há a informação que «mais de «duzentos policias espalhavam-se pelo recinto, mostrando as chapas das bonets, destacando-se do fundo negro da multidão»¹⁵. Uma presença que irrita claramente os oradores socialistas, chegando a ser afirmado que a presença policial era inútil nas reuniões operários, sendo urgente o governo reconhecesse que se tratavam de homens em protestos e não crianças. De facto o policiamento vai ser uma constante durante as manifestações públicas operárias. Até a própria simbologia operária é alvo de repressão, caso da proibição do uso do estandarte vermelho pela policia em algumas manifestações operárias. Como é conhecido pelo trabalho do historiador Carlos da Fonseca¹⁶, as comemorações do 1º de Maio em Portugal eram fortemente policiadas havendo a informação nos jornais operários que no comício do 1º de Maio de 1890 perante milhares de operários o comissário-geral da Policia (Morais Sarmiento) ocupou

¹³ O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista, 28 de outubro 1888, N.º 339, 6.º ano-24, p. 1.

¹⁴ O Pensamento Social, 4 de outubro de 1873, N.º 55, 2.º ano, p. 1.

¹⁵ O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista, 15 de janeiro de 1888, N.º 300, 5.º ano-88, p. 2.

¹⁶ Fonseca, Carlos da (1990), O 1º de Maio em Portugal 1890-1990 crónica de um século, Antígona.

posição em cima do palco juntamente ao lado dos dirigentes e oradores socialistas, observando essa manifestação de um ponto privilegiado¹⁷.

As próprias reuniões das diversas associações operárias são alvo de um aparato policial, sendo constantemente noticiado nos jornais operários a presença de polícias nas reuniões operárias, como nos locais de trabalho. Quando em Julho de 1872 a classe de calafates de Lisboa (ligada à *Associação Fraternidade Operária*) aprova apresentação de reivindicações relacionadas com o horário de trabalho, evidenciando que em caso de recusa os operários «não prestariam os seus braços para o trabalho»¹⁸, provoca movimentações policiais em torno do arsenal de Lisboa. Os jornais operários não deixaram de noticiar tais acontecimentos como um «aparatoso ato de ostentação da força pública»¹⁹, com a Polícia Civil a marcar presença em força no largo do Pelourinho, vários espiões bisbilhotavam o arsenal, o próprio comandante da Guarda Municipal era vista a circular na Rua do Arsenal e no quartel do Carmo estavam soldados em prevenção. Em 1894, durante uma greve dos operários corticeiros da casa Vialonga o jornal do Partido Socialista escrevia que «a polícia tem feito das suas, prendendo operários sem razão alguma. A polícia em toda a parte [...] está sempre ao dispor do capital e contra o trabalho»²⁰.

Durante a paralisação do trabalho na fábrica de tabaco no Porto, em Março de 1873, a *Fraternidade Operária* acusava a polícia de compactuar e servir os interesses dos proprietários, afirmando categoricamente que a polícia procurava operários para substituir os operários em greve, chegando a deslocar-se «as aldeias próximas do Porto, e arrancar[em um] bom número de crianças às famílias»²¹ no sentido de colocar a fábrica a produzir. Esta acusação de sequestro de menores por parte da polícia que seriam colocados nas fábricas foi levada pelos dirigentes socialistas ao Governador Civil do Porto. Vários casos relacionados com greve e o comportamento da polícia são relatados no jornal, sendo comunicado que por diversas vezes os operários em greve eram provocados pela polícia, que dava ordem de prisão aos trabalhadores apelidando-os de «patifes» e gritava «agarra que é grevista»²².

Os dirigentes socialistas também criticavam a acção e presença da autoridade na vida interna do associativismo operário. Por norma as reuniões da *Fraternidade Operária* eram vigiadas e anotadas por agentes policiais. O órgão oficial da *Fraternidade Operária* dá conta que as sessões da assembleia-geral tiveram a presença do comissário da 3ª divisão policial, um chefe

¹⁷ Confrontar, O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista, 11 de maio de 1890, N.º 418, VIII ano, p. 2.

¹⁸ O Pensamento Social, 28 de julho de 1872, 1.º ano, N.º 21, p. 1.

¹⁹ O Pensamento Social, 28 de julho de 1872, 1.º ano, N.º 21, p. 1.

²⁰ O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista, 21 de janeiro de 1894, N.º 586, X ano, p. 2.

²¹ O Pensamento Social, 02 de março de 1873, 2.º ano, N.º 46, p. 1.

²² O Pensamento Social, 25 de março de 1873, 2.º ano, N.º 49, p. 1.

de esquadra, um cabo de secção e um agente. O policiamento era realizado no interior das sessões e dos debates do associativismo operário, sendo assim «tomados os nomes dos membros que compõem as mesas»²³, noutras situações o próprio agente recomendava ao presidente da assembleia operária para recompor a ordem e abandonar o debate de certos assuntos. Por outro lado, é afirmado que a polícia se infiltrava, disfarçada de operários, nas assembleias operárias, chegando a ter «a benevolência de apoiarem os oradores»²⁴. Para o movimento operário esta prática policial era um autêntico atropelo a liberdade de associação.

A questão da prostituição (ou das «meretrizes» se quisermos aplicar um termo da época) é abordada por este leque de socialistas portugueses, que mostrava estar atento a documentação oficial, nomeadamente, aos mapas de mapas de 1869, 1870 e 1871²⁵, da autoria da Polícia Civil de Lisboa, referente a prostituição. É um assunto social retratado com enorme preocupação, que provocava vários problemas de salubridade e de saúde pública. Por exemplo, a questão das doenças sexualmente transmitidas eram retratadas nos jornais, por exemplo, como uma causa para a «extinção da raça humana por meio da sífilis»²⁶ devido a prostituição. Os jornais operários afirmavam que as causas para a prostituição seriam os desequilíbrios e desigualdades sociais existentes na sociedade, à inexistência de trabalho digno para a mulher, a falta de instrução, os longos horários de trabalho, mas também a falta de fiscalização dos corpos policiais que, na verdade, eram encarados como habituais clientes das casas de prostituição.

Este olhar com grande carga negativa que paira sobre a polícia e a sua repressão e comportamento não é exclusivamente pertença do mundo e jornais operários. Diversas vezes os socialistas citam outros jornais que elaborava textos criticando as práticas policiais, caso do *Diário da Manhã* e *O Jornal do Comércio*. Inclusive alguns desses artigos aconselhava os leitores a andarem precavidos com algum pau ou revolver, pois ilustravam o polícia como um «homem habilitado para realizar a desordem»²⁷. Anos mais tarde o jornal do *Partido Socialista* escrevia no seu jornal uma violenta ameaça em defesa de alguns princípios democráticos:

«E, se a polícia, o governo, seja quem for, não proceder eficazmente no sentido de garantir a vida dos cidadãos sem distinção de crenças ou de princípios, nos aconselharemos então um remédio eficaz aos que combatem as instituições — previnam-se com um bom revolver e façam saltar os

²³ O Pensamento Social, 13 de outubro de 1872, 1.º ano, N.º 26, p. 4.

²⁴ O Pensamento Social, junho de 1872, 1.º ano, N.º 17, p. 3.

²⁵ Os jornais operários também apresentam e abordam as estáticas elaboradas pela polícia sobre criminalidade, nomeadamente em Lisboa.

²⁶ O Pensamento Social, março de 1872, 1.º ano, N.º 3, p. 2.

²⁷ Citado em, O Protesto. Periódico Socialista, setembro de 1877, N.º 109, 3.º ano, p. 2.

«Agarra que é grevista»

miolos ao primeiro infame que atentar contra a inviolabilidade da nossa existência de homens e da nossa missão de escritores»²⁸.

Não deixa de ser interessante que no próprio parlamento há debates inflamados em torno do papel policial em acontecimentos operários. Por exemplo, em Maio de 1889 o deputado liberal, João Pinto dos Santos, exigia com urgência a presença do ministro do Reino no parlamento para dar explicação sobre a repressão policial num encontro operário em Lisboa: «a fim de dar explicação às cortes sobre o inaudito atentado às liberdades públicas e à segurança dos cidadãos cometido [...] pelas autoridades polícias na cidade de Lisboa»²⁹. Este deputado afirma que ele próprio tinha estado presente nesse comício socialista e, embora não tivesse apreciado os discursos dos oradores socialistas que na sua óptica eram ofensivos para o governo e as próprias instituições, não tinha concordado com o comportamento dos agentes da autoridade que efetuaram uma carga sobre a multidão, acabando o próprio deputado de ser impedido por grupo de polícias de abandonar a zona, sentindo-se atacado fisicamente e verbalmente, contado aos restantes deputados a sua experiência:

«[os polícias] deram-me voz de preso, mas eu que reparei para o tablado e que vi ali o Sr.º Comissário de polícia, Pedroso de Lima, que foi meu condiscípulo, disse aos polícias que me levassem perante ele para me mandar soltar, visto que eu não podia ser preso por ser deputado»³⁰.

Bibliografia

O Pensamento Social: não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres, Direção de José Fontana e Antero de Quental, fevereiro de 1872 - outubro de 1873. Lisboa, Tipografia Futuro - online - <http://purl.pt/24874>

O Protesto Operário: órgão do Partido Operário Socialista, março de 1882 - abril de 1894 - online - <http://purl.pt/24870>

Debates Parlamentares, Imprensa Nacional, 1850-1860.

Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc> (Monarquia Constitucional)

Estudos

Alves, Ana Maria, (1971), *Portugal e a Comuna de Paris*, Lisboa, Editorial Estampa.

Bastien, Carlos, (1997), "Os primeiros leitores portugueses de Marx economista", *Vértice*, II Série, N.º 79, 34-49.

²⁸ O Protesto. Jornal do Partido dos Operários Socialistas, 18 de dezembro de 1881, N.º 331, 7.º ano, p. 4.

²⁹ Câmara dos Senhores Deputados, 20 de maio de 1889, p. 765.

³⁰ Câmara dos Senhores Deputados, 20 de maio de 1889, p. 766.

- Cerezales, Diego Palacios, (2011) *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Cerezales, Diego Palacios, (2014), *Estranhos Corpos Políticos: Protestos e Mobilização no Portugal do Século XIX*, Barreiro, Edições Unipop.
- Daniel, Orlando, (1975), "A Primeira Internacional na história do movimento operário europeu", *Análise Social*, Ano 11, Nº 44, 751-775.
- Fonseca, Carlos da, (1990), *O 1º de Maio em Portugal 1890-1990. Crónica de um século*, Lisboa, Edições Antígona.
- Fonseca, Carlos da, (1980), *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, Mem Martins, Europa-América.
- Fonseca, Carlos da, (1978), *A origem da 1ª Internacional em Lisboa: o centenário da Federação Portuguesa*, Lisboa, Estampa.
- Gonçalo Rocha Gonçalves, (2012), *Civilizing the Policeman: Police Reform, Culture and Practice in Lisbon, c.1860-1910*, Dissertação de Doutoramento, The Open University (Reino Unido).
- Gutman, Herbert G., (1977), *Work, Culture and Society in Industrializing America*, Vintage; Edition Unstated edition.
- Hobsbawm, Eric, (1988), *A Era do Capital*, Lisboa, Editorial Presença.
- Lázaro, João, (2014), *O Despontar do Movimento Operário na Esfera Pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*, Lisboa, Chiado Editora.
- Mónica, Maria Filomena, (1985), *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, IN-CM/IED.
- Nogueira, César, (1967), *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, Lisboa, Portugália Editora.
- Póvoa, Marco Roberto Alpande, (2013), *Policar Portugal: a Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*, Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL.
- Oliveira, César, (1973), *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, Porto, Afrontamento.
- Redondo, Jesús de Felipe, (2012), *Trabajadores. Lenguaje y experiencia en la formación del movimiento obrero español*, Genuve Ediciones.
- Rodríguez, Octavio Araujo, (2006), *Esquerdas e esquerdismo: da Primeira Internacional a Porto Alegre*, Porto, Campo das Letras.
- Thompson, Edward Palmer, (1991), *The making of the english working class*, Penguin books.

7. A Crítica das Esquerdas em João Martins Pereira (1969-1992)

João Moreira, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Introdução

No período correspondente à estabilização e à consolidação da democracia representativa, João Martins Pereira (1932-2008) acabaria por encarnar o papel de «intelectual público» e por se evidenciar como um dos maiores pensadores à *esquerda* em Portugal. Ainda assim, a postura pouco «alinhada» e heterodoxa raramente lhe valeriam quaisquer «amizades» com os partidos hegemónicos da esquerda portuguesa, nomeadamente o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Socialista (PS). Por um lado, a predisposição ganha no caldo marxista radical da sua geração para “novas linguagens” e para a abordagem de “novas temáticas” (PEREIRA, 2013: 94) – que as esquerdas tradicionais rejeitavam – e, por outro, a utilização do marxismo “não como uma ciência exata [...] mas como um conjunto de teses no domínio da história, da economia, da sociologia e da política”,¹ nunca facilitaria essa mesma aproximação.

Por nunca renegar o marxismo, por nunca aderir (mesmo que ideologicamente) aos grandes partidos da Esquerda portuguesa e por conter traços de personalidade pouco mediáticos, Martins Pereira viveu *publicamente* na sombra (mediática) de alguns autores nacionais da segunda metade do século XX e sem a “notoriedade” (LIMA, 2009: 200) que tampouco procurava. O autor de *Pensar Portugal Hoje* também não pertencia ao «pequeno mundo estreito» de que falava Jean-Paul Sartre para se referir aos intelectuais comunistas, e que João Madeira relembra na sua obra *Os Engenheiros de Almas* (MADEIRA, 1996: 14). Como afirma João Tiago Lima, “uma espécie de penumbra [...] envolve simultaneamente a sua obra e o seu pensamento” (LIMA, 2009: 200). Uma parte significativa desse mesmo pensamento – livre e longe de um quadro ortodoxo – procura-se, portanto, aqui discernir e explicar.

O marxismo

Para João Martins Pereira “o marxismo é indiscutivelmente a *primeira abordagem «sistémica» da realidade social*”.² Esta constatação é absolutamente necessária à compreensão do pensamento político do economista, engenheiro e ensaísta português. Como para tantos outros autores, o marxismo afirmou-se ao longo do século XX como um extraordinário método de

¹ Pereira, João Martins. O Dito e o Feito – Cadernos 1984-1987. Lisboa: Edições Salamandra, 1989, p. 27.

² Pereira, João Martins. Sistemas Económicos e Consciência Social – Para uma teoria do socialismo como sistema global. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 110.

compreensão do *real*. Mas se uma parte considerável daqueles não adere de forma “permanente” ao marxismo e, em determinada altura, se distancia deste (HOBSBAWM, 2011: 354), o mesmo não acontece com Martins Pereira. O pensamento independente – longe do dogmatismo associado ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e ao PCP – acabaria por não deixar o seu discurso teórico e político claudicar em momentos e períodos críticos para o movimento comunista internacional. O *seu* marxismo era, antes de mais – lembrando a 11ª tese de Feuerbach – entendido como um método de compreensão e transformação da realidade – nomeadamente os regimes associados ao *socialismo* – e não somente como método explicativo de *socialismos realmente existentes*. Nesse sentido, o ensaísta precisava que era “importante ter presente” que as célebres «leis fundamentais do socialismo» pouco teriam que ver “com o marxismo tal como originalmente formulado”. Pelo contrário, teria, sim, que ver, “com uma teorização decorrente de práticas posteriores que eventualmente se reclamavam da paternidade marxista”, as quais, diria, “só por si não as valida ou invalida enquanto leis com «estatuto científico» supostamente indiscutível.”³

Ainda sobre a problemática alegada científicidade do marxismo, Martins Pereira é explícito na sua obra *Sistemas Económicos e Consciência Social*, de 1980. O autor lembra os “equívocos que têm rodeado a expressão «socialismo científico»” – rótulo de uma teoria “que definirá com rigor as leis que presidem ao funcionamento duma sociedade socialista” e que “deverá por esse facto ser identificável sem margem a discussão”. Contrariando a conceção dominante no marxismo associado ao PCUS, Martins Pereira lembra que na “expressão «socialismo científico», apesar de

“não ter sido feliz a escolha do adjetivo, [...] há que reconhecer que ele se destinava apenas a diferenciar a *démarche* adotada da dos «utópicos», que se limitavam a idealizar uma nova sociedade sem a articular de modo racional com as formas de organização social que a precediam”.⁴

Mais: “a maioria” destas “propostas pressupunha uma visceral crença na bondade inata do homem” – a qual é, muitas vezes, associada ao marxismo. No entanto, o último havia de se edificar justamente em contraposição a esse mesmo idealismo. Marx e Engels, em oposição ao(s) socialismo(s) precedente(s), procuravam “descobrir as leis fundamentais da dinâmica do modo de produção *capitalista* e [...] demonstrar que essa dinâmica (assente em contradições)” levaria “inevitavelmente à conquista do poder pelo proletariado, à transição para o socialismo.”

³ Idem, p. 117.

⁴ Idem, p. 110.

Nesse sentido, Martins Pereira recordava que “tal socialismo não será mais nem menos «científico» do que outro qualquer”. Pelo contrário, “o que pretende ser científico é a demonstração de que *lá* (onde?) se chegará.”⁵

Foi, portanto, na “negligência deliberada do subjetivo”, ou seja, “na busca de leis sociais objetivas, que os primeiros teóricos marxistas puderam fundar a reivindicação do estatuto científico para a sua abordagem da história, da sociologia, da economia”. De acordo com o ensaísta, Marx e Engels “não só nunca postularam que *os homens* seriam naturalmente bons (nem maus), como nem sequer alguma vez colocaram o conflito entre proletários e capitalistas em termos maniqueístas, de luta entre bons e maus”. Consequentemente, “por não reconhecerem qualquer solidariedade natural mesmo aos proletários”, os autores do *Manifesto Comunista*, “incitam” os primeiros “a *ser solidários*, após a demonstração de que isso é condição da sua vitória”. Essa percepção é demonstrada, segundo o autor, na célebre frase «Proletários de todo os países, uni-vos!». A solidariedade surge, pois, “quando muito como uma necessidade histórica, e não como um sentimento inerente a uma qualquer *natureza humana*, que cada um transporta consigo para a vida coletiva.”⁶

Em jeito de conclusão, o autor afirmaria que Marx e Engels “não [...] deixaram qualquer «ciência do socialismo», nem isso seria obviamente possível”. Ainda assim, “pela lógica da sua *démarche*” haveriam “duas condições eliminatórias: sem o poder dos trabalhadores e sem a sua produção organizada em função de objetivos coletivamente definidos (o que implica, sem ser suficiente, a propriedade coletiva dos meios de produção), *não haverá socialismo*.”⁷

Note-se, no entanto, que para Martins Pereira o socialismo, “a nova sociedade”, está “fortemente marcada por aquela «de cujos flancos saiu» – pois “na história pode haver *ruturas*, mas não *hiatos*”.⁸ Nesse sentido, e tendo em conta que o marxismo primitivo não haveria de dar, naturalmente, grandes diretrizes sobre tal período de transição, dever-se-ia compreender “o modo de produção socialista” como a “negação/superação do modo de produção capitalista”. Ou seja, reconhecendo e compreendendo “o funcionamento real” da economia capitalista, “conhecem-se, desde logo, os fundamentos teóricos do sistema que, partindo dele, o nega”. Não obstante, durante o período de transição entre capitalismo e comunismo – por outras palavras, durante o próprio socialismo – “prosseguiria a luta de classes”, desta feita, “conduzida sob a ditadura do proletariado até ao momento final da *fase superior do comunismo*.”⁹

⁵ Idem, pp. 110-117.

⁶ Idem, pp. 115-116.

⁷ Idem, pp. 116-117.

⁸ Idem, *Ibidem*.

⁹ Pereira, João Martins. *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*. Lisboa: Bertrand, 1976, p. 16.

Quantos países chegaram de facto à fase superior do comunismo? Quantos países de facto capitalistas e industrializados se viram confrontados com a tomada do poder por parte dos trabalhadores? Falhou o marxismo na sua previsão política-sociológica? Martins Pereira responde a estas perguntas de forma original. Segundo este, “nas ciências humanas, desde que uma previsão é conhecida, *e tanto mais quanto mais plausível*, os agentes sociais põem-se em movimento no sentido de a contrariar ou de a cumprir, segundo os interesses em causa”.¹⁰ O autor continua:

“se são os primeiros os mais poderosos, pode suceder que os fenómenos sociais previstos se não verifiquem, justamente porque a previsão estava certa — ou seja, porque se acreditou, dados os seus fundamentos, que estava”.¹¹

Somente à luz desta reflexão se pode compreender não só a II Guerra Mundial mas também a “inversão teórica na própria lógica capitalista”, em particular as políticas económicas keynesianas. Ainda assim, continuariam válidas muitas teses e previsões de Marx, em particular “as suas previsões da concentração do capital, da crescente componente técnico-científica no produto, das crises cíclicas do sistema”, entre outras. Segundo Martins Pereira, “o que o capitalismo conseguiu, isso sim, foi a desmobilização política decorrente dessa mesma exploração”, em grande medida “devido às políticas de segurança social contra as quais se batem os defensores do liberalismo mais radical”. Numa palavra, o sistema económico capitalista “pôde [...] contrariar as previsões do «grande afrontamento», até chegar ao momento em que começou a baixar, em todos os países industrializados, o próprio número de trabalhadores industriais.”¹²

Por fim, o ensaísta questiona-se retoricamente:

“o facto de se ter «forçado» a revolução anticapitalista em países que de nenhum modo correspondiam às condições das previsões de Marx, e de isso ter conduzido a um sistema *obviamente* distinto da sociedade «sem classes» que Marx anunciou, sem muito nisso se deter, não será uma contraprova de que as suas previsões *estariam* certas? Finalmente, a lógica atual de evolução desses países não os aproximará bem mais do sistema capitalista mundial, espécie de retorno ou convergência que reforçaria essa hipótese, ou seja, a de que a «saída marxista» do sistema *não era aquela*?”¹³

¹⁰ Pereira, João Martins. O Dito e o Feito..., pp. 27-29.

¹¹ Idem, Ibidem.

¹² Idem, Ibidem.

¹³ Idem, Ibidem.

Sobre tal retorno ou convergência deter-se-á o próximo capítulo.

O fim do Bloco de Leste

Abordando a desagregação do *Bloco de Leste*, o ensaísta lembraria que, porque “nasceu de cima”, o socialismo “nasceu torto”. O Estado soviético e os Estados associados ao Pacto de Varsóvia, longe de proporem “o seu declínio”, fortaleceram-se “cada vez mais, ao ponto de, cada um deles, se tornar tentacular” e “totalitário”.¹⁴ Por isso, Martins Pereira recusava admitir que aquela era uma “*crise do socialismo*”. Pelo contrário, trava-se, sim, da “crise do «socialismo real»”.¹⁵

Mas muito “mais difícil” do que qualquer transição socialista, seria a restauração capitalista. De acordo com o ex-secretário de Estado, “a «desplanificação» será um processo de tal forma complexo que se criarão tensões extremas em todos os pontos do sistema económico-social” – tal como preveria Leon Trotsky.¹⁶ No entanto, Martins Pereira avançava com duas hipóteses para o futuro imediato daqueles países. A primeira ia de encontro à “constituição, a mais ou menos curto prazo, de Estados fortes, de escassa, ou mesmo nenhuma, aparência «democrática»”. Premonitório, o ensaísta diria que estes países poderiam conhecer tanto a “versão *soft*”, como o governo de “união nacional” da Polónia”, como “ditaduras abertas, civis ou militares, porventura «populistas»”. A segunda hipótese, menos provável para Martins Pereira, ia de encontro “à emergência de órgãos descentralizados de democracia de base, que poderão modificar o curso dos acontecimentos de forma imprevisível”, dado que aquele “contexto de transição” era “altamente instável” e poucas vezes fora equacionado. O autor, talvez com algum otimismo, ressaltava, portanto, que “a crise *pode* ser extremamente fecunda”. Tomando consciência de que o capitalismo “apenas lhe vem substituir uma forma de «condicionamento» por outra, e que, no limite, os países ocidentais fecharão benevolmente os olhos a qualquer ditador (agora) de direita que apareça a pôr «tudo na ordem»”, os trabalhadores do leste, num contexto em que “as condições estarão maduras”, poderiam vir a fazer surgir “formas de organização inovadoras” e “elementos teóricos” que fossem de encontro a “uma síntese da liberdade política com uma organização económica virada para as necessidades reais e para a qualidade de vida”¹⁷ – no fundo, outro projeto socialista que não o que estava em execução. Mas, como reconheceria, os trabalhadores de Leste “sonham” com empresas de tipo

¹⁴ Pereira, João Martins. «O conceito de “partido de vanguarda” está moribundo». A Ideia, nº 54 (Maio), 1990, pp. 13-15.

¹⁵ Pereira, João Martins. «O conceito...», pp. 13-15.

¹⁶ Ver Leon Trotsky. A Revolução Traída. São Paulo: Global Editora, 1980.

¹⁷ Pereira, João Martins. «O conceito...», pp. 13-15.

capitalista – e “vão tê-las até à indigestão (em lugar das que já tinham, parecidas na forma, mas mais exigentes em docilidade política do que em produtividade)”.

Visando a expansão total de “um modelo de consumo e uma «cultura de massas» cada vez mais homogêneos”, o capitalismo internacional visava apenas a “integração no sistema dos países de Leste”. Longe de serem “agentes e garantes da «liberdade» (como pensarão muitos cidadãos daqueles países)”, as empresas capitalistas “apenas se preocupam com a liberdade de negócio, sejam quais forem o acidentes de percurso que a liberdade política possa vir a sofrer”¹⁸.

Na “reconversão acelerada” daquelas economias, “também [...] o económico” determinaria “o político”. Estariam a ser criados “frágeis regimes formalmente democráticos, cuja função fundamental não tem sido outra a não ser criar as condições necessárias para as «reformas económicas», leia-se o funcionamento dos mercados”. No entanto, este mesmo “funcionamento dos mercados” traduzir-se-ia no “desemprego” de milhões de pessoas, no “enriquecimento fácil, quantas vezes mafioso, de muitos” e “em fabulosos negócios de empresas estrangeiras em busca de mão-de-obra barata e novos mercados”.¹⁹ O capitalismo internacional encontrava finalmente no leste europeu um verdadeiro exército desregulado de mão-de-obra barata, qualificada e, em alguma medida, consumidora.

De todos os países associados ao Pacto de Varsóvia, Martins Pereira analisaria com maior enfoque o caso húngaro num artigo publicado no jornal *Combate* intitulado «A aventura mercantil do leste europeu». Desde 1968 que o país de János Kádár vinha realizando reformas económicas, quer pela “abertura aos países ocidentais”, quer pela “introdução crescente de mecanismos de mercado na economia”. Estes factos haveriam, então, de promover inúmeros debates no Ocidente capitalista, o qual haveria de classificar tal projeto económico de «socialismo de mercado» – enquanto que “os economistas húngaros preferiam designar por «regulação planificada do mercado»”. No entanto, as mesmas “reformas liberalizantes que deveriam compatibilizar a regulação pelo mercado e a regulação pelo Plano conduziram a um impasse”. De acordo com o autor, “a (tímida) lógica de mercado introduzida *desregulou*, de facto, um sistema em que não foi *politicamente possível* tocar nos benefícios sociais adquiridos”. Ao finalizar a análise do caso húngaro, Martins Pereira, sempre sartreano, referia que “os trabalhadores [húngaros] tiveram, pelo menos, o *poder* de resistir àquilo que sempre temeram nas reformas”, neste caso, “o desemprego” e “a perda de regalias sociais”.²⁰

O autor marxista ressaltava, então, que “se é tão difícil planificar *toda* a economia, tantas são as hipóteses, as variáveis, as restrições, tal é a distância entre o planificador e os «agentes

¹⁸ Pereira, João Martins. *As Voltas...*, pp. 39- 42.

¹⁹ *Idem*, p. 53

²⁰ *Idem*, *Ibidem*.

económicos», mais difícil se afigura ainda o *desplanificar*». A maior parte daqueles países nunca havia tido experiências parlamentares e democráticas similares ao ocidente europeu e, mesmo se as tivesse tido, era “óbvio” a Martins Pereira que “tais instituições” não teriam influência suficiente para deter os acontecimentos por vir, nomeadamente “os ditadores, civis ou militares” – mais uma vez “apoiados pelos Estados Unidos”. Porque haveriam George H. W. Bush e “os seus bons aliados ocidentais” de agir então de forma diferente perante “um mercado de mais de 400 milhões de potenciais de consumidores” e “muitos milhares de empresas altamente lucrativas” que, diria, “é só colher de maduras?”²¹

No final do artigo publicado no jornal *Combate*, Martins Pereira questiona-se:

E se não fosse tudo assim? Submeter-se-ão os povos de Leste a novas formas de repressão, e à queda abrupta das suas condições de vida, inevitável nos próximos anos? Que farão eles com a sua liberdade, quando se derem conta do preço?²²

Adotando a máxima gramsciana, o autor voltaria a empregar o «otimismo da vontade» e avançaria com outras possibilidades visto que

“esses povos estão na situação ímpar de poderem bater-se por uma combinação, ainda não encontrada, entre o pleno gozo da liberdade, uma «democracia avançada» (participativa, solidária) e uma economia que não seja a «do desperdício» (como a que conheceram, e como a *que conhecemos*), mas a da «utilidade coletiva»”.²³

Numa palavra, “o socialismo”²⁴.

A crise do estalinismo, a crise dos regimes e partidos políticos por aquele moldados, e a crise do marxismo seriam diferentes epicentros de um sismo político-ideológico que a esquerda viveria durante toda a metade do século XX, em particular nas duas últimas décadas. Sobre a análise que Martins Pereira fazia daquela deter-se-á o próximo capítulo.

As esquerdas

Será num dos seus primeiros artigos publicados na revista *O Tempo e o Modo*, em 1969 – antes de esta passar a ser dominada por setores maoistas – que Martins Pereira publicará pela primeira vez parte da sua reflexão sobre as esquerdas políticas. No artigo «Palavras incómodas.

²¹ Idem, Ibidem.

²² Idem, Ibidem.

²³ Idem, Ibidem.

²⁴ Idem, Ibidem.

Actualidade crítica e crítica da actualidade», o autor salientaria que uma das primeiras razões para que o espectro da chamada esquerda se encontrar quase sempre tão dividido (se comparado com o da direita) reside no facto de ser quase sempre mais fácil manter um determinado estado de coisas do que alterá-lo. De acordo com Martins Pereira, “se, em geral, estas [as esquerdas] se encontram mais divididas do que aquelas [as direitas], uma das razões fundamentais é que, precisamente, conservar representa uma opção mais ou menos definida.” Em sentido inverso, a transformação da sociedade “implica a resposta a perguntas” como “«transformar como?», «com que objetivo?», «pondo em jogo que meios?», «conservando o quê?»” – questões, essas, que, afirmava, oferecem “uma grande diversidade de posições”.²⁵

Quase 25 anos depois, em 1993 – e após a desintegração da União Soviética e dos seus satélites –, Martins Pereira continua a sua reflexão afirmando que “quando a esquerda fala de «mudar» a sociedade, não se está obviamente a referir à construção de mais um troço de auto-estrada, à introdução de novos produtos no mercado, ou à passagem de uma figura pública do Sporting para o Benfica”. Na verdade, quando um governo fala na «mudança» do Serviço Nacional de Saúde ao proporem-se os seguros de saúde privados, ou na «mudança» (leia-se, melhora) dos serviços públicos apostando no “despedimento maciço” de trabalhadores do Estado, o governo (noutras palavras, a direita) empenha-se “de facto” em “mudanças” que permitam “que tudo [...] fique na mesma”, nomeadamente “o seu próprio poder”. Compreende-se, portanto, que Martins Pereira lembre que “a esquerda, na esteira de Marx, sempre preferiu [o termo] «transformação»”²⁶, ao contrário de mudança.

Numa das obras de Martins Pereira que mais ecos e críticas recebeu, *No Reino dos Falsos Avestruzes – um olhar sobre a política*, de 1983 – ano que, segundo Eric Hobsbawm, marcaria o início do período de “recessão do marxismo” (2011: 291) – o autor propunha-se a lançar “desgarradas pedras para a construção de uma «ideia de Esquerda» que, independentemente das organizações partidárias existentes”, viesse a “contribuir para uma paciente ação cultural e política visando uma sociedade que ainda mal se configura.”²⁷ Segundo o autor, a “Esquerda deveria ser”, ao contrário da Direita, “o campo aberto do debate de ideias”. Visto que a esquerda “é ela-própria projeto, interrogação, descoberta, desejo”, somente “como projeto pode ser pensada”. A esquerda constituiria, assim, «um campo de tensão» pelas ideias novas que constantemente gera. Ela deveria, portanto, ser “a tensão do inventor *antes* da invenção, do descobridor *antes* da descoberta, do poeta *antes* do poema — enfim do criador *antes* da criação.”

²⁵ Pereira, João Martins. «Palavras incómodas. Actualidade crítica e crítica da atualidade». O Tempo e o Modo, Nova série, nº 73, 1969, pp. 7-9.

²⁶ Pereira, João Martins. As Voltas..., pp. 14-15

²⁷ Pereira, João Martins. No Reino..., p. 9.

No entanto, sabendo aquela que “nunca chegará à sociedade perfeita”, sabe igualmente que não apenas existe – apesar dos discursos da direita (que lhe conferem, portanto, existência) – “como existirá sempre”.²⁸

Num texto publicado no jornal *Combate* em 1994, no que ao caso estritamente nacional dizia respeito, Martins Pereira afirmaria que “está quase tudo por pensar na esquerda portuguesa”. O ex-secretário de Estado, diria «quase», “por contar com o esforço e a inteligência de muitos que não desistiram”²⁹. Recordando um texto de António José Saraiva sobre o termo francês «engagement», o autor aqui apresentado afirmaria que a esquerda necessitava mais de homens “empenhados” do que “alistados”. Ou mesmo «apenas» de “homens empenhados *mesmo quando* alistados”, pois se, por um lado, o “alistamento corresponderia ao «engagement» numa tropa, numa organização, num partido” – “a regras pré-estabelecidas” numa “atitude predominantemente passiva” e «irresponsável» – por outro, o “empenhamento” dotar-se-ia de “auto-mobilização de natureza emotivo-intelectual”, ou seja, “uma atitude activa em que assumimos perante nós e perante os outros uma total responsabilidade, o risco de não termos quem nos «cubra» em juízos, afirmações, decisões, actos em que nos jogamos *por inteiro*.”³⁰

Contudo, já em 1984, Martins Pereira assistia a uma esquerda alegadamente derrotada e à “gradual domesticação das classes operárias”: por um lado, a Ocidente, por via da “canalização das suas energias para a luta institucional” e, por outro, a Leste, por via do “cumprimento do Plano”. Por essa razão se podiam compreender “os [...] abalos na convicção [...] quanto à subversão radical que continha em si a ação proletária”. Mas Martins Pereira ia mais longe nesta questão. De acordo com o autor de *O Dito e o Feito: cadernos 1984-1987*, a “sociedade tolera mal [...] o não-sofrimento” (e esta devia-o mais à Igreja do que ao próprio sistema capitalista). Também por isso, mas não apenas, a esquerda, diria, “tem sofrido demasiadamente”³¹. É nesse sentido que o autor afirma:

“eles são sacrificados militantes, eles são lutadores tristonhos, guerrilheiros desesperados, revoluções sem alegria. Corpos e cabeças desencontrados – como também convém a uma «disciplina revolucionária» de autómatos e, sobretudo, de devotos”.³²

Longe de continuar a “resistir”, a esquerda deveria voltar a “descobrir a alegria e o entusiasmo de re-existir”.³³

²⁸ Idem, pp. 103-104.

²⁹ Pereira, João Martins. *As Voltas...*, p. 123.

³⁰ Pereira, João Martins. *No Reino...*, pp. 105-106.

³¹ Idem, p. 135.

³² Idem, *Ibidem*.

Esta ideia está, em alguma medida, ligada às ideias lançadas no livro já referido *No Reino dos Falsos Avestruzes* de 1983. Neste, o autor propunha uma quase refundação da Esquerda. Uma esquerda “que começa em cada instante e em cada lugar (...) no sentido de uma *apreensão* renovada de *tudo*”. O ensaísta português sugere quase uma rutura umbilical para a Esquerda e, como se verá adiante, provocará as mais acérrimas críticas de alguns autores como António Barreto e Eduardo Lourenço. Diria:

“Pensarão alguns que o Socialismo faz parte da ideia de Esquerda. É errado, a meu ver. Terá sido certo enquanto não houve «socialismos reais» — o socialismo era então apenas uma ideia, um projeto. Hoje não é assim. Tantos são os regimes que a si mesmos se rotulam de «socialistas», que a Esquerda não pode ignorar essas experiências, submetendo-as ao critério da emancipação. O seu conceito de socialismo incorporará necessariamente os resultados desse exame crítico, mas não coincidirá porventura com nenhum dos «modelos» já experimentados. Fará, conjuntamente com muitos outros elementos, todos positiva ou negativamente inter-implicados, parte do projeto que é a Esquerda, não da ideia de Esquerda”.³⁴

A reflexão sobre a Esquerda estaria intimamente ligada com a apreciação negativa que o autor fazia dos dois maiores partidos da Esquerda portuguesa, neste caso o Partido Socialista e o Partido Comunista Português. Sobre a corrente social-democrata, logo em 1983, Martins Pereira não reconhecia na sua direção qualquer traço distintivo em relação às organizações políticas de fundo liberal. *No Reino dos Falsos Avestruzes*, o autor admitia que o partido de Mário Soares, “em particular o seu aparelho”, era já à época o “partido do carreirismo, do oportunismo, do «tacho» [...] do preenchimento de lugares de influência e poder”. Não seria, portanto, de estranhar que, poucos anos após o estabelecimento da democracia representativa, o PS fosse “um partido *vazio*”. Nas palavras de Martins Pereira, um partido vazio “de projeto, de imaginação, de convicção, de base social — de socialismo”. A descrença no partido de Mário Soares e Salgado Zenha era total. Ainda na obra *No Reino dos Falsos Avestruzes*, Martins Pereira afirmaria mesmo que “se o PCP pode merecer o respeito de quem respeite as «igrejas» (não os partidos) e admire coisas como a abnegação, a persistência, a disciplina, o proselitismo — o PS não tem verdadeiramente ponta por onde se lhe pegue”.³⁵

³³ Idem, *Ibidem*.

³⁴ Idem, p. 105.

³⁵ Pereira, João Martins. *No Reino...*, pp. 109-110

É à luz desta avaliação que se compreendem as críticas do autor ao Partido Socialista em 1991. Segundo Martins Pereira, a constante fuga a políticas socialistas por parte daquele partido deveria levar, não à questão “que fazer para evitar que o PS se alie à direita, para que se assuma de vez como partido de esquerda?”, mas, pelo contrário, “que fazer face ao *facto* muito concreto que é o PS não ser aquilo que eventualmente gostaríamos que fosse?”³⁶, pois, diria, os governos do PS “só em questões de estilo” podem “diferir” dos do Partido Social Democrata.³⁷ Na verdade, a explicação da alegada incongruência política do Partido Socialista, encontra-se, segundo Martins Pereira, na teoria política de Antonio Gramsci. O PS seria o *partido do estrangeiro*, ou seja, o partido que, num contexto de subordinação económica internacional, “virá a representar esta situação e a explorá-la, com o objectivo de impedir que outros partidos rivais o ultrapassem”³⁸. Mais do que representar “as forças vitais do seu próprio país”, o PS representaria a “escravatura económica [de Portugal] às nações hegemónicas ou a algumas delas”.³⁹

Sobre a corrente comunista, diria Martins Pereira que a descoberta de Jean-Paul Sartre, além do “psicanalista”, havia-o salvo da “militância partidária”⁴⁰. Ao contrário do próprio autor d’*A Náusea*, nunca se aproximaria do PCP. Além da postura de oposição à ditadura de Salazar e Caetano, Martins Pereira desenvolve-se politicamente numa geração que se opõe, em larga medida, às orientações, táticas e cultura associadas ao movimento comunista internacional, nomeadamente ao PCP. É a geração que no exílio ou em Portugal beberá as influências do Maio de 68, da Revolução Argelina, da Revolução Cultural de Mao Tze-Tung, da Revolução Cubana, do apogeu da Escola de Frankfurt, da esquerda freudiana e do chamado «marxismo ocidental» – revoluções e correntes intelectuais que, em grande medida, escapariam à lógica soviética.

Ao PCP era, portanto, associado “o insuportável sectarismo” de um partido que, à imagem do que acontecia a Leste, se via como “dono” e “senhor da classe operária”, dirigindo-a e amedrontando-a com “uma disciplina de rebanho”. Este tipo de práticas haveria de levar uma parte considerável da classe para opções mais conservadoras do espectro político português. Aliás, na hipótese dos comunistas apostarem numa guerra civil, tendo em vista a “conquista do poder”, “o seu desfecho não oferece grandes dúvidas, pois o capital, além do poder financeiro e dos fáceis apoios internacionais, terá do seu lado muitos trabalhadores para o defender, e isso, sabe-se, nem seria a primeira vez”.⁴¹

³⁶ Ibidem.

³⁷ Pereira, João Martins. «O PS, as caras e as políticas». *Combate*, nº 146 (Set.), 1991, p. 3

³⁸ Antonio Gramsci apud Pereira, João Martins. *No Reino...* p., 142.

³⁹ Pereira, João Martins, *No Reino...*, p. 142.

⁴⁰ Pereira, João Martins. *No Reino...*, p. 162.

⁴¹ Pereira, João Martins. *O Dito e o Feito...*, p. 174.

Noutro texto, mas no mesmo *Combate*, Martins Pereira reforça a crítica ao partido fundado por Bento Gonçalves. Segundo o primeiro, não haveria “nada mais parecido com uma instituição religiosa – com os seus dogmas, os seus ritos, os seus códigos, as suas liturgias, os seus secretismos, o seu puritanismo – do que o PCP”. De acordo com o autor de *As Voltas que o Capitalismo (não) deu*, o PCP havia mantido as votações constantes pois os “dogmas [...] se mantinham intactos – e é disso que, para além dos altos e baixos na militância, dos heroísmos (e fanatismos) dos tempos de perseguição ou de conquista, se alimentam as Igrejas, e o poder dos seus aparelhos.” No entanto, em Junho de 1988, era da própria URSS que chegavam “as dúvidas, as posições mais heréticas, as revelações dos erros, dos crimes cometidos em nome do socialismo, a confissão do atraso económico, [...] da total ausência da participação dos trabalhadores no poder que se dizia «seu», [...] da corrupção”. Agora que tudo estava em causa, nomeadamente “os velhos dirigentes”, “os Supremos Sacerdotes” e as suas verdades, “a democracia interna, o rejuvenescimento do aparelho, as «ideias novas»” poderiam vir a vingar no partido. Martins Pereira, no entanto, avançava um “espetáculo [...] deplorável” para o Partido Comunista, com a redução significativa de militantes e influência política e social – o que não veria a verificar-se em toda a linha, apesar de tudo.⁴²

Conclusão

Numa entrevista recente, Eduardo Lourenço afirmava que “a capital do país é a televisão”⁴³. Martins Pereira estava longe da mesma. O distanciamento em relação a qualquer meio de projecção mediática de massas talvez não tenha jogado a favor de um potencial maior reconhecimento da obra – e, em abono da verdade, do homem. Ainda assim, é legítimo perguntar até que ponto *poderia* ser concedido a um intelectual marxista o espaço mediático ocupado por outros autores bem mais integrados – tanto ideológica como partidariamente. É precisamente nesse sentido que Maria Manuela Cruzeiro lembra Martins Pereira como um “intelectual injustamente obscuro” (2012: 146). Martins Pereira pagaria o preço da independência política por exigir à esquerda “um caminho não percorrido”, para utilizar as palavras do historiador Tony Judt (2012: 168). Seria essa exigência que acabaria por levar autores como Eduardo Prado Coelho a classificar, por um lado, a postura política do autor aqui estudado de “isolamento militante” e, por outro, o lugar político de “inabitável”. Para Prado Coelho, a “força”, a “energia” e a “beleza” das palavras do intelectual marxista, em particular da obra *No Reino dos Falsos Austruzes*, não seriam suficientes para retirar as ideias de Martins Pereira da “impotência

⁴² Pereira, João Martins. «Sacerdócios: e agora, Álvaro?». *Combate*, nº 109, (Jun.), supl. 1988, p. 1.

⁴³ <https://www.youtube.com/watch?v=LcGpo8nnP8k> (visualizado em 24-07-2014).

política”. A esquerda não poderia ser “saudavelmente amnésica”⁴⁴ esquecendo em larga medida a experiência do *socialismo real*.

Não seria a esquerda pretendida por Martins Pereira uma “fuga ao mundo”, como diria António Barreto na sua crítica ao livro *No Reino dos Falsos Avestruzes*, uma “fuga (...) para as suas margens mais oníricas”? Num artigo publicado com o título satírico de “Os falsos e os verdadeiros avestruzes”, o sociólogo critica o antigo secretário de Estado da Indústria e da Tecnologia do IV Governo Provisório por este alegadamente propor “uma esquerda que teme as vitórias, porque não há vitórias puras; que ignora as derrotas, porque são dolorosas; que enjeita os erros, porque estragam a ideia”. Esta posição levaria, segundo Barreto, Martins Pereira a “refugiar-se na ideia, no quotidiano, na comunidade alternativa ou na marginalidade individual”.⁴⁵ Barreto vai mais longe. E afirma:

“Assim não vale. Lembro-me dos cristãos que amam Deus e recusam a Igreja; ou seguem a Igreja e detestam os sacerdotes. Igreja, sacerdotes, fieis e militantes, sempre os houve que lavaram as mãos. Assim, de fuga em fuga, de expurgo em expurgo, só há um destino possível: a perfeição. Com ela a atemporalidade e a levitação”.⁴⁶

O sociólogo lembra, então:

“as fronteiras da sua esquerda são apertadíssimas, todo o resto são *eles*. Todos são iguais e quase ninguém é de esquerda: os poderosos e os crápulas, o PC e o PS, o PPD e o CDS, os generais e os burocratas”.⁴⁷

A esquerda de Martins Pereira seria, pois, “a esquerda mítica do futuro, aquela que quanto mais foge mais tem razão, quanto mais esquece mais acerta e quanto mais sofre mais se salva” e essa, segundo Barreto, “não tem sentido”.⁴⁸

Mas crê-se que a reflexão de Martins Pereira sobre os grandes temas da Esquerda provocaria as críticas já referidas por este – e antes de mais – pronunciar-se desde um “marxismo que não se rende às evidências do *pântano democrático*”, utilizando as palavras de Francisco Louçã. Um marxismo aqui classificado de *dissidente* tendo em conta, simultaneamente, a enorme

⁴⁴ Eduardo Prado Coelho. «Em busca da esquerda: breve resposta a Pereira, João Martins». Plural, n.º 6 (Mar), 1984, p. 63-64.

⁴⁵ António Barreto. «Os falsos e os verdadeiros avestruzes». Diário de Notícias - Suplemento “Revista de Livros”, 1 Junho, 1983, p. 12.

⁴⁶ Idem, Ibidem.

⁴⁷ Idem, Ibidem.

⁴⁸ Idem, Ibidem.

influência dos *clássicos* sobre o autor e, por outro, a “coragem e a criatividade” por parte deste para reler criticamente os primeiros. Não fazendo deste um conjunto de textos “rígidos e não-dialéticos”, procurou com esta filosofia fazer “um modelo dinâmico” – não para “defender projetos existentes”, mas para “utilizar o que é central” na teoria de Marx na interpretação da *realidade social*.⁴⁹

Note-se, então, que o pensamento político do intelectual português não era sistémico nem sistemático. Apesar de recolher no marxismo original uma parte significativa da sua interpretação da história e das sociedades contemporâneas, Martins Pereira detinha uma certa “infidelidade”, para usar as palavras de Sousa Dias, em relação ao próprio pensamento de Marx. Aliás, a postura de Martins Pereira insere-se na ideia de Slavoj Žižek e assumida pelo autor de Grandeza de Marx: “permanecer hoje fiel a Marx, não faz sentido senão na forma de uma espécie de infidelidade [...]”. Continuando com Sousa Dias, para o autor de Pensar Portugal Hoje, “o que falhou, o que fracassou, o que acabou derrotado nas experiências dos poderes comunistas não foi a Ideia de comunismo, inderrotável, irrevogável no seu espírito.” Ao invés, “foi unicamente uma dada apropriação, [...] uma determinada estratégia, um modelo, uma ortodoxia, um autoritarismo ou autoridade [...]” (DIAS: 2011, 17-21). Marx continuaria necessário à “construção do «projeto socialista/comunista»”.⁵⁰

Fontes e Bibliografia

Fontes

BARRETO, António. «Os falsos e os verdadeiros avestruzes». *Diário de Notícias* - Suplemento “Revista de Livros”, 1 Junho, 1983, p. 12.

COELHO, Eduardo Prado. «Em busca da esquerda: breve resposta a João Martins Pereira». *Plural*, n.º 6 (Mar), 1984, p. 63-64.

LOURENÇO, Eduardo. «Robinson Martins-Pereira e a Ilha-Esquerda». *Plural*, nº1 (Out.), 1983, p. 48-50.

PEREIRA, João Martins. «A aventura mercantil do leste europeu». *Combate*, nº 127 (Fev.), 1990.

PEREIRA, João Martins. «A demissão de Martins Pereira: Secretário de Estado da Indústria exige decisões revolucionárias». *A Capital*, Ano VIII, 17 Julho 1975.

PEREIRA, João Martins. «O conceito de “partido de vanguarda” está moribundo». *A Ideia*, nº 54 (Mai.), 1990.

PEREIRA, João Martins. «O PS, as caras e as políticas», *Combate*, nº 146 (Set.), 1991.

PEREIRA, João Martins. *As Voltas que o Capitalismo (não) deu*. Lisboa: Edições Combate, 2008

⁴⁹ David Renton. *Dissident Marxism*. London: Zed Books, 2004, p. 235.

⁵⁰ Pereira, João Martins. *Sistemas Económicos...*, p. 284.

A Crítica das Esquerdas

- PEREIRA, João Martins. *Indústria, Ideologia e Quotidiano. Ensaio sobre o Capitalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento (Coleção Luta de Classes), 1974.
- PEREIRA, João Martins. *No Reino dos Falsos Avestruzes. Um Olhar sobre a Política*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983.
- PEREIRA, João Martins. *O Dito e o Feito – Cadernos 1984-1987*. Lisboa: Edições Salamandra, 1989.
- PEREIRA, João Martins. *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*. Lisboa: Bertrand, 1976.
- PEREIRA, João Martins. *Pensar Portugal Hoje*. 1ª Edição, Lisboa: Dom Quixote (Coleção Diálogos), 1971.
- PEREIRA, João Martins. *Pensar Portugal Hoje. Os Caminhos Atuais do Capitalismo Português*. 3ª ed. revista, com um texto de introdução. Lisboa: Dom Quixote. (Coleção Diálogos), 1979.
- PEREIRA, João Martins. *Portugal 75. Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.
- SARAIVA, António José. «Um grito na noite». *Plural*, nº 1 (Out.), 1983, p. 50-52.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. São Paulo: Global Editora, 1980.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry. *A Crise da Crise do Marxismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CRUZEIRO, Maria Manuela. «Eduardo Lourenço e João Martins Pereira: Conversa com Abril em Fundo». *Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica*, n.º 73, 2012.
- DIAS, Sousa. *Grandeza de Marx – por uma política do impossível*. Lisboa: Assírio & Alvim 2011.
- HOBBSAWM, Eric. *Cómo Cambiar el Mundo*. Barcelona: Crítica, 2011.
- JUDT, Tony. *Pensar o Século XX*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- LIMA, João Tiago. «Outros caminhos do ensaísmo português do século XX: José Bacelar, Mário Sacramento e João Martins Pereira». *Estudos do Século XX*, nº 9, 2009, pp. 197-216.
- MADEIRA, João. *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- PEREIRA, José Pacheco. *As Armas de Papel*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.
- RENTON, David, *Dissent Marxism*. London: Zed Books, 2004.
- SACCARELLI, Emanuele. *Trotsky and Gramsci in the Shadow of Stalinism. The Political Theory and Practice of Opposition*. New York: Routledge, 2008.

8. Os trabalhadores do estaleiro naval Setenave na revolução de 1974-75

Jorge Fontes, Investigador da FCSH fontes.jorge@gmail.com

Introdução — O Projecto Setenave

A Setenave – Estaleiros de Setúbal, SARL, é fundada em 21 de maio de 1971, com um capital acionista composto por CUF e Lisnave (65%), instituições financeiras (25%) e ações destinadas ao público (10%)¹.

Para o novo estaleiro de construção e reparação naval, localizado na Península de Mitrena, a cerca de 40 km de Lisboa e 12 km de Setúbal, o cenário parecia promissor: existia forte procura de navios superpetroleiros, Portugal não tinha assinado o acordo da OCDE de 1969 que estabelecia a liberalização completa do setor, previa-se a entrada em funcionamento do porto de Sines, com capacidade para receber navios até 350 000 t de porte para abastecimento da refinaria, no chamado projeto dos “3 S” a Sopotata transportaria o petróleo de Cabinda para ser refinado em Sines, em navios construídos na Setenave.

No início de 1974, existiam 1193 trabalhadores na Setenave (20% em formação, 25% em estágio na Lisnave, e 55% em atividade na Mitrena)². A 30 de novembro de 1974 são 2452 trabalhadores, 61% dos quais operários³. Em dezembro de 1975 serão 4841⁴.

O 25 de Abril e a Setenave

O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 encontra a Setenave em período de instalação. Nesse dia, a administração emite um comunicado em que “apelava para o respeito às autoridades da nação”, não se referindo, “prudentemente”, quem era a “autoridade”. Só após o 1.º de Maio “se começou a sentir que algo estava a mudar”, aparecendo os primeiros cartazes e panfletos de esquerda⁵.

Entre maio e junho, o país é atravessado por uma onda de greves. Nas empresas surgem comissões de trabalhadores (CTs), normalmente eleitas após plenários, abrangendo todos os trabalhadores da unidade (independentemente da profissão), sob o princípio da sua

¹ Conceição, Alberto, Barros, António, Sardinha, José. Setenave História de Um Estaleiro 1971-1989. Lisboa: Colibri, 2005, 29.

² Ibid., 147.

³ Quantos somos? Informação Setenave, dezembro 6, 1974.

⁴ Conceição, Alberto, Barros, António, Sardinha, José, 136.

⁵ Ibid., 148.

revogabilidade, mantendo-se sob forte controlo da assembleia de onde emanam. Também assim sucederá na Setenave.

Na Mitrena, a primeira “confrontação” política com a Administração tem lugar a 13 de maio. Os trabalhadores concentram-se “espontaneamente” em frente ao edifício da Escola de Formação, constituem uma comissão negociadora *ad-hoc* e entram em greve de duração ilimitada, com uma Assembleia Geral de Trabalhadores (AGT) a funcionar em permanência.

Após confluírem as suas reivindicações com as dos trabalhadores da Lisnave, conseguem que passem a vigorar novas condições, nomeadamente: tabela de vencimentos dos 6.200\$00 até 12.500\$00 para pessoal técnico e administrativo; sendo o salário de 7.000\$00 o correspondente à categoria mais baixa para trabalhador adulto, nos contractos coletivos no setor da produção, eliminação de trabalho ao sábado para horário diurno e do 3.º turno, 1 mês de férias com 1 mês de subsídio, 13.º mês, participação nos resultados⁶.

A 27 de maio elege-se o primeiro Conselho de Trabalhadores da Setenave (CTS). Contudo, uma assembleia-geral realizada no Clube Naval Setubalense destituiu este organismo, acusado de “conluio” com a administração, e elege outro conselho, de cunho fortemente anticapitalista.

Em julho é concluído o primeiro bloco pré-fabricado construído na Setenave⁷. E a 6 de agosto realiza-se a cerimónia do “assentamento da quilha” do primeiro navio a ser construído no estaleiro. Segundo a Administração, o acontecimento pertence “não apenas à história da Setenave, mas também à da nova indústria pesada da construção naval portuguesa”⁸.

No fim do mês de setembro começam a ser distribuídos milhares de panfletos e aparecem cartazes a apelar a uma “maioria silenciosa”, convocando uma grande manifestação sobre Lisboa, para o dia 28 de setembro. O PCP e a Intersindical desenvolvem uma ampla mobilização. Na noite do dia 27 são montadas barricadas nas vias de acesso a Lisboa. O CTS apela à “vigilância ativa de todos os trabalhadores”⁹. Segundo conta um dos participantes, em Setúbal a “mobilização dos operários, do pessoal da IMA, da Sécil, da SAPEC e da Setenave começou na noite anterior e pelas quatro ou cinco da manhã de dia 28 já estávamos na estrada a formar as barricadas”¹⁰. O balanço do CTS será que “a facção mais progressista do MFA obteve

⁶ O Administrador-Delegado. Ordem de Serviço nº21. Almada, 23 maio 1974. Centro de Documentação 25 de Abril.

⁷ Retrospectiva. Informação Setenave. setembro 30, 1977.

⁸ Comunicado da Direção Geral da Setenave. Mitrena, 8 agosto 1974. Centro de Documentação 25 de Abril.

⁹ CTS, Movimentação fascista no norte do país. Mitrena, 29 setembro 1974. Centro de Documentação 25 de Abril.

¹⁰ Entrevista Fernando Rodrigues. Setúbal levantou barricadas nos acessos a Lisboa, Setúbal na Rede, policopiado.

uma vitória de grande alcance político sobre os representantes do setor da burguesia que, devido ao avanço impetuoso das massas populares, tinham entrado em pânico e pretendiam um retorno ao fascismo”¹¹.

Entretanto, no seio do II CTS abre-se uma disputa política entre o PCP e membros da chamada “esquerda revolucionária”, passando os primeiros para a oposição ao CTS, a quem censuram (por exemplo) o teor de algumas críticas aos Governos Provisórios. A 18 de Novembro, o Conselho referenda em assembleia a sua continuidade. Em 1743 votantes, são apurados 1292 votos a favor do CTS, 400 contra e 51 nulos¹².

A luta pela redução do leque salarial e o 11 de Março

Em conjugação com representantes dos trabalhadores do estaleiro naval da Lisnave, na Margueira, constitui-se o “Grupo de Trabalho para a redução do Leque Salarial Lisnave/Setenave”, procurando-se unificar numa mesma proposta reivindicativa ambos os trabalhadores.

O “Projeto do Caderno Reivindicativo ‘Leque Salarial’ de ‘unidade dos trabalhadores em torno da classe operária’” é aprovado a 19 de fevereiro. Propõe-se a redução de onze categorias para apenas três, ajudante, oficial e oficial especializado, com vencimentos respetivos de 8500\$00, 9000\$00 e 9500\$00.

Defende-se ainda: a passagem automática à categoria seguinte, ao cabo de 12 meses para ajudantes, e cumpridos 24 meses para oficiais; atualizações salariais calculadas na base do aumento do custo de vida; publicação trimestral de todos os escalões de vencimentos, incluindo os “confidenciais”; ordenado por inteiro em caso de doença ou sinistro; reforma aos 55 aniversários ou cumpridos 30 anos na produção; inspeções médicas periódicas; melhores condições de alimentação; e horário de trabalho de 40 horas¹³.

Contudo, na Margueira, o Grupo do Leque Salarial, com elementos independentes, da UDP, PRP, PS e PCP, após o afastamento e contestação deste último partido, será destituído numa Assembleia Geral, a 7 de março, na qual se elege outra comissão, com predominância comunista¹⁴, que irá apresentar o Documento Análise em abril de 1975. Não obstante, na

¹¹ Conselho de Trabalhadores. Mitrena, 2 outubro 1974. Centro de Documentação 25 de Abril.

¹² Conselho de Trabalhadores da Setenave. Informação Setenave. novembro 29, 1974.

¹³ Projeto do Caderno Reivindicativo “Leque Salarial”.s.l., s.d.. Centro de Documentação 25 de Abril.

¹⁴ Lima, Marinús Pires de. A ação operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos. Análise Social 52, 1977, 869.

Setenave, o CTS irá prosseguir a tentativa de aplicação da proposta¹⁵, com fortes críticas do PCP¹⁶.

E a 11 de março de 1975, uma nova tentativa de golpe de estado, chefiada por Spínola, é derrotada. Na sequência deste, a banca, os seguros e as maiores empresas são nacionalizadas (como o Grupo CUF), excetuando-se o capital estrangeiro (Lisnave). Institui-se o Conselho da Revolução. Começa o chamado PREC.

A nacionalização da empresa e o controlo operário

As eleições para o III CTS realizam-se a 8 e 9 de maio, registando-se 1123 abstenções e 350 votos nulos e brancos. Votam 1781 trabalhadores. A lista A (“esquerda revolucionária”) vence com 746 votos e a Lista C (PCP) obtém 685 votos¹⁷.

Considerando o “papel vital desempenhado pela indústria de construção naval na economia portuguesa”, e “a necessidade de um planeamento integrado no setor da construção e reparação naval com outros setores básicos da economia”, a Setenave é nacionalizada pelo Decreto-Lei 478/75, de 1 de setembro, no crepúsculo do V Governo Provisório. Torna-se portanto a maior empresa de indústria naval de âmbito estatal, pois a Lisnave é eximida de tal controlo fruto da sua elevada componente de capital estrangeiro.

Não será contudo essa medida que diminuirá a conflitualidade social na empresa. O administrador por parte do Estado, Moura Vicente, dirige a 6 de outubro uma “Carta aos trabalhadores da Setenave”, que será publicada no jornal *Expresso* e noutros. Traça-se o retrato mais dramático de sempre da situação no estaleiro: “A situação económica (produção atual e perspectivas) e financeira (saldo de receitas e responsabilidades) da Setenave é verdadeiramente desesperada” e “nada será possível realizar sem a não menos imprescindível colaboração, organizada e disciplinada, dos trabalhadores da Setenave”. Deste modo: “Diretores, gestores, operativos demitiram-se já ou apresentaram os seus pedidos de demissão. E até o delegado do Governo se encontra demissionário”¹⁸.

O CTS e Delegados Sindicais respondem estar “de acordo que a situação económica da Setenave é desesperada”, contudo exprimem em letras garrafais: “NÃO FORAM OS TRABALHADORES QUE FUGIRAM OU PUSERAM O DINHEIRO FORA DO PAÍS, NEM

¹⁵ CTS. Convocação. Mítrena, 10 março 1975. Centro de Documentação 25 de Abril.

¹⁶ A célula do Partido Comunista Português da Setenave. Comunicado nº3 A todos os trabalhadores da Setenave. Mítrena, 11 março 1975. Centro de Documentação 25 de Abril.

¹⁷ Resultados da votação para o novo CTS. Informação Setenave. maio 15, 1975.

¹⁸ O Administrador por parte do Estado. Moura Vicente. Carta aos trabalhadores da Setenave. s.l., 6 outubro 1975. Centro de Documentação 25 de Abril.

FORAM OS TRABALHADORES QUE DEIXARAM DE FINANCIAR A EMPRESA”¹⁹. Consideram “que só através da institucionalização e prática do CONTROLO OPERÁRIO, cujo decreto-lei até já foi feito pelo 5.º Governo Provisório e agora está na gaveta, é possível avançar”²⁰.

A 14 de outubro, a Administração propõe o “controle da empresa pelos trabalhadores”, no qual dois representantes dos trabalhadores fariam parte integrante da Comissão Administrativa (composta por três vogais nomeados pelo Governo), com idênticos poderes e obrigações ou com papel de observação e acompanhamento dos trabalhos e decisões da Comissão²¹. Argumenta não se tratar de “uma imposição; não é uma responsabilização dos trabalhadores nas decisões de gestão; não é a cogestão quando se convidam trabalhadores para observar e acompanhar os trabalhos da Administração e Direções”²².

O CTS demite-se, “mas manter-se-á em exercício até que seja eleito novo CTS”, e propõe a discussão de “propostas de organização para um controlo operário onde seja possível controlar completamente, de alto a baixo, a empresa”, devendo este “ser exercido sobre o CAPITAL, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS E HUMANOS, de acordo com os interesses da classe operária na construção da sociedade socialista”²³.

A AGT da Setenave de 16 de outubro reúne com a presença de soldados, deficientes das Forças Armadas, trabalhadores da Rádio Renascença e *República*. Considera-se que o “controlo operário que prepara a tomada do poder” não deve “ser compreendido com quaisquer formas de cogestão ou autogestão, dado que vivemos ainda numa sociedade capitalista”. Quando “a burguesia tenta particularmente impor a cogestão como forma de comprometer os trabalhadores no seu esquema”, o controlo operário “deverá ser feito a partir das bases para controlo da gestão da empresa”.

Define-se que a eleição do futuro CTS deve ser efetuada por votação de programa de controlo operário e só depois se realizaria a eleição dos representantes que aplicariam esse programa. De acordo com um futuro membro da CTS, do PCP, tratava-se de uma “baralhação

¹⁹ O CTS e os Delegados Sindicais. s.l., 8 outubro 1975. Centro de Documentação 25 de Abril.

²⁰ O CTS e os delegados sindicais, Comunicado nº2. s.l., 9 outubro 1975. Centro de Documentação 25 de Abril.

²¹ Moura Vicente, Proposta da Administração. s.l., 9 outubro 1975. Centro de Documentação 25 de Abril.

²² O Administrador Moura Vicente. Aos Trabalhadores da Setenave. s.l., 14 outubro 1975. Centro de Documentação 25 de Abril.

²³ O CTS e os delegados sindicais. Comunicado nº4. s.l., 13 outubro 1975. Centro de Documentação 25 de Abril.

total” porque “um conjunto de pessoas eleitas” poderia ficar “na obrigação de defender ideias com as quais não estava de acordo”²⁴.

Aprova-se, por unanimidade e aclamação, o “repúdio do esquema de cogestão apresentado” na plataforma de controlo e comunicação, ou qualquer outro (como autogestão) que tencione comprometer os órgãos representativos dos trabalhadores na responsabilidade das decisões que cabem à administração”; a solidariedade com “o avanço da unidade dos soldados, marinheiros, camponeses e operários, rumo ao socialismo”, o repúdio de “todas as medidas que têm sido tomadas e que venham ainda a ser decretadas pelo 6.º Governo que tenham a intenção de calar as vozes dos oprimidos e explorados deste país” e exigem a “reabertura da Rádio Renascença, a solução do problema dos Deficientes das Forças Armadas, o aval ao *República* e a concretização da reforma agrária”²⁵.

Apresentam-se a votação cinco programas de controlo operário, o que expressa bem as divergências partidárias existentes.

Segundo o Programa A (PRP-BR), “os conselhos revolucionários põem pela primeira vez a questão de todo o poder aos trabalhadores, apontando para um governo revolucionário, através da organização unitária dos trabalhadores para o controlo operário, organização política e militar da classe e seu armamento”²⁶.

Para o Programa B (UDP), os objetivos imediatos do controlo operário ao nível de fábrica são: controlo sobre encomendas, matérias-primas e equipamentos, reconversão, situação financeira e gastos da empresa, devendo passar para a centralização das comissões de trabalhadores ao nível de todos os estaleiros navais, do ramo da atividade metalomecânica e de todas as CTs a nível nacional – intercomissões de trabalhadores²⁷.

De acordo com o Programa D (MRPP-PS), o controlo operário “permite à maioria dos operários tomarem consciência de que a economia só estará ao seu serviço quando a classe operária e os seus aliados históricos tomarem o poder político através da vitória da revolução popular”. Deve exercer-se na “correspondência com os bancos e departamentos de Estado, como

²⁴ Entrevista a Aranha Figueiredo. Nova CT da Setenave afasta influência da extrema-esquerda. Setúbal na Rede, s.d., policopiado.

²⁵ O CTS e delegados sindicais. Ata da Assembleia Geral de Trabalhadores de 16.10.75. s.l., 16 outubro 1975. Centro de Documentação 25 de Abril.

²⁶ Comité Pró-CRTSM da Setenave. Programa de Controlo Operário, Fora com a canalha, o poder a quem trabalha, s.l., s.d., Centro de Documentação 25 de Abril.

²⁷ Programa para a Comissão de Trabalhadores da Setenave. s.l., s.d.. Centro de Documentação 25 de Abril.

os livros de contabilidade”, na “admissão e formação de trabalhadores”, bem como na “segurança, higiene e ritmos de trabalho”²⁸.

O programa E (PCP) considera o controle operário como “uma prática característica do período de transição para o socialismo que estamos a viver”. O CTS deve “orientar a sua ação para o problema da falta de trabalho”, a “procura da independência nacional”, questões “como a reconversão do estaleiro, a prioridade a dar a compras no País, a inclusão nos planos siderúrgicos do fornecimento de aços para a construção naval, o esforço para a criação de projetos e tecnologia próprios e uma ação de vendas orientada também para mercados não tradicionais” bem como a “conquista de regalias sociais e melhores condições de trabalho”²⁹.

Por fim, o Programa F (LCI) propõe um plano de ação de luta contra despedimentos, desemprego e inflação, bem como a formação de piquetes de autodefesa³⁰.

O 25 de novembro e a Setenave

Ao longo dos dezanove meses de revolução, os trabalhadores foram-se organizando nas fábricas e empresas em comissões de trabalhadores, os sindicatos tenderam à verticalização e construiu-se a Intersindical, as comissões de moradores generalizaram-se nos grandes centros urbanos, os camponeses iniciaram a ocupação das principais herdades no Sul, as Forças Armadas não conseguiam cumprir a sua função normal repressiva, nem impor a disciplina hierárquica, começando a desagregar-se na “crise político-militar”.

Deste impasse brota o golpe do 25 de Novembro. No decorrer dos acontecimentos, realiza-se uma assembleia na Setenave e plenários por secções na Lisnave³¹. O Forte de Almada é cercado trabalhadores da Lisnave e Setenave, reclamando armas³². Pela manhã de dia 27, num plenário na Lisnave com a presença de uma delegação da Setenave e de soldados do Forte de Almada, o PCP argumenta contra qualquer demonstração de força dos trabalhadores. A “esquerda revolucionária” apela a uma greve, posição rejeitada pela maioria³³.

O VI Governo Provisório retoma funções a 28 de novembro. São presos e emitidos mandados de captura a militares de esquerda, acusados de “golpismo”. Os Nove (com um plano preparado desde o verão) derrotam a esquerda militar, num “golpe” que simultaneamente contém os seus aliados, que vão até à extrema-direita.

²⁸ Patriarca, Fátima. Programa de Controlo Operário in Dossier Controlo Operário em Portugal (II). *Análise Social* 48, 1976, 1123-1131.

²⁹ Programa E, Unir, Organizar, Controlar. s.l., s.d.. Centro de Documentação 25 de Abril.

³⁰ Programa de Ação do Conselho de Trabalhadores da Setenave. s.l., s.d. Centro de Documentação 25 de Abril.

³¹ Setúbal-25 de novembro, Cronologia dos acontecimentos. *Revolução*, dezembro 13, 1975, 6.

³² Rosado da Luz, entrevistado por Raquel Varela, julho 2012.

³³ Mailer, Phil. Portugal, The impossible revolution? Londres: Solidarity, 1977, 338, tradução nossa.

Os trabalhadores do estalaleiro

A repressão, a desmoralização e o descontentamento com os partidos traduzem-se na votação do programa de controlo operário na Setenave³⁴, a 11 de dezembro, com 2093 abstenções e 402 votos inválidos. O Programa E (PCP) vence com 862 votos, seguido pelo programa B (UDP) com 260 votos, programa D (PS/MRPP), 240 votos, programa A (PRP-BR), 142 votos, e programa F (LCD), 18 votos³⁵.

O PCP passaria a dirigir politicamente os trabalhadores da empresa, mas numa relação de forças distinta. A derrota da “esquerda militar” será o primeiro passo no recuo do movimento operário e popular no seu conjunto, incluindo a indústria naval e a Setenave em concreto.

³⁴ Reeve, Charles. Portugal: The Putschist Conception of Social Revolution, s.l., s.e, 1976, 14, tradução nossa.

³⁵ CTS, Comunicado, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

9. As movimentações operárias e populares na processo revolucionário português e a teoria do «duplo poder»

José Manuel Lopes Cordeiro, UniMinho, Instituto de Ciências Sociais

O golpe militar desencadeado na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, instaurando um novo regime de liberdades em Portugal, suscitou quase de imediato um importante movimento de massas que, através de reivindicações e greves, procurou minorar os efeitos do forte agravamento do custo de vida e conquistar salários, condições de vida e trabalho condignas. Este movimento, que surpreendeu pela sua amplitude e intensidade, não tinha sido previsto, nem estava nos planos dos militares que organizaram o golpe vitorioso, por mais “*instinto político*” que manifestassem. É por conseguinte surpreendente a afirmação de que no próprio dia 25 de Abril se tenha instalado de imediato uma “*situação de dualidade de poderes*” que criou um “*poder paralelo ao Estado*”, como consequência do golpe militar e, ainda para mais, tendo os seus protagonistas disso consciência: “*o instinto político da jovem oficialidade intermédia das forças armadas foi subestimado. Naquele dia, o MFA, consciente de que ao desafiar os generais abria a porta aos soldados e criava de facto uma situação de dualidade de poderes (...)*”¹ ou, noutra passagem, iniciava-se, por conseguinte, “*um período de 19 meses marcado pela existência de uma dualidade de poderes, (...) se afirma como uma dualidade de poderes, com um poder paralelo ao do Estado*”². No entanto, numa outra obra publicada um pouco antes, o MFA ainda não estava tão consciente, nem motivado, de que iria criar a tal situação de dualidade de poderes, ou seja, uma situação que geralmente antecede a tomada do poder numa revolução: [os capitães de Abril] “*na realidade fizeram um golpe de estado, não uma revolução, e foram motivados, mais do que (sic) pelo desejo de democratizar e muito menos de construir um qualquer socialismo (...)*”³.

Este amplo movimento de massas, operárias e populares, no qual se inscreveu um importante surto grevista, traçou quase de imediato uma linha de demarcação entre o PCP e os partidos e organizações que se situavam à sua esquerda. Para o PCP, que logo a seguir ao golpe militar delineou muito claramente a sua orientação táctica, de aumentar a sua influência no aparelho de Estado através da conquista da confiança dos sectores da burguesia liberal e,

¹ Varela, R., História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75. Lisboa: Bertrand, 2014, p. 33.

² Varela, R., Op. cit., 2014, p. 484. Já no início do livro é afirmado que “a história da Revolução Portuguesa (...) é a história do Estado e da construção de um poder paralelo a esse Estado” (p. 15).

³ Varela, R., A História do PCP na Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand, 2011, p. 378.

principalmente, dos militares, lançando com esse objectivo a Aliança Povo-MFA, o surto grevista colocava-o numa posição desconfortável, uma vez que para atingir aqueles objectivos não podia apoiar nem as reivindicações dos trabalhadores nem as greves. Por seu turno, os diferentes sectores da burguesia liberal agora no governo viam também com bons olhos a participação do PCP no governo para que este, com a tradição de influência que acreditavam que tivesse no movimento operário e sindical, contribuísse para conter a explosão social, mas não para “evitar a dualidade de poderes”⁴, cuja existência nesta fase era difícil de descortinar. Não foi, por conseguinte, de estranhar que, tanto o PCP como a Intersindical, tivessem então defendido que as greves – que classificavam como uma “*forma superior de luta*” – conduzissem “*ao caos económico*”, que eram “*inoportunas e contra-revolucionárias*”, que “*serviam o fascismo*”, acusando os “*esquerdistas*” de “*irresponsáveis e fazerem o jogo da reacção*”. Inclusivamente, a Intersindical chegou a organizar em Lisboa, em 1 de Junho, uma insólita manifestação “*contra a onda grevista*”⁵.

A greve dos 35 000 trabalhadores dos CTT, desencadeada em 17 de Junho, assumiu por isso uma grande importância e significado, não apenas pelos furiosos ataques do PCP mas porque revelou uma dimensão até então desconhecida da prática deste partido, ou seja, o recurso à repressão sobre os trabalhadores em greve para alcançar os seus objectivos. Contudo, para a maior parte dos partidos e organizações que se reclamavam à esquerda do PCP, a actuação deste perante o movimento grevista constituía a confirmação da sua natureza reformista, de “*bombeiro da luta de classes*” e de “*agente da burguesia no seio do operariado*”.

Estes exemplos, ocorridos pouco depois do 25 de Abril, revelam uma característica fundamental do processo revolucionário que então se instalou na sociedade portuguesa: a tentativa por parte de todas as forças partidárias de influenciarem o movimento operário e popular e, se possível, canalizá-lo para o cumprimento dos seus objectivos. A partir de agora, e até ao fim do processo revolucionário, a correlação de forças – bastante instável ao longo de todo o período – entre os vários sectores políticos e partidários, e também no seio das Forças Armadas, influenciará a orientação que o movimento operário e popular irá adoptar, o qual no entanto se mostrou frequentemente incapaz de manter uma direcção independente, furtando-se a essa situação. Daqui decorre outra característica importante, a de que no período histórico que se verificou a partir de então até ao 25 de Novembro de 1975 o país viveu um processo revolucionário e não,

⁴ Varela, R., Op. cit, 2014, p. 78. Refira-se que embora se esteja ainda a 16 de Maio – não tinha sequer decorrido um mês após o 25 de Abril –, para a autora já se vislumbrava a existência de um “poder dual” de tal modo enraizado na sociedade portuguesa que terá obrigado Spínola, Soares e Costa Gomes a chamar o PCP para o Governo a fim deste tentar evitar a sua generalização.

⁵ “Dez mil pessoas contra os provocadores”, Diário de Lisboa, Lisboa, 3 de Junho de 1974, p. 14.

verdadeiramente, uma revolução⁶. A análise das movimentações das massas operárias e populares registadas durante o processo revolucionário, assim como da actuação dos organismos que as mesmas criaram – as comissões de trabalhadores e de moradores –, deve ser vista tendo em consideração estes pressupostos. Doutra forma dificilmente poderemos ter um verdadeiro entendimento do que na realidade se passou. Privilegiar aquelas movimentações, e em particular a actuação das comissões de trabalhadores e de moradores, como se elas se manifestassem independentemente da intervenção das forças políticas e partidárias como surge em ambos os livros, escamoteia o principal aspecto a observar neste processo que é precisamente a intervenção do factor político.

Embora já tenham surgido propostas para uma periodização alternativa, os principais acontecimentos políticos e militares que intervieram no processo revolucionário, como o 28 de Setembro de 1974 e o 11 de Março de 1975, constituem as balizas cronológicas que nos proporcionam a melhor leitura da sua evolução. Deste modo, de Maio a Setembro de 1974, a explosão revolucionária do movimento operário e popular foi acompanhada pela criação, por iniciativa espontânea das massas, dos seus órgãos de vontade popular, as comissões de trabalhadores e de moradores, que impuseram na rua, nos locais de trabalho, nos bairros, os fundamentos básicos do novo regime saído do golpe militar. Os saneamentos de responsáveis do regime deposto (nos sectores privado e público) aprovados em assembleias, a gestão de empresas abandonadas pelos administradores (muitas vezes acusados de sabotagem económica), a ocupação de casas devolutas, a conquista do salário mínimo e de outras regalias sociais, etc, foram nesta fase realizados com o apoio dos partidos e organizações à esquerda do PCP, por vezes com a participação deste, mas à margem da actuação dos governos provisórios, da Junta de Salvação Nacional e do próprio MFA, não obstante este tivesse sido muitas vezes chamado para legitimar a actuação dos órgãos de vontade popular.

Muito preocupado durante este período em conquistar apoios, principalmente nas Forças Armadas, o PCP irá prestar uma maior atenção à conquista do aparelho sindical corporativo – um trabalho que, pacientemente, vinha encetando desde a década de 1940 –, beneficiando do facto de constituir a principal força política com influência nesses sindicatos, o que lhe permitiu eliminar todos os opositores, como se viu no caso do Sindicato Operário das Indústrias Químicas de Lisboa. É a fase da sua actuação “responsável” e do lançamento da Aliança Povo-MFA, que sintetizará a orientação daquele partido no início do processo revolucionário. O PCP sabia que só

⁶ Ao contrário da interpretação da autora, que nos seus dois livros aqui analisados caracteriza o processo revolucionário como uma revolução e, o que é mais grave, utilizando a expressão “revolução dos cravos” – por exemplo, no título de um deles –, uma designação sem qualquer rigor, mais de carácter jornalístico do que histórico.

poderia alcançar os objectivos a que se propunha se conquistasse importantes sectores das Forças Armadas – eram estes que tinham as armas –, uma tática que já prosseguia antes do 25 de Abril no âmbito da sua estratégia do “levantamento nacional”. Constituía uma atitude pragmática que, para além do mais, respondia cabalmente à questão agora colocada: *“podemos e devemos perguntar-nos por que apostou Cunhal no MFA, porquê um partido comunista confiou numa direcção castrense, de composição social oriunda da pequena burguesia, por que quis partilhar com eles a direcção do Estado?”*⁷. Com o realismo e pragmatismo que caracterizou a sua actuação durante o período revolucionário, Álvaro Cunhal não estava absolutamente nada preocupado com a composição social pequeno-burguesa dos membros do MFA mas sim, como é obvio, com o facto deles deterem o comando dos soldados e o controlo das armas.

À medida que o número de comissões de trabalhadores e de moradores se expandia, conquistando um papel de relevo no processo, o PCP irá prestar-lhes cada vez maior atenção, quer através da participação dos seus militantes nas mesmas, quer criando-as por sua própria iniciativa. A participação das massas operárias e populares no aniquilamento da investida de sectores da burguesia ligados ao regime deposto com o objectivo de imporem uma solução neo-colonial ocorrida a 28 de Setembro de 1974, no qual também participaram o PCP, os partidos e organizações à sua esquerda, e o próprio PS (nomeadamente as suas bases), para além de sectores do MFA e o COPCON, foi decisiva para frustrar essa tosca tentativa de golpe de Estado. Através da manifestação denominada “Maioria Silenciosa” que convocaram para esse dia, aqueles sectores procuravam reforçar a posição política de Spínola de modo a permitir-lhe aplicar o seu projecto de associação de tipo federal para as colónias. As razões que estiveram no despoletar do golpe prendem-se com o facto de todas as propostas de Spínola terem sido rejeitadas, na Comissão Coordenadora do Programa e no Conselho de Estado, a 8 de Julho, com a recusa do reforço dos poderes do 1.º Ministro, a convocação de eleições presidenciais e a realização de um referendo para a aprovação de uma Constituição provisória em Outubro, assim como do adiamento para Novembro de 1976 – mais de dois anos depois – das eleições para a Assembleia Constituinte e, particularmente, o reconhecimento em 25 de Julho do direito à independência das colónias (Lei n.º 7/74). A partir de 24 de Agosto, os spinolistas põem a circular nas unidades militares um documento (de Hugo dos Santos/Engrácia Leandro) que propõe a extinção da Comissão Coordenadora do MFA. No dia seguinte são concluídas em Argel as negociações entre o Governo português e o PAIGC, iniciando-se o regresso das tropas portuguesas ali destacadas. A 27 de Agosto foi constituída a Frente Democrática Unida, integrando o Partido Liberal, o Partido do Progresso e o Partido Trabalhista Democrático

⁷ Varela, R., Op. cit., 2011, p. 200.

Português, os principais críticos do processo de descolonização e que irão desempenhar um papel decisivo na convocação da manifestação da “Maioria Silenciosa”, de apoio a Spínola, em 28 de Setembro. A 7 de Setembro foi assinado o Acordo de Lusaka, consagrando a independência de Moçambique. Finalmente, a 10 de Setembro, durante a cerimónia de reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, em Lisboa, Spínola voltou a criticar a evolução da situação política e militar, considerando-a resultante da acção de “*totalitarismos extremistas*”, e exortando “*a maioria silenciosa do povo português*” a “*despertar*” e a “*defender-se*”. Foram estas as verdadeiras razões da tentativa de golpe, que vinha sendo orquestrada desde Agosto, e não as greves da TAP, da Lisnave, ou do *Jornal do Comércio*, que teriam atemorizado a coligação governamental. Segundo esta tese, criara-se

“uma situação de ingovernabilidade, de medir forças com o poder, em três áreas centrais, empresas com impacto nacional, emblemáticas pelo seu grau de politização e com um efeito de arrastamento sobre outros sectores operários. Na nossa opinião, é este facto central que está na origem do golpe de 28 de Setembro de 1974”⁸.

Uma interpretação que não faz qualquer sentido, pois o que nesta altura se encontrava na ordem do dia era a questão da independência das colónias e a possibilidade dos sectores ligados ao regime de posto imporem uma solução neo-colonial.

Encerrou-se, assim, um primeiro ciclo do processo revolucionário em curso registando-se em consequência do golpe frustrado uma alteração da correlação de forças, com o PCP a reforçar as suas posições no aparelho de Estado, no Governo (com Vasco Gonçalves como 1.º Ministro) e nas Forças Armadas, e com a maioria dos partidos e organizações à sua esquerda a concentrarem os seus esforços no aprofundamento do processo revolucionário. O novo ciclo iniciado a partir dos finais de Setembro de 1974 será marcado por uma intensificação das movimentações operárias e populares, nas quais contudo não pode ser excluída uma crescente participação das várias forças políticas, nomeadamente do PCP e dos partidos e organizações à sua esquerda. As comissões de trabalhadores e de moradores, que em Maio-Junho de 1974 revelavam uma clara espontaneidade, independência e autonomia, começavam progressivamente a perder essas características, pois todas aquelas forças políticas se envolveram cada vez mais na actuação das mesmas, desempenhando um papel importante no seu seio, procurando controlá-las e canalizá-las de acordo com os seus objectivos, processo em que o PCP então se destacou. Como sublinhou José Barreto,

⁸ Varela, R., Op. cit, 2014, p. 123.

As movimentações operárias

“na verdade, também os comunistas, após terem pretendido conter, em 1974, o élan reivindicativo e a ameaça de paralelismo representativo das comissões de trabalhadores, que ainda escapavam grandemente ao seu controlo, começavam então a tomar consciência da sua importância. Nos primeiros meses de 1975, a desconfiança da direcção comunista iria ceder o lugar a uma atitude de atracção das comissões de trabalhadores à sua esfera de influência política”⁹.

O processo revolucionário revelava-se cada vez mais nitidamente como uma luta aberta pelo poder na qual todas as forças políticas se mostravam empenhadas. A intensificação das movimentações operárias traduziu-se por um incremento no número de empresas ocupadas pelos trabalhadores e suas comissões, que também participavam na sua gestão, ensaiando a aplicação do controlo operário, numa tentativa de evitar o seu encerramento, manter os postos de trabalho, combater a fuga de capitais para o estrangeiro e a sabotagem económica por parte das administrações, muitas das quais as abandonaram. Simultaneamente intensificava-se o movimento de ocupação de casas, principalmente em Lisboa, Porto e Setúbal, com destaque para o papel das comissões de moradores – cujo número aumenta consideravelmente durante esta fase – o qual contou, principalmente, com o apoio dos partidos e organizações à esquerda do PCP. A partir de Janeiro de 1975, no Alentejo, Ribatejo e parte do distrito de Setúbal, a ocupação de terras dos latifúndios pelos assalariados rurais adquiriu um carácter sistemático, com os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas a assumirem uma intervenção determinante nesse processo. Em meados desse mês, o PCP e grande parte dos partidos e organizações à sua esquerda participam numa manifestação convocada pela Intersindical, de apoio à unicidade sindical, a qual constituiu um dos raros momentos em que o “campo da revolução socialista” se apresentou unido na sua quase totalidade, tendo uma semana depois o Conselho de Ministros aprovado o diploma na especialidade, com os votos contra do PS e do PPD. A crescente influência do PCP no aparelho de Estado teve também uma tradução no campo sindical, como o comprova o episódio registado a 2 de Março no Sindicato Operário das Indústrias Químicas de Lisboa, com a ocupação militar da sua sede e a prisão dos seus dirigentes a mando do ministro do Trabalho coronel Costa Martins, com o pretexto da Direcção do Sindicato não permitir a realização de eleições sob a tutela do COPCON, por a considerar uma interferência governamental.

A posição do PCP perante as greves também se tinha alterado, fundamentalmente desde o 28 de Setembro de 1974. Ao longo do processo revolucionário o PCP combateu ou apoiou as

⁹ Barreto, J., “O PS e o movimento sindical”, in Canas, V. (Ed.), O Partido Socialista e a Democracia. Lisboa: Celta, 2005, p. 256.

greves consoante os seus interesses táticos de momento, pelo que não se pode afirmar, generalizando abusivamente, que “*as greves da Revolução dos Cravos tiveram a oposição disciplinada do Partido Comunista Português (PCP), que reivindicou a necessidade de uma política de ‘reconstrução nacional’*”¹⁰. Se isto era no fundamental verdade no período que decorreu até ao 28 de Setembro, deixou depois de o ser¹¹, e alterar-se-á completamente entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975. Não referir esta mudança de posicionamento por parte do PCP não só traduz uma investigação deficiente como a não compreensão da dinâmica do processo revolucionário e as alterações táticas dos seus intervenientes, de acordo com a evolução da correlação de forças, assim como da própria evolução da situação política.

A participação do PCP nas movimentações operárias e populares e, principalmente, a atenção que passará a dedicar às comissões de trabalhadores, assim como à necessidade de nacionalizações, aumenta também a partir de então. Exemplo disso, é a organização em 2 de Fevereiro de 1975, em Lisboa, da I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, tendo nas suas conclusões apontado que

*“a intervenção do Estado terá de ser legislada e exercer-se tendo em conta (...) a sua inserção clara numa política anti-monopolista conduzindo rapidamente ao ‘controle’ do poder económico e à criação de um sector estatal da economia nacional que inclua as instituições financeiras e os principais sectores de produção”*¹²,

comprovando que se estava a referir às nacionalizações e que estas se integravam plenamente na sua estratégia no biénio 1974/75 – ao contrário do que é afirmado¹³ – ao mesmo tempo que, no seu discurso de encerramento, Cunhal afirmava que “*a classe operária está pronta para o socialismo*”¹⁴. Aliás, já em Janeiro de 1975, o *Avante!* noticiava com certo destaque que os trabalhadores da Cambournac eram favoráveis à nacionalização¹⁵, e que os bancários

¹⁰ Varela, R., Op. cit., 2014, p. 134.

¹¹ Ver, por exemplo, o apoio a diversas greves prestado a partir de então pelo PCP: “Algarve: justa luta das conserveiras” e “Nas confecções Palmélia luta contra os despedimentos”, ambas noticiadas no *Avante!*, Lisboa, Série VII, n.º 31, 6 de Dezembro de 1974, p. 11, “As operárias da Texteurop exigem o pagamento dos seus salários” e “Impedido na Shimming um despedimento sem justa causa”, ambas no *Avante!*, Lisboa, Série VII, n.º 38, 23 de Janeiro de 1975, pp. 9 e 10, entre muitas outras que o PCP passou a apoiar e foram noticiadas na sua imprensa.

¹² “I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores”, *Avante!*, Série VII, n.º 40, de 6 de Fevereiro de 1975, p. 4.

¹³ Varela, R., Op. cit., 2011, p. 210.

¹⁴ Foi, precisamente, a frase que o *Avante!* escolheu para a notícia, o que não terá sido por acaso. Cf. *Avante!*, Série VII, n.º 40, de 6 de Fevereiro de 1975, p. 5.

¹⁵ “Os trabalhadores da Cambournac são favoráveis á nacionalização”, *Avante!*, Lisboa, Série VII, n.º 35, 3 de Janeiro de 1975, p. 5.

reclamavam a nacionalização da banca ... na perspectiva do programa do MFA, é claro¹⁶. Nesta fase o PCP está com e nas comissões de trabalhadores, aumentando cada vez mais a sua influência junto destes órgãos de vontade popular, como se pode também constatar numa das conclusões da referida Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, que reclamava, precisamente, “*o reconhecimento do direito e da competência da Comissão de Trabalhadores para administrar a empresa ...*”¹⁷. De facto, desde a aprovação da lei da unicidade sindical que o PCP “*conseguiu ganhar progressivamente influência nas comissões de trabalhadores, cujas direcções, por fragilidade e incapacidade de organização nacional, não conseguiram evitar que o seu campo de acção política fosse, em parte, engolido pela Intersindical*”¹⁸. No entanto, a multiplicação de comissões de moradores e de trabalhadores durante este período não significou que por si só estas constituíssem “*organismos de duplo poder*”¹⁹, pois só poderiam eventualmente assumir essa característica numa situação abertamente pré-revolucionária, estando generalizadas a todos os locais de trabalho e de habitação, coordenadas a diferentes níveis, o que não se verificava naquela época, nem se veio a verificar de uma forma consistente e sustentada ao longo destes dezanove meses.

O incremento do processo revolucionário conheceu, a 7 de Fevereiro em Lisboa e a 8 de Março no Porto, dois momentos altos, que pela primeira vez irão fazer emergir o papel político das comissões de trabalhadores naquele processo, que com poucas excepções²⁰ até então estava remetido para uma intervenção fundamentalmente ao nível dos locais de trabalho: duas gigantescas manifestações, a de Lisboa contra o desemprego e a presença da esquadra da NATO no Tejo, e a do Porto contra a carestia e os despedimentos, ambas convocadas por comissões de trabalhadores e apoiadas por grande parte dos partidos e organizações à esquerda do PCP. Este partido não só não as apoiou como as apodou de “*maioria silenciosa*”, sendo por isso atacado por uma parte daqueles partidos e organizações, que via na sua falta de apoio mais uma confirmação da “*traição*” à luta pela revolução e a conquista do poder. Em Lisboa, os soldados

¹⁶ “Pedida a nacionalização da banca na perspectiva antimonopolista apontada no programa do MFA”, Avante!, Lisboa, Série VII, n.º 36, 9 de Janeiro de 1975, p. 9.

¹⁷ “I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores”, Avante!, Série VII, n.º 40, de 6 de Fevereiro de 1975, p. 4.

¹⁸ Varela, R., Op. cit., 2011, p. 150. Embora, e uma vez mais sem problemas de entrar em contradição, se afirme correctamente que o PCP procurou enquadrar as comissões de trabalhadores com a Intersindical a partir de Fevereiro de 1975, o que há a salientar é que na realidade, o PCP não só procurou como conseguiu efectivamente enquadrá-las, como a autora acaba por reconhecer. Cf. Varela, R., Op. cit., 2011, p. 368.

¹⁹ “Este período [a partir de Fevereiro de 1975] é marcado pela multiplicação dos organismos de duplo poder (nesta fase sobretudo comissões de trabalhadores e moradores)”. Cf. Varela, R., Op. cit., 2014, p. 116.

²⁰ Entre as excepções conta-se a grande manifestação dos trabalhadores da Lisnave, em Lisboa, em 12 de Setembro de 1974.

do COPCON enviados para reprimir a manifestação colocaram-se ao lado dos manifestantes, primeiro em frente à embaixada dos EUA e, depois, defronte do Ministério do Trabalho, embora tal tivesse constituído um acontecimento pontual, não podendo ser interpretado como a manifestação de qualquer “*duplo poder*” no seio das Forças Armadas. A 8 de Fevereiro, o Conselho de Ministros aprovou o Programa de Acção Política e Económica, também conhecido por Plano Melo Antunes, promulgado finalmente a 21 de Fevereiro, o qual só com uma grande dose de imaginação se poderá aceitar ter tido como propósito “*impedir o crescimento da dualidade de poderes, espelhada no desenvolvimento do controlo operário*”²¹ ou “*impedir a insurreição*”²².

Também não foi “*a partir de Fevereiro de 1975*”²³ que o controlo operário começou a adquirir alguma relevância, mas sim após Maio de 1975, embora seja imprescindível conhecer a real dimensão das situações em que este se exerceu para se ter uma noção da sua importância e significado. Pelos dados apresentados²⁴, fica-se com a ideia de que o controlo operário se desenvolveu essencialmente nas grandes empresas de Lisboa, Setúbal e Porto, o que aliás é compreensível dada a maior concentração operária, a existência de uma tradição de lutas e uma maior consciência política dos seus trabalhadores. No entanto, importa sublinhar que o controlo operário desenvolvido pela grande maioria das comissões de trabalhadores entre Maio e Novembro de 1975 não só não se inseria ainda plenamente numa agenda de intervenção política como, em muitos casos, também estava muito aquém de contribuir para que aquelas constituíssem órgãos de poder paralelo ao Estado²⁵. Dois exemplos registados em empresas de grande dimensão e importância económica, entre os muitos que poderiam ser escolhidos, ilustram esta situação. Em 25 de Maio de 1975, no Encontro de Intercomissões promovido pelas comissões de trabalhadores da Efacec/Inel (Sul), Cambournac, SousaCor e Florescente em Lisboa, aberto a todas as comissões de trabalhadores, a questão do controlo operário estava ainda fora das suas preocupações. Embora a ordem de trabalhos – que apresentava os seguintes pontos para discussão: “*1. Situação actual da classe operária. 2. A importância da luta pelas 40 horas. 3. O saneamento como forma de justiça popular. 4. As comissões de trabalhadores como órgão da vontade da classe operária*”²⁶ – referisse o papel das comissões de trabalhadores como órgãos

²¹ Neste período, os casos controle operário eram ainda muito limitados e só após Maio de 1975 registaram uma fase de desenvolvimento.

²² Ambas as citações em Varela, R., Op. cit., 2014, p. 305.

²³ Varela, R., Op. cit., 2014, p. 305.

²⁴ Varela, R., Op. cit., 2014, pp. 282-283.

²⁵ E muito menos no período entre Setembro de 1974 e Fevereiro de 1975, como é afirmado. Cf. Varela, R., Op. cit., 2014, p. 496.

²⁶ “Encontro de Intercomissões”, comunicado da Intercomissões, Lisboa, 17 de Maio de 1975. As citações seguintes foram retiradas deste documento.

de poder popular, o comunicado salientava apenas a necessidade daquelas deverem ser “*democraticamente eleitas e revogáveis em qualquer momento*” em torno das quais os trabalhadores se deveriam “*unir e levar à prática as formas de luta que nos conduzam aos objectivos que nos são próprios*”. Já os outros dois pontos anteriores, a luta pelas 40 horas e o saneamento, mereceram um maior destaque, o que traduzia efectivamente as suas principais preocupações políticas, nomeadamente a questão do combate à “*batalha da produção*”, não havendo qualquer referência à necessidade de imporem o controlo operário. Também na CUF do Barreiro, em 23 de Junho de 1975 quando os seus trabalhadores decidiram aprovar a nacionalização da empresa, saneando os administradores, retirando o controlo financeiro das mãos do Grupo Mello e elegendo uma comissão de trabalhadores, não evidenciaram qualquer preocupação com o estabelecimento do controlo operário mas, pelo contrário, uma postura de colaboração de classes. Numa entrevista que anos depois um dos membros desta comissão concedeu ao jornal *Setúbal na Rede*, perante a pergunta “*como decorreu a gestão da empresa neste período?*”, respondeu:

“sem grandes problemas, uma vez que contávamos com pessoas de larga experiência na matéria. A estratégia foi muito simples, a CUF era uma coisa enorme e complexa e, como no tempo dos Mello, o Vístulo de Abreu era o administrador delegado da empresa, e aliás muito bom, nós propusemos que fizesse parte da administração. Assim, ele passou a presidente da Comissão Administrativa e com isso ganhámos muito. Especialmente porque tinha um grande ascendente sobre todos os quadros e chefes de divisão da CUF. Na altura do 25 de Abril, Eduardo Catroga não era administrador da empresa mas sim director financeiro e a sua experiência foi-nos muito preciosa nesta nova administração dos trabalhadores”²⁷.

Se em Maio e Junho de 1975 era esta a realidade que se verificava em empresas com a dimensão e importância da Efacec/Inel (Sul), da Cambournac, ou da CUF, que agrupavam os trabalhadores mais politizados, nas centenas ou, mesmo, milhares, de pequenas empresas em que então existiam situações de “*controlo operário*” a situação não seria muito diferente, procurando os trabalhadores alcançar objectivos essencialmente pragmáticos, como a manutenção dos seus postos de trabalho, a jornada das 40 horas, e a garantia da viabilidade da empresa, não manifestando quaisquer preocupações em exercer um “*duplo poder*”.

²⁷ “Trabalhadores da CUF aprovam nacionalização e saneamento de administradores”, in Brinca, P. e Baía, E., Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal, 25 Anos Depois. [Setúbal]: Setúbal na Rede, Vol. II, 2002, p. 51. Entrevista a Cardoso da Silva, membro da comissão de trabalhadores da CUF em 1975.

A crescente influência do PCP nas comissões de trabalhadores neutralizou também eventuais objectivos revolucionários que as mesmas pudessem acalentar e, como foi salientado, o controlo operário exercido por uma grande parte das comissões de trabalhadores, onde o nível de consciência política dos seus membros era baixo, era frequentemente encarado apenas como um exercício de autogestão, a fim resolverem os problemas económicos e financeiros existentes, sem qualquer perspectiva revolucionária visando a tomada do poder. O sistema de controlo operário pressupõe uma organização das comissões de trabalhadores, das uniões ou associações de camponeses, por concelhos, por regiões, por sectores inteiros – de actividade e ramo de indústria –, de forma que essa organização de órgãos de vontade popular possa assumir-se como um poder paralelo ao poder de Estado. Um dos aspectos importantes da política do controlo operário é a de que é necessário unir tudo sob uma direcção única, num sistema único que possibilite aos trabalhadores, ao aplicarem o controlo operário, aperceberem-se rapidamente de que para defender esse seu sistema têm de conquistar o poder. O controlo operário apenas tem por missão permitir aos trabalhadores o exercício da fiscalização sobre tudo o que se passa nos locais de trabalho, nas empresas industriais, nas propriedades agrícolas e também nas Forças Armadas. Durante todo o período revolucionário, do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975, não só nunca se verificou esta situação de organização e centralização dos órgãos de vontade popular, com uma direcção única, capaz de criar uma verdadeira situação de dualidade de poder, como também nunca se resolveu a necessidade do seu armamento e a criação de um comité militar que traçasse um plano de acção para a conquista do poder. Todas as tentativas de criação de estruturas de coordenação nacional dos órgãos de vontade popular não passaram de uma fase muito embrionária, como demonstram os exemplos conhecidos dos CRTSM, do Comité de Luta de Setúbal, da Coordenadora das CTs da Metalomecânica, da CTCIL, ou da Coordenadora das Comissões de Trabalhadores. Para além do mais, o importante sector do campesinato – nomeadamente os assalariados rurais do Sul do país – encontravam-se quase inteiramente sob a influência política do PCP, que prosseguia uma outra orientação para a evolução do processo revolucionário.

Embora ainda hoje não sejam inteiramente claras as razões que levaram Spínola a desencadear o golpe de 11 de Março, é difícil imaginar que estas tenham resultado de “*uma reacção atabalhoada dos banqueiros e donos dos principais grupos económicos à onda de ocupações de casas e ao crescimento do controlo operário*”²⁸. Esta interpretação, que consideramos inteiramente errada, sobrestima as experiências de controlo operário então existentes – o controlo operário desenvolveu-se fundamentalmente a partir de Maio de 1975

²⁸ Varela, R., Op. cit, 2014, p. 124.

como já foi salientado e é reconhecido²⁹ –, as quais no entanto eram ainda em número diminuto e limitadas a algumas grandes empresas das cinturas industriais de Lisboa e do Porto. Para além disso, embora a crise económica já estivesse instalada não se assistia a uma situação de bancarrota generalizada do sistema económico, com o Governo inteiramente paralisado, passando o controlo operário a constituir uma forma de poder paralelo. Aquela interpretação ilude também a causa e a natureza abertamente política e militar do golpe do 11 de Março substituindo-a por condições que ainda registavam um peso e importância diminutos – a onda de ocupações de casas e o crescimento do controlo operário. É difícil imaginar – mas, pelos vistos, é possível – que reagindo à onda de ocupação de casas e a um ainda titubeante controlo operário, os banqueiros e os donos dos grupos económicos tivessem pressionado Spínola a avançar no 11 de Março. As preocupações daqueles tinham motivações de outra índole, decorrendo essencialmente da contínua alteração da correlação e forças lhes ser cada vez mais desfavorável, com a aprovação de um conjunto de medidas às quais se tinham oposto, sem sucesso. Entre estas, contam-se a questão da institucionalização do MFA, discutida durante Janeiro e Fevereiro e aprovada pelo Conselho dos Vinte em 8 de Março, não obstante a oposição dos militares spinolistas. Aliás, estes há muito que se movimentavam, tendo em Janeiro desencadeado uma campanha contra a Comissão Coordenadora do Programa do MFA, nomeadamente por causa da sua posição favorável à unicidade sindical; em Fevereiro, bateram-se ingloriamente nas assembleias do MFA contra a sua institucionalização, que não só foi aprovada como no futuro Pacto MFA-Partidos ficou explícito que o Presidente da República necessitaria de ter o aval do MFA, o que excluiria uma eventual futura candidatura de Spínola. O facto de durante a primeira semana de Março as eleições para os Conselhos de Armas terem sido favoráveis aos spinolistas levou-os a considerar que estavam reunidas as condições para intervir, a fim de alterarem a situação a seu favor e tentarem recuperar o poder perdido no 28 de Setembro. Por conseguinte, são estas e não outras as principais motivações do golpe do 11 de Março.

É também errado considerar que as nacionalizações tenham decorrido exclusivamente das movimentações dos trabalhadores e que com o 11 de Março a dualidade de poderes tenha dado “*um salto*”³⁰, uma vez que “*organizava-se crescentemente*”³¹, ou ainda que as nacionalizações

²⁹ “Abre-se uma luta política dentro das empresas, sobretudo a partir de Maio de 1975, entre os que se organizam no sentido de exercer o controlo operário (...) com vista a ‘tomar o poder pelos trabalhadores’”. Cf. Varela, R., Op. cit., 2014, p. 285. Importa salientar que estas experiências de controlo operário não eram ainda expressamente realizadas “com vista à tomada do poder”, objectivo que apenas começa a ser formulado por alguns sectores a partir de Setembro de 1975.

³⁰ A “greve dos liceus de Fevereiro” é um dos exemplos que é apontado com tendo tido grande relevância na ampliação do processo de dualidade de poderes nas escolas. Cf. Varela, R., Op. cit., 2014, p. 273. Numa outra passagem, é afirmado que “os liceus estão em ebulição, num processo que vinha desde os anos 60”. Cf. Varela, R., Op. cit., 2014, p. 311. Os liceus não estavam todos “em ebulição”, como a frase

tenham sido impostas “*para evitar o desenvolvimento do controlo operário que introduzia uma situação de dualidade de poderes [que] levou à ruptura da coligação PS-PCP (...)*”³². Uma coisa é a declaração de que as nacionalizações constituíam um objectivo a alcançar, como por exemplo se verificou nas conclusões da I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores promovida pelo PCP, outra é a possibilidade real de se concretizar esse objectivo, por maior que fosse a pressão do movimento operário e popular, ou qualquer força política, sobre quem possuía os mecanismos para o decretar. Embora constasse no Programa do PCP, este partido estava consciente de que ainda não existiam condições para poder impor a sua concretização, o que não significa que não o defendesse e o pudesse vir a fazer caso as condições se alterassem, como se veio a verificar. Deste modo é incorrecto afirmar que “*é a revolução que coloca as nacionalizações no centro da história de Portugal a partir de 1975 e não qualquer estratégia partidária comunista de tomada do poder. Nem o PCP, nem o PS, nem o MFA fizeram das nacionalizações uma estratégia no biénio 1974/75*”³³. Não levando aqui em consideração a questão essencial de se saber quem dirigia essa “*revolução*”, assim como a pertinência em se englobar o PS³⁴ – que já estava a caminho de se colocar fora do processo desde o episódio da unicidade sindical – importa salientar que o PCP vinha conquistado nesta fase uma influência determinante no Governo e no MFA, nomeadamente no Conselho da Revolução, e que era na realidade aquele partido quem dispunha de uma estratégia que contemplava claramente as nacionalizações. Contudo, na mesma obra, é apresentada uma outra autoria para as nacionalizações:

*“as nacionalizações foram realizadas sob o impacto de uma crise generalizada de acumulação mundial e, de certa forma, a metodologia com que foram feitas – sem controlo operário – sugere que a burguesia portuguesa lançou mão das nacionalizações para salvar os dedos, uma vez perdidos os anéis”*³⁵.

dá a entender, e também não faz qualquer sentido estabelecer um elo de ligação com os anos 60, uma época em que o movimento estudantil liceal era muito limitado, e sem se levar em consideração de que então se vivia sob um regime fascista.

³¹ Varela, R., Op. cit., 2011, p. 148.

³² Varela, R., Op. cit., 2014, p. 273. Já anteriormente se afirmou que em Maio de 1975 “o PS desloca-se da aliança com o PCP em direcção a um amplo bloco social com a direita”, Cf. Varela, R., Op. cit., 2011, p. 370. O PS é sistematicamente apresentado como tendo formalizado uma aliança ou coligação com o PCP, a qual na realidade nunca existiu. Pelo contrário, desde o início de Janeiro de 1975 que o relacionamento entre os dois partidos era pautado por um crescente antagonismo, como o demonstram os ataques do PS ao PCP por causa da unicidade sindical. É surpreendente a insistência de que existia essa aliança, inteiramente errada e fantasiosa.

³³ Varela, R., Op. cit., 2011, p. 210.

³⁴ Insiste-se, novamente, na existência de uma pretensa aliança ou coligação entre o PS e o PCP, que nunca ocorreu.

³⁵ Varela, R., Op. cit., 2011, pp. 213-214, e Varela, R., Op. cit., 2014, p. 293.

Em que ficamos? Foi “*a revolução*”, “*o controlo operário*” ou foi “*a burguesia*” quem realizou as nacionalizações? É também surpreendente (e falsa) a afirmação de que “*o PCP não tem uma estratégia de nacionalizações, nem um programa elaborado sobre elas*” e que, somente apoiará “*as nacionalizações a partir de Março de 1975*”³⁶. Se havia força política em Portugal que tinha produção teórica, objectivo definido e estratégia para as nacionalizações era precisamente o PCP. Em reforço daquela afirmação evoca-se o facto da *Plataforma de Emergência* não referir as nacionalizações prevendo apenas o “*controlo pelo Estado da actividade da banca privada e intervenção do Governo sempre que essa actividade não corresponda à defesa dos interesses da comunidade nacional*”³⁷. Em primeiro lugar, a *Plataforma de Emergência* não é um documento autónomo, nem o “*programa que inicialmente o PCP definiu como orientador para o período revolucionário*”³⁸, constituindo apenas um dos pontos da “*Proclamação do Congresso Extraordinário do PCP*”, o que lhe retira importância em termos programáticos, tanto mais que um novo Programa do PCP foi aprovado naquele Congresso. Em segundo lugar, esta *Plataforma de Emergência* foi apresentada em Outubro de 1974 e portanto num momento em que não havia ainda condições para o PCP colocar as nacionalizações como objectivo imediato. Contudo, basta consultar os documentos do VII Congresso mais pormenorizadamente³⁹, para se encontrar a questão das nacionalizações definida claramente como um objectivo estratégico a alcançar a curto prazo. E no que respeitava à Reforma Agrária, desde Fevereiro de 1975 que esta se encontrava na “*ordem do dia*”⁴⁰.

De facto, e contrariando uma vez mais a afirmação da autora, no Programa do PCP aprovado no VII Congresso afirmava-se com toda a clareza a necessidade da “*nacionalização dos bancos, das companhias de seguros, dos transportes ferroviários, aéreos e marítimos, do telégrafo e dos telefones, das minas, da produção e transporte de electricidade e outros sectores*”

³⁶ Ambas as citações em Varela, R., Op. cit., 2011, p. 215.

³⁷ “*Uma Plataforma de emergência*”, in Partido Comunista Português (Org.), VII Congresso (Extraordinário): intervenções, saudações, documentos. Lisboa: Edições Avante!, 1974, p. 293.

³⁸ Varela, R., Op. cit., 2011, p. 215.

³⁹ Por exemplo, na abertura do VII Congresso, em 20 de Outubro de 1974, afirmava Álvaro Cunhal: “Se um regime de liberdade e democracia quer sobreviver e desenvolver-se, tem que limitar e liquidar, finalmente, o poder económico dos monopólios e latifundiários, fazer intervir cada vez mais o Estado na economia sem prejuízo da iniciativa privada não monopolista, proceder à nacionalização de sectores-chave da economia e entregar aos camponeses grandes latifúndios”. Cf. Álvaro Cunhal, “A situação política e as tarefas do Partido no momento actual”, in Partido Comunista Português (Org.), Op. cit., p. 30 (sublinhado nosso). Deste modo, ao contrário do que é afirmado, a Plataforma de Emergência não veio de modo algum substituir o Rumo à Vitória, sob o pretexto de que aquela recuava “em questões centrais como a reforma agrária (...)”, embora na página seguinte se afirme que “o partido irá de novo recuperar o programa de Rumo à Vitória e fixará, a partir de Dezembro de 1974 (...) a política no controlo dos monopólios e latifúndios pelo Estado (...)”. Cf. Varela, R., Op. cit., 2011, pp. 367-368. Pelos vistos, o PCP “suspendeu” o programa do Rumo à Vitória apenas durante 41 dias.

⁴⁰ “A Reforma Agrária está na ordem do dia, afirmou Álvaro Cunhal no Porto”, Avante!, Série VII, n.º 42, 20 de Fevereiro de 1975, p. 7.

da indústria pertencentes aos grupos monopolistas”⁴¹. Finalmente, é necessário entender porque é que o PCP apoiou o “*programa Melo Antunes, que não previa nacionalizações*”⁴² e que só “*pela força das circunstâncias foram obrigados a defender as nacionalizações*”⁴³, tal como os outros partidos do Governo Provisório. Uma vez mais tem de se compreender a dinâmica do processo revolucionário, a evolução da correlação de forças, o pragmatismo e a tática do PCP e, neste caso, também o facto desse apoio ter sido dado no quadro de uma medida de um governo no qual aquele partido participava. E se a 21 de Fevereiro o PCP apoiava o Plano Melo Antunes, bastou uma alteração da correlação de forças (11 de Março) para as nacionalizações passarem a assumir uma importância primordial nos objectivos daquele partido. Como salientará o então Primeiro Ministro,

*“sabíamos que mais dia menos dia haveria uma tentativa de golpe militar contra-revolucionário. Concretizou-se a 11 de Março, à antiga portuguesa... (...) Estavam finalmente criadas as condições subjectivas para a nacionalização da Banca e dos Seguros. Era um passo essencial para salvar a economia nacional, interligado com a Reforma Agrária e com a nacionalização de sectores básicos, como a energia, as telecomunicações, os cimentos”*⁴⁴.

Todas as forças políticas se envolveram na preparação das eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de Abril de 1975, com excepção da LUAR e do PRP-BR, tendo este publicado em Março o manifesto “Não às Eleições, sim à Revolução Socialista”⁴⁵, no qual defendia que a revolução estava na ordem do dia e aconselhava o voto em branco⁴⁶, passando a organizar, em meados do mês seguinte, os Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores (CRT), apresentados como a “*vanguarda revolucionária da luta de classes*”⁴⁷, os quais passaram a Conselhos Revolucionários de Trabalhadores Soldados e Marinheiros (CRTSM) em 11 de Junho de 1975. Com a criação dos CRTSM o objectivo do PRP-BR era que estes viessem a constituir organismos de duplo poder dos trabalhadores, nos seus locais de trabalho, nos bairros e nos

⁴¹ “Programa do PCP. Aprovado no VII Congresso (Extraordinário) realizado em 20/10/74”, in Partido Comunista Português (Org.), Op. cit., p. 321.

⁴² Varela, R., Op. cit., 2011, p. 219.

⁴³ Idem, Ibidem, p. 220.

⁴⁴ Gonçalves, V., “Ideais de Abril apontam para o futuro”, O Militante, Lisboa, n.º 239, p. 32, 1999.

⁴⁵ Comissão Central do PRP – Brigadas Revolucionárias, “Não às Eleições, sim à Revolução Socialista”, 10 de Março de 1975.

⁴⁶ PRP – Brigadas Revolucionárias, “Voto em branco. Vota Conselhos Revolucionários pela Revolução Socialista”, Lisboa, 22 de Abril de 1975.

⁴⁷ Secretariado Provisório Pró-Conselhos Revolucionários, Manifesto ao Proletariado. [Lisboa]: Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores, 1975, p. 5.

quartéis, devendo “*ter meios defensivos e ofensivos, incluindo as armas afim (sic) de que se possa responder eficazmente aos ataques da burguesia e consolidar efectivamente o poder do proletariado*”⁴⁸. Os CRTSM realizaram o seu 1.º Congresso (de constituição) em 19-20 de Abril de 1975, em Lisboa, no qual afirmaram terem estado presentes 165 empresas e 26 unidades militares⁴⁹, o que traduziria “*a implantação militar desta iniciativa, reflectindo a simpatia despertada pelo PRP-BR entre alguns jovens militares, entre os quais Otelo Saraiva de Carvalho*”⁵⁰. Na realidade, como qualquer análise crítica das fontes detectaria com facilidade, a anunciada participação de representantes de tantas empresas (entre as quais a Lisnave, Setenave e Siderurgia Nacional) e unidades militares, não correspondia a uma real implantação do PRP-BR nas mesmas, e muito menos traduzia a sua capacidade para influenciar e dirigir os respectivos trabalhadores e militares. De todos os agrupamentos deste sector da extrema-esquerda, o PRP-BR era dos que menos implantação registava, dispendo, em contrapartida de uma considerável influência sobre alguns oficiais do MFA, entre os quais o próprio Otelo. Uma das debilidades da análise da autora tem a ver precisamente com a quase completa omissão do papel desempenhado no processo revolucionário pelo PRP-BR, MES, LCI, FSP, LUAR, MRPP, PCP (m-l) e as organizações da denominada “*corrente marxista-leninista*”, presentes nas comissões de trabalhadores, de moradores, nos quartéis, por vezes com uma influência decisiva, assim como o seu relacionamento com o PCP e os outros partidos ao longo de todo o processo.

A partir de meados de Maio de 1975 assistiu-se a uma radicalização das movimentações operárias e populares, apoiada por grande parte da extrema-esquerda, na qual se inseriram as manifestações de comissões de moradores contra a “*lei das ocupações*”, a ocupação do *República*, até então porta-voz do PS, e da Rádio Renascença, a emissora da Igreja Católica, pelos respectivos trabalhadores. Uma boa parte da extrema-esquerda colocava abertamente a alternativa “*fascismo ou revolução*”, como o MES, que em finais de Maio apontara a necessidade de se “*organizar o poder popular, marginalizar os partidos burgueses, criar o exército popular (...) para seguir em frente pela revolução socialista*”⁵¹, e o PRP-BR o qual declarara que “*ou caminhamos resolutamente na construção do socialismo ou caminhamos para*

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 4.

⁴⁹ Na obra em análise são apontadas “161 empresas e 21 unidades militares”. Cf. Varela, R., *Op. cit.*, 2011, p. 302. Contudo, no 2.º Congresso dos CRTSM, realizado em 9-10 Agosto de 1975 em Lisboa, que aprovou o seu “Programa para um Governo Revolucionário de Transição”, não foram divulgados quaisquer números sobre a participação de representantes de empresas ou de unidades militares.

⁵⁰ Varela, R., *Op. cit.*, 2011, p. 303, citando um trabalho inédito de Miguel Pérez sobre os CRTSM.

⁵¹ Cf. “Processo revolucionário impõe marginalização dos partidos burgueses”, *Esquerda Socialista*, Lisboa, n.º 29, 14 de Maio de 1975, p. 1.

*uma derrota que será fatal para os próprios trabalhadores*⁵², enquanto que Álvaro Cunhal afirmava que “*a dinâmica revolucionária não coincide com a dinâmica eleitoralista*”⁵³. O sector militar começou também a definir posições, com o COPCON a assumir-se a favor da radicalização do processo revolucionário, entregando ao Conselho da Revolução, a 27 de Maio, o “Documento dos Operacionais do COPCON”, aprovado numa reunião entre os comandantes e delegados do MFA das unidades da região de Lisboa, o qual constituía um autêntico programa de tomada do poder a curto prazo. Contudo, por maiores que fossem as contradições do IV Governo e as dificuldades daí decorrentes, assim como a agitação no interior das Forças Armadas, tal não se traduzia na criação de uma situação de dualidade de poderes nos quartéis, como é afirmado, embora sem a apresentação de qualquer exemplo que o possa confirmar: “*os processos de dualidade de poderes nos quartéis crescem com a crise de Estado que foi acentuada com um IV Governo em crise (...)*”⁵⁴. Seguiu-se, a 19 de Junho, o Plano de Acção Política do MFA, uma solução de compromisso em cuja redacção participaram Vasco Lourenço, Melo Antunes e Rosa Coutinho, que apresentava o MFA como “*movimento de libertação do povo português, suprapartidário*”, para realizar a “*construção de uma sociedade socialista*”, apontando a via do “*pluralismo socialista*” e do “*pluralismo partidário*”, o qual foi rejeitado pela UDP e PRP-BR mas apoiado pelo PCP (m-l). Na extrema-esquerda m-l começaram também a clarificar-se as divergências, nomeadamente entre a ORPC (m-l) e a OCMLP, em torno da atitude para com o PCP e o “*social-imperialismo*”, assim como no seio do MRPP, com a disputa entre a “*linha vermelha*” de Arnaldo Matos e a “*linha negra*” atribuída a Saldanha Sanches, que acabará por conduzir à expulsão deste último em Outubro, assumindo todos a rejeição do PCP (m-l), que chegou a ver boicotado um comício que pretendia organizar no Porto a fim de relatar uma sua recente visita à China. A 8 de Julho, a Assembleia do MFA aprovou o “Documento Guia do Projecto Povo-MFA”⁵⁵, que suscitou o apoio do MES, LUAR, PRP-BR, UDP e do PCP, que então o classificou como a “*concretização orgânica da aliança Povo-MFA*”⁵⁶. Em Lisboa e no Porto uma parte da extrema-esquerda organizou manifestações pelo “*poder popular*”,

⁵² Ver também, “Fascismo ou revolução”, *Revolução*, Lisboa, n.º 49, 26 de Setembro de 1975, pp. 4-5 e 14.

⁵³ Cf. “As primeiras eleições no Portugal de Abril”, *O Militante*, Lisboa, n.º 336, Maio/Junho de 2015, p. 2.

⁵⁴ Varela, R., *Op. cit.*, 2014, p. 264.

⁵⁵ Numa página com um texto particularmente confuso, onde são incorrectamente misturados acontecimentos de diferentes períodos do processo revolucionário, para além de alguns erros, como apontar a data de Abril de 1975 para a aprovação da unicidade sindical, é afirmado que com este documento se “tentou, em vão, impor a tutela do MFA sobre o movimento operário organizado”, colocando-se assim, erradamente, o sector da extrema-esquerda que apoiou o documento a subscrever esta posição. Cf. Varela, R., *Op. cit.*, 2014, p. 121.

⁵⁶ “Nota sobre a assembleia do MFA de 8 de Julho”, in *Partido Comunista Português, Documentos do CC do PCP*, Julho/Dezembro de 1975. Lisboa: Edições Avante!, 1976, p. 25.

contando a da capital, pela primeira vez, com a participação de centenas de militares fardados e equipados com blindados, entre eles o major Dinis de Almeida, previamente autorizados por Otelo.

A 13 de Julho, com o assalto e destruição das sedes do PCP e da FSP em Rio Maior, teve início a violenta escalada bombista e de destruição de sedes do PCP e de alguns partidos da extrema-esquerda, por parte dos grupos fascistas ELP e MDLP. Por seu turno, a 19 de Julho, o PS organizou no Porto (Estádio das Antas) e em Lisboa (Fonte Luminosa) dois grandes comícios nos quais contestou violentamente Vasco Gonçalves, ameaçando que poderia paralisar o país. Estas duas iniciativas constituíram a primeira manifestação do novo campo político-militar, integrando o PS e o ainda não formalizado “Grupo dos Nove”, que se irá opor ao prosseguimento do processo revolucionário em curso. É, por conseguinte, incompreensível considerar que

“nessa manifestação, ou nessa mobilização, estava a força da contra revolução, duplamente espelhada na política do PS e do PC” ou “o resultado da política de contenção social que o PCP tinha vindo a levar a cabo desde 1974 e que se espelhou na oposição sistemática às greves, na contenção salarial, na lei da greve, na unicidade sindical e na ‘batalha da produção’, uma política de traços bonapartistas que tentou estender-se também aos meios de comunicação social e às Forças Armadas, em particular na 5.ª Divisão”⁵⁷.

Se é aceitável, ainda que a expressão seja demasiado simplista, ver a “força da contra-revolução” nesse comício da Fonte Luminosa, já o mesmo não se pode dizer que aquela estava “duplamente espelhada na política do PS e do PC”. A ser assim, o PCP garantiria um incompreensível apoio à actuação que o PS tinha desencadeado precisamente para o combater, uma interpretação contraditória e que facilmente se depreende nada ter a ver com a realidade. E, uma vez mais, não é correcto generalizar a posição do PCP face às greves, à contenção salarial, etc, ao longo de todo o processo revolucionário, pois como é reconhecido noutra passagem – mas não levado em consideração –, essa tática “foi ultrapassada em Maio de 1975”⁵⁸, ainda que na realidade tivesse sido muito antes, pois desde Outubro de 1974 que o PCP deixara praticamente de condenar as greves, passando a apoiá-las na medida dos seus interesses. Por esta razão, é inteiramente incorrecto afirmar que neste período a política do PCP se “espelhou na oposição sistemática às greves”. Um último pormenor: a influência do PCP não “tentou estender-se aos

⁵⁷ Ambas as citações em Varela, R., Op. cit., 2011, p. 275.

⁵⁸ Varela, R., Op. cit., 2011, p. 248. Persistindo no erro, numa outra obra é afirmado, referindo-se ao período após o 11 de Março, que “muitas destas greves tiveram a oposição sistemática do Partido Comunista Português”. Cf. Varela, R., Op. cit., 2014, p. 120.

meios de comunicação social”, mas exerceu-se efectiva e abertamente através de um total controle dos principais órgãos de comunicação então existentes.

A 7 de Agosto será divulgado o “Documento dos Nove”, em oposição às teses do “Documento Guia do Projecto Povo-MFA”, o qual oficializava a divisão existente no MFA entre os “moderados” liderados por Melo Antunes, o “Grupo Gonçalvesista”, alinhado com o PCP e o “Grupo Radical” afecto a Otelo e apoiado por uma parte da extrema-esquerda. A constatação desta divisão, que a partir de agora criava um sério obstáculo à dinâmica da Aliança Povo-MFA, explica a cautelosa posição de Álvaro Cunhal na reunião do Comité Central do PCP em Alhandra, a 10 de Agosto, com a qual procurava preservar a independência estratégica do partido e evitar o seu isolamento, nem que para tal tivesse de “sacrificar” o recém-constituído V Governo, para grande estupefacção do “companheiro Vasco”. Por conseguinte, não tem nada a ver com a realidade a afirmação de que *“ao deixar cair o V Governo, a extrema-esquerda rompe definitivamente com o PCP, olha para os quartéis agora sem a rede de um MFA estável e inicia-se uma situação incontrolável”*⁵⁹, pois a sobrevivência do V Governo nunca dependeu de um pretenso apoio da extrema-esquerda. Como salientou Raimundo Narciso, o responsável pelo sector militar do partido, *“o PCP reconhece (...) a urgente necessidade de lutar pela unidade do MFA e de evitar a radicalização da luta que isole o PCP. É esse o resultado do debate havido na reunião do Comité Central em Alhandra, a 10 de Agosto (...)”*⁶⁰. O PCP estava também na expectativa, tanto mais que a partir de Agosto se registaram pressões dos líderes ocidentais sobre Brejnev durante a Conferência de Helsínquia e fora então abertamente assumido o envolvimento americano no “PREC”, com Kissinger a abandonar a sua postura de que Portugal era um caso perdido e que funcionaria como uma vacina para a Espanha e a Grécia. Esta anterior posição do Secretário de Estado norte-americano não foi na altura compreendida no seu pleno significado, o qual consistia na aquiescência por parte dos EUA de que num país da Europa Ocidental um partido pró-soviético pudesse chegar ao poder, anulando, na prática, o princípio da divisão de zonas de influência entre os EUA e a URSS definido em Yalta. Também Cunhal tinha afirmado, aquando da Conferência dos Partidos Comunistas dos Países Capitalistas da Europa, realizada em Bruxelas em Janeiro de 1974, que a coexistência pacífica nada tinha a ver *“com qualquer pretenso reconhecimento do status quo social e político no mundo, ou seja, com um acordo ou*

⁵⁹ Varela, R., Op. cit., 2014, p. 399.

⁶⁰ “PCP orientou esquerda militar”, Diário de Notícias, Lisboa, 26 de Novembro de 1995. Entrevista de José Manuel Barroso a Raimundo Narciso a propósito do 20.º aniversário de 25 de Novembro.

*um consenso segundo o qual não seriam de admitir, nem contra-revoluções a Leste, nem revoluções a Oeste. A coexistência pacífica não entrava a nossa luta revolucionária*⁶¹.

O PCP apoiaria uma parte da extrema-esquerda, com a sua capacidade organizativa e influência nos sindicatos e no movimento operário e popular, para que aquela fosse o mais longe possível, recolhendo os respectivos frutos em caso de vitória, mas retirar-se-ia se as coisas corressem mal. No processo revolucionário, o PCP era a única força política com capacidade para enquadrar o movimento de massas e uma parte da extrema-esquerda colocou-se objectivamente ao serviço da sua estratégia, como aliás é reconhecido, embora englobando incorrectamente (e uma vez mais) o PS, que já não tinha nada a ver com o assunto: “*as direcções à esquerda do PCP (...) nunca conseguiram ter uma política independente ou do PS ou do PCP (...)*”⁶². A constituição da Frente Unitária Popular (FUP) a 25 de Agosto, numa reunião no Centro de Sociologia Militar, com o PCP, a FSP, o MDP/CDE, a LCI, a LUAR, o MES, o PRP-BR e o jornal 1.º de Maio, marcou o início da aplicação daquela tática, não sem hesitações por parte do PCP, que não pretendia comprometer-se excessivamente com a iniciativa. Acalentava no entanto que esta pudesse contribuir para a reconstituição da unidade do sector militar, proporcionando assim uma segunda oportunidade à Aliança Povo-MFA. Contudo, muito rapidamente constatou tal não ser possível, o que explica o seu abandono da FUP três dias após a sua criação – embora tivesse deixado lá ficar o MDP/CDE –, a qual passou então a denominar-se Frente de Unidade Revolucionária (FUR). Como salientou Raimundo Narciso, um dos participantes na reunião da sua constituição,

“na altura o PCP participou na FUP na expectativa, considerada pouco provável, de um apoio maior ou mais alargado do MFA. A reunião da formação revelou pelas presenças e pelas intervenções que o movimento não tinha sustentabilidade nem política nem social e predominavam posições completamente aventureiras e fantasistas”⁶³.

A prudência do PCP explicava também as suas críticas ao “Documento do COPCON”, de 13 de Agosto – de resposta ao “Documento dos Nove” –, inspirado pelo PRP-BR, MES e UDP, e

⁶¹ “Intervenção na Conferência dos Partidos Comunistas dos Países Capitalistas da Europa”, in Cunhal, A., Obras Escolhidas, Tomo IV (1967-1974). Lisboa: Edições Avante!, 2013, p. 771. É muito significativo o comentário de Francisco Melo, coordenador e autor do prefácio e notas deste volume, ao referir que “Álvaro Cunhal menciona a acusação dos esquerdistas portugueses de que a coexistência pacífica, que o PCP perfilhava, era incompatível com a revolução. O presente texto de Álvaro Cunhal mostra bem quanto erravam o alvo”. Idem, p. 848, nota 485.

⁶² Varela, R., Op. cit., 2011, p. 378.

⁶³ “Post” de Raimundo Narciso, no blogue Entre as Brumas da Memória, de 27 de Agosto de 2007. URL: entreasbrumasdamemoria.blogspot.pt/2007/08/fur-agosto-de-1975.html.

apoiado pela FSP, LCI e LUAR, que considerava “*uma verdadeira ofensiva conjugada de grupos esquerdistas e de certos grupos militares*”⁶⁴. A precaução do PCP não evitou, contudo, que em menos de três semanas perdesse posições-chave no sector militar, o que representará um facto decisivo para a evolução do processo revolucionário em consequência na nova correlação de forças criada nesse sector, a qual se agravará em breve com a queda do V Governo e a consequente alteração da relação de forças a nível político e militar. Assim, a 25 de Agosto o “Grupo dos Nove” foi readmitido no Conselho da Revolução, no dia seguinte a 5.^a Divisão do EMGFA foi encerrada, a 2 de Setembro, na Assembleia Extraordinária do Exército em Tancos, Vasco Gonçalves não conseguiu impor-se como candidato a Chefe do EMGFA e três dias depois a Assembleia do MFA em Tancos apoiará o “Grupo dos Nove”, com os “Gonçalvistas” a perderem a maioria dos conselheiros que lhes eram afectos no Conselho da Revolução, incluindo Vasco Gonçalves; a 12 de Setembro, Vasco Gonçalves foi demitido do cargo de 1.^o Ministro, e no dia seguinte Eurico Corvacho foi substituído por Pires Veloso no comando da Região Militar do Norte; finalmente, a 19 de Setembro tomou posse o VI Governo Provisório, um governo moderado, não obstante Pinheiro de Azevedo ter declarado no discurso de tomada de posse que “*como o senhor Presidente da República, também eu rejeito a social-democracia como objectivo final da Revolução*”⁶⁵.

Pondo em prática o seu objectivo de “*fazer a revolução*” a curto prazo, parte da extrema-esquerda desencadeou então uma série de iniciativas, apoiando-se no movimento operário e popular, que passaram pela constituição dos “Soldados Unidos Vencerão!” (SUV) a 7 de Setembro, pela publicação do “Manifesto da FUR” no dia 10, propondo um “*programa de luta pela organização dos órgãos de Poder Popular, a dissolução da Assembleia Constituinte burguesa e a formação de um Governo Revolucionário do Proletariado*”, entre um vasto conjunto de medidas. Os SUV tinham sido criados no Porto por iniciativa da LCI, do MES, do PRP-BR e do PCP, conforme relata Ferreira Fernandes, então militante da LCI e seu principal impulsionador, ao afirmar que foram constituídos “*com camaradas de várias organizações de esquerda e de extrema-esquerda, que iam do PC até nós, foi assim que surgiram os SUV*”⁶⁶, no que é corroborado por Raimundo Narciso, o qual afirmou terem sido criados “*por militantes do PCP e outros partidos de esquerda, que apareceram como resposta ao saneamento pela hierarquia tradicional, recentemente reposta pela substituição do brigadeiro Corvacho pelo*

⁶⁴ Cunhal, A. (1976), A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro. Lisboa: Edições Avante!, p. 349.

⁶⁵ “Também eu rejeito a social-democracia – afirmou o Primeiro-Ministro no acto de posse”, Diário de Lisboa, Lisboa, 20 de Setembro de 1975, p. 1.

⁶⁶ “Estou de passagem. Não tenho para onde ir”, Ler, Lisboa, n.º 134, Junho de 2014, p. 43. Entrevista de Ana Sousa Dias.

*brigadeiro Pires Veloso, dos membros das Assembleias de Dinamização de Unidade*⁶⁷. A massiva participação de militares do PCP nos SUV levou a que muito rapidamente passasse a controlá-los, como reconhece Ferreira Fernandes: “*depois o PC tomou conta daquilo, instrumentalizou-nos e fomos postos de parte*”⁶⁸. Na sua direcção, os SUV praticamente não integravam soldados mas sim oficiais milicianos, e também não podem ser considerados um exemplo de uma “*dualidade de poderes*” nas Forças Armadas, tal como são sistematicamente apresentados nos livros que temos vindo a criticar⁶⁹. Afirma-se, inclusivamente, que de Setembro a Novembro de 1975 existiu uma “*situação de generalização da dualidade de poderes dentro dos quartéis*”⁷⁰.

Os SUV não foram eleitos em assembleias de soldados, não representando por conseguinte a sua vontade, como se exigiria num processo revolucionário no qual a sua criação resultasse da consciência dos soldados em eleger os seus órgãos representativos – que pudessem exercer um poder duplo nas Forças Armadas –, com a garantia de livre ilegitimidade e revogabilidade. Nada disto se passou com a constituição dos SUV, que foram auto-nomeados, ou seja, criados artificialmente, como um grupo de pressão para acelerar o processo revolucionário em curso, integrando-se inicialmente na estratégia do sector da extrema-esquerda dirigido pela LCI-MES-PRP, mas cuja actuação passou a favorecer o PCP na sua tentativa de recuperar as posições perdidas no MFA, como demonstra o apoio declarado ao brigadeiro Corvacho ou a acção contra a dissolução do CICAP. É claro que o sector LCI-MES-PRP tentou ganhar espaço no seio dos SUV, por exemplo com a edição de um boletim e a tomada de algumas posições “*anti-reformistas*”⁷¹, mas em breve foi colocado de parte, quando o PCP “*tomou conta daquilo*”, com a resultante da actuação global dos SUV a inserir-se plenamente na estratégia definida por aquele partido para esta fase do processo revolucionário. Deste modo não tem qualquer correspondência com a realidade a afirmação de que “*durante este período o PCP opor-se-á às formas de dualidade de poderes nas Forças Armadas*”⁷², ou seja aos SUV, para cuja constituição

⁶⁷ "A saída dos pára-quedistas teve o aval do PCP", Público, Lisboa, 21 de Novembro de 2000. Entrevista de Eduardo Dâmaso, Isabel Braga e São José Almeida a Raimundo Narciso.

⁶⁸ Ler, Lisboa, n.º 134, Junho de 2014, p. 43.

⁶⁹ Em Setembro de 1975, “momento em que a crise do MFA leva a dualidade de poderes a entrar definitivamente nos ramos mais baixos das forças armadas, nos soldados”. Cf. Varela, R., Op. cit., 2014, p. 106, ou “quando se desmembra o MFA, uma parte dos seus membros fica com a direita, mas uma parte da esquerda militar, com posições em sectores-chave das forças armadas, tenderá a apoiar formas, muito embrionárias, de duplo poder (SUV, comissões de soldados) (...)”. Cf. Varela, R., Op. cit., 2014, p. 286. Seria imprescindível indicar os quartéis nos quais existiram essas “comissões de soldados”, exemplo de “duplo poder” nas Forças Armadas.

⁷⁰ Varela, R., Op. cit., 2014, p. 497.

⁷¹ Por exemplo, o juramento de bandeira no RALIS em 21 de Novembro de 1975, organizado e dirigido por militantes do MES.

⁷² Varela, R., Op. cit., 2011, p. 374.

tinha contribuído, nos quais participava e que a partir de determinada altura passou inteiramente a controlar.

A partir de então, multiplicaram-se as manifestações dos SUV e os comícios e manifestações da FUR, “*contra o fascismo e a social-democracia*”, também com a significativa participação do MDP/CDE, criando um clima político de grande agitação e instabilidade, onde não faltou o desvio, a 10 de Setembro, do Depósito Geral de Material de Guerra em Beirolas, de 10 000 metralhadoras G-3, pelo capitão Fernandes, oficial do COPCON, que as entregará ao PRP-BR, passando depois “*à clandestinidade*”. Otelo disse, na altura, que as armas estavam “*em boas mãos*”⁷³. No entanto, a extrema-esquerda encontrava-se profundamente dividida, com cada um dos seus diferentes sectores a escolher o seu campo, constatando-se uma sintonia entre os partidos da FUR e a UDP, enquanto o MRPP, OCMLP e PCP (m-l) se encontram no campo oposto, embora com substanciais diferenças entre si. O MRPP tinha iniciado uma frutuosa aliança sindical com o PS, que lhe permitiu a conquista dos sindicatos dos Jornalistas, Seguros, Bancários, Escritórios e Comércio, ao mesmo tempo que promovia manifestações sob o lema “*nem fascismo, nem social-fascismo, governo popular*”, não deixando Arnaldo Matos de sublinhar, no comício comemorativo do 5.º aniversário da fundação do MRPP, a 18 de Setembro, que “*a burguesia (...) não tem senão os dias contados. Eles estão próximos do fim. Nós estamos mais próximos da vitória*”⁷⁴.

No campo oposto, o MES advertiu a UDP para o “*esforço de unidade revolucionária que representa a plataforma da FUR*”⁷⁵, apelo que será escutado, passando a UDP a participar nas manifestações dos SUV, da FUR e das comissões de trabalhadores e moradores, “*pelo poder popular e contra o avanço da social-democracia e da direita*”, em Faro (28 de Setembro), em Lisboa e Porto (29 de Setembro), em Beja (1 de Outubro) que contou com o apoio do PCP, em Setúbal (7 de Outubro), organizada pela União dos Sindicatos, a qual contou também com a participação do PCP, em Faro e Coimbra (9 de Outubro), a primeira com o apoio do PCP, ou em Lisboa (23 de Outubro). A partir de agora as manifestações “*unitárias*”, da FUR, em defesa das nacionalizações, da reforma agrária e pelo avanço da revolução, realizavam-se quase diariamente; só no mês de Setembro: dia 18 (Lisboa), dia 19 (Lisboa), dia 26 (Lisboa, assalto ao consulado e embaixada de Espanha em protesto contra o assassinato de cinco anti-fascistas pelo governo de Franco), dia 27 (Lisboa, manifestação que terminou em Belém com os participantes a

⁷³ “Otelo considera que as armas roubadas ‘estão em boas mãos’”, Diário Popular, Lisboa, 26 de Setembro de 1975, p. 5.

⁷⁴ “O MRPP é o único partido que está em condições de levar a classe operária à vitória”, Luta Popular, Separata do n.º 95, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, p. II.

⁷⁵ “Reforçar e armar o poder popular”, Poder Popular, Lisboa, n.º 9 (Nova Série), 18 de Setembro de 1975, p. 3.

gritar pelo “companheiro Vasco”), dia 28 (Lisboa, Viana do Castelo, Vila Real, Aveiro, Évora e Beja), terminando o mês (29 de Setembro) com os dirigentes da FUR a incitar Otelo a tomar o poder, o que, no entanto, este recusou, “*por não o ambicionar e não ter cultura política*”, afirmando que “*se tivesse conhecimentos livrescos e estrutura política, podia ser um Fidel de Castro da Europa*”.

A situação política e militar estava cada vez mais instável, com a multiplicação de atentados bombistas e destruição de sedes do PCP e de parte da extrema-esquerda por comandos fascistas do ELP e do MDLP, enquanto prosseguiam as manifestações da FUR e dos SUV, com proclamações apelando à “*destruição do Exército burguês e à criação do braço-armado do Poder Popular dos trabalhadores: o Exército Popular Revolucionário*”⁷⁶ ou contra a “*escalada das forças de direita sobre o povo*” liderada pela “*coligação dos partidos burgueses*” do PPD e PS, e os “*fascistas do CDS e ELP*” (11 de Outubro). A 31 de Outubro, realizou-se um comício do MES em Lisboa sob o lema “*armar o poder popular*”⁷⁷ e a 8 de Novembro, um manifesto do PRP – as BR tinham “*passado à clandestinidade*” no mês anterior⁷⁸ – fazia apelo directo à revolução armada⁷⁹.

O cerco à Assembleia Constituinte, com o sequestro dos deputados e do 1.º Ministro no Palácio de S. Bento, por uma gigantesca manifestação de operários da construção civil em greve, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e apoiada pelo PCP, Intersindical e a quase totalidade da extrema-esquerda, ocorrido a 12-13 de Outubro, era já a tradução do ambiente de pré-guerra civil que estava instalado no país. A 16 de Novembro realizou-se uma “*manifestação unitária*”, entre o Marquês de Pombal e o Terreiro do Paço, com a presença de 200 000 manifestantes, “*contra o avanço das forças reaccionárias e de apoio ao Poder Popular*”, convocada pelo Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (SPCTCIL), coordenado por Jerónimo de Sousa e apoiada pelo PCP e a FUR, com a presença de delegações das UCP do Alentejo, que foi transmitida em directo pela RTP, tendo-lhe Otelo declarado o seu apoio. No dia 20 realizou-se outra manifestação em Belém, durante a tarde e a noite, contra o VI Governo, exigindo a formação de um governo “*verdadeiramente revolucionário*”, novamente convocada pelo SPCTCIL e apoiada pela Intersindical, PCP e FUR, onde foi lido o “*Manifesto aos Soldados e Marinheiros, à Classe*

⁷⁶ “Os pontos nos ii ... nada de confusões!”, Soldados Unidos Vencerão, 11 de Outubro de 1975.

⁷⁷ Desde Maio de 1975 que o Esquerda Socialista apresentava uma secção fixa, na última página, intitulada “Em frente pelo Exército Popular”, a qual permanecerá até ao 25 de Novembro na nova série do Poder Popular, que lhe sucedeu.

⁷⁸ “Face à lei do desarmamento as Brigadas Revolucionárias passam à clandestinidade”, Revolução, Lisboa, n.º 51, 30 de Outubro de 1975, p. 3.

⁷⁹ “Contra a guerra civil – a insurreição armada”, Revolução, Lisboa, n.º 53, 14 de Novembro de 1975, pp. 8-9 e 14.

Operária e ao Povo Trabalhador” conhecido por “Manifesto de Oficiais Revolucionários”, o qual defendia o “*poder popular*” armado. A participação do PCP nesta vaga de manifestações, assim como da Intersindical e do SPCTCIL, revelava muito claramente que aquele partido não “*corria atrás dos factos*”⁸⁰. Esta afirmação, que sintetiza a interpretação que é dada ao papel do PCP nesta fase do processo revolucionário⁸¹, traduz uma total incompreensão do papel desempenhado no processo revolucionário por este partido, assim como da sua natureza política. A própria criação do SPCTCIL, que o PCP procurará alargar ao distrito de Setúbal, com vista à coordenação das comissões de trabalhadores, demonstra que ao contrário do que é sistematicamente afirmado, também durante este período aquele partido de forma alguma se opôs “*à coordenação nacional das comissões de trabalhadores*”⁸². Não deixa contudo de ser curioso, e também esclarecedor da fragilidade desta interpretação, o reconhecimento de que apesar de “*correr atrás dos factos*”, o

*“PCP conseguiu, em geral com muito sucesso, dar-lhes um enquadramento político de acordo com o seu programa” e que “o partido recolheu de facto a confiança da maioria dos sectores operários organizados para concretizar a sua política e cresceu e se consolidou como o maior partido político do País, que dirigia maioritariamente as classes trabalhadoras organizadas”*⁸³.

Um sucesso surpreendente, para quem era um simples espectador dos acontecimentos, que apenas “*corria atrás dos factos*”. Na realidade, o PCP atravessou este período debatendo-se com a necessidade de, por um lado, apoiar o sector da extrema-esquerda que integrava o MES-PRP-LCI-FSP-LUAR para que este fosse tão longe quanto possível, e por outro, fazê-lo sem que tal colocasse em causa a possibilidade de vir a encetar acordos com o sector moderado do MFA, nomeadamente com o “Grupo dos Nove”, na tentativa de reconquistar a sua influência naquele Movimento, agora apresentado como “*movimento progressista e vanguarda*”

⁸⁰ Varela, R., Op. cit., 2011, p. 376.

⁸¹ Também plasmada na afirmação de que “ao PCP não coube a iniciativa da revolução. O termo aliás é, de acordo com os estudos teóricos que serviram de base a este trabalho, um contra-senso, porque uma revolução é um processo de sujeitos sociais e não de sujeitos políticos”. Cf. Varela, R., Op. cit., 2011, p. 376. Por conseguinte, de acordo com os tais “estudos teóricos”, fica-se a saber da existência, numa revolução, de um antagonismo entre “sujeitos sociais” e “sujeitos políticos”.

⁸² Varela, R., Op. cit., 2011, p. 374.

⁸³ Ambas as citações em Varela, R., Op. cit., 2011, p. 376.

*revolucionária das Forças Armadas*⁸⁴, substituindo definitivamente a problemática Aliança Povo-MFA.

Nesta fase, o sector da extrema-esquerda que integrava o MES-PRP-LCI-FSP-LUAR encarava a participação do PCP nas suas manifestações como a concretização do seu intento de que *“face a uma situação objectiva de agudização da luta de classes, o PCP seria arrastado para posições revolucionárias”*, não deixando contudo de o criticar quando, no seu entender, se desviava desse posicionamento. De facto, era claro o apoio que o PCP prestava à actuação deste sector da extrema-esquerda e à radicalização da situação política que este promovia, embora salvaguardando sempre a sua autonomia estratégica, que lhe permitisse uma demarcação do processo se tal fosse necessário, uma postura inteligente e pragmática que aquele sector se recusava obtusamente a compreender. É, precisamente, por essa atitude pragmática que, num comunicado conjunto do PRP e do MES, emitido a 21 de Novembro, o PCP foi criticado por ter usado a *“espectacular”* manifestação de 20 de Novembro⁸⁵ *“como carne para canhão nas negociações pela partilha do Poder”* e *“objectivos de bastidores”*, pois *“a direcção reformista mostrou ontem mais uma vez que não está disposta a um confronto violento com as forças de direita. Pelo contrário, está sempre disposta à conciliação”*, numa política de *“cedência (...) cozinhada à mesa das conversações, nas costas dos trabalhadores”*⁸⁶.

A 23 de Novembro, os SUV declararam o seu apoio ao *“Manifesto de Oficiais Revolucionários”*, afirmando que *“é hora de avançar com a Revolução Socialista”*, e no dia seguinte organizaram uma enorme manifestação em Coimbra com o apoio do PCP. Na noite desse dia, 24 de Novembro, realizou-se uma reunião conjunta dos Secretariados do PRP e do MES – que desde 20 de Novembro tinham constituído uma *“Direcção bicéfala”* do processo –, para *“apreciar a situação político-militar”*, a qual contou *“com a presença de oficiais revolucionários”*, enquanto o Secretariado da FUR afirmava no Porto que *“a única resposta possível [para a crise do VI Governo] é a da constituição de um Governo de unidade revolucionária”*,⁸⁷. No início da madrugada de 25 de Novembro, um comunicado conjunto da

⁸⁴ *“Discurso na sessão comemorativa da Revolução Socialista de Outubro, no Pavilhão dos Desportos, Lisboa, 7 de Novembro de 1975”*, in Cunhal, A., *Obras Escolhidas*, Tomo V (1974-1975). Lisboa: Edições Avante!, 2014, p. 736.

⁸⁵ Na convocatória desta manifestação, a FUR sublinhava que *“é a altura de derrubarmos este Governo e avançarmos com decisão e sem perda de tempo para um Governo de Unidade Revolucionária que garanta as conquistas revolucionárias, que dê condições para o desenvolvimento do Poder Popular, que abra o caminho para o Socialismo”*. Cf. *“Trabalhadores”*, Secretariado da FUR, Lisboa, 20 de Novembro de 1975.

⁸⁶ *“Sobre a situação político-militar. Viva a Revolução Socialista!”*, Comunicado conjunto do Secretariado Político do PRP e do Secretariado da Comissão Política do MES, 21 de Novembro de 1975.

⁸⁷ Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, 24 de Novembro de 1975, p. 4.

“Direcção bicéfala” PRP/MES declarava que “*chegou a hora de os trabalhadores afirmarem o seu poder!*”⁸⁸, considerando que

*“a coberto das medidas reaccionárias do Poder, a coberto do esperar desesperado da social-democracia, a besta fascista entrou na última fase da sua acção golpista. Tirar o general Otelo da Região Militar de Lisboa”, que “é uma medida essencial para a direita tentar neutralizar uma parte importante da força militar que está ao serviço dos trabalhadores”*⁸⁹.

A extrema-esquerda, ou melhor, um dos seus sectores que integrava o PRP, MES, LCI, FSP, LUAR e UDP e os sectores militares que lhes eram afectos, mordera o isco que lhe tinha sido preparado: a substituição de Otelo por Vasco Lourenço, com a consequente retirada do controle da mais importante Região Militar do país, para a obrigar a tomar, precipitadamente, a iniciativa. Tal como ocorrera no 11 de Março, mas de sinal contrário. Uma “*provocação*” planeada pelo “Grupo dos Nove”, que já desde os finais de Setembro tinha pronto um plano de operações militares para controlar a situação político-militar no caso de surgir uma tentativa de golpe de Estado. Como afirmou Raimundo Narciso, “*o 25 de Novembro foi o momento em que a esquerda revolucionária, no plano militar, respondeu à última ‘provocação’ do campo oposto com uma parada demasiado alta e que com espanto e desespero, verificou a seguir não estar em situação de sustentar*”⁹⁰. Assim, nessa madrugada de 25 de Novembro, tropas pára-quadistas de Tancos – cuja saída, tanto quanto se sabe, fora ordenada pelo COPCON e que, segundo Raimundo Narciso, teve o aval do PCP⁹¹ – ocuparam as bases aéreas de Monte Real, Ota e Montijo, a Polícia Militar ocupou a Emissora Nacional, tendo a RTP sido ocupada pela EPAM.

O plano gizado pelo “Grupo dos Nove” entrou em acção e, beneficiando do facto de Otelo se ter recusado a assumir a chefia das operações deixando o COPCON sem direcção, e do almirante Rosa Coutinho⁹² não ter dado ordens aos fuzileiros para saírem, apesar do tenente Miguel Judas e Raimundo Narciso se terem deslocado a Vale de Zebro para os convencer a

⁸⁸ “À classe operária, aos camponeses, aos soldados e marinheiros, a todo o povo trabalhador”, Secretariado Político do MES, Secretariado Político do PRP, 25 de Novembro de 1975. Ver também, “Chegou a hora de os trabalhadores afirmarem o seu poder!”, Poder Popular, n.º 19 (Nova Série), 25 de Dezembro de 1975, p. 1. O comunicado, aqui reproduzido, ocupava com grande destaque toda a primeira página do jornal, o qual publicava também uma espécie de programa mínimo para ser adoptado após a “revolução”: “O poder revolucionário de transição”, *Idem*, p. 3.

⁸⁹ *Idem*, *Ibidem*.

⁹⁰ Diário de Notícias, Lisboa, 26 de Novembro de 1995.

⁹¹ Público, Lisboa, 21 de Novembro de 2000.

⁹² Rosa Coutinho dirigia um grupo político-militar com ramificações nos vários sectores militares e estava em ligação com o PCP. Cf. Sánchez Cervelló, J., A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola: 1961-1976. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993, p. 239.

avançar, o golpe ficou sem comando, acabando por ser neutralizado com alguma facilidade. O PCP, sempre muito bem informado e com um pragmatismo que a extrema-esquerda não dispunha, após uma avaliação da correlação de forças decidiu retirar-se atempadamente, dando ordens de desmobilização aos seus militantes e negociando o seu futuro com Melo Antunes. Contudo, segundo Raimundo Narciso, o PCP preparara-se "*para tudo, inclusive para constituir grupos armados*" e já "*a uma hora avançada do dia 25 de Novembro*", ele próprio se deslocou ao RALIS com a intenção de obter "*alguns milhares de armas*" que pudessem ser utilizadas "*se houvesse uma decisão política nesse sentido*"⁹³. Não houve; daí o recuo a fim de salvaguardar a sua organização e a continuação da sua participação na vida política do país. Não existem, contudo, fontes disponíveis que permitam afirmar que o PCP queria tomar o poder, embora o principal problema não fosse tomá-lo, mas sim conservá-lo, evitando uma guerra civil⁹⁴, aspecto do qual aquele partido estava consciente. Deste modo, o seu objectivo mais provável seria procurar recuperar as suas posições ao nível do Governo, dos órgãos de poder, das Forças Armadas e do Conselho da Revolução.

É, por conseguinte, fantasioso afirmar que a iniciativa do frustrado golpe do 25 de Novembro não foi da responsabilidade de um sector da extrema-esquerda e que não contou com o apoio do PCP, até ao limite do sucesso do mesmo, de forma a não colocar em risco a sua sobrevivência política no caso de fracasso, como se veio a comprovar. Assim, a afirmação de que "*a esquerda acaba por se limitar a responder às acções da direita*"⁹⁵, ilude e deturpa quem efectivamente tomou a iniciativa do golpe, independentemente de já existir um plano de contragolpe preparado pelo "Grupo dos Nove" com o objectivo de o neutralizar. Os argumentos em defesa daquela afirmação são também de uma enorme fragilidade, ignorando os testemunhos dos próprios envolvidos nos acontecimentos e demonstrando, uma vez mais, uma total incompreensão da actuação do PCP e de parte da extrema-esquerda no processo revolucionário, da dinâmica e da constante evolução da correlação de forças, em suma, da complexidade do processo político e militar então ocorrido, como este extracto evidencia claramente:

⁹³ Público, Lisboa, 21 de Novembro de 2000.

⁹⁴ Estava preparada uma intervenção militar estrangeira, tendo James Callaghan, então ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, afirmado no seu livro de memórias que estabelecera planos "de apoio efectivo" às forças moderadas, caso se registasse uma "tentativa de golpe comunista", o que mais tarde também Mário Soares confirmou.

⁹⁵ Varela, R., Op. cit., 2011, p. 343. É significativo que neste livro a descrição dos principais acontecimentos que marcaram o golpe do 25 de Novembro sejam completamente omitidos (Cf. pp. 341-345), provavelmente com a justificação de que o seu encadeamento constituiria uma "visão positivista" do labor historiográfico. Cf. Varela, R., Op. cit., 2014, p. 272. Também na História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75 os acontecimentos do golpe de 25 de Novembro são quase inteiramente ignorados, ao contrário de outros momentos do período revolucionário, minuciosamente descritos. Cf. Varela, R., Op. cit., 2014, p. 440. De facto, uma rigorosa descrição desses acontecimentos não deixaria margens para dúvidas sobre as forças políticas que tomaram a iniciativa de desencadear o golpe.

“a ser verdade a tese do ‘recuo’, teríamos de concluir por uma direcção inoperante e estrategicamente desnorteada, que durante quatro meses mobiliza os militantes para uma solução política e opõe-se a uma solução militar (...) e, de repente, põe em execução essa solução militar. A tese do ‘recuo’ não tem fundamento porque pressupõe que o PCP preparou um golpe sem o preparar, ou seja, que o PCP apoiou um golpe de estado sem um comando operacional para o mesmo. E que, em pleno golpe, ainda no dia 25, sem nunca ter mandado a base militante avançar, recua, desmobilizando a Intersindical, porque teria temido o peso militar da direita, quando este era francamente, e segundo todos os estudos, muito inferior à força militar da esquerda. Finalmente, esta tese não procura sequer explicar por que teria o PCP tentado dar um golpe, sem preparação militar e política, para fazer aquilo que poderia ter feito com o V Governo, com muito menos resistência. (...) Sabemos, sem margem para dúvidas, que a direcção do PCP não pretendeu nessa data fazer ou dirigir um golpe de estado insurreccional”⁹⁶.

Não deixa contudo de ser curioso que numa obra recente, apresentada como sendo de *“leitura imprescindível”⁹⁷*, o autor adopte claramente a *“famigerada”* tese do *“recuo”*:

“a 25 de Novembro de 1975, deu-se o golpe, não orquestrado pelos EUA, mas por unidades militares de esquerda. (...) Esta incursão depressa foi derrotada e os soldados esquerdistas foram detidos por um contragolpe da direita. Embora apoiasse inicialmente os soldados da esquerda, o PCP depressa adoptou uma posição passiva e chegou ao ponto de difundir um panfleto a apelar aos trabalhadores para que permanecessem calmos”⁹⁸.

Para além do que já foi anteriormente referido por Raimundo Narciso sobre o envolvimento do PCP nos acontecimentos, o mesmo explica muito clara e amarguradamente o que se passou naquela madrugada do 25 de Novembro:

“há um estado-maior da esquerda militar, ainda pouco consolidado, no SDCI⁹⁹, que tem ramificações insuficientes no COPCON e está em contacto com os pára-quedistas. Corre o boato que a Força Aérea ia bombardear. Portanto isto é um pretexto melhor ou pior para os ‘páras’ saírem. É uma medida excessiva, porque não corresponde a uma real força, nem do PCP, nem da esquerda militar que não tem comandantes, nem dispositivo suficiente. Sair

⁹⁶ Varela, R., Op. cit., 2011, pp. 344-345.

⁹⁷ Comentário de Raquel Varela sobre a excelência da obra, na badana da contra-capa. Cf. Pelz, W. A., História do Povo da Europa Moderna. Lisboa: Objectiva, 2016.

⁹⁸ Pelz, W. A., Op. cit., p. 351.

⁹⁹ Serviço de Detecção e Coordenação da Informação, chefiado por Almada Contreiras.

com um aparato destes pode ser tomado como um acto de guerra. A direita estava preparada e viram que havia condições para dar o contragolpe. A seu lado têm a legitimidade institucional, têm o apoio do Presidente da República, o que foi decisivo. Do outro lado o que há? Há o desaparecimento do COPCON ...”¹⁰⁰.

Não será necessário um grande esforço para se compreender que na conjuntura específica que se criou naquela madrugada, a única saída que o PCP tinha era recuar, salvaguardando a sua organização, negociando com Melo Antunes um acordo quanto ao seu futuro político, não se preocupando que o sector da extrema-esquerda envolvido no golpe avançasse, com as consequências que se conhecem. O que não significa que o PCP não tivesse tentado mobilizar os fuzileiros, constituído grupos armados, procurado obter armas no RALIS, e seguramente desenvolvido muitas outras iniciativas que não se conhecem mas se inserem nesta lógica, conforme sublinhou Raimundo Narciso, ao afirmar que “no 25 de Novembro eu e o PCP fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para triunfar as forças revolucionárias (...)”¹⁰¹.

O 25 de Novembro não constituiu, por conseguinte, o “*momento insurreccional*”, ou o “*assalto final ao poder do Estado*”¹⁰², em que a revolução foi derrotada. Para ter existido o tal “*momento insurreccional*” seria necessário que tivessem sido reunidas as necessárias condições subjectivas, que a dualidade de poder estivesse generalizada, traduzindo o ponto culminante de um processo revolucionário. Formar, organizar a nível regional e a nível nacional os órgãos de vontade popular, dar-lhes uma direcção única, constituir o seu comité militar e armar os trabalhadores, ou seja, preencher os requisitos necessários para que existisse uma situação de dualidade de poder, mas as vicissitudes do processo revolucionário e a debilidade das forças radicais de esquerda não permitiu que se criassem condições para tal. A fraqueza dessas forças radicais, contrastando com a capacidade do PCP para enquadrar as movimentações de massas ocorridas neste período, contribuiu para que a actuação daquelas acabasse por se integrar na sua estratégia. Fernando Rosas apresentou recentemente¹⁰³, com uma incontestável clareza, as razões pela quais a afirmação de que existiu uma situação de dualidade de poder durante os dezanove meses do processo revolucionário “*nada tem a ver com a realidade*”¹⁰⁴, pelo que nos limitaremos a sintetizar as suas reflexões fundamentais:

¹⁰⁰ Público, Lisboa, 21 de Novembro de 2000.

¹⁰¹ “Estive no lado certo [da barricada] no 25 de Novembro”, jornal i, 9 de Abril de 2014, p. 27. Entrevista de Nuno Ramos de Almeida a Raimundo Narciso.

¹⁰² Ambas as citações em Varela, R., Op. cit., 2014, p. 497.

¹⁰³ Rosas, F., “Ser e não ser: Notas sobre a Revolução Portuguesa de 74/75 no seu 40.º aniversário”, Vírus, Lisboa, II Série, n.º 5, pp. 11-12, 2014.

¹⁰⁴ Idem, p. 9.

- i) as centenas de órgãos de vontade popular criados durante o processo revolucionário nunca constituíram uma organização nacional, com uma direcção única e centralizada, não obstante os esforços desenvolvidos nesse sentido por várias organizações radicais de esquerda, como o MRPP e o PRP;
- ii) esta debilidade organizativa traduziu-se na incapacidade/impossibilidade dos órgãos de vontade popular se armarem ou, sequer, constituírem uma direcção militar, sendo apoiados por um aliado externo a si próprios, um movimento militar, que durante o processo enfrentou uma situação de divisão interna;
- iii) as forças políticas que intervieram no processo revolucionário encontravam-se profundamente divididas sobre a estratégia para a conquista do poder, não tendo nenhuma delas evidenciado capacidade para hegemonizar o processo e marginalizar as demais, embora o PCP tivesse demonstrado constituir a única capaz de enquadrar o movimento de massas.

Ao longo deste texto cremos ter demonstrado que não existiu uma situação de dualidade de poder durante o processo revolucionário que se viveu em Portugal em 1974/75, contrariamente à posição sistematicamente reiterada nas duas obras que procuramos analisar, a qual, no entanto, apresenta um derradeiro e surpreendente argumento para justificar essa existência: “*em jeito de conclusão, cremos que a desorganização da classe trabalhadora (...) foi um factor de enfraquecimento do Estado em 1974 e 1975 e de fortalecimento, concomitante, da dualidade de poderes*”¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Varela, R., Op. cit., 2014, p. 224. Sublinhado nosso.

10. Os Conselhos Operários: uma resposta social à crise da sociedade

José Santana Rodrigues, CIES-IUL jose.santana.pereira@iscte-iul.pt

Introdução

No âmbito da sociologia das Relações Industriais, procuramos analisar a emergência dos conselhos operários na Europa e as Comissões de Trabalhadores em Portugal. No quadro do desenvolvimento do capitalismo, em momentos de crise (guerra, levantamentos sociais, greves), emergiram conselhos operários e populares, como uma resposta alternativa do movimento social, à crise do sistema capitalista, um novo modelo de gestão, como instrumento de mudança de um novo poder social baseado na mais ampla participação operária e popular, visando a superação da anarquia da sociedade motivada pela concorrência e a exploração. Os conselhos operários aparecem na Rússia (1905 e 1917), na Alemanha e na Hungria (1918), após 1ª Guerra Mundial, acabando com as derrotas das revoluções nesses países. Reemergindo na revolução espanhola de 1936/39, na luta pela República e contra o fascismo. Reaparecem de novo, com o fim da II Guerra Mundial, na Alemanha, na Itália, na França, na Hungria. Reemergem de novo, em 1956, na revolução Húngara dos conselhos, e, em 1974, em Portugal. Nós partimos do pressuposto que os conselhos operários e populares têm a tendência para emergir no contexto das guerras e das revoluções, dos conflitos sociais que elas provocam, como procura positiva do movimento operário e social, à crise da sociedade capitalista, constituindo uma alternativa de gestão da sociedade. E partimos também da hipótese que o processo do movimento dos conselhos tende a ser retomado sempre que as condições sociais necessitem dessa alternativa de gestão independente.

Para o enquadramento teórico deste estudo, apoiamo-nos na análise marxista pois consideramos ser a que melhor se enquadra no estudo do desenvolvimento dos conflitos entre as classes sociais no quadro do capitalismo.

Os conselhos operários: uma resposta positiva à crise do capitalismo

Segundo alguns autores,¹ o espontaneísmo² na história social (Decouflé,1970; Viana, 2005), seria a forma natural de acção das classes populares. O espontaneísmo fez parte das revoluções e movimentações populares no “antigo regime”, mormente nos campos (Tilly,1984),

¹ Decouflé, 1970, Viana, 2005, Anweiler, 1975, Tilly,1986, Soboul, 1988;

² Por espontaneísmo entendemos as acções das classes populares, ao longo da história, em momentos determinados. Nas crises do capitalismo, durante o século XX, apareceram espontaneamente organismos eleitos (conselhos), de controlo e gestão, nas empresas, dependendo dos eleitores;

fazia parte da luta da burguesia pela sua emancipação do feudalismo (Soboul, 1988), época histórica em que as classes baixas – camponeses e operários – estavam coligados com a burguesia. Com a Revolução industrial e a chegada da burguesia ao poder, as revoluções passaram a ter um carácter de lutas operárias pela sua organização e emancipação. No contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo, no início, foram os sindicatos operários que se impuseram aos Estados, obrigando à sua institucionalização e reconhecimento nos países capitalistas mais avançados (Croizier, 1973). Os conselhos operários apareceram várias dezenas de anos depois do desenvolvimento dos sindicatos e dos partidos operários (Curto, 1980), durante o século XX, nos momentos de crise aguda (guerra, levantamentos sociais, greves) organismos eleitos nas fábricas, quartéis, bairros e campos, responsáveis diante de quem os elegeu (Trotsky 1967; Tilly, 1996; Broué, 1972 e 1963; Decouflé, 1970; Viana, 2005; Curto, 1980). Estes organismos começaram a gerir e controlar os seus sectores, implementando um novo modelo de gestão, organizado na base, instrumento de mudança do novo poder social, como resposta alternativa do movimento operário à crise do sistema capitalista (Curto, 1980). Depois da Rússia (1905 e 1917), foi na Alemanha que este movimento teve maior amplitude (Curto, 1980; Broué, 1972). O movimento dos conselhos operários no contexto da 1ª Guerra Mundial, refluíu, com a derrota das revoluções na Alemanha, na Hungria, terminando nesta altura, a experiência da dualidade de poderes na sociedade (Trotsky, 1967; Tilly, 1996; Broué, 1972, 1963). Mas, a experiência reemergiu com a Revolução espanhola de 1936/39: na Catalunha, Aragão e Astúrias, na luta pela República (Gonzalez, 2012)³. Os conselhos reaparecem, com o fim da II Guerra Mundial, na Alemanha, na Itália, França, Hungria, ocupando o vazio de poder com o fim do nazismo (Judt: 2014; Forgue, 1975; Waline, 1970). Reemergem de novo, em 1956, na Revolução Húngara dos Conselhos, procurando retomar o “socialismo” tutelado pela burocracia do Kremlin (Kovács e Frayse, 2006; Relatório ONU 1957, nº 18, A/3592, Capítulo XI, ponto 487), em proveito próprio, e ainda, nos finais do século (1974) em Portugal (Rosas e Louçã, 2004, Curto:1980, Varela, 2014).

Os conselhos operários e o marxismo

Na análise marxista a classe operária deve assumir-se como classe dirigente na sociedade, assumir a sua gestão, “dissolver” todas as classes com ela, e esses objectivos só poderão ser efectuados por um movimento prático, por uma revolução (Marx, 1974:48). A importância dos conselhos operários, na época posterior à revolução industrial, época histórica do desenvolvimento das classes trabalhadoras, tem que ver com a emergência de um novo conceito

³ Ver também “Autogestão e revolução espanhola”; <http://www.oocities.org/autonomiabvr/autog.htm> ;

de poder, um novo conceito de organização social, alternativa à forma de governação da burguesia na sociedade capitalista (Marx, 1974; Trotski 1967; Pannekoek, 1976). A forma como a classe trabalhadora, procurou assumir de forma prática a luta pela gestão da sociedade, começou com a comuna de Paris e depois com a revolução de 1905 e 1917, na Rússia, com o aparecimento e desenvolvimento dos conselhos operários e dos soviets⁴. O que marcou estas situações revolucionárias foi a forma pragmática como apareceram espontaneamente organismos eleitos para resolver problemas práticos que as situações colocaram e que necessitaram de resolução no momento, tal como tinha acontecido na comuna de Paris (Lenine, 1981:17-18). Na análise sobre a Revolução Russa Lenine referiu que: *“politicamente os soviets de deputados operários devem ser considerados como o embrião do governo revolucionário provisório”* (Robinson, 1990). Gramsci na Itália, em 1919, também defendeu a mesma posição: *“os conselhos de fábrica era o começo de um processo que deveria levar necessariamente à fundação do Estado operário”*. (Gramsci, 2004). Trotski clarificou ainda a importância dos soviets por estes terem a capacidade de mobilizar de forma muito mais abrangente do que a organização revolucionária, porque eram organismos unitários e não partidários (Robinson, 1990), ou seja, eram as Assembleias que elegiam os seus representantes e que decidiam da acção. Trotski desenvolveu ainda uma outra noção: a de duplo poder no quadro das revoluções, porque os soviets constituíam organismos de poder (o poder executivo), mas o aparelho de Estado oficial continuava nas mãos dos antigos possidentes (Trotski, 1967). Lenine também desenvolveu esta noção, referindo que a dualidade de poderes consiste em, por um lado, existir o governo provisório, e por outro, o soviete de deputados operários e de soldados. *“Este poder é um poder do mesmo tipo da Comuna de Paris de 1871 (...) a fonte do poder não está numa lei previamente discutida e aprovada pelo parlamento mas na iniciativa directa das massas populares partindo de baixo e à escala local”*. Por iniciativa das massas populares, a polícia e o exército foram substituídos pelo armamento de todo o povo, que, em conjunto mantinham a ordem pública, quebrando a sua separação e oposição ao povo, e os funcionários eram eleitos e podiam ser demitidos *“ Nisto, e só nisto, consiste a essência da Comuna de Paris como tipo especial de Estado”* (Lenine:1981)

Estes organismos da classe trabalhadora constituídos em momentos de crise, para responder a necessidades do movimento operário, apoiavam-se nas suas organizações políticas (socialistas, comunistas, anarquistas), sendo os seus militantes normalmente os eleitos.⁵

⁴ Os soviets corresponderam à centralização de vários conselhos, organismos de governo;

⁵ Na Revolução alemã, Konrad Adenauer, que viria a ser chanceler no após 2ª guerra mundial, fez parte de um comité popular de bairro, em Colónia (Broué, 1971: 162);

A emergência destes Conselhos /Sovietes/ Comissões de Trabalhadores surgem como um segundo canal de representação laboral, em momentos concretos, de ruptura da sociedade. Nestes momentos, os Estados ou vários organismos estatais, criaram brechas, entraram em decomposição, deixaram de desempenhar da mesma forma o seu papel de ordem e punição perante a sociedade. Os conselhos são constituídos nestas condições específicas, quando existe uma situação pré-revolucionária, podendo criar-se “*fissuras pelas quais o descontentamento e a indignação das classes oprimidas podem penetrar*”, empurradas tanto pela crise como pela sua necessidade de mudança porque as «*massas, que se deixam tranquilamente pilhar nos períodos “pacíficos”, em períodos de tempestade são empurradas, tanto pela crise de conjunto, como pela crise das instituições, para uma ação histórica independente*» (Lenine, 1971).

Porquê conselhos operários quando já existiam sindicatos?

Marcelo Curto coloca o debate no âmbito da organização e da representação dos trabalhadores e das saídas políticas (Curto, 1980). Os sindicatos foram a forma de organização que os trabalhadores construíram e impuseram aos Estados, obrigando à institucionalização, ao seu reconhecimento nos países capitalistas mais avançados (Croizier, 1973). Mas este tipo de organização absolutamente necessária aos trabalhadores para a organização das greves e das suas lutas, tendo constituído um factor de mudança na sociedade, era de representação “*mediata ou indireta*”, de difícil organização na empresa devido à repressão sobre os dirigentes sindicais (situação ainda actual), e que por isso tinham (e continuam a ter) uma existência autónoma, essencialmente exterior às empresas. Se o seu afastamento das empresas era condição necessária para a organização da acção sindical, essa situação também se traduzia num afastamento dos dirigentes sindicais da vida laboral no local de trabalho, originando um certo elitismo burocrático e corporativo (Marx e Engels, 1974), que muitas vezes levava os dirigentes sindicais a não exprimir a vontade e os interesses dos trabalhadores (ainda hoje actual). Curto refere que estes organismos constituídos como o segundo canal de representação laboral formaram-se, precisamente, no momento mais elevado da organização sindical e dos partidos políticos dos trabalhadores, socialistas e sociais-democratas. Estes não conseguiram vencer as crises, nem conseguiram (ou quiseram) dirigir as transformações sociais e económicas necessárias, para fazer face à crise, resultando num acumular de descontentamento e revolta dos trabalhadores, perante as situações existentes. “*É fácil dizer que a explosão dos Conselhos é uma manifestação esquerdista radical e que não corresponde aos anseios e às exigências das grandes massas de trabalhadores em situações revolucionárias*” (Curto, 1980). Se se verificar o que se passou na

Rússia em 1905 e 1917 e na Alemanha em 1918 (na Alemanha existiam 10 mil conselhos)⁶ para nos darmos conta que não foram os excessos esquerdistas que determinaram o aniquilamento dos Conselhos, foi “*sim determinada classe ou aparelho político que, não se adaptando às novas condições, preferiu recorrer à força e ao arbítrio para conservar os seus privilégios*» (Curto, 1980).

Após 1918, existia na Europa uma crise profunda nos principais países beligerantes: devastados pela guerra; os Estados desmantelados, com os soldados, filhos dos operários e dos camponeses em armas, com greves massivas nos sectores industriais, levantamento generalizado do operariado e das massas populares e emergência dos conselhos operários, enquanto forma de auto-organização dos operários e outras camadas da população (Trotsky, 1967; Broué, 1971). Na Alemanha os sindicatos e o SPD estavam submetidos ao governo e à guerra, os dirigentes sindicais tentaram parar as greves, mas sem sucesso (Hardach, 1986; Broué, 1971). O Estado alemão entrou em paralisia. O imperador foi sacrificado, foi proclamada a República, para salvar o país da revolução (Broué, 1971; Ferro, 2014). Elegem-se conselhos por todo o lado e estes eram a única autoridade: assumiram o poder e a gestão pública, destituíram poderes municipais, altos funcionários, Senados, Assembleias regionais (Landtag), organismos de polícia. Instituíram governos dos próprios conselhos de operários e soldados em Gotha, Munich entre outros (Broué, 1971). O Congresso dos conselhos operários realizado entre 16 e 21 de Dezembro de 1918, aprovou a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte e recusou a sigla “Todo o poder aos soviets”. Uma vez eleito o parlamento e constituído o novo governo, acabaram as suas funções de gestão nos governos regionais. Mas estes mantinham-se nas empresas, mesmo após a entrada em funções do novo parlamento. Que fazer então com estes organismos? A Constituição Alemã, viria a aprovar uma Lei que definia os contornos da possibilidade de participação dos trabalhadores na vida da empresa, chamada “Democracia Participativa”, hoje chamada co-gestão.⁷

Na Itália, em 1919, por força do voluntarismo, ou seja, por força da acção militante dos socialistas de Turim, os chamados Comitês Internos de empresa, nascidos de forma espontânea nas fábricas no início do século xx,⁸ foram transformados em órgãos revolucionários, em conselhos operários. Estes órgãos regenerados teriam como função “*o controlo operário (...) como peça chave para o movimento operário*” (Gramsci, 2004). Em 1920, contestando a uma medida governamental que alterava o horário de trabalho, os metalúrgicos de Turim ameaçaram com uma greve geral, o

⁶ Idem, Curto (1980.); Secco, Lincoln, “Cooperativas e Conselhos operários”, in « http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_lincoln_secco.pdf », em 19/03/2013;

⁷ Hyman, Richard, “La démocratie économique: une notion redevenue d’actualité”, in: http://www.global-labour-university.org/GLU_Column/FR_papers/no_56_Hyman_FR.pdf, em 20/02/2015;

⁸ Estes organismos foram integrados e passaram a controlar a aplicação da contratação colectiva;

patronato despediu dirigentes operários das comissões internas/conselhos e recusou-se a negociar a contratação colectiva, respondendo com o lock-out a uma baixa de produção. Então os operários ocuparam as empresas e organizaram a produção em autogestão. Essa situação forçou o patronato a chegar a acordo com os sindicatos, para acabar com as ocupações e a autogestão, que durou alguns dias.⁹ O ascenso do fascismo, a partir de meados de 1920, permitiu ao patronato a sua vingança, no período seguinte (Guérin, 1969).

A experiência dos conselhos na Europa terminou, conjuntamente com o fim dos movimentos revolucionários do pós I guerra mundial. Somente na Rússia esse movimento teve êxito, apesar do percurso que os conselhos tomaram pós revolução de 1917 e da traição que essa mesma revolução sofreu (Trotski, 1977; Serge, 1975). Mas o movimento da revolução, ou as ondas de choque que as revoluções provocam, não acabam no momento seguinte. E os conselhos tendem a renascer sempre que existe uma revolução.

A revolução na Espanha é mais um exemplo desta situação: para defender a República contra o fascismo, o movimento das massas populares levantou a questão de se saber se a República a defender não seria a República Socialista. Quando em 1936 a Frente Popular ganhou as eleições, desencadeou-se um movimento de ocupações de terras, fábricas,¹⁰ como também a exigência da nacionalização de indústrias pelo Estado, o que, ao mesmo tempo, desencadeou a organização de um levante militar fascista sob a direção do general Franco: “*guerra contra o marxismo*”.¹¹ Na Catalunha, os generais, a 19 de Julho de 1936 puseram em marcha um golpe contra a república. Este desencadeou uma reação popular: os militantes operários de todas as tendências e republicanos, obrigaram à rendição dos revoltosos, assaltaram os quartéis, prenderam os chefes militares e requisitaram as armas, distribuindo-as pelas organizações operárias e populares. Apareceram de imediato, comités de “enlace” (ligação) entre os que se opunham ao golpe de Estado. Rapidamente esses comités, formados espontaneamente, sem que nenhuma organização política ou sindical tivesse feito qualquer apelo nesse sentido, vigiam e controlam as estradas nas cidades e restantes povoações, ocupam as centrais telefónicas, os jornais. As centrais sindicais, CNT (anarquista) e UGT (socialista) convocaram uma greve geral. Face a esta situação, os quartéis não ocupados rendem-se, e o exército deixou na prática de “existir”. No seu lugar passaram a existir milícias armadas organizadas pelos sindicatos e

⁹ Ver, http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2077:trotsky-e-a-italia-de-1920;

¹⁰Tiriba, Lia (2006) “Trabalho e Educação na Guerra Civil Espanhola”, revista HISTEDBR On-line nº21, este autor fala de “colectivizações operárias e camponesas (que) ensaiaram uma nova organização do trabalho e um novo sentido para a vida (...) inaugurando as transformações necessárias para a garantia do direito de todos à saúde, educação cultura.”, in, http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/21/art17_21.pdf ;

¹¹ www.terra.com.br/voltaire/mundo/guerra_civil_espanha.html;

partidos operários e republicanos. Estes comités passaram a controlar toda a vida em sociedade: o controlo da ordem pública; o aparelho judicial foi anulado e substituído por tribunais populares, formados por representantes das organizações que se opuseram ao golpe militar; as fábricas foram ocupadas pelos trabalhadores e foi instaurado como norma o controlo operário. Os militares procuraram subverter a ordem republicana, e “*a reação popular tomou a forma de uma autêntica revolução social*” (González, (2012). O Estado desaparecera ou era uma ficção: o exército tinha dado lugar às milícias armadas, a administração não decidia, estava paralisada. O poder estava na rua e em armas. Inicialmente estes comités responderam ao levantamento de sectores do exército, contra a República, mas rapidamente se transformaram no centro do poder, constituindo na prática, não só organizações de duplo poder, mas as organizações do poder real, cujo expoente mais elevado era o Comité Central das Milícias da Catalunha. Este instituiu-se como a autoridade revolucionária, sem questionar o governo legal, “Gobierno de la Generalidad”, era, no entanto, um poder paralelo, na prática o poder real, porque apoiava-se nas centenas de conselhos e de milícias, compostas pelos militantes dos partidos operários e republicano, eleitas nas aldeias, vilas, fábricas, que controlavam as estradas, as comunicações, a imprensa, os quartéis, os funcionários públicos, todos organismos da vida real (González, 2012).

O reaparecimento dos conselhos operários após a queda do nazismo

«a brutalidade sem precedente dos nazis e, mais tarde, das ocupações soviéticas, corroeram a própria essência dos Estados europeus. Depois já nada seria o mesmo. (...) transformaram a Segunda Guerra Mundial – a guerra de Hitler – numa revolução social» (Judt, 2014).

A guerra de Hitler, transformou a Europa numa revolução social - Alemanha, França, Itália, como também nos países do Leste europeu – Hungria, República Checa, na Grécia. Nos outros países (Bélgica, países nórdicos, Inglaterra) se não houve processos revolucionários como na Alemanha, França ou Itália, foi a “*Segurança Social que ganhou a paz*”.¹². Na França e na Itália os dirigentes comunistas foram chamados para os governos, para apaziguar e acalmar os militantes comunistas, a não reivindicarem, a entregarem as armas, a desenvolverem a batalha da produção, a ajudarem na reconstrução dos Estados, a “perdoarem” aos fascistas que continuavam

¹² Économie belge de 1945 à 2005, in www.servicevolontaire.org/livres/developpement/Histoire_inedite_de_l_economie_en_Belgique_De_1945_a_nos_jours_2.pdf , em 15/12/2014. Ver também <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/be/legalcode.fr> , em 15/12/2014, pp.3; Judt, 2014:25, refere a criação do Estado Providência, como medida profilática;

a dominar o aparelho de Estado.¹³ Depois do interregno nazista, com a destruição da Alemanha, esta voltou a ser “ocupada” por conselhos operários e populares, retomando o movimento de 1918 (Frege, 2002).

Em 1945, “stunde nul” ou a hora zero, como os alemães lhe chamam” (Judt, 2014), a situação política era controversa: perante uma situação caótica de uma Alemanha onde as habitações foram destruídas, mas as indústrias foram poupadas (Pawells 2005; Martin 1950; Bernardo, 2003; Judt, 2014),¹⁴ foi necessário organizar a reconstrução, para ser possível recomeçar a vida, após a catástrofe nazista: as habitações, as infraestruturas sociais (água, esgotos), o reabastecimento de víveres, os caminhos-de-ferro, havia seis milhões de mortos e de prisioneiros, 13 milhões de alemães deslocados e reinstalados na Alemanha ocidental, expulsos da Alta Silésia, da Prússia Oriental, da zona dos Sudetas (República Checa) (Judt:2014). Com a derrota do nazismo, criou-se um vázio político, o governo deixou de funcionar: muitos patrões e proprietários abandonaram a Alemanha, outros, diretores de empresas, foram expulsos (saneados como na Revolução portuguesa) pelos trabalhadores alemães. É nesta situação que reaparecem os conselhos operários. O jornal conservador inglês, “Economist”, de 26 de Março de 1946, retratava a situação na Alemanha do seguinte modo:

“La région russe de l’Allemagne comme ailleurs, l’ecroulement du nazisme fut suivie par des demonstrations d’un esprit révolutionnaire: les ouvriers occupèrent leurs usines et réglèrent leurs comptes avec les directeurs nazis ou nazifiés. La même chose arriva dans la Ruhr (...) a travers la zone russe, les comités d’entreprise jouent un role dominant dans l’industrie. Ils ont le dernier mot a dire dans toutes les questions concernant l’embauche et la desnazification (...) Cela n’est peut-être pas tellement du goût des administrateurs soviétiques eux-memes, puisqu’il s’agit précisément du regime qui a été supprimé en russie” (Forgue, 1975).

Pierre Waline referiu que:

¹³ Judt, 2014:72, refere que foi “imposta uma amnésia colectiva” para defesa dos Estados, superar as agruras da guerra, as desconfianças que ela gerou. Refere o facto Togliatti, dirigente do PC e ministro da justiça do governo de Itália, agilizou o perdão aos fascistas no Estado, elaborou o projecto de amnistia. No rescaldo, poucos foram os condenados. Em França, o Partido Comunista Francês aplicava a mesma política.

¹⁴ O potencial industrial da Alemanha foi poupado, devido aos interesses americanos nas indústrias alemãs, sendo os bombardeamentos centrados nas zonas residenciais para semear o terror nas populações: ver Jacques Pawells (2005), pp.77; Tony Judt (2014), refere que Berlim, duas semanas antes da entrada do exército vermelho, foi bombardeada com 40 mil toneladas de bombas, e destruídas 75% das habitações. James Martin (1950), “All Honorable Men”, Little, Brown and Co. New York, revela a colaboração e os negócios de interesses entre ingleses, americanos e alemães durante a II guerra, também João Bernardo (2003) “Labirintos do Fascismo”, Afrontamento, Porto, pp. 339-343, descreve essa colaboração, in <http://agone.org/>;

Os conselhos operários

“Dans l’usine redevenue centre de leur vie, le vrai pouvoir était souvent aux mains de leurs porte-parole, conseils ou comités d’entreprise, hommes de confiance (obleute), et cette situation révolutionnaire se plonge assez longtemps dans les usines de la Ruhr et de Rhénanie” (Waline,1970).

Na Ruhr, o centro industrial da Alemanha (metalurgia, minas), as empresas eram geridas pelos conselhos operários (Curto, 1975).

Na França e na Itália, a situação era em tudo semelhante. As greves marcaram o declínio do Estado fascista na Itália e a ocupação nazi provocou um levantamento popular (Dolléans, 1953) e o reaparecimento dos conselhos operários nas fábricas de 1919, de comissões de soldados e a constituição de muitos comités de libertação, “um exército popular de libertação”, que irão combater as milícias fascistas e os soldados alemães. O jornal Le Times, de Londres, em 12 de Junho de 1945 chamou de “revolução social” (Forgue, 1994).

Na França, o Conselho Nacional de Resistência (CNR) combatiam de armas na mão as tropas alemãs, tinham um exército de milícias e controlavam diversas zonas da França, o que levou De Gaulle a procurar *“restabelecer a legalidade republicana antes que fosse usurpada pelos comités revolucionários”* (Beevor, 2004), antes do desembarque na Normandia, e a dar como consigna ao exército do general Leclerc: *“Foncez! Qu’il n’y ait pas une nouvelle Commune”*.¹⁵ O grande medo de De Gaulle era impedir que o “poder caísse na rua”, como veio a acontecer em Portugal em 1974 com o desmoronar do Estado fascista. Para a reconstrução dos Estados comprometidos com o fascismo, foi preciso impedir que se fizessem demasiadas condenações e saneamentos. Daí, foi necessário, como na Itália e na Alemanha, recuperar os quadros e os funcionários do Estado, servidores do fascismo, “perdoar” o seu comprometimento, “esquecer”.¹⁶

Os conselhos voltam a ressurgir ainda na Hungria, em 1956, portanto regime dito socialista, quando se queria a destalinização do regime e a recuperação da democracia dos soviets (Kovács, e Frayse 2006; Report ONU, 18 (A/3592), New York. 1957). A discussão em torno da democracia, por iniciativa dos estudantes e do círculo Petofi,¹⁷ após a morte de Estaline e da apresentação do relatório “secreto” de Nikita Khrushchov ao XX Congresso do Partido Comunista da URSS. A manifestação convocada pelos estudantes foi reprimida pela polícia política do regime, originando um levantamento popular, a revolução. Os operários decidiram a greve geral e foram eleitos conselhos operários nas empresas. O exército e a polícia

¹⁵ Ver Informations Ouvrières, n° 359, 9 Juillet, 2015;

¹⁶ Antony Beevor (2004), pp.125. Idem em Judt, 2014, pp.64-87;

¹⁷ Círculo de discussão que integrava intelectuais e dirigentes do Partido comunista Húngaro;

solidarizaram-se com os estudantes e os operários, o que motivou a invasão da Hungria pelas tropas russas. Os conselhos nas empresas e os sovietes desenvolveram a resistência, de armas na mão, às tropas russas: realizaram o controlo das empresas; o abastecimento das populações, dos hospitais, organizaram uma rádio clandestina, exigiram a democracia, o multipartidarismo e eleições livres. O seu poder era real, o que pode ser verificado no programa do CON,¹⁸ onde, apesar da invasão das tropas do Kremlin e da repressão, levou Kadar¹⁹ a procurar negociar com o conselho da grande Budapeste, o fim da greve, revelando o “medo” e o respeito que estes organismos lhe inculciam.²⁰

1974: Crise revolucionária, revolução e conselhos em Portugal

Em Portugal, antes do 25 de Abril, as classes dirigentes questionavam-se sobre que saídas existiam para a guerra: uns defendiam a necessidade de negociar com os movimentos de libertação, porque não era possível ganhar a guerra nas colónias (Spínola, 1974), outros, defendiam a entrada na CEE. Os trabalhadores movimentavam-se e organizavam-se nas empresas, exigiam e obtinham reivindicações, apesar da repressão policial (Pide, GNR, PSP). Nessa situação, sectores do Ministério das Corporações e da polícia, procuravam que o patronato assumisse quadros de discussão para resolver os problemas nas empresas (Torre do Tombo, relatório da PIDE/DGS, SC4904 CI (1) NT 1276; dossier greves), porque as polícias não podiam estar em todo o lado. Havia um movimento autónomo de exigências nas empresas. Os estudantes e os jovens manifestavam-se contra a guerra; soldados desertavam e muitos jovens tornavam-se refratários, recusando participar na guerra colonial. Na sociedade portuguesa havia quem tivesse medo, que no final, o “*poder caísse na rua*” [Salgueiro Maia (1974) “Factos e fotos”, entrevista a Adelino Gomes].

O golpe de Estado militar do MFA, abriu brechas, no meio das contradições das classes dirigentes e do aparelho de Estado, pelas quais os jovens e as classes trabalhadoras, em conjunto com os soldados, se introduziram, forçando a liquidação de um regime político caduco, com o desmantelamento do aparelho de Estado fascista (as instituições de suporte do regime e do exército – ANP, Legião, Pide), tendo-se constituído organismos (comissões) no movimento operário e popular, dotados de poder de controlo e de gestão, eleitos em assembleias de

¹⁸ Relatório ONU, capítulo XIV, ponto 641;

¹⁹ Secretário Geral do Partido Comunista Húngaro, imposto pelas tropas do Kremlin;

²⁰ Jugoslava Review, vol. 6, n.º 10, Dezembro de 1956 p.15, in Relatório ONU: «falando em uma sessão conjunta das duas Câmaras da Assembleia Jugoslava em 7 de dezembro, o Sr. Edvard Kardelj fez o seguinte comentário: "... A coisa mais surpreendente nos recentes acontecimentos na Hungria é de que os comunistas tinham medo dos conselhos operários..."»;

trabalhadores, moradores, de soldados e mais tarde de camponeses. Estes organismos eram mais do que um contrapoder na sociedade, na medida em que tinham vocação de gestão: nas empresas, repartições públicas, escolas, hospitais; nos bairros; nos quartéis e nos campos. Estes organismos de representação operária e popular eram agentes da mudança social, organismos de duplo poder na sociedade. As Comissões de Trabalhadores (CT) impuseram relações laborais inexistentes, ocuparam empresas e geriram-nas em defesa dos postos de trabalho, impuseram os saneamentos nas empresas e no Estado, organizaram, com o sindicato, o controlo na banca impedindo a fuga de capitais. As CT instituíram um movimento autónomo, de liberdade, na dependência dos seus eleitores e das decisões das Assembleias e Plenários nos locais de trabalho.

Conclusão

Historicamente, os conselhos operários emergiram em situações revolucionárias, crises políticas, guerras e revoluções. Instintivamente e inconscientemente, o movimento social, criou organismos de um novo poder, alternativo à gestão capitalista da sociedade. Esses organismos desapareceram quando as condições revolucionárias que lhes tinham dado origem também desapareceram. Noutros casos, procuraram transformá-los em organismos de participação nas empresas e na sociedade, com a sua institucionalização (Portugal, França, Itália), ou ainda, com a codeterminação alemã, para os controlar: *“o conflito, como potencial de progresso (...) tem que ser domesticado pelas instituições”* (Dahrendorf, 1992), domesticar os conselhos, pois eles representavam o poder operário das classes em conflito. Curto, 1980, autor de referência para este estudo das comissões de trabalhadores em Portugal, coloca o debate no âmbito das saídas políticas: as Comissões/conselhos aparecem várias dezenas de anos após a institucionalização dos sindicatos, quando nem os sindicatos nem os partidos políticos dos trabalhadores *“conseguem (ou quiseram) vencer as crises, colocar-se na posição mais justa e dirigir as transformações sociais e económicas que são o resultado da acumulação de descontentamento e revolta perante as situações existentes e que os trabalhadores mais sentem”* (Curto, 1980).

A temática dos conselhos não foi considerada importante para historiadores que escreveram sobre a história do século XX e da II guerra mundial (Judt: 2004; Hobsbawm: 1996; Ferro: 2014; Beevor, 2011), parecendo existir amnésia para estes episódios da história social, ou querer-se-á reescrever a história num outro sentido?

Na Europa do século XX, os conselhos operários e populares surgiram das guerras e revoluções. E, com base no estudo realizado, verificamos que os conselhos, mesmo se “adormecidos”, têm uma tendência histórica para serem retomados/reactivados, se as circunstâncias assim o exigirem.

Bibliografia

- Anweiler, Oskar, “*Les soviets en Russie: 1905-1921*”, Gallimard, 1972;
- Barreto, José “*Empresas Industriais Geridas pelos Trabalhadores*”, *Análise Social* 51, Lisboa, 1977;
- Beevor, Antony, “*A Queda de Berlin-1945*”, Bertrand, Lisboa, 2011;
- Bernardo, João “*Labirintos do Fascismo*”, Afrontamento, Porto, 2003;
- Broué, Pierre, “*Le Parti Bolchevique*”, Minuit, Paris, 1963;
- Broué, Pierre, “*Histoire de la Revolution Alemande*”, Minuit, Paris, 1972;
- Croizier, Michel “Sociologia do Sindicalismo”, in Friedmann e Naville (orgs.) “*Tratado de Sociologia do Trabalho*”, Vol.II, Cultrix, S. Paulo, 1973;
- Curto, Marcelo, “*Democracia na Empresa: Com comentário à Lei das Comissões de Trabalhadores Lei 46/79 de 12 de Setembro*”, Heptágono, Lisboa, 1980;
- Curto, Marcelo, “*Co-Gestão e Conselhos de Empresa: estudo das experiências alemã e francesa*”, Centro de Estudos Sociais, Ministério do Trabalho, CICT, cota 29911, Lisboa, 1975;
- Dahrendorf, Ralf, “*O Conflito Social Moderno*”, Brasil-S.Paulo, Zahar, 1992;
- Decouflé, André, “*Sociologie des Revolutions*”, Presses Universitaires de France, 1970;
- Ferro, Marc, “*A Grande Guerra 1914-1918*”, ed. 70, Lisboa, 2014;
- Forgue, Francois, “*Le cinquantenaire qu'ils veulent enterrer: la vague revolutionnaire de 1943-1945*”, in *La Verité* 617, Presses de Jouve, Paris, 1994, p. 35-62;
- Forgue, Francois, “*Allemagne*”, in *La Verité* 567, Abexpress, Paris, 1975, p. 92-124;
- González, Josep, “*Poder Legal Y Poder Real en la Cataluna Revolucionaria de 1936*”, Espuela de Plata, Sevilla, 2012;
- Frege Carol, “*A Critical Assessment of the Theoretical and Empirical Reserch On German Works Councils*”, in *British Journal of Industrial Relations*, 40: 2 June 2002 (0007-1080), 2002, p. 221-248;
- Gramsci, v.1, in Ricardo Lima, http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Ricardo_Rodrigues_Alves_de_Lima.pdf, 2004, em 25/12/2013;
- Guérin, Daniel, “*Sur le Fascisme I: La peste brune*”, Maspero, Paris, 1969;
- Hardach, Gerd, “*La Primera Guerra Mundial-1914-1918*”, Crítica, Barcelona, 1986;
- Hyman, Richard, “*La démocratie économique: une notion redevenue d'actualité*”, in: http://www.global-labour-university.org/GLU_Column/FR_papers/no_56_Hyman_FR.pdf, em 20/02/2015;
- Judt, Tony, “*Pós-Guerra: a história da Europa desde 1945*”, Ed. 70, Lisboa, 2014;
- Judt, Tony, “*O século XX esquecido*”, Edições 70, Lisboa, 2010;
- Kovács, Marika e Liliane Frayse, “*L'Octobre Hongrois de 1956: La Revolution des Conseils*”, Cahiers CERMTRI, Paris, 2006;
- Lenine, “*La Fallite de la II Internationale*”, Editions Sociales, Paris, 1971;
- Lenine, “*Obras Escolhidas, II*”, Edições Avante, Lisboa, 1981, p. 17-18;

Os conselhos operários

- Luxemburgo, Rosa, “*Greve de massas Partido e Sindicatos*”, Centelha, Coimbra, 1974;
- Lima, Marinus et al (org), “*O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*”, Vol.1, Vol.2, Vol. 3”, Afrontamento, Porto, 1976, 1977, 1978;
- Madjarian, Grégoire, “*Conflicts, pouvoirs et société à la liberation*”, 10/18, Paris, 1980;
- Marques, F. Pereira, “*Contrapoder e Revolução*”, Diabril, Lisboa, 1977;
- Martin, James, “*All Honorable Men*”, Little, Brown and Co., New York, 1950;
- Marx, Karl, “*A ideologia alemã*”, Presença, Lisboa, 1974;
- Marx e Engels, “*O sindicalismo*”, Escorpião, Porto, 1974;
- Ness, Immanuel e Azzellini, Dario, “*Ours to Master and to Own*”, Haymarket Books, Chicago, 2011;
- ONU, REPORT OF THE SPECIAL COMMITTEE ON THE PROBLEM OF HUNGARY, GENERAL ASSEMBLY OFFICIAL RECORDS: ELEVENTH SESSION SUPPLEMENT No. 18 (A/3592), New York, 1957;
- Pannekoek, Anton, “*As tarefas dos conselhos operários*”, Centelha, Coimbra, 1976;
- Patriarca, Fátima “*A Caixa de Pandora*”, In Fernando Rosas e Pedro Oliveira (Eds.), ‘*A Transição Falhada: O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*’, Editorial Notícias, Lisboa, 2004;
- Pawells, Jacques, “*le mite de la bonne guerre*”, Aden, Bruxelles, 2005;
- Perez, Miguel, “*Contra a Exploração Capitalista: comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-1975)*”, Dissertação Mestrado, UNL, 2008;
- Soboul, Albert, “*Revolução Francesa*”, Teorema, Lisboa, 1988;
- Spínola, António, “*Portugal e o futuro*”, Arcádia, Lisboa, 1974;
- Tilly, Charles, “*La France conteste: de 1600 à nos jours*”, Fayard, Paris, 1986;
- Tilly, Charles, “*As Revoluções Europeias*”, Presença, Lisboa, 1996;
- Trotsky, “*Histoire de la Revolution Russe*”, Vol. I et II, Seuil, Paris, 1967;
- Waline, Pierre, “*Cinquante ans de rapports entre patrons et ouvriers en Allemagne*”, vol.II, Armand Colin, Paris, 1970;
- Robinson, Peter, “*Workers’ councils in Portugal 1974-1975*”, MPhil thesis, The Open University, <http://oro.open.ac.uk/19940/1/pdf115.pdf>, 1990;
- Rosas, Fernando e Francisco Louçã (orgs.), “*Notas para um debate: a revolução e a Democracia*”, D. Quixote, Lisboa, 2004;
- Torre do Tombo, relatório da PIDE/DGS, processo greves, SC4904 CI (1) NT 1276;
- Varela, Raquel et al. “*O controlo operário na revolução portuguesa 1974-1975*”, in: http://www.academia.edu/9129252/O_controlo_operario_na_Revolução_Portuguesa_1974-1975_Workers_Control_in_the_Portuguese_Revolution_1974-1975, p.139-168, em 5/10/2014;
- Viana, Nildo, “*A Revolução Russa de 1905 e os Conselhos Operários*”, in: www.periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate , em 9/8/2013, 2011;
- Viana, Nildo, “*O Marxismo Libertário de Anton Pannekoek*”, Revista Espaço Académico, nº48, publicado em: www.espacoacademico.com.br/048/48cviana.htm, 2005, em 25/02/2013;

Os conselhos operários

José Santana Henriques, doutorando no ISCTE.

8 de Abril de 2015.

11. Movimento Associativo no Liceu de Almada (1972-1976)

Por Nuno Pinheiro, Investigador do CIES-IUL

Situada na Margem Sul do Tejo, no ponto mais próximo do centro de Lisboa, Almada registou ao longo do século XX, um crescimento demográfico superior ao da capital.¹ Este crescimento acelerou-se por altura da 2ª guerra mundial com a construção do Arsenal de Marinha e da Base Naval do Alfeite, consolidando-se com os planos de urbanização do final dos anos 40² que levaram a um ritmo de construção e a uma alteração dos núcleos populacionais fundamentais do concelho. A pequena vila de ruas estreitas na parte mais alta da colina que está em face a Lisboa, estendeu-se encosta abaixo, com ruas planeadas, praças, um jardim. Quase como se uma nova povoação substituísse a antiga. Outras povoações do concelho acompanharam as mudanças, algumas crescem a partir de aglomerados populacionais muito pequenos.

Este concelho tinha uma tradição associativa importante vinda do século XIX e, desde essa altura também era um dos locais de maior radicalização política. Além desta tradição associativa formal, existiam também espaços de convívio informais, os cafés que no contexto das transformações urbanas se tornavam no centro da vida social. O crescimento muito rápido também ditava a existência de uma importante população jovem.

Um movimento paralelo ao crescimento de Almada era o de democratização do ensino e Almada foi um dos locais em que se construíram novas escolas. Em 1955 a Emídio Navarro, uma escola industrial muito centrada nos cursos de eletricidade, que apoiaria o desenvolvimento da indústria local. Situava-se, talvez não por acaso, num espaço entre Almada e a Cova da Piedade, o tradicional polo industrial do concelho. O Ensino Liceal implantar-se-ia em 1965 com a Secção de Almada do Liceu D. João de Castro cujas instalações provisórias eram próximas da Escola Técnica e estavam num dos espaços de crescimento de Almada. No ano letivo de 1972/73 passa a designar-se Liceu Nacional de Almada e tem uma gestão autónoma com um reitor próprio. Esta mudança coincide com a passagem de Almada a cidade, em 1973. A população escolar, entretanto, ia crescendo e o pavilhão inicial sofreu vários acrescentos.

A partir da Emídio Navarro também surgiram a Anselmo de Andrade uma escola comercial que partilhava com ela parte das instalações e a D. António da Costa, dedicada ao ciclo preparatório que ganharia um novo edifício depois de o ensino se tornar obrigatório até ao 6º ano de escolaridade.

¹ Pinheiro, Magda, *Cidade e Caminhos de Ferro*, CEHCP, Lisboa, 2008

² Rodrigues, Jorge Sousa, *A expansão programada de Lisboa para a Margem Sul – 1938, 1950*, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 1999

A partir de 1972 estas escolas começam a ser sensíveis aos movimentos de contestação que, em especial, a partir de 1969 se tornaram muito fortes em Lisboa, crescendo nos momentos finais da ditadura, ganhando novos contornos no post 25 de abril. Do projeto inicial fazia parte o estudo dos movimentos em todas as escolas e em relação a todas as tendências políticas. Não estando este trabalho encerrado, esse estudo continua no horizonte, porém, neste momento, limita-se ao Liceu e ao que começou por ser a delegação do MAEESL, Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa cuja direção se encontrava ligada politicamente por via de uma frente de massas à UEC (ML) e ao PCP (ML) facção Mendes. Inicialmente este grupo de Almada não tinha ligação a nenhuma tendência, mas com o sucesso da actividade e das acções, esta ligação foi-se estabelecendo. Este foi o primeiro grupo a estar presente de forma organizada no liceu de Almada e aquele que conseguiu maior implantação.

O objeto de estudo não é o percurso político desta organização, mas sim a forma como cresceu, desenvolveu e esgotou. É uma abordagem próxima da Micro-história, em que se vão tentar encontrar percursos pessoais, relações dentro deste grupo para perceber quais as motivações, qual a forma como se fazia o recrutamento e se mantinha o grupo. Esta abordagem só é viável por ter sido possível reunir uma parte importante da rede dos colaboradores do MAEESL nessa altura em Almada. É também isso que justifica o abandono, ainda que provisório, do estudo de outros grupos e outras escolas. Nesses casos não foi possível encontrar, de forma tão completa, a rede dos militantes.

As questões a que se tentará encontrar resposta relacionam-se com a sociabilidade, a forma como esta contribui para o recrutamento e manutenção do grupo. Quais os laços que existiam entre estas pessoas: era a presença na mesma turma, a residência em locais próximos, a frequência de outras escolas anteriores, os namoros? Outra questão importante é a da motivação. Quais os motivos que fizeram este grupo de pessoas muito jovens a aderir a este grupo, o que comportava algum risco: seriam as questões mais imediatas da escola, seriam motivações políticas mais profundas relacionadas com o movimento estudantil, a ditadura, a guerra que entraria em poucos anos nas suas vidas, seria simples contestação juvenil?

Também se questionarão as origens sociais: corresponderão ao mito do militante de extrema-esquerda de famílias abastadas, à imagem que queriam dar de si, ou seria mais variado e interclassista? Outro mito é do militante de extrema-esquerda que a certo ponto da vida vira à direita e fica bem instalado na vida, o exemplo mais típico em Portugal é o percurso que leva Durão Barroso do MRPP à Goldman Sachs, passando pelo governo PSD e pela comissão europeia. Barroso pertencia a este espaço geográfico, mas não a este grupo. Importa saber se isso aconteceu neste grupo. Relacionada com esta está a questão da militância posterior. Este grupo

começou a desagregar-se ainda no PREC, mas o que aconteceu às pessoas? Continuaram a militância política, abandonaram qualquer tipo de ação, ou canalizaram os seus esforços para uma militância sindical ou cultural?

O universo deste estudo são os colaboradores do MAEESL nos anos de 1972 a 1975 (embora nesta altura já não existisse o MAEESL) um universo que abrangeria um total de 50/60 pessoas, das quais se conseguiu contacto com cerca de metade incluindo a generalidade daqueles que foram fundamentais. São nascidos entre 1954/55 e 1960 o que na altura representava diferenças de idade importantes.

O projeto inicial incluía um output áudio visual e uma página Web que não se concretizaram por haver uma vontade de manter a privacidade por parte da maior parte deste grupo. As recolhas foram feitas em entrevistas diretas e também em conversas de grupo, já que um dos efeitos deste trabalho foi o permitir o reatar de contacto e algumas reuniões de membros deste grupo.

Origens sociais

A primeira questão é a das origens sociais, e com um universo mais fechado, limitado e interclassista em Almada, esta questão tem pertinência e respostas relativamente fáceis. Nos anos 70 o número de jovens que chegava ao ensino secundário estava em crescimento, mas ainda era limitado. Em 1974/75 chegou aos 10% naquilo a que hoje se chama Ensino Secundário, o que com mais 20% de frequência do atual ensino unificado chegaria a cerca de 30% dos jovens a frequentar Liceu e Escolas Técnicas. De entre estes eram preferencialmente os jovens de classe média a frequentar o Liceu, enquanto os filhos de operários frequentavam (quando frequentavam) as escolas técnicas. Os estudantes eram ainda predominantemente masculinos, embora se notasse uma mudança rápida que se aproximaria do equilíbrio de género em 1974.³

Os estudantes do ensino secundário, e em especial os do Liceu eram, tal como se pode verificar pelos dados acima, um grupo ainda restrito e de elite, embora não tanto como os do ensino superior. A visão tradicional do militante de extrema-esquerda é que este seria filho de classe média alta, sendo esse perfil correspondente ao do estudante, em especial do estudante universitário dos anos 60/70.

O grupo estudado correspondia mais ao perfil do estudante do Liceu em Almada, havendo origens sociais diversificadas. Não havia predominância dos estudantes de classe média alta, havendo muitos filhos de operários e de outros trabalhadores não qualificados. Os filhos de quadros e funcionários superiores são um grupo importante, embora mais reduzido que o

³ *50 anos de Estatísticas da Educação, Vol 1*, GEPE, 2009, p. 20

anterior, sendo raros os filhos de comerciantes e empresários (nenhum no grupo estudado, mas existiam filhos de pequenos comerciantes que não foi possível contactar).

Não se pode definir este grupo pela origem de classe, não correspondendo nem a imagem dos “filhos do povo” desejada, nem a construída dos “filhos família” que poderia ser válido para outros grupos.

Correspondendo também ao perfil demográfico de Almada nos anos 60/70 a maior parte dos pais não eram naturais do concelho de Almada, não havendo predominância de nenhuma região.

Não se confirma, assim a ideia habitual de que o movimento associativo era composto por "filhos de boas famílias", num percurso que tem este episódio de contestação no caminho que os leva a uma importante posição na vida empresarial ou política. Havendo um relativo equilíbrio social que espelhará de forma quase exata as origens sociais dos estudantes do Liceu de Almada.

Este grupo não se constitui à volta de uma origem de classe, mais ou menos abastada, mais ou menos escolarizada. Não é um resultado dos meios operários da Piedade, nem se caracteriza por uma predominância de classe média, ou média alta. É um grupo que reflete o meio em que se forma.

Desde o núcleo inicial que há uma presença feminina forte que, embora não chegasse a 50%, se faz sentir quer no núcleo duro do grupo, quer nos colaboradores mais jovens e nas franjas que vão sendo mobilizadas. Para esta época, em que ainda se esperava passividade das mulheres e as raparigas tinham, em geral, muito menos liberdade que os rapazes, é um aspeto a destacar.

Recrutamento e Socialização

Como se viu anteriormente a origem social não é fator determinante para a pertença ao grupo, têm que se procurar outras razões e outros fatores agregadores que levam a esta pertença. A própria escola era a forma de socialização mais óbvia. O contacto entre rapazes e raparigas era limitado, em especial até ao 5º ano, mas no essencial a socialização era livre, dentro e fora do Liceu. É importante não esquecer que falamos de movimentos sem aparição pública, clandestinos, com uma pertença que implicava alguns riscos, a repressão será abordada mais à frente.

Almada tinha outros espaços de socialização. Os mais tradicionais eram as coletividades, muito significativas para gerações anteriores, parecem ter aqui um papel muito marginal. Em

alguns casos a prática de uma determinada modalidade desportiva como são o judo e o andebol terão contribuído para a criação de alguns grupos.

Estes grupos estavam dependentes de coletividades locais, mas o próprio regime também tentava os seus espaços de socialização. Num percurso que vem da Mocidade Portuguesa e das Actividades Circum Escolares chegou a constituir uma associação de estudantes não eleita, a ALA. A Primavera Marcelista, a passagem de Secção de Almada do Liceu D. João de Castro a Liceu Nacional de Almada e a nomeação de um Reitor, mais aberto alterou muito este percurso. Um número reduzido de futuros colaboradores do MAEESL passou por estas atividades, mas a maior parte veio a ter um papel de oposição quer a eleição de uma comissão associativa, quer aos movimentos reivindicativos posteriores ao 25 de Abril.

Os laços criados pela pertença à mesma turma eram bastante fortes, havendo turmas com vários colaboradores do MAEESL, isto foi-se sentindo mais à medida que se aproximava o 25 de Abril de 1974. Esta forma de expansão é natural tendo em conta que muitas das acções se desenvolveu ao nível da turma, tendo em conta a prioridade de desenvolver acções centradas nos problemas concretos e imediatos.

Outros laços intervêm, por exemplo os de vizinhança: a zona do Bairro da Piedade e também do 25 de Abril têm grandes concentrações de colaboradores. Passa-se o mesmo na zona central da Cova da Piedade. Zonas mais periféricas do Concelho, ou do Seixal, concelho vizinho e também o centro ou a zona velha de Almada, tinham menos colaboradores. Natural este tipo de socialização, já que implicava deslocações, de aproximadamente 1 km, e uma possibilidade de socialização fora da escola. Alguns recrutamentos também eram feitos na base da frequência anterior da mesma escola.

Estes locais com maior presença de colaboradores também correspondiam a formações sociais diferentes. Operários, trabalhadores menos qualificados e funcionários inferiores na Piedade, quadros na atual 25 de abril. A zona da Piedade também correspondia, geralmente, a uma presença mais antiga (início dos anos 50) no concelho, em face de uma zona então muito recente.

Os laços familiares são também importantes e até estão na origem do movimento. Há irmãos, primos. Aliás a própria origem do movimento passa por esses laços. Uma irmã mais velha que estava na Universidade inicia a irmã mais nova que está no liceu, aqui está um dos pilares básicos do movimento.

Entre os grandes espaços de socialização contam-se os cafés, nomeadamente o Central no largo principal de Almada e perto das escolas, onde não só os estudantes do liceu se encontravam. Aqui era um local em que todos se encontravam, estudantes do liceu, das técnicas,

da universidade. Era também um local de encontro inter-geracional. Era um local em que todos se encontravam, mesmo havendo espaços diferentes em frequentados por pessoas diferentes.

Aqui era possível encontrar os dirigentes associativos e também o vice-reitor que ia jogar snooker. O Central era um dos cafés da praça principal de Almada e, mesmo havendo outros próximos, acabava por funcionar como se fosse a própria praça. No entanto, era um local frequentado sobretudo pela classe média, que podia incluir intelectuais próximos do PCP, como Romeu Correia, outros que não o estavam como Manuel Cargaleiro.

Um ponto de encontro para os colaboradores do MAEESL era o Bar Desporto, na zona antiga de Almada, sobretudo frequentado por jovens, ou o contíguo Calhambeque propriedade de familiares de um dos colaboradores, um dos poucos filhos de comerciantes. Este local terá sido mais uma tentativa de encontrar um local em que se pudesse iludir a vigilância do regime, do que um local "normal" de encontro.

Menos frequentemente a barreira do rio era ultrapassada e havia contactos frequentes com o movimento associativo de Lisboa, palavra que estava na sigla, indicando a pertença a um grupo maior. Esta passagem de rio poderia ser feita por colaboradores do movimento associativo que de Lisboa vinham a Almada, assim como da ida de elementos de Almada a Lisboa, e ocasionalmente em reuniões mais alargadas, como a de 16 de dezembro de 1973.

Os acampamentos anuais, organizando todo o MAEESL da zona de Lisboa, realizaram-se pelo menos em 1973 e 1974, tendo este último sido interrompido porque uma das colaboradoras mais jovens tinha fugido de casa, o que despoletou a atividade policial. A Margem Sul, nomeadamente a Costa de Caparica era o local escolhido para esses acampamentos que eram entendidos sobretudo como forma de socialização, embora também tivessem a componente de formação. Para quem não soubesse o que se passava poderiam ser confundidos com qualquer outro acampamento de jovens. O mesmo acontecia com a maior parte das reuniões, organizadas à noite, e feitas em locais onde fosse plausível encontrar um grupo de jovens numa conversa inocente.

Fatores de politização e mobilização

Este estudo abrange os anos imediatamente anteriores e posteriores à revolução. Não nos debruçaremos sobre os fatores de mobilização depois de 25 de abril, mas os anteriores, em especial tendo em conta que se está perante um movimento clandestino, são importantes. Trata-se de um grupo muito jovens, entre os 13 e os 18 anos na altura da adesão, com idades em que tal não seria espectral.

O objeto de estudo não é a evolução, a pequena história, ou as nuances políticas entre grupos ML. No geral estas seriam incompreensíveis hoje, era muito mais importante a pertença a um grupo, do que a adesão a esta ou aquela pequena diferença política. Os testemunhos são omissos em relação a essas diferenças, são mesmo muito vagos em relação às grandes linhas ideológicas, embora na prática diária houvesse uma demarcação clara entre o centrar a actividade nos problemas concretos e imediatos e o ter um trabalho mais politizado. Este era o único grupo com atividade no Liceu de Almada durante a ditadura e acabava por congregiar toda a gente que se dispunha a atuar contra a ditadura.

E essa vontade de oposição à ditadura era bastante forte, a juventude universitária tinha vindo a mostrar essa vontade de luta na crise de 1962 e depois na de 1969, continuando a sua mobilização num crescendo. Na década de 60, também tinha havido movimentos de contestação entre estudantes do ensino secundário de Lisboa, embora com relativamente pouca expressão. Existia também uma associação de estudantes, não eleita, e limitada a atividades culturais, fruto do regime de cooperação da Primavera Marcelista. Aqui havia uma divisão clara, embora algumas pessoas do grupo tenham cooperado em atividades legais, como a comissão de biblioteca. Há um caminho de cooperação e atividade legal, embora limitada, outro caminho que foi o da atividade clandestina. Alguns dos que participavam nesta associação legal, viriam a aderir ao PS.

A atividade é centrada nas pequenas questões "sindicais" das turmas, estas serviriam a mobilização para ações concretas, mas não eram significativas para o recrutamento. As grandes questões políticas eram, segundo os testemunhos, o fator mais importante. Para os rapazes é citada, em primeiro lugar, a questão da guerra. De facto, esta era premente e urgente. Os mais velhos estavam à beira do recrutamento, em dois ou três anos, os mais novos tinham mais tempo antes de ir para a "tropa", mas é uma questão que se colocava, no médio prazo e um fator de mobilização.

Os outros fatores descritos relacionam-se com os próprios mecanismos repressivos da ditadura. Entrava-se para este grupo por ser de forma difusa, mas estruturada, contra a ditadura. A vontade de luta era forte, porém o grau de politização era, naturalmente baixo. Não só não existia um conhecimento aprofundado de todas as diferenças entre os vários grupos da mesma família política (os chamados ML), como a distinção com outros grupos de posições políticas mais afastadas se limitava a chavões como "revisionistas" ou trotskistas. Estas palavras não correspondiam a um conhecimento ideológico real, mas eram etiquetas aplicadas a adversários. Sendo este grupo o único com atividade durante a ditadura não se confrontava com a necessidade de combate político a outras facções. Esta surgia nas raras vezes que se saía do liceu, ou de outros

locais de Almada, para iniciativas maiores em Lisboa, onde todas as tendências tinham presença.

Outros momentos de confronto político eram os momentos em que alguns dos militantes de outras tendências vinham a Almada com o objetivo de recrutar pessoas para as suas organizações, o que nunca teve sucesso.

Com um grupo tão jovem e com um nível de politização bastante baixo, num contexto de atividade clandestina, havia que aumentar esse nível. Os livros eram a principal forma de o fazer e, nesse sentido, foi constituída uma pequena biblioteca (uns 3 livros) composta por obras de ficção de autores como Gorki ou Soeiro Pereira Gomes. Estes livros iam passando de mão em mão.

Há uma tentativa de aumentar os graus de politização com obras mais pesadas e mais diretamente políticas. O furto de livros era uma atividade frequente, dirigindo-se em primeiro lugar aos poucos clássicos do marxismo que seria possível encontrar nas livrarias. Porém uma coisa era ter os livros e outra lê-los, e os depoimentos recentes apontam no sentido de não serem tão lidos quanto seria de esperar.

Com o 25 de abril criou-se a possibilidade de maior debate na opinião pública e este debate penetrou forçosamente no grupo. As diferenças que até aí não eram conhecidas começam a surgir e começa aqui, de certa forma, a desagregação de um núcleo que se mantinha unido por ter muita mobilização, mas pouca politização.

Etapas e acontecimentos

O MAEESL implanta-se em Almada em 1972, com dois impulsos iniciais. Estudantes expulsos de Liceus de Lisboa, por lhe pertencerem que vieram estudar para Almada, uma das quais recrutou elementos da família, que se juntaram a um pequeno grupo criado por influência familiar universitária. O núcleo inicial terá umas cinco pessoas.

O crescimento desse grupo foi rápido, num ano letivo havia duas dezenas de colaboradores. Quando chegou o 25 de abril provavelmente todos os estudantes do liceu tinham tido contacto com alguma forma de atividade associativa. O grupo inicial era de estudantes do 6º e 7º ano, mas, em especial a partir do início do ano letivo de 73/74 alargou-se a estudantes mais jovens. Há inicialmente um recrutamento que se faz de forma horizontal, dentro dos mesmos anos de escolaridade (6º e 7º anos), para se passar a um recrutamento vertical dos estudantes mais velhos para os mais novos. Porém, depois de se conseguir penetração nos grupos mais jovens, novamente predomina o recrutamento horizontal, sendo o fator turma muito importante. A forma mais corrente de recrutamento é dentro da mesma turma.

A atividade no período anterior ao 25 de abril é sobretudo de distribuição de comunicados que são atirados para o ar para não se perceber quem a fez. Também se vão organizando "meetings" e algumas lutas localizadas nas turmas como greves de silêncio. As lutas organizam-se à volta de questões "sindicais", localizadas nas turmas e nos problemas concretos. As figuras mais atacadas são as figuras de autoridade como o Vice-Reitor e os professores, de acordo com as orientações deste grupo.

Em 16 de Dezembro de 1973 no decurso de um plenário dos estudantes de Lisboa são presos 151 estudantes, das várias tendências existentes no movimento estudantil. 15 são levados para Caxias. Destes 17 são de Almada, todos deste grupo, um foi levado para Caxias e tem como memória os gritos que ouviu. O sinal mais evidente da repressão foram as "carecadas", raparam o cabelo aos rapazes. No Liceu de Almada gera-se um movimento de solidariedade e muitos rapazes cortaram o cabelo muito curto em solidariedade. O movimento cresce a partir dessa altura. Novamente a repressão acaba por ser importante para o alargamento da contestação. Já se estava a meses da revolução de Abril, e o número de ações foi importante. O 25 de abril marca uma nova época. A repressão acabava, a atividade podia desenvolver-se de forma legal e aberta. Também surge a possibilidade de ligação a movimentos políticos exteriores ao liceu que nunca tinha existido. Os estudantes também participam nas manifestações de 27 de abril e 1 de maio. Levantam-se novos desafios. Eliminar os vestígios do regime no liceu, organizar os estudantes numa estrutura associativa, finalmente tentar interferir nos problemas do sistema educativo.

É importante notar que o 25 de abril marca alguma desorientação neste grupo já que não correspondia ao esperado, nem ao modelo político defendido por esta tendência. A possibilidade de grandes modificações políticas com origem na burguesia estava ideologicamente excluída.

O ritmo de mudança no imediato post 25 de Abril foi muito rápido. Nos dias a seguir ao 25 de Abril a sala que tinha sido da Mocidade Portuguesa foi assaltada, um funcionário acusado de pertencer à Pide foi saneado. Começa um grande debate dentro do Liceu sobre a forma de organizar uma estrutura associativa.

Há duas formas de o fazer. Para o MAEESL o caminho era o de uma eleição direta em RGA (Reunião Geral de Alunos), o grupo que anteriormente mantinha uma associação legal pretendia uma estrutura piramidal a partir de representantes eleitos nas turmas, a sua designação era MRE (Movimento Reorganizativo dos Estudantes) dizendo que os estudantes anteriormente estavam organizados. O debate foi feroz, houve várias RGA's relativamente tensas, acabando por ganhar a forma de organização proposto pelo MAEESL. Também foi eleita uma comissão associativa de dez elementos, todos do MAEESL.

A força do MAEESL estava nessa altura entre os alunos mais novos, até ao então 5º ano, já a do MRE eram os estudantes mais velhos. Também por esta altura surge um grupo de jovens, sem ligação ao liceu, mas com ligação provável ao PCP, denominado MJT (Movimento da Juventude Trabalhadora). Este grupo tentou intervir em oposição ao MAEESL e à existência de movimentações políticas no Liceu, e distinguiram-se pelo uso de braçadeiras.

Estando o problema da organização associativa resolvido começa a adivinhar-se um movimento grevista. Os estudantes de Almada participam em duas manifestações em Lisboa, uma frente ao Ministério na 5 de Outubro, para muitos era, seguramente a primeira vez que iam a Lisboa fora da tutela de adultos. A participação foi muito grande: numa delas um "barco grande" (Cacilheiro com capacidade para levar automóveis) ficou completamente cheio.

Em meados de Maio inicia-se uma greve contra o sistema de avaliação que paralisou o liceu durante mais de duas semanas, praticamente até ao final do ano letivo. O sucesso da greve foi total e nesse ano, por via de uma circular não publicada em Diário da Republica os exames servem só como 2ª oportunidade para permitir a passagem de quem não tinha notas para tal. No ano seguinte não haveria entradas na universidade.

Eleger uma associação significou ter uma sala, e manter essa sala a funcionar durante as férias de Verão. Essa sala supriu as necessidades de encontrar locais de reunião ou mesmo de ter um lugar para guardar materiais. Entretanto as instalações do Liceu já degradadas, degradam-se ainda mais, por via de algumas situações de confronto.

Passada a euforia dos primeiros tempos da revolução, começa uma época de atividades de projeção para o exterior. Havia distribuição de comunicados em fábricas locais e participação em atividades como uma reunião na Associação de Amizade Portugal Albânia. Para a maior parte era a primeira vez em que tomavam conhecimento dos princípios políticos do grupo em que militavam.

O Verão de 1974 marca o aparecimento de mais grupos políticos. A UEC (organização de estudantes do PCP) e o MRPP tornam-se grupos importantes, com presença diária no liceu. Alguns dos colaboradores saíram, ou foram expulsos.

Ocupação do seminário

A abertura do ano letivo de 1974 e 1975 surge um novo problema. As instalações do Liceu que tinham vindo a ser aumentadas continuamente não chegavam para todos os estudantes. A situação arrastava-se sem haver possibilidade de solução. Numa RGA do início de Novembro um dos antigos colaboradores, entretanto expulsos, fala na possibilidade de ocupação do Seminário de Almada que tinha pouco mais de uma dezena de alunos. Esta proposta tinha as suas

raízes mais em ideias autogestionárias e na influência de Maio de 68, do que no comunismo albanês. Na RGA seguinte, é aprovada uma proposta nesse sentido e iniciam-se os preparativos para a ocupação.

Apesar de se relacionar esta época com as ocupações, nomeadamente as ocupações de terras no Alentejo e de logo nos dias a seguir ao 25 de Abril se terem verificado ocupações, não se tinham ainda feito ocupações de grandes edifícios para fins diferentes dos em que estavam a ser usados. A ocupação do seminário do Funchal, quando este processo já estava lançado, parece ter tido motivações exclusivamente políticas

A ocupação realizou-se a 13 de novembro de 1974, com uma grande manifestação que não só mobilizou os estudantes do liceu e de outras escolas, como também da população. Na altura dizia-se que teriam estado umas 4 mil pessoas, mas o número pode ser inflacionado. Foi a primeira vez que estes "estudantes sempre ao lado do povo" faziam justiça ao seu slogan, embora a realidade fosse mais ao contrário. De notar que a principal força política local, o PCP, se opôs à ocupação do seminário, sem que isso tenha prejudicado o movimento.

A ocupação inicial fez-se, mesmo estando o seminário defendido por tropas do Copcon (Fuzileiros) que passado umas horas, e de armas em punho, obrigaram à desocupação. Não houve mortos nem feridos, mas muitos jovens de 13 e 14 anos viram-se pela primeira vez de arma apontada. Os danos que foram feitos foram-no no contexto da desocupação, quando os fuzileiros partiram os vidros da sala em que os estudantes estavam reunidos.

A ocupação do seminário, apesar de ser um episódio esquecido face a muitos semelhantes em 1975, teve consequências nacionais, terá contribuído para impulsionar outras ocupações, assim como para um afastamento da Igreja Católica face ao poder saído do 25 de abril.⁴ Apesar de a ocupação só ter durado umas horas acabou por ter o efeito desejado, as aulas do 3º ano foram ao longo do ano letivo de 74/75 lecionadas nas instalações do seminário de Almada que acabaram por ser cedidas para esse fim.

1974-1975. Um ano de confrontos

O ano letivo de 1974/1975 desenrola-se na época mais quente do PREC, foi um ano de grandes confrontos entre a extrema-esquerda e o PCP por um lado e o PS e a direita por outro. Estes confrontos culminaram no 25 de novembro de 1975 e chegaram a situações bastante extremadas, ao ponto de se temer o desencadear de uma guerra civil.

⁴ Cruz, Manuel Braga da, "A Igreja na Transição Democrática Portuguesa" in *Problemática Religiosa no Portugal Contemporâneo, Lusitânia Sacra*, 2ª série, Tomo VIII/IX, 1996/97, Lisboa, pp 519-536

No Liceu de Almada passaram a existir três forças principais: o MAEESL (ainda não alinhado com a UDP), a UEC que se tinha organizado no verão de 1974 e o MRPP. Também existia um muito pequeno núcleo da LCI com contacto importante com o movimento existente na Escola Técnica.

Todo este ano letivo foi agitado, com confrontos constantes. Apesar de haver mais forças políticas, a oposição era, sobretudo entre a UEC e outras forças políticas. Chegou a ser apresentada e aprovada uma proposta em RGA que proibia a presença e propaganda da UEC no Liceu. Mais do que uma vez as aulas foram interrompidas para expulsar bancas da UEC entretanto montadas.

Embora de incidência externa ao liceu, mas com importância para o movimento associativo, foi a prisão de alguns militantes do MRPP entre os quais estudantes do Liceu cuja prisão originou grandes murais. A UEC e o MRPP ganhavam força entre os estudantes, mas o MAEESL continuava a ser a força mais importante.

Por altura das férias da Páscoa, forças ligadas ao PCP e também militares ocuparam o Liceu. Desalojaram a associação da sala que tinha, impuseram uma gestão militar, chefiada por um militar da Armada (Comandante Pinheiro), havendo no processo mais alguns estudantes detidos. O testemunho dos militantes da UEC vê esta ação como uma libertação. Para os militantes de outras tendências é visto como uma ocupação.

A presença de uma gestão militar não impediu a continuação do movimento quer enquanto grupo organizado, quer enquanto atividade política no Liceu. O final do ano letivo de 74/75 foi marcado por novas greves, além da avaliação estava agora em causa o serviço cívico. Estas greves não tiveram nem a mobilização nem o sucesso das de 1974, mas paralisaram as aulas durante meses.

O ano letivo seguinte, em que o Liceu tinha novas instalações correspondeu a uma época completamente diferente em relação em que a ação política e a mobilização eram muito mais pequenas.

Fatores de desagregação

Estamos perante um movimento de contestação política, a razão para a sua existência é essa, a sua atividade é essa, porém não se pode esquecer que também é um movimento de contestação adolescente. Isto cria tensões já que são contestações diferentes. A política é forçosamente organizada e controlada, enquanto adolescentes tentam precisamente ultrapassar esse controlo. A própria natureza política do movimento com influências que vinham do

Estalinismo, da Revolução Chinesa e da Revolução Cultural e da Albânia, levava a um certo puritanismo que chocava com os festivos anos 70.

Era frequente alguma fricção entre a forma de vestir, a música que se ouvia e este lado puritano do movimento. Esta contradição cresceu depois do 25 de abril uma vez que as ideias e modos de atuar podiam ser mais abertos. Há testemunhos de os responsáveis políticos tentarem impor formas de vestir, cortes de cabelo ou proibir determinadas músicas por esses serem "burgueses". E estamos a falar de jovens de 13/18 anos que utilizavam o vestir, o cabelo e a música como forma de contestação.

A democracia também implica a liberdade de expressão e todas as tendências políticas aparecem abertamente. Este movimento era politizado, mas os seus elementos não o eram e a presença de outras tendências políticas veio abalar um movimento que era dogmático. No Verão de 1974 começa a haver saídas, algumas voluntárias, outras por expulsão. Nos finais de 1975 o grupo estava bastante reduzido, havendo antigos colaboradores que agora estavam noutras forças políticas, ou que tinham cessado a sua atividade política. As organizações ML estavam em reorganização com o aparecimento da UDP e a necessidade de conseguir uma maior implantação operaria. A diretiva de proletarização lançada do congresso do CMLP terá contribuído para esta desagregação.

Deste grupo, e dentro das organizações que lhe deram continuidade, só duas pessoas continuaram a atividade política, tornando-se dirigentes importantes e mesmo deputados. Além destes, poucos continuaram essa atividade na vida adulta, não havendo casos de passagem para militantes e dirigentes políticos de direita.

Também não se encontra uma passagem desta atividade associativa para a atividade sindical. Alguns continuaram com uma atividade cultural e associativa, estas atividades que incluem uma associação e um grupo musical, de certa forma uma ramificação do GAC.

Profissionalmente não se encontra um percurso em que a atividade associativa tenha sido uma forma de ascensão social. Os percursos são no geral os espectáveis e mais determinados pela origem social do que pela participação neste movimento. É interessante haver uma percentagem relevante de emigrantes, em locais como os Estados Unidos, França e Moçambique. Este trabalho não está, de forma concluído.

Bibliografia:

Movimento Associativo

Cardina, Miguel, “Fim do Estado Novo português e o movimento estudantil”, in Luís Antônio Groppo; Michel Zaidan Filho e Otávio Luiz Machado (org.), *Juventude e Movimento Estudantil: Ontem e Hoje*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008, 165-178.

Cardina, Miguel, "Movimentos Estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades", *E-Cadernos*, 1, 2009, 67-90.

Moreira, João Vilela, *Da Fragmentação aos Anos de Brasa, o Movimento Associativo da UP na Agonia do Estado Novo*, História, Revista da FLUP, Porto, IV série, Vol. 1, 2011, pp. 77-88

Pinheiro, Magda, *Cidade e Caminhos de Ferro*, CEHCP, Lisboa, 2008

Rodrigues, Jorge Sousa, *A expansão programada de Lisboa para a Margem Sul – 1938, 1950*,

Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 1999

12. Sindicalismo, sexismo, separatismo: a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixes de Setúbal

Paulo Marques Alves, Professor do Depto. de Sociologia ISCTE-IUL

1. Introdução

A “*militância no feminino*”, seja política ou sindical, tradicionalmente menos intensa, ao ser travada por fatores de ordem social, económica e cultural, esteve envolta no silêncio durante muito tempo. Foi necessário esperar pelos últimos trinta anos para que as ciências sociais se comesçassem a interessar por este objeto, tendo-se assistido a partir daí a um considerável incremento na investigação, abrangendo um conjunto diversificado de temáticas.

Este silêncio tem sido mais ensurdecador em Portugal, com as militantes sindicais a estarem ausentes das obras que analisam o sindicalismo ou o papel das mulheres na sociedade. Esta é uma constatação verdadeira quer focalizemos o nosso olhar no dealbar do século XX quer o façamos na atualidade e acontece num quadro mais vasto de um grande défice de estudos sobre o movimento sindical português.

Para o período temporal que nos ocupa, três obras são paradigmáticas do que acabamos de referir. A primeira, de Alexandre Vieira, um antigo e prestigiado militante sindical, traça o perfil de 29 “*figuras gradas do movimento social português*” (Vieira, 1959). Todas essas figuras são homens. A segunda é uma obra mais recente, que se destina a biografar doze “*operárias e burguesas*”, mais estas do que aquelas (Samara, 2007), onde nenhuma das biografadas militou sindicalmente. A terceira é um dicionário que pretende traçar o perfil de centenas de mulheres dos séculos XIX e XX (Osório e Esteves, 2005), nele se evidenciando igualmente a ausência de um conjunto de mulheres que assumiram responsabilidades no movimento sindical português na viragem de novecentos e nas primeiras décadas do século XX. É o caso de Ernestina Vaz ou de Margarida Marques, dirigentes dos sindicatos de costureiras e ajuntadeiras de calçado do Porto e de Lisboa, respetivamente, sendo que a segunda integrou ainda o grupo de trabalho do Congresso Nacional Operário do Sul de 1909 que teve como objetivo a revisão da legislação relativa ao trabalho das mulheres e dos menores. É o caso também de Flávia de Matos e de Liberdade da Pátria Gomes Ramos, militantes sindicais na indústria têxtil, ou de Maria Luísa, que foi presidente da Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal, entre muitas outras.

Este texto é um contributo para colmatar uma lacuna existente. Focando-se na associação de classe das operárias conserveiras de Setúbal, visa-se tirar da sombra a militância sindical das

mulheres portuguesas no lapso temporal que transcorre entre 1891, ano da publicação da lei que legalizou as associações de classe, e 1933, o ano da publicação do conjunto de diplomas que constituiu a pedra angular da arquitetura legislativa que institucionalizou o corporativismo salazarista.

2. Sindicatos e mulheres: uma relação problemática

A relação das mulheres com os sindicatos tem-se revelado bastante problemática desde os primórdios do movimento operário.

No Reino Unido, no início da industrialização e da organização dos trabalhadores através das *Friendly Societies* no século XVIII, chegaram a ser constituídas associações mistas, como a *Worsted Small-ware Weaver's Association*, fundada em 1747.

Contudo, rapidamente emergiu no movimento operário uma atitude sexista sobre o papel da mulher na sociedade e, em particular, a sua inserção no mercado de trabalho e nos sindicatos. De acordo com Pasture (1997), ela derivou de uma contaminação deste movimento pela cultura burguesa, em particular a sua representação sobre a sociedade e os papéis que nela devem ser desempenhados por homens e mulheres: a estas destina-se a esfera privada, cuidando da família e da educação dos filhos; àqueles a esfera pública, garantindo o sustento da família.

Esta atitude em breve se tornou dominante, ao ser transversal a correntes sindicais tão díspares quanto as influenciadas pelo anarquismo, pelo catolicismo ou pelo reformismo, acabando por orientar durante muito tempo as estratégias sindicais face às mulheres. A ela só escapou a corrente de filiação marxista que, com base nos princípios da igualdade e da emancipação, defendeu sempre o direito das mulheres ao trabalho assalariado, ao mesmo tempo que sustentava que elas não constituíam um grupo homogéneo, existindo no seu seio interesses diferenciados. A fratura não ocorre entre homens e mulheres, mas entre proletários e capitalistas, entre oprimidos e opressores.

Com base no sexismo construiu-se toda uma estratégia sindical que visou excluir ou segregar as mulheres no mercado de trabalho. Quanto muito aceitava-se o trabalho feminino como transitório ou se se confinasse a determinados ramos de atividade com salários mais baixos. Isto sucedeu desde logo com o movimento sindical britânico que, ao negar a filiação sindical às mulheres no quadro da utilização da prática do *closed shop*, conseguiu vedar o seu acesso a muitos segmentos do mercado de trabalho.

Para além da exclusão, outras práticas discriminatórias fizeram o seu curso, como impedir as mulheres de usar da palavra nas reuniões de trabalhadores, coartar-lhes a

possibilidade de ascenderem a cargos de decisão nos sindicatos a que conseguiam aceder, etc.. A discriminação passou também por uma atuação que acabava por reforçar as desigualdades salariais em vez de as eliminar.

Recorreu-se fundamentalmente a dois argumentos. Um, eivado de paternalismo, sublinhava que ao não acederem ao mercado de trabalho, as mulheres se libertavam das condições desumanas do trabalho industrial. Outro, o mais relevante, enfatizava que se devia excluir as mulheres porque, por natureza, eram incapazes de adquirir as qualificações necessárias, trabalhavam de forma mais imperfeita do que os homens e concorriam com estes, assim provocando o abaixamento dos salários.

Como resultado, as mulheres começaram a criar sindicatos próprios. É o que Briskin (1998) designa por “*separatismo*”. Significa uma recusa em trabalhar com os homens e a consequente constituição de organizações alternativas. A primeira a surgir terá sido a *Sisterhood of Leicestershire Wool Spinners*, fundada em 1780. Ainda no Reino Unido, as mais importantes organizações compostas exclusivamente por mulheres foram a *Women’s Protective and Provident League*, criada em 1874 e que a partir de 1888 se passou a designar por *Woman’s Trade Union League*, e a *National Federation of Women Workers*. Esta era uma organização singular, dado que procurava promover simultaneamente as causas do sindicalismo e do feminismo, pelo que agrupava mulheres trabalhadoras e feministas, num cruzamento historicamente único. Muitos dos sindicatos femininos do Reino Unido permaneceram ativos até à Iª Guerra Mundial, alguns inclusivamente até depois do conflito.

O mesmo sucedeu na Europa continental. Em França foram constituídos sindicatos exclusivamente femininos quer na CGT sindicalista-revolucionária, ainda que de curta duração, quer na católica CFTC, tendo estes permanecido até à ocupação nazi. Na Bélgica, Holanda ou Alemanha, os sindicatos femininos foram sendo gradualmente transformados em associações de carácter cultural que passaram a funcionar no seio de sindicatos mistos. Estruturas sindicais específicas para o trabalho sindical com as mulheres só começaram a surgir após a IIª Guerra Mundial.

No entanto, houve um sindicato exclusivamente feminino que perdurou até muito recentemente, o KAD dinamarquês, fundado em 1901 a partir da fusão de vários sindicatos compostos somente por mulheres que tinham sido criados devido à recusa do seu direito à filiação sindical por parte do SiD, um sindicato que organizava trabalhadores não qualificados constituído em 1897. Por uma ironia da história, ambos os sindicatos acabaram por se fundir em 2004.

A opção pela formação de sindicatos únicos com um carácter misto foi o resultado de uma evolução gradual da atitude sexista para uma outra obedecendo a uma “*lógica de organização*” (Pasture, 1997: 220). Perante a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, muito graças à estratégia patronal de assim conseguir um abaixamento dos salários, não restou aos diversos movimentos sindicais, nomeadamente os maioritários de inspiração reformista, outra alternativa que não fosse a adoção de uma atitude pragmática a partir do início do século XX. Tal sucedeu apesar desses movimentos continuarem a considerar que o lar seria o local ideal para a mulher e de permanecerem as desconfianças, as hesitações e as resistências em relação a elas. Esta nova atitude passou, por um lado, por tentar garantir condições de trabalho, em particular em termos salariais, iguais para homens e mulheres e, por outro, por não as ostracizar dado terem-se tornado num contingente importante que não devia ser negligenciado em termos de recrutamento.

3. A militância sindical no feminino nos primórdios do sindicalismo português

A atitude sexista dominante no sindicalismo europeu fez igualmente o seu curso em Portugal, com o movimento sindical a reagir muito negativamente à inserção da mulher no mercado de trabalho. Disso é exemplo um artigo de *O Corticeiro*. A propósito da introdução de máquinas e do aumento do número de mulheres nesta indústria recorre-se ao grande argumento anteriormente referido, afirmando-se:

“(...) Infelizmente essas máquinas estão entregues a mulheres, e para nosso mal parece que a entrada das mulheres nas fábricas em vez de diminuir tem assustadoras tendências a alastrar-se e não só para as máquinas como também para outros serviços, o que nos tem prejudicado e continuará prejudicando gravemente. (...) Muito embora o rendimento de trabalho da mulher na fábrica seja muito inferior ao do homem, e muito menos consciencioso, vêem os senhores industriais, nas mulheres, a forma de poderem conseguir mais lucros pelo barateamento da mão-de-obra, e o que acontece? Acontece que o trabalho escasseia para os homens. (...) Que devemos então fazer? Evitar a entrada das mulheres nas fábricas.” (O Corticeiro, de 3 de Outubro de 1929 *apud* Seixas, s.d.:35-36).

Por outro lado, analisando a composição do pessoal dirigente, primeiro da CECS – Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (1909-1914), depois da UON – União Operária Nacional (1914-1919) e, por fim, da CGT – Confederação Geral do Trabalho, somos levados a pensar que as mulheres terão ficado completamente à margem do movimento sindical português no dealbar do século XX. Os cerca de 50 dirigentes da cúpula sindical

entre 1909 e 1925 eram todos homens. À mesma conclusão chegamos se lermos as obras que referimos na introdução ou se analisarmos a relação de sócios de algumas associações de classe (AC) com maior ou menor dimensão, onde não se descortina uma única mulher. E se observarmos os estatutos de algumas associações, vemos que eles vedavam expressamente a filiação às mulheres.

No entanto, se examinarmos atentamente a relação de sócios de outras AC, começamos a verificar que as mulheres se integraram de facto no movimento sindical, desde logo como simples sócias, podendo o seu número assumir um carácter residual ou constituir-se como uma minoria no seio de uma dada associação.

Também o facto de algumas AC terem na respetiva designação “*de ambos os sexos*” evidencia a abertura dos sindicatos às mulheres, embora isso não signifique necessariamente que tivessem contado com elas nas suas fileiras.

E no campo da militância? Terão as mulheres participado ativamente no movimento sindical? O dicionário de militantes e grupos libertários e sindicais, resultado do labor de João Freire e agora disponível na Internet, permite-nos concluir que sim. De entre 2 929 militantes recenseados, este autor refere 61 mulheres, o que corresponde a 2,1% do total. Contudo, deve-se sublinhar que dezoito dessas mulheres são apresentadas como “*simpatizantes libertárias*”, o que significa que não terão acedido à condição militante; uma, Mariana Torres, era operária conserveira e foi assassinada pela GNR aquando da greve dos trabalhadores das conservas de Setúbal em 1911 a que voltaremos, desconhecendo-se se seria ou não militante; duas outras são apresentadas como tendo sido presas na sequência de uma “*tentativa de greve de criados*”, desconhecendo-se também se teriam assumido responsabilidades sindicais. As restantes 40, militaram ou em organizações anarquistas, incluindo as Juventudes Libertárias (dezasseis), nas Juventudes Sindicalistas (treze) ou em sindicatos (onze).

Por seu lado, Seixas (s.d.) aduz alguns elementos relevantes, evidenciando nomeadamente ações de protesto protagonizadas por mulheres, como sejam a manifestação das trabalhadoras têxteis em 1911 ou as greves com motivações diversas, indo da luta contra o assédio (corticeira Robinson, em Portalegre, em 1911) e os despedimentos e o assédio (Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, em Agosto de 1913) até às greves que visavam aumentos salariais (tecelões do Porto, em 1903 ou conservas de Setúbal, em 1911) ou aumentos de salários e diminuição do horário de trabalho (operárias chacineiras no Montijo, em 1911).

Como esta autora revela, o protesto das mulheres também incidiu sobre quem as representava nos locais de trabalho. É o que acontece numa carta que uma operária têxtil

exigiu que fosse publicada em *O Sindicalista*, onde condenava o facto do representante sindical na sua empresa não ter agido quando o patrão substituiu uma mulher por um homem num tear. Outro exemplo de atritos, aparentemente com base no género, mas que certamente terão outras motivações, ocorreu aquando de uma conferência dada por Adelaide Costa, dedicada a consciencializar as operárias têxteis para a sindicalização, a qual foi interrompida:

“em alta gritaria (...) por um grupo de desorientados que se dizem anarquistas, capitaneados por Bartolomeu Constantino (...) [com o objectivo de tentarem] desorganizar uma associação que eles não vêem de bom grado” (*O Socialista* de 30 de Janeiro de 1913 *apud* Seixas, s.d.).

Seixas contribui igualmente para retirar do esquecimento um conjunto de 21 mulheres que tiveram uma ativa participação sindical durante este período. Onze eram operárias têxteis que ou integraram a comissão promotora de um dos congressos sindicais deste ramo de atividade ou participaram numa *Comissão de Reclamação* constituída em Lisboa ou ainda militaram na Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, em Alcântara. As restantes eram parteiras (cinco); operárias corticeiras (quatro), com participação ativa durante a greve de 1910; uma operária tabaqueira e outra ajuntadeira.

Mas a “*intromissão feminina*” (Pasture, 1997) num mundo essencialmente masculino foi bem mais vasta do que até há pouco se supunha. Como pudemos concluir em trabalho anterior (Alves e Gama, 2013), pelo menos 564 mulheres integraram comissões promotoras e/ou subscreveram os estatutos de associações de classe de tipo sindical enviados para aprovação entre o final de oitocentos e as três primeiras décadas de novecentos. Como então referimos, este número poderá, eventualmente, pecar por defeito, dado que tem por base a análise de 778 processos de constituição de associações, não tendo sido analisados os referentes a mais umas centenas de organizações.

Algumas das associações criadas pretendiam representar trabalhadoras de profissões marcadamente femininas (parteiras, lavadeiras ou empregadas de engomadoria), mas outras foram constituídas porque em Portugal as mulheres também se viram forçadas a adotar a estratégia de separatismo dada a exclusão de que eram alvo.

Isso foi evidente no calçado onde, a par dos sindicatos de ofício dos fabricantes de calçado, surgiram organizações de costureiras e ajuntadeiras, e na indústria conserveira, onde as mulheres constituíam a grande maioria da força de trabalho, como acontecia em Setúbal, o que é demonstrado pelo Quadro 1.

Grupos profissionais	Pessoal em atividade		
	1890	1905	1911
Soldadores (a)		731	842
Trabalhadores ou moços	385	316	400
Rapazes	-	117	412
Mulheres (b)	450 (c)	1565	1708
Diversos (d)	-	-	278
Total	835	2729	3640

Quadro 1 – Distribuição da força de trabalho na indústria conserveira de Setúbal por grupos profissionais (N.º), em 1890, 1905 e 1911

- (a) Incluindo aprendizes
- (b) O número refere-se provavelmente ao período de maior laboração
- (c) Estimativa
- (d) Outras categorias profissionais, como carregadores, carroceiros, latoeiros, carpinteiros, ferreiros

Fonte: Valente (1981)

4. A Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal

Na indústria conserveira, às mulheres cabia a execução dos trabalhos menos qualificados, juntamente com os “moços” e os “rapazes”, como descrito por Arranja (2009) e Valente (1981). Por seu lado, os soldadores constituíam-se como um grupo profissional altamente qualificado cuja tarefa era soldar à mão as latas de conservas. Foram os primeiros a organizar-se sindicalmente, logo em 1891, e aquando do advento da República já possuíam um assinalável património de luta.

Quanto às mulheres, sujeitas a uma condição extremamente precária, sem horário de trabalho e auferindo dos salários mais baixos praticados na indústria, só duas décadas depois é que constituiriam uma associação de classe própria, dado o direito à sindicalização lhes ter sido negado quer pelos soldadores quer pelos “moços”, que haviam fundado a sua associação em 1902.

É escassa a informação existente sobre a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal. O espólio da associação ter-se-á perdido na voragem do tempo e graças à incúria dos homens, apenas restando o processo relativo à sua constituição. Uma importante fonte de informação é a imprensa local, quer a de carácter geral quer a operária, onde pontificam *O Trabalho*, de tendência socialista, e o *Germinal*, anarquista.

Como noticia a imprensa, a associação foi fundada no início de dezembro de 1910 numa reunião em que esteve presente Ana de Castro Osório, “uma das mais importantes feministas do panorama português, escritora, editora, pedagoga, publicista, conferencista e republicana. Uma mulher determinada e empenhada”, nas palavras de Samara (2007: 115). De acordo com Quintas (1998), as operárias conserveiras ter-lhe-ão solicitado que dirigisse a associação, convite que foi aceite. No entanto, as divergências entre a conhecida feminista e as mulheres das fábricas em breve surgiriam, como adiante se verá.

O pedido de aprovação dos estatutos dirigido à Repartição do Comércio do Ministério do Fomento data de 13 de janeiro de 1911, sendo assinado por três fundadoras, como era norma à época: Victória d’Oliveira, Virgínia Rosa e Maria Francisco. De acordo com a lei, os estatutos foram subscritos por 21 mulheres, o número mínimo previsto. Passados sete dias foram aprovados e o alvará concedido, tendo sido publicados no Diário do Governo n.º 79 de 6 de abril de 1911. O documento que confirma o recebimento do alvará é assinado por Victória d’Oliveira, que também foi a primeira subscritora dos estatutos, o que parece evidenciar ter tido um papel destacado na associação, pelo menos no seu início.

A constituição associativa era muito simples e estruturava-se segundo 31 artigos. O primeiro delimitava o âmbito, consagrando expressamente que “só poderão pertencer as mulheres empregadas neste ramo de trabalho e que residam em Setúbal ou seus arredores”. Quando formavam as suas organizações, as mulheres acabavam por assumir o comportamento dos homens, vedando-lhes o acesso.

Seguidamente definiam-se os objetivos, centrados “[no] estudo e [na] defesa dos interesses económicos comuns às suas associadas”, e os meios para os alcançar. Em relação à primeira vertente, eles passavam pela organização de conferências, de modo a “educar moral e socialmente” as associadas. Relativamente à segunda vertente, passavam por “sessões de propaganda” e por “reclamar superiormente todas as vezes que o interesse da classe assim o determine”.

Os estatutos consagram a existência de dois órgãos, a assembleia geral e a comissão administrativa, com eleições anuais.

A assembleia geral era o órgão supremo, sendo a mesa formada por uma presidente, que devia dirigir os trabalhos “com a maior imparcialidade”, e duas secretárias. A assembleia podia ser convocada por iniciativa da comissão administrativa ou por solicitação de um conjunto de associadas, requerendo-se neste caso um número bastante diminuto de assinaturas (apenas quinze), atendendo à dimensão que a associação chegou a ter (2 500 associadas em 1911 e 3 000 em meados da década de 10). A assembleia geral podia ser convocada “por aviso direto” ou através de um anúncio publicado “num dos jornais mais lidos pela classe operária” e nela, de acordo com o art.º 25 dos estatutos, eram “proibidas discussões de carácter político ou religioso [bem como qualquer] discussão estranha à acta”.

Por seu lado, a comissão administrativa era composta por cinco elementos que, à semelhança do que se passava com as integrantes da mesa da assembleia geral, exerciam os seus cargos de forma benévola.

Para além da iniciativa de convocação da assembleia geral, à comissão administrativa competia a gestão dos fundos da associação, a promoção do seu desenvolvimento, o sancionar a admissão e a exclusão de sócias e o zelar pelo cumprimento dos estatutos. Estava ainda incumbida da contratação dos meios que considerasse indispensáveis à consecução dos objetivos associativos, se bem que para tal necessitasse da aprovação da assembleia geral. No entanto, abria-se a possibilidade da comissão administrativa proceder à contratação desses meios sem que a assembleia se pronunciasse previamente, por não ser possível realizá-la em tempo útil. Nestes casos, quando ela se realizasse, a comissão teria que a informar e explicar as razões pelas quais tinha procedido às contratações efetuadas.

Para além de estipular uma forma democrática de governo associativo, os estatutos também eram muito claros quanto às matérias relativas à gestão da associação e à transparência da atuação neste domínio, havendo a registar várias disposições nesse sentido. A comissão devia elaborar e apresentar anualmente os relatórios e contas, os quais eram obrigatoriamente disponibilizados para consulta na sede por um período de quinze dias, como determinava o art.º 22. Outro documento era o balancete mensal, que devia ser afixado por imposição estatutária na sede para que as sócias o pudessem analisar. Os estatutos referiam ainda de forma expressa que a comissão tinha que manter “todos os livros devidamente escriturados”.

Por fim, definiam-se os direitos e os deveres das associadas e as situações que conduziam à sua expulsão da associação. No campo dos direitos, qualquer sócia podia eleger e ser eleita para os órgãos associativos e, para além de poderem requerer a convocação das assembleias gerais, também podiam participar ativamente nelas, propondo e discutindo todos os assuntos que fossem “do interesse da classe”. Dadas as situações recorrentes de desemprego, os estatutos previam que

pudessem manter a sua qualidade de membros durante esses períodos, mas sendo dispensadas do pagamento das quotas. O mesmo sucedia quando estavam doentes ou se ausentavam de Setúbal. Pontificava assim uma lógica de sindicalismo inclusivo.

Como deveres, os estatutos estipulavam o pagamento de uma quota semanal de 30 réis, bem como de 100 réis pelos estatutos, valor que podia ser pago em cinco prestações; a manutenção de uma “máxima solidariedade” com as suas camaradas; o acatar as deliberações das assembleias gerais e o cumprimento dos estatutos e dos regulamentos. No caso das militantes, o art.º 9 definia que tinham a obrigação de comparecer às reuniões dos órgãos a que pertenciam e de participar nas assembleias gerais.

Os motivos que podiam levar à expulsão encontram-se tipificados no art.º 10, consistindo no não pagamento da quotização e/ou dos estatutos, sendo para tal definidos prazos, ou na adoção de comportamentos desviantes, como o “extravio” de objetos ou valores pertencentes à associação, o provocar “desordens ou escândalos” na sede ou tumultos nas assembleias gerais, assim como difundir boatos.

Do processo desta associação de classe consta ainda uma outra versão dos estatutos, contendo vários artigos rasurados. Desconhecemos se se trata de um projeto inicial ou de uma revisão dos estatutos aprovados. Face a estes é de sublinhar a existência de um ponto 6 no art.º 7, referente aos direitos das sócias, que não consta da proposta aprovada e se encontra rasurado. Aí se afirmava a solidariedade para com as sócias “presas por motivos associativos”, as quais manteriam a sua condição de associadas e tinham direito a receber todo o apoio da organização.

Dos 34 nomes que no total subscrevem os dois documentos, só nove (26,5%) são comuns. São eles, os de Carolina Baptista; Deolinda Alves; Maria Cândida; Maria da Cruz; Maria da Saúde Maldonado; Maria do Rosário; Olímpia Bento; Sofia da Visitação e a já mencionada Victória d’Oliveira.

Pouco tempo após a sua fundação, a associação teve a sua primeira grande prova de fogo. No dia 16 de fevereiro, os moços das fábricas de conservas entram em greve. As mulheres seguem-lhes as pisadas reivindicando a equiparação da remuneração horária diurna à noturna. Os soldados, cujo ofício se encontrava na altura em declínio e perdera já grande parte da sua centralidade no processo de trabalho devido à introdução de máquinas cravadeiras operadas por mulheres, contra o que se haviam oposto violentamente, mantem-se à margem do movimento. Este facto aumentou a tensão entre estes operários e os restantes grupos de trabalhadores da indústria de conservas, em particular as mulheres.

A estrutura de sindicatos local, dominada por militantes libertários, respaldou as reivindicações e apoiou a greve. E, ao mesmo tempo que exortava os grevistas a “manterem-se

intransigentes na luta”, condenava a não adesão dos soldados, recordando-lhes as lutas por eles travadas e argumentando que todos os trabalhadores “eram vítimas da exploração burguesa”. Deste modo, eles tinham o dever moral de apoiar o movimento em vez de fazerem “uma guerra surda, mas de morte contra a greve, conseguindo desmoralizá-la” (Arranja, 2011).

Desde o início que a repressão, sobretudo a cargo da novel GNR com forças de infantaria e de cavalaria, se abateu sobre os grevistas. As sedes das associações de classe foram encerradas e ocupadas, as fábricas guardadas pelas forças militares, várias mulheres e moços foram “espadeirados” durante os protestos. A repressão atingiu o seu auge a 13 de março. Nesse dia, moços e mulheres que tentavam impedir a saída de mercadoria de uma fábrica foram violentamente reprimidos, o que originou dois mortos, uma mulher – Mariana Torres – e um moço – António Mendes –, resultando ainda onze feridos e vários trabalhadores presos, os quais foram enviados para um navio de guerra fundeado ao largo da cidade. Entre os presos contava-se José Carlos Rates, dirigente da associação de classe dos moços e secretário-geral da união local de sindicatos, que esteve detido até 8 de junho (Vieira, 1977),

A greve prosseguirá mais um mês, terminando em abril, depois do Governador Civil de Lisboa ter mandado afixar um edital onde se podia ler que “o lema da República é Ordem e Trabalho e a todos os bons cidadãos cumpre acatá-lo e segui-lo” (Quintas, 1998). Enquanto decorreu, foram várias as expressões de solidariedade, nomeadamente a greve geral decretada em Setúbal em 25 de fevereiro e que durou dois dias, e a greve geral em Lisboa e Setúbal a 20 de março, em protesto contra os assassinatos ocorridos sete dias antes e que, nas palavras de Vieira, “teve certa importância em Lisboa, Almada e Barreiro” (Vieira, 1977: 21).

A greve terminou com a derrota dos trabalhadores, que não só não viram as suas reivindicações atendidas, como viram ser-lhes imposto um novo Regulamento de Trabalho que os industriais haviam elaborado e que, em alguns aspetos, lhes retirava direitos conquistados anteriormente. Acresce que, de acordo com um artigo de José Carlos Rates escrito no número único do jornal *O Trabalhador* datado de 2 de julho de 1911, quarenta moços e sessenta mulheres foram despedidos.

Esta greve e a sua repressão marca em definitivo a rutura do movimento operário com a República instaurada havia meio ano. A relação já se encontrava fortemente abalada pela promulgação em dezembro de 1910 do diploma de Brito Camacho que ficou conhecido para a história como o “*decreto burla*”. Este visava regular o direito de greve, tendo sido unanimemente condenado e combatido pelas associações de classe, que consideraram que constituía uma tentativa de impedir a luta dos trabalhadores.

Mas a greve marca também a rutura definitiva entre as operárias da indústria conserveira e Ana de Castro Osório, que a vituperou fortemente, com base em três argumentos. Em primeiro lugar, porque considerava que o grande desígnio das mulheres e da sua associação deveria ser não a reivindicação de melhores condições salariais e de trabalho, mas antes o apelar ao patronato para um trabalho conjunto no sentido de elevar os padrões educativos das mulheres e dos seus filhos, para o que deveriam ser criadas creches e escolas. Concomitantemente, as mulheres também deviam lutar pela obtenção de mais direitos sociais, como subsídios para parturientes e habitação condigna e mais barata, bem como associarem-se em cooperativas de consumo para que os bens alimentares fossem mais baratos. Em segundo, lugar, acusava as mulheres de serem instrumentalizadas pelos seus colegas de trabalho, que estariam interessados em fomentar conflitos sociais que punham em causa a indústria conserveira. Por fim, defendia que a greve era injustificada, porque as mulheres tinham conseguido algumas regalias havia pouco tempo, e injusta, dado que ganhavam salários mais elevados do que os auferidos por operárias de outras indústrias, trabalhadoras rurais ou domésticas.

Os sucessivos adiamentos – ora devidos a movimentos grevistas, incluindo o das conservas de Setúbal, ora à implantação da República – do II Congresso Sindicalista, inicialmente previsto para setembro de 1910 e que finalmente iniciou os seus trabalhos a 7 de maio de 1911, acabaram por permitir que nele participasse a associação de classe das operárias conserveiras, a qual constituía, com as suas 2 500 associadas, a segunda maior organização participante com sede em Setúbal, logo após os marítimos (3 000 sócios). Neste congresso, onde estiveram presentes 91 associações de classe representando 35 000 trabalhadores (Vieira, 1977) participou igualmente a associação dos moços (250 sócios), o mesmo não sucedendo com a dos soldados, aderente a uma corrente sindical distinta da que pontificava neste embrião de confederação sindical que teve o carpinteiro libertário Jorge Coutinho como secretário-geral.

Após a greve de 1911, a imprensa local não deixou de continuar a fornecer informação sobre a atividade da associação, referindo nomeadamente a realização de reuniões ou de sessões de propaganda; difundindo antigas e novas reivindicações destas trabalhadoras; noticiando a inauguração de uma nova sede ou o seu encerramento em situações de maior conflitualidade social; ou fazendo eco da realização de eleições ou do facto da associação ter atingido as 3 000 associadas em meados da década de 10.

5. Conclusão

O sindicalismo nasceu andro-centrado, tendo adotado praticamente desde o seu início uma atitude sexista de exclusão das mulheres do mercado de trabalho e dos sindicatos. Estas responderam recorrendo ao separatismo, dando origem a organizações próprias.

Nas duas primeiras décadas do século XX, associações de classe fundadas e constituídas somente por mulheres também fizeram a sua aparição em Portugal. Isso sucedeu, fundamentalmente, no calçado e na indústria conserveira. Neste último caso, o surgimento destes sindicatos ocorreu em simultâneo com as organizações masculinas (Olhão, em 1904; Lagos, em 1913 e 1911, respetivamente) ou foi-lhe muito posterior, como sucedeu em Setúbal, como vimos. Noutros grandes centros conserveiros (Peniche, Matosinhos, Portimão, Vila Real de Santo António e Cascais), onde também se formaram sindicatos, não existe evidência desta estratégia separatista.

No entanto, a organização que adquiriu uma maior projeção foi a de Setúbal, muito graças ao ativismo de mulheres como Victória d'Oliveira ou Maria Luísa, de quem pouco se sabe, a não ser que liderou a AC quando era companheira de um anarquista conhecido como “*Pé Curto*” que fora para Setúbal para lutar na “*Barcelona Portuguesa*” (Rodrigues, 1982), bem como à greve que as operárias protagonizaram em 1911.

Apesar da escassez de fontes, possivelmente ainda muito poderá ser feito para resgatar do olvido os nomes e a ação de mulheres como as que foram referidas no texto e muitas outras. É um trabalho que pretendemos prosseguir.

Bibliografia

Alves, Paulo; Gama, Olinda. A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal. *UBIMUSEUM – Revista Online do Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior*. Covilhã: Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior, n.º 2, p. 183-195, 2013. Disponível em:

<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf>

Arranja, Álvaro. *Anarco-sindicalistas e republicanos: Setúbal na I República*. Setúbal: CEB, 2009.

Arranja, Álvaro. *Mataram Mariana... dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura operariado-República em 1911*. Setúbal: CEB, 2011.

Briskin, Linda. Autonomy, diversity and integration: union women's separate organizing in North America and Western Europe in the context of restructuring and globalization. *Comunicação ao XIV Congresso Mundial de Sociologia*. Montreal: Associação Internacional de Sociologia, 1998.

Castro, Zília Osório de; Esteves, João (dir.). *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

Freire, João. *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

Sindicalismo, sexismo, separatismo

- Freire, João. *Dicionário histórico de militantes sociais, grupos libertários e sindicatos operários*. Disponível em <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto>
- Pasture, Patrick. Feminine intrusion in a culture of masculinity. In: *The Lost Perspective*. vol. 2. Avebury: Aldershot. 1997, p. 218-237.
- Quintas, Maria da Conceição. *Setúbal: economia, sociedade e cultura operária – 1880-1930*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- Rodrigues, Edgar. *A oposição libertária em Portugal. 1939-1974*. Lisboa: Sementeira, 1982.
- Samara, Maria Alice. *Operárias e burguesas: as mulheres no tempo da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- Seixas, Maria Augusta. *As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República*. Lisboa: UMAR, s.d..
- Valente, Vasco Pulido. Os conserveiros de Setúbal (1887-1901). *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, vol. XVII, n.º 67-68, p. 615-678, 1981.
- Vieira, Alexandre. *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa: Edição do Autor, 1959.
- Vieira, Alexandre. *Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal (de 1908 a 1919)*. Lisboa: Edições BASE, 1977.

Fontes primárias

Processo da Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Setúbal – <http://www.arquesoc.gep.msess.gov.pt>

13. Acumulação e Revolução:

Contributos para a História do Capitalismo Português (XIX-XX)¹

Raquel Varela, Investigadora da FCSH-UNL e Felipe A Demier, Professor da UERJ/Brasil

«Perguntei pra mim mesmo: que tipo de frieza baixou sobre esses desgraçados? Quem os levou à torpeza? Quem os fez baixar o nível? Vocês precisam ajudá-los, rápido, coitados. Se não, vai acontecer algo que vocês acham impossível...».

Bertold Brecht

As políticas de reação à crise em 2007-2008 foram uma espécie de hecatombe de um projeto que começou a falhar em... vamos ser otimistas, na 1.^a República. O projeto do *desenvolvimento nacional* que assentava na ideia de que a elevação dos salários e do bem-estar era compatível com o desenvolvimento capitalista e, portanto, poderia ser encontrado um equilíbrio entre frações de classes sociais distintas, jamais logrou êxito em Portugal. No fundo, sempre mostrou ser falsa a ideia de que o impulso de criação de *lucro* era compatível com a criação de *riqueza*, ou seja, que a remuneração da propriedade (renda, juro e lucro) poderia dar-se a par da criação de bens de produção necessários, bens de uso, gestão equilibrada e estável da produção, progresso e bem-estar, e evitar-se-ia a pauperização absoluta dos trabalhadores, na forma de baixos salários e desemprego massivo – o prognóstico marxista da pauperização absoluta² mostrou-se o modelo e a pauperização relativa a exceção, decorrente do apocalipse de destruição de capitais impar na história, que foi a II Guerra Mundial. A tradução em termos de classes sociais e projetos políticos desta fantasia, a do desenvolvimento nacional sem conflito, dá forma aos sucessivos projetos de combinação entre classes sociais e frações de classe ao longo de todo o século XX, que assentaria na ideia de que a criação de uma burguesia industrial e do proletariado na República seria possível sem o confronto com os artesãos expropriados, proletarização dos camponeses e desemprego e miséria massiva. E terminará na quimera dominante na viragem do século XX para o século XXI de «salvação da economia nacional» recorrendo a injeções massivas de capitais europeus, que, argumentamos ao longo deste artigo, proporcionaram, pela reconversão do mercado de trabalho, através do fundo social europeu, desde o final dos anos 80 do século XX, um modelo de desenvolvimento cuja base é a regressão

¹ Este texto foi originalmente publicado, com algumas alterações, em *O Que é Uma Revolução?* (Lisboa, Colibri, 2015).

² Karl Marx, “A lei Geral da Acumulação Capitalista”, In *O Capital*, Livro I, São Paulo, 2013, pp. 689-785.

social, destruição de empresas, expulsão ou exaustão da força de trabalho formada e produtiva e erosão de serviços públicos. Um modelo de “progresso” assente no retrocesso³.

Entre 1910 e hoje, foram muitas as faces deste projeto falhado, da aliança entre o que seria uma burguesia progressista e honrada e o movimento operário, como a proposta por Álvaro Cunhal no *Rumo à Vitória*⁴; ou na aliança entre setores médios e a burguesia financeira/industrial, por Mário Soares na “Europa Connosco”⁵. *There is no alternative* (TINA), o *slogan* dos anos 80, surge agora nos últimos vinte anos oferecendo a ideologia de que ideologia só há uma, a de que não há nada que os homens possam fazer para mudar a história. Esta ideologia não é liberal, é geral. Porque à direita e à esquerda, em Portugal olha-se para o povo como uma massa amorfa incapaz de ter um projeto político próprio e para os setores dominantes, nas grandes empresas e no Estado, implorando que “se portem bem” e assumam ser o que nunca foram — «torna-te aquilo que tu [não] és!», numa espécie de Píndaro às avessas. Parece adequar-se aqui a grande parte da nossa esquerda, de linha conciliadora, a crítica feita por Trotsky aos mencheviques em 1907, no V Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), quando o teórico da revolução permanente os acusou de quererem obrigar os estratos burgueses russos a «desempenhar um papel constitutivo que não querem e não podem desempenhar, nem desempenham, nem desempenharão nunca».⁶ A morte das ideologias é a consagração pública, pela voz dos escassos que têm acesso aos *media*, da asfixiante ideologia totalitária, finalista, de que o homem não é ator da própria história. Para fazer vingar esta paralisante ideologia tem sido construída não uma análise cuidadosa da história do País, mas um psicologismo de um povo «medroso» e «amorfo» que os intelectuais decadentistas abraçam para justificar a sua adesão aos projetos falados de *desenvolvimento nacional*.

Projeto que já tinha falhado na República. Começou a falhar aí, quando em 1910 a corajosa, ilustrada, «progressista» burguesia emergente, que fez do século XIX uma batalha, chegando à guerra civil, para eliminar privilégios e entraves ao desenvolvimento organizados pela Igreja e pela aristocracia decadente, percebeu que não podia mais apoiar-se no movimento operário para levar a bom porto o seu projeto de modernização capitalista de um país que já era capitalista mas ainda não era moderno, e o decapitou. Os riscos revelaram-se maiores do que os

³ Raquel Varela, *Para onde vai Portugal?*, Bertrand, 2015.

⁴ Álvaro Cunhal, *Rumo à Vitória*, As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional, Lisboa, Edições Avante, 2009.

⁵ Dina Sebastião, *Mário Soares e a Europa: pensamento e acção*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea: economia, sociedade e relações internacionais, especialidade em Construção Europeia e Relações Internacionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor António Martins da Silva., 2010.

⁶ León Trotsky, *A revolução permanente*. 2ª edição. São Paulo: Kairós, 1985, p. 86.

possíveis ganhos, e a cobardia genética da nossa burguesia não pôde ser disfarçada. Até hoje não pode.

Os países que, curiosamente, irão juntar-se nas forças do eixo na II Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, são aqueles que, por atraso no desenvolvimento (menos meios tecnológicos, materiais, como o nosso), ou por tardiamente unificados e modernizados (como Alemanha e Itália), quando iniciam os projetos de democratização o fazem já com um movimento operário com alguma força. Revoluções burguesas como as de 1848 na primavera dos Povos na Europa ou a de 1910, em Portugal, são já realizadas com um movimento operário que contém em si um projeto de revolução social, ou seja, apoia a luta contra a aristocracia mas exige direitos sociais, 8 horas de trabalho, combate ao desemprego, proteção social. As burguesias periféricas, filhas mais novas e temporãs do capital, não lograram êxito em repetir a saga revolucionária das suas irmãs mais velhas. A explicação reside, precisamente, no enorme *atraso* com que surgiram historicamente. O já citado Trotsky assinalou que as burguesias europeias que somente a partir de meados do século XIX levaram a cabo a sua luta contra o domínio político das forças aristocráticas já se viram impedidas de adotar uma postura autenticamente revolucionária. O temor da repetição de uma experiência jacobina e, acima de tudo, a existência, já significativa, de um novo sujeito social, o proletariado, fizeram que essas burguesias buscassem, nos seus combates contra o antigo regime, saídas cada vez mais negociadas com as forças do passado.

Lembrava Trotsky que até a *clássica* burguesia francesa — a qual já havia realizado a sua revolução entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros do século XIX — evitou que, desde então, tanto os seus conflitos políticos internos quanto os seus últimos ajustes de contas com os remanescentes estratos feudais viessem a reeditar o terror *robepierrista*. Os desfechos políticos das revoluções de 1830 e de 1848 expressaram, inelutavelmente, o enorme receio burguês de fazer uso novamente de métodos democrático-radicais num momento em que as incontáveis massas plebeias já eram constituídas por uma parcela não desprezível de segmentos proletários organizados.⁷

Todavia, seriam as formas políticas relativas aos processos *tardios* de modernização capitalista em países como Alemanha, Itália e Japão as maiores expressões do encerramento da etapa histórica revolucionária da burguesia. Carentes de um Estado nacional unificado e incapazes de conduzir sob as suas bandeiras as classes dominadas, justamente em função de o proletariado já existir enquanto sujeito social (mesmo que ainda não politicamente independente), as burguesias *tardias*, como a italiana, alemã e japonesa, viram-se compelidas a

⁷ León Trotsky, Resultados Y perspectivas. Tres concepciones de la revolucion rusa. Buenos Aires: el Yunque editora, 1975.

buscar compromissos com as suas respectivas aristocracias a fim de evitar que o processo político necessário à emergência de um moderno capitalismo industrial pudesse colocar em risco, devido à participação das camadas populares, a própria existência da propriedade privada dos meios de produção. Dessa necessidade das burguesias alemã, italiana e japonesa de pactuar, respetivamente, com os *junkers* prussianos, os latifundiários meridionais e os antigos *daimyos* (senhores feudais) surgiram Estados nacionais estruturados pelo compromisso burguês-aristocrático aos quais esteve destinada a tarefa de conduzir, “no lugar” das suas próprias burguesias, o processo de desenvolvimento do capitalismo. O *atraso* cobrava o seu preço. No caso português, claro, o atraso foi ainda maior, e as consequências um tanto ou quanto similares.⁸

No período entre guerras, esses Estados, sujeitos de modernizações retardatárias, tenderam a assumir formas ditatoriais em função do temor da ameaça (real ou potencial) do proletariado que rapidamente se desenvolvia na cena histórica. Nas sociedades *de massas*, nas quais o proletariado já se apresenta politicamente como uma força independente, a crise do regime democrático-burguês ou mesmo a impossibilidade da sua construção pode, em certo estágio da luta de classes, acarretar o surgimento de formas de dominação política *não hegemónicas*, as quais, recorrendo muito mais à coerção do que ao *consenso*, aparecem como uma solução temporária e excecional para a *incapacidade hegemónica* que acomete os próprios grupos dominantes. Nesses casos de acirramento da luta de classes e «crise de hegemonia», costuma ser a burguesia impelida a romper com a democracia liberal, estabelecendo formas abertas de ditadura por intermédio das quais garanta a manutenção da dominação social.

Segundo Trotsky, o fascismo e o bonapartismo seriam as formas clássicas desses regimes ditatoriais que se afirmam em oposição à democracia parlamentar. Para o revolucionário russo, a opção, por parte das classes dominantes, por um ou outro desses dois *regimes de crise* dependeria, fundamentalmente, de quão próximo se encontra o rebentar ameaçador da revolução proletária — momento esse que é sempre condicionado, entre outros fatores, pela capacidade de organização, de iniciativa e de direção de cada uma das classes envolvidas na luta. Conquanto fossem ambos regimes políticos burgueses situados na etapa decadente do capitalismo, bonapartismo e fascismo difeririam quanto às suas estruturas constitutivas em função de terem origem em conjunturas diferentes da luta de classes. Arregimentando ao serviço do grande capital massas pequeno-burguesas iradas e desesperadas, o fascismo expressaria a *guerra civil*

⁸ León Trotsky, *La teoría de la revolución permanente*. Compilación. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000; e Felipe Demier, *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário* (tese de doutorado). Niterói: PPGH/UFF, 2012.

declarada e total contra o proletariado, visando o esmagamento de todo e qualquer tipo de organização operária. De direção pequeno-burguesa, o projeto fascista, por implicar um turbulento e incerto processo político-social, apareceria no cardápio de opções políticas do grande capital apenas como a última destas, a *última cartada* a ser lançada somente quando não há mais nenhum outro recurso que possa impedir a vitória da classe trabalhadora:

A burguesia em declínio é incapaz de se manter no poder pelos meios e métodos do Estado parlamentar que criou. Recorre ao fascismo como arma de autodefesa, pelo menos nos momentos mais críticos. A burguesia, entretanto, não gosta da maneira “plebeia” de resolver os seus problemas. Manteve-se sempre em posição hostil em relação ao jacobinismo, que lavou com sangue o caminho para o desenvolvimento da sociedade burguesa. Os fascistas estão imensamente mais próximos da burguesia em decadência do que os jacobinos da burguesia ascendente. Entretanto, a burguesia, prudentemente, não vê com bons olhos a maneira fascista de resolver os seus problemas, pois os abalos, embora provocados no interesse da sociedade burguesa, são ao mesmo tempo perigosos. Daí a contradição entre o fascismo e os partidos burgueses tradicionais.

A grande burguesia gosta tanto do fascismo quanto um homem com o maxilar dolorido pode gostar de arrancar um dente (...). E é quando a crise começa a adquirir uma intensidade insuportável que entra em cena um partido especial, cujo objetivo é trazer a pequena burguesia a um ponto candente e dirigir o seu ódio e o seu desespero contra o proletariado. Esta função histórica desempenha-a hoje na Alemanha o nacional-socialismo, uma ampla corrente, cuja ideologia se compõe de todas as exalações pútridas da sociedade burguesa em decomposição (Trotsky, L. «O único caminho» (Burguesia, pequena-burguesia e proletariado)⁹.

Antes, contudo, de recorrer ao «partido do desespero contrarrevolucionário», de fazer uso do *mal necessário* fascista, restaria ainda à burguesia a possibilidade de capitular e submeter-se aos ditames de uma máquina policial-burocrática que, investida de uma significativa autonomia política, assumisse as funções de manutenção da ordem e de “pacificação” da nação polarizada. Nesse caso, engendrar-se-ia um regime de tipo bonapartista, definido abaixo por Trotsky numa linguagem recheada de metáforas:

Logo que a luta entre dois campos sociais — os possuidores e os proletários, os exploradores e os explorados — atinge a mais alta tensão, estabelecem-se as condições para a dominação da burocracia, da polícia e dos militares. O governo torna-se “independente” da sociedade. Lembremos mais uma vez o seguinte: se espetarmos, simetricamente, dois garfos

⁹ Leon Trotsky, Revolução e contrarrevolução na Alemanha, pp. 290-293

numa rolha, esta pode ficar de pé, mesmo sobre uma cabeça de alfinete. É precisamente o esquema do bonapartismo. Naturalmente, um tal governo não deixa de ser, por isso, o caixeiro dos possuidores. Mas o caixeiro está sentado sobre as costas do patrão, magoa-lhe a nuca e não faz cerimónia para esfregar-lhe, se for necessário, a bota na cara¹⁰.

Distintamente do fascismo, um «regime de guerra civil aberta contra o proletariado», o bonapartismo seria essencialmente um «*regime da 'paz civil'*» assente «*numa ditadura policial-militar*». Tendo como missão última salvaguardar a propriedade capitalista diante da ameaça proletária — e nesse aspeto mais genérico equivale tanto ao fascismo como à democracia burguesa —, o seu procedimento político seria o de, por intermédio de um aparelho de Estado encorpado e relativamente autónomo, impedir justamente a eclosão dessa cruenta guerra civil apregoada pelo fascismo, poupando a sociedade burguesa a fortes e perigosas convulsões internas. Em poucas palavras, pode dizer-se que a ascensão de um proletariado diante de burguesias temerosas e retardatárias se encontra entre as razões centrais que explicam o porquê de países como Alemanha, Itália, Japão, Espanha e Portugal terem tido regimes bonapartistas ou fascistas no século XX.

Este incómodo novo sujeito histórico — o proletário, ou seja, aquele que nada tem para vender a não ser a sua força de trabalho, que pode ser um sapateiro no século XIX ou um médico no século XXI — cresce em número (hoje, aqueles que vivem do trabalho representam 90% da população empregada). Isso fez que, ao contrário de Inglaterra e França, onde as revoluções burguesas foram feitas com um operariado ainda muito incipiente, os mesmos processos em países como Alemanha, Itália, Japão, Espanha e Portugal tenham terminado de facto em movimentos de ditadura.

Por outras palavras, a transformação das economias inglesa e francesa em economias de monopólio, imperiais, recorrendo à massiva proletarização dos seus camponeses foi realizada em democracia, e no Sul da Europa, na Itália e na Alemanha foi feita sob as botas de ditaduras porque o movimento de modernização burguês não se pôde apoiar no movimento operário, mas sim contra ele. Embora, naturalmente, a ditadura alemã tenha sido feita para derrotar o seu movimento operário, e a ditadura portuguesa para criar, em Portugal e nas colónias, a sua massa de trabalhadores, sem a resistência das suas vanguardas mais organizadas e dos seus artesãos, decapitados mal a República se torna vitoriosa, e ao longo de 16 anos.

¹⁰ Leon Trotsky, *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, p. 282.

A República decapitou a sua tropa, os artesãos da carbonária, os operários de Alcântara¹¹, para finalmente parte das suas frações se reorganizarem em torno do Estado Novo e, aí sim, criarem uma coisa e o seu contrário — os monopólios e o proletariado, que saiu das Beiras para a Lisnave, da aldeia nativa para a plantações da Cotonang em Angola.

Em 1910 a agricultura ocupava 61% dos ativos e só 17% da população vivia em centros urbanos com mais de 5000 habitantes. Isto não obstante um salto qualitativo assinalável a partir de 1852 — o operariado fabril entre 1852 e 1910 aumentou 400%. Devido à expropriação de bens públicos, ao aumento dos impostos sobre terras e propriedade, à gradual privatização das propriedades comunais, ao fim de leis como a do morgadio (que transmitia a herança exclusivamente ao primogénito), foi sendo criado um contingente de trabalhadores assalariados e um processo típico de acumulação primitiva estava assim em marcha — em marcha literalmente, porque estes processos foram acompanhados de milícias e exércitos na frente do título de propriedade, de baioneta e pique na mão. O século XIX decorre entre guerras civis, revoltas e mesmo guerrilhas — invasões francesas, a guerra civil entre liberais e miguelistas, a Maria da Fonte, a Patuleia, o Remexido, até à Janeirinha em 1868 — que, com direções distintas e complexas alianças, num processo que está longe de ser linear, ora dirigido por franceses e liberais, ora por ingleses, ora pela Igreja, ora pela Igreja com setembristas, frações de liberais e muitas mais fórmulas (e menos puras do que se chegou a pensar), consoante o equilíbrio de forças sociais, tinham sempre como eixo, por um lado, a concentração da propriedade e, por outro, a proletarização de setores significativos da população. A par destes movimentos cria-se, é sabido, a nação, o ser português, e a sua instituição-mor, o Estado, um administrador comum que procura estender o seu poder militar e fiscal a todo o território, gerir as diversas frações da classe dominante e disciplinar a força de trabalho, evitando um conflito social generalizado, isto é, assegurando a estabilidade política para a consolidação do novo modo de acumulação, cujo desenvolvimento será extremamente desigual.

Os mecanismos de contenção postos em marcha para driblar a crise de finais de século XIX, como a emigração massiva, algumas obras públicas e início de uma incipiente exploração colonial, não vão evitar nem o confronto *essencial* entre frações distintas da burguesia e ainda da velha aristocracia (que *aparece* como um confronto de regime entre republicanos e monárquicos) e depois destes setores, ou parte deles, com o movimento operário. A revolução republicana burguesa apoia-se no movimento operário, mas logo nas primeiras semanas começa a ajustar contas com ele, reprimindo duramente as greves.

¹¹ António Simões do Paço, Entrevista com a República, Lisboa, Guerra e Paz, 2010.

Um novo conflito, já não só entre burguesia ascendente e aristocracia decadente, mas entre estes e o movimento operário emerge numa longa situação pré-revolucionária — de intermitente guerra civil — que terminará com um golpe a 28 de maio de 1926. A não resolução deste imbróglio, isto é, a incapacidade de estabilizar o País para a acumulação — a modernização capitalista — vai levar um setor importante da burguesia portuguesa a jogar a sua mais forte “cartada”, a partir de 1926: abdicar do poder executivo para manter o poder económico, ensaiando um clássico regime bonapartista — uma ditadura — para disciplinar a força de trabalho, arbitrar a concentração de propriedade em poucos grupos económicos, limitando a concorrência (protegidos das lutas faccionais entre si e de si com o movimento operário) pelo Estado, e encetar um processo agora intensivo de exploração colonial, com traços típicos de acumulação primitiva, recorrendo, por exemplo, de forma maciça ao trabalho forçado.

Não vai haver força política do movimento operário para resistir ao golpe de 28 de maio de 1926 que institui a ditadura militar, começando em 1933 o Estado Novo de Salazar por fatores que outra vez combinam consenso e coerção, cedências e repressão. Este movimento operário estava exaurido por anos e anos de repressão na I República e consegue tornar a República ingovernável, mas não consegue governar. Por outro lado, para além da repressão ao movimento operário, a rutura deste com a República é lenta porque os setores mais audazes e formados das classes trabalhadoras estavam protegidos, sobretudo por associações mutualistas. Há, como em todas as bases sociais dos regimes, políticas de consenso e coerção — uma parte dos artesãos/setores médios estavam protegidos por um sistema corporativo.

A disciplinação da força de trabalho, a concentração de riqueza protegida da concorrência e a exploração colonial baseada no trabalho forçado são a fórmula de sucesso e durabilidade do Estado Novo¹², onde verdadeiramente se moderniza o capitalismo português. Já existia antes Portugal, já existia antes capitalismo, mas não modernização. Ela é filha direta do regime bonapartista, a ditadura, engenheiro político do processo de modernização, que combina isso com um arranjo político das forças sociais em que o Estado se coloca como árbitro nesse momento de giro económico.

Os sucessivos regimes vão organizar, em resumo, a dissociação entre trabalhadores e meios de produção (transformar camponeses em proletários), mas nenhum foi tão eficaz nisso como o salazarismo, sobretudo a partir da mecanização agrícola da década de 60 do século XX.

O Estado Novo realiza a incorporação controlada do proletariado na vida pública, dando-lhe lentamente acesso à escola, saúde, etc. O proletariado cede por isso (consenso) mas também

¹² Raquel Varela, “A Eugenização da Força de Trabalho. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal”, in Raquel Varela (org) A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal, Lisboa, Bertrand, 2013, pp.

pela coerção (ditadura); o núcleo duro do movimento sindical, os melhores e mais aguerridos dirigentes tinham sido eliminados ou cooptados pela República. Este proletariado que se submete e “aceita” o Estado Novo está politicamente decapitado e do outro lado há todo um mundo camponês com crença no Estado, sem organizações próprias. Assim se explica a incorporação do proletariado na ordem que vai garantir a sustentação social da modernidade da ordem capitalista. Junte-se a isto um processo de êxodo — e expulsão — rural e urbanização, a partir dos anos 50 e sobretudo 60, em que essa massa camponesa chega à cidade. Boa parte dela é miserável, por isso há aqui também uma combinação de mobilidade social, emprego e consumo, atuando como um elevador social, nesta passagem da cidade para o campo.

Portugal foi o império que mais usou de forma sistemática e por mais tempo várias formas de trabalho forçado. Amplamente denunciado nos jornais e agências internacionais, o trabalho forçado trazia todo um rol a ele agregado: pobreza, inexistência de mobilidade social, afastamento da família e da agricultura de subsistência, extrema desigualdade salarial e uma polícia política racista, mas eficaz, porque com uma base social de apoio mais ampla nas colónias do que na metrópole. A característica fundamental do império português, escreveu o historiador Perry Anderson, é o trabalho forçado. Por isso, o historiador britânico batizou-o de «ultracolonialismo», este império onde os mais pessimistas falam em 2 milhões de trabalhadores forçados, lembrando que 60% do salário dos mineiros moçambicanos na África do Sul, por exemplo, muitos em regime forçado, era entregue em ouro ao Estado Português, sendo que os mesmos trabalhadores eram pagos em escudos locais. Esta polarização contribuiu para transformar a população, maioritariamente camponesa, em apoiante destemida dos movimentos de libertação, facto que vai estar na origem da força destes e na fraqueza do Exército Português, levando em última instância ao golpe de 25 de Abril de 1974. Foi das colónias e não do centro, foi da periferia para a metrópole que chegou a liberdade.

A combinação rara de alguns fatores levou à ocorrência da maior crise num Estado europeu desde a II Guerra Mundial: a derrota na guerra colonial, a crise económica de 1973, uma sociedade desorganizada em que as classes trabalhadoras e populares não tinham um único veículo de diálogo com o Estado (sindicatos ou partidos fortes), uma população operária, jovem, fortemente concentrada em dois lugares chave do País: as margens do estuário do Tejo e o Porto.

Aquilo que começou a 25 de Abril como um golpe de Estado foi a semente de uma revolução social (que imprime mudanças nas relações de produção), encetada como uma revolução política democrática (que muda o regime político). Esta revolução democrática não esperou sequer pelas eleições para a Constituinte: em poucos dias ou semanas, foi quase totalmente desmantelado o regime político da ditadura e substituído por um regime democrático.

Foi a última revolução europeia a colocar em causa a propriedade privada dos meios de produção. Isso resultou na transferência, segundo dados oficiais, de 18% do rendimento do capital para o trabalho, o que permitiu o direito ao trabalho, salários acima da reprodução biológica (acima do «trabalhar para sobreviver»), acesso igualitário e universal à educação, à saúde e à Segurança Social.

A tese de que a democracia começou a 25 de Abril de 1975, com as eleições para a Constituinte, ou pior ainda, com o golpe de 25 de novembro não tem confirmação empírica. A democracia começou no dia 25 de Abril de 1974 e não no dia 25 de Abril de 1975. Começou com horas infinitas de reuniões onde as pessoas comuns se inteiravam das questões de trabalho, produção, habitação e gestão e votavam de braço no ar, em comissões, com representantes, revogáveis a qualquer momento caso desrespeitassem os resultados dos plenários massivamente participados. Nunca tanta gente decidiu tanto na história de Portugal como em 1974 e 1975. As tentativas de controlo do aparelho de Estado por parte do PCP (IV Governo) e por parte do PS (VI Governo), que existiram efetivamente, não têm nenhuma ligação com a democracia que vigorava nas empresas e nas fábricas e que foi cada vez maior ao longo de 1975, colocando sucessivamente em causa medidas de governos não eleitos. Estado e revolução não andaram de mãos dadas. A revolução e as suas conquistas não dependiam do controlo do aparelho de Estado por parte do PCP ou do PS, mas da criação de um poder alternativo na base da sociedade: trabalho, bairros de habitação e quartéis.

A maior prova da existência de uma revolução em Portugal em 1974/75 está curiosamente no que fez a contrarrevolução¹³. Teve de aceitar aumentos salariais, saneamentos, férias e subsídios de férias, licenças de maternidade, saúde e educação universais. Teve de haver um acordo sólido entre o Partido Socialista, a Igreja, o MFA e toda a direita. Foram precisas transferências maciças de dinheiro da Comunidade Europeia; foi precisa a ameaça de intervenção militar dos EUA; foi preciso a URSS e o PCP estarem de acordo que Portugal era da NATO, da Europa, do lado que nos acordos de Ialta tinha ficado sob a alçada de Washington. Foi indispensável a divisão de tarefas de controlar revoluções levada a cabo pela URSS e os EUA. Foi preciso o PCP ter aceite estar em todos os órgãos que reconstruíam o Estado em crise, canalizar a força das massas para os governos provisórios e o MFA. A famosa aliança Povo-MFA nunca foi mais do que dizer às massas: confiem na reconstrução do Estado burguês através da parte que está em crise, o MFA. Mesmo assim, foram precisos 19 meses para derrotar a revolução portuguesa.

¹³ Valério Arcary, “25 de abril, a revolução portuguesa faz trinta anos. Quando o futuro era agora, Revista Outubro, Edição 11, 02/2004, pp. 71-92.

Hoje esse passado revolucionário — quando os mais pobres, mais frágeis, quantas vezes analfabetos, ousaram agarrar a vida nas mãos — é uma espécie de pesadelo histórico das atuais classes dirigentes portuguesas. Tanto é assim que mantém-se a insistência de, nos 40 anos da revolução, celebrar-se apenas o 25 de Abril, esquecendo que esse dia foi o primeiro dos 19 meses historicamente mais surpreendentes da história de Portugal. E que Portugal foi, ao lado do Vietname, o país mais acompanhado pela imprensa internacional de então, porque as imagens das pessoas dos bairros de barracas sorrindo de braços abertos ao lado de jovens militares barbudos e alegres encheu de esperança os povos de Espanha, Grécia, Brasil... E de júbilo a maioria dos que aqui viviam. Uma das características das fotos da revolução portuguesa é que nelas as pessoas estão quase sempre a sorrir. Não por acaso, Chico Buarque cantou: «Sei que estás em festa, pá.»

Ela foi a última revolução do século XX, mas de certa forma a primeira revolução do século XXI na Europa porque deu-se já num processo de enfraquecimento do estalinismo, por um lado, e isso ver-se-á na força do controlo operário nas grandes metalomecânicas, não foi uma revolução camponesa, mas uma revolução numa metrópole, numa sociedade europeia, urbana, complexa.

O que mais impressiona do ponto de vista dos movimentos sociais na revolução portuguesa não é o seu número, relevante, claro, mas também a sua dinâmica, esta dinâmica de subitamente questionar os alicerces da hierarquia da fábrica, ir além da aparência de liberdade na esfera de circulação do capital e arrastar os mecanismos produtivos do modo de produção capitalista. As greves que se registam são maioritariamente «selvagens», decididas em assembleias democráticas de trabalhadores e dirigidas, na maior parte dos casos, pelas comissões de trabalhadores, que surgem de forma espontânea pelo vazio criado ao longo de 48 anos em que as organizações de trabalhadores foram proibidas. São convocadas à margem do Partido Comunista e do Partido Socialista — ambos faziam parte do Governo — e dos sindicatos, que estavam agora a formar-se na maioria dos casos.

Paradoxalmente, o calvário do operariado português, que foi durante 48 anos a impossibilidade de se organizar livremente, veio a ser a sua força nos anos da revolução. Ao impedir os trabalhadores de se organizarem para permitir a modernização capitalista do País, sem a ameaça de revolução social que fez da República um regime essencialmente instável, a burguesia portuguesa construiu o seu património mas também o seu próprio martírio em 1974. O golpe encontra uma situação de vazio organizativo que vai dar um espaço enorme e raro na história à imediata constituição de organismos de base que surgem como cogumelos por todo o País, nas primeiras semanas a seguir ao golpe. Na primeira semana de maio os jornais têm

páginas inteiras dedicadas a tomadas de posição de coletivos. Uma coisa e o seu contrário. A desorganização da classe trabalhadora, proibidos que estavam pela ditadura os organismos em que esta poderia confiar, foi um fator de enfraquecimento do Estado em 1974 e 1975 e de fortalecimento, concomitante, da dualidade de poderes. O vazio organizativo foi um fator disruptivo do Estado porque abriu espaço às CT. Por comparação com Espanha, onde as *comisiones obreras* (CCOO) estavam já bastante implantadas quando se abre o processo de transição, Portugal tinha um pequeno embrião sindical, o que deixará espaço às comissões de trabalhadores. Mas a incapacidade destas para se organizarem com força numa estrutura de âmbito nacional, um «soviète» unificador, dificultou a resistência organizada por parte dos únicos que podiam fazê-lo ao golpe contrarrevolucionário de 25 de novembro de 1975.

Alguns historiadores, e certamente a maioria da população, consideram que o regime democrático-representativo tem origem na revolução portuguesa de 1974-1975. É o caso do historiador Fernando Rosas¹⁴. Esta visão confunde, cremos, dois momentos distintos de um mesmo processo histórico. Esta visão omite que existe um período de regime distinto entre o fim da ditadura — a 25 de Abril de 1974 — e o início do regime democrático representativo, cuja construção se inicia a 25 de Abril de 1975 (eleições para a Constituinte) e se consolida com o golpe militar de 25 de novembro de 1975. Trata-se de um período marcado por aquilo que se designa historicamente como formas de democracia direta ou como a existência de uma dualidade de poderes¹⁵, um poder paralelo ao Estado marcado pelo protagonismo dos trabalhadores, diversos setores/frações desta classe social¹⁶. Confesso que acho o equívoco, não para o senso comum, mas entre historiadores, pesado. Porque ele confunde formas de Estado, regime e governo.

Durante a revolução, o Estado foi sempre, mesmo em crise, um Estado capitalista (nunca houve um Estado socialista em Portugal, mas um Estado em crise marcado pela existência de poderes paralelos, em 1974-1975). Mas houve vários regimes: ditadura, os regimes que perduraram durante a revolução, o regime democrático-representativo.

Reduzir a revolução de 1974-1975 a nada mais do que um grande movimento democrático responsável pela condução do País ao chamado «Estado democrático de direito» é uma visão indisfarçadamente liberal e teleológica. Esse viés interpretativo concebe a complexa revolução portuguesa apenas em função do seu resultado final ao nível político-institucional, a

¹⁴ Fernando Rosas, *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Editorial Notícias 2010.

¹⁵ Patriarca, Fátima. *Controle Operário em Portugal (I). Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

¹⁶ Raquel Varela, *História do Povo na Revolução Portuguesa*, Lisboa, Bertrand, 2014.

democracia representativa, tratada laudatoriamente como a forma suprema de organização política da espécie humana. É necessário nadar contra a corrente. Ao fim e ao cabo, as buliçosas e dramáticas fases da revolução desembocaram, é verdade, na consolidação de um insípido regime democrático-parlamentar, formatação preservada até aos dias de hoje pelo Estado burguês. Entretanto, não se pode esquecer que o processo revolucionário de 1974-1975 foi mais rico e amplo do que uma mera e inexorável transição do autoritarismo salazarista para a democracia liberal, como querem os historiadores da ordem. Em Portugal, em 1974/75, disputou-se muito mais do que a consolidação de um regime democrático por oposição a uma ditadura fascista. A revolução — como, aliás, toda a verdadeira revolução — trazia outras potencialidades e, portanto, outras possibilidades de desfecho. Entre estas, estava a da revolução social, a da emancipação dos trabalhadores do jugo do capital. Em função de uma série de fatores, contudo, a revolução portuguesa, que se iniciara com o derrube da ditadura bonapartista de Salazar e Caetano, teve como resultado final não mais do que a instituição de uma democracia representativa nos marcos de uma formação social capitalista. Não foi além. Todavia, um olhar atento sobre o processo permite-nos cogitar que o seu desfecho terá sido muito mais resultado de uma revolução social derrotada do que propriamente de uma vitória da democracia liberal sobre o «autoritarismo». A nossa interpretação histórica assemelha-se, assim, às antigas reflexões de Trotsky sobre a Itália de Mussolini, quando o revolucionário russo considerou que a eventual implantação de um regime democrático pós-fascista no país não poderia ser obra de uma revolução «democrático-burguesa» vitoriosa encabeçada pela classe dominante, mas sim de uma revolução proletária «insuficientemente madura e prematura» que, abortada, permitiria à burguesia, após uma «profunda crise revolucionária», restabelecer o seu domínio sobre bases «democráticas».¹⁷

Historicamente existem várias formas de revoluções e várias de contrarrevolução. Da mesma forma que uma revolução é um processo histórico que não se resume a um golpe militar, uma quartelada, a contrarrevolução não é um processo histórico que possa ser resumido a um golpe violento que instaura uma ditadura. Na verdade nasce *a contrario* do exemplo português, e seguindo o sucesso de Espanha desse ponto de vista, um laboratório de processos contrarrevolucionários que nada têm a ver com o modelo chileno (um golpe contrarrevolucionário feito sob as botas de uma ditadura militar). Este modelo «pacífico» de contrarrevolução (hoje enquadrado pelo conceito teleológico de «transições para a democracia»)

¹⁷ León Trotsky, “Problemas de la revolución italiana” in _____. La teoría de la revolución permanente. Compilación. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000 p. 552-553.

será adotado pelos EUA para a sua política externa, a chamada doutrina Carter, e aplicado depois às ditaduras latino-americanas. Um modelo que se centra na ideia de pôr fim às revoluções ou evitá-las criando uma base social eleitoral, no quadro do regime democrático-representativo, isto é, uma transição para uma democracia liberal que evite a rutura revolucionária.

Em 25 de novembro de 1975 não começou um país mítico de sonho, de igualdade e justiça, alicerçado num pacto social duradouro. Começou o fim de um sonho, de gentes pobres, quantas analfabetas, estudantes, intelectuais, trabalhadores de diversos setores que não acreditavam só utopicamente numa sociedade mais igual, acreditavam, e essa é a história da Revolução de abril, que podiam ser eles a fazê-la, a construí-la, em vez de delegar nos outros esse poder.

O fim desse sonho levou cerca de duas décadas para começar a tornar-se pesadelo. O pacto social termina na segunda metade de década de 80, com o nascimento da concertação social — muitos chamam à concertação social o pacto social, porque esse é o seu nome formal, mas nome e coisa não são a mesma coisa. A concertação social foi criada para pôr fim ao pacto social, foi no seio desta que se negociou, com um papel central do Fundo Social Europeu, a grande precarização da força de trabalho em Portugal, numa fórmula que sintetizei numa metáfora dura: «os pais de abril venderam os filhos». Mantiveram os seus direitos a troco da precariedade das gerações vindouras, pagando o preço de uma infantilização histórica desta geração, em que o conflito se transferiu do seio da empresa para a família, que sustenta a parte do salário não paga pelo patrão. Mas nestes 40 anos um movimento complexo de reconversão do mercado de trabalho manteve conquistas de abril até 2008, para uma parte da população, sendo que uma grande parte dela foi afastada desse equilíbrio de direitos sociais logo no final dos anos 80.

Entre 1975 e 1986, um pacto social é assinado no país, na forma da Constituição, sedimentado em ganhos significativos para o trabalho conquistados em 1974-1975, em troca da desistência, por parte das organizações sindicais e políticas representantes dos trabalhadores, da luta estratégica pelo poder, alterando a forma de propriedade.

Os pactos sociais surgem normalmente em épocas de conjunturas económicas de crise, embora a crise não seja variável *suficiente* para determinar um pacto social. Devem existir outras, entre elas, cremos, a real capacidade de cedência, neste caso, do elo mais forte, os empresários/patrões, ou seja, a capacidade de reformas dentro do sistema capitalista que signifiquem algum tipo de ganhos para o elo economicamente mais fraco desta relação, o trabalho. Muitas das «conquistas de abril» só foram legalizadas nos anos vindouros, como referimos. É certo que depois do golpe de 25 de novembro de 1975, que põe fim à dualidade de

poderes nas forças armadas, introduzem-se paulatinamente leis que são um recuo face à situação de facto do biénio 1974-1975, mas, traumatizadas por uma explosão social sem precedentes, um movimento operário forte, extremamente organizado, as classes dirigentes vão de facto criar as condições legais para a institucionalização de muitos daqueles direitos.

Não há, *a contrario* do veiculado pelo senso comum, um decréscimo linear dos conflitos sociais com a institucionalização e estabilização do regime democrático representativo, mas estes vão adquirir, gradualmente, um carácter diferente, sobretudo no que toca às reivindicações, organização e suas direções. O número de greves, segundo dados oficiais, por exemplo, mantém-se muito elevado. A situação social estava longe de estar estabilizada política e socialmente. Entre 1976 e 1983 o País vai ter nada mais, nada menos do que dez governos, dois dos quais interinos e três de iniciativa presidencial. Era o resultado institucional de um País fortemente radicalizado (recordemos os quase 800 mil votos em Otelo Saraiva de Carvalho em 1976!), saído de uma revolução parcialmente vitoriosa que fazia entrar agora no vocabulário as «conquistas de abril», «os direitos adquiridos», em referência aos direitos conquistados. De tal forma que a tentativa de impor a concertação social em 1977 — cujos princípios estavam contra o pacto social porque estabeleceu por decreto-lei o limite de 15% para os aumentos salariais e a fixação de um cabaz de compras, entre outras medidas — é um desaire e o I Governo Constitucional cai.

O pacto social nascido em 1975 e consagrado na Constituição de 1976 tinha-se mantido por causa desta intensa conflituosidade herdada da revolução e não por causa de um pacto ou por ausência de conflitos. O pacto social só se manteve, num aparente paradoxo, quando não existiu pacto, isto é durante a revolução e a instabilidade dos dez anos seguintes, e a existência jurídica do pacto — plasmada na concertação social — foi significando o fim desse mesmo pacto social. Ou seja, pactos sociais não dependem de acordos, mas da inexistência deles: mantêm-se enquanto há conflitualidade social. As reformas nascem elas mesmas de conflitos agudos e não de negociações. E o pacto vai terminar entre 1984 e 1986 justamente pela ausência de conflitos em resposta à grande crise económica de 1982 e 1984 a que os trabalhadores não contrapõem uma situação semelhante à de 1974 e 1975, mas escassa resistência à erosão dos salários comidos pela inflação, os despedimento coletivo e salários em atraso.

O pacto terminou aí, nos anos 80, porque:

1) Derrotou-se o setor mais importante do movimento operário organizado como exemplo para todos os outros setores das classes trabalhadoras e setores médios — três anos de salários em atraso na Lisnave levaram à derrota destes trabalhadores que assinaram o primeiro compromisso de empresa alguma vez feito em Portugal naqueles termos (de «paz social»), e que teve um efeito de arrastamento simbólico sobre os outros setores, à semelhança do que acontece

com a derrota dos mineiros com Margaret Thatcher, em Inglaterra, dos controladores aéreos nos EUA, dos operários da Fiat em Turim, e, mais tarde, dos trabalhadores do petróleo no Brasil¹⁸.

2) Ligação estreita entre um sindicalismo fortemente apoiado na negociação e não no confronto — embora mais ou menos pactuante consoante seja protagonizado pela UGT ou pela CGTP — e, tendo este sindicalismo fortes ligações ao regime democrático, feitas a partir do elemento Estado, visto não como um opositor¹⁹, mas como um árbitro para o qual as propostas eram direcionadas, em vez de para as empresas, como foi característico do período da revolução. Os principais sindicatos de então, aceitando a necessidade de sair da crise mantendo o mesmo modelo de acumulação, aceitaram que a «saída da crise» fosse feita por ajudas diretas maciças às empresas, por um lado, e por outro, por ajudas indiretas pela via da transferência para o Estado de parte dos custos da força de trabalho (casos das reformas antecipadas ou das isenções de contribuições para a Segurança Social). O papel do Estado, como moderador, em sede de concertação social, foi visto como uma forma de corporativismo, rejeitado pela CGTP, mas só durante um ano, findo o qual esta aderiu também ao Conselho, embora não tenha assinado todos os acordos.

3) Melhoria de vida e dos níveis de consumo das classes médias e trabalhadoras. Esta melhoria deu-se e foi efetivamente como tal sentida, embora consideremos que não se dá por aumentos reais de salários mas, entre outras razões, pelo aumento do crédito a juros baixos para compra de habitação (que hoje é um pesadelo e um garrote sobre os salários, que entretanto desceram vertiginosamente) e pelo embaratecimento de produtos básicos, com a entrada maciça da China e da Índia na produção para o mercado global. Este facto foi associado então à entrada na CEE e à promessa de mobilidade e prosperidade social.

4) Mudanças no sistema internacional de Estados, na sequência da queda do Muro de Berlim e do fim da URSS. Não é, cremos, o fim da URSS que determina a erosão dos direitos sociais — argumento usado frequentemente — porque essa erosão passou por difíceis negociações sindicais a montante. Mas parece ser um argumento com rigor que o fim da URSS foi visto com desesperança por quem, sobretudo em países como Portugal onde havia fortes partidos comunistas, acreditava que havia «algures a leste» uma sociedade mais igualitária. Não era, como sabemos, uma sociedade igualitária e, num aparente paradoxo, porque se prende com a política de coexistência pacífica, a gestão da precariedade foi negociada também com os mesmos sindicatos — de inspiração comunista — que tinham na URSS um exemplo e que advogaram,

¹⁸ Bo Strath, *The Politics of De-Industrialization* (London-NY-Sydney, Croom Helm, 1987).

¹⁹ Raquel Varela. *A história do povo na revolução portuguesa*. Bertrand, Lisboa, 2014.

numa construção de memória que não tem sido alvo de uma visão crítica, que o fim da URSS tinha significado o fim das «conquistas adquiridas» no Ocidente.

5) A utilização do fundo da Segurança Social para gerir a precariedade e o desemprego²⁰, criando um colchão social, seguindo as orientações do Banco Mundial²¹, que evite disrupções sociais fruto da extrema pobreza, desigualdade ou regressão social. Essa utilização foi, caso a caso, negociada e na maioria dos casos aceite pelos sindicatos, sob a forma de reformas antecipadas — banca, grandes empresas metalomecânicas (só na Lisnave quase 5000 trabalhadores vão até dez anos para a reforma antecipada com a totalidade dos salários), estivadores e trabalhadores portuários (o número é reduzido de 7000 para os atuais 700 em todo o País), setor das empresas de telecomunicações, para citar alguns exemplos. Em troca conservam-se os «direitos adquiridos» para os que já os tinham e ou não entram novos trabalhadores, ou os que entram ficam já sob um regime de precariedade, o que implica uma redução substancial das contribuições para a Segurança Social. O que se verifica é uma estreita ligação entre gestão da força de trabalho empregada, os fundos da Segurança Social e a criação crescente de medidas assistencialistas para atenuar os efeitos da conflitualidade social decorrentes de uma situação de desemprego que se afirma cíclica mas crescente (subsídios de desemprego, apoio a *lay-offs*, formação profissional, rendimento mínimo, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, subsídio parcial de desemprego).

A geração de homens e mulheres que mantiveram os «direitos de abril», no setor público, nas camadas mais formadas dos trabalhadores e nas pequenas empresas familiares foram plenamente proletarizadas com a crise de 2008, não tendo hoje mais dinheiro para sustentar ou evitar a regressão social dos filhos precários, expulsos para a imigração ou a vegetar em casa. Ao mesmo tempo, setores desqualificados dos trabalhadores, como a população com menos do 6.º ano e mais de 45 anos, ou a construção civil, por exemplo, são expulsos, sem bilhete de retorno, do mercado de trabalho. Há 47% de pobres em Portugal. As exportações crescem na medida exata em que os salários baixam e o consumo interno está paralisado. Vendem-se dedos e anéis, todas as empresas estratégicas. A dívida pública é uma bola de neve a descer de uma montanha, quanto mais desce mais cresce, aproximando-se do momento em que nos esmagaria. Só nos últimos dois anos Portugal criou 28% dos seus milionários, segundo o Crédit Suisse. Os 10% mais ricos são detentores de 58,3% da riqueza do País. Existem atualmente 75 903 milionários

²⁰ Raquel Varela, “A Eugenização da Força de Trabalho. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal”, in Raquel Varela (org) A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal, Lisboa, Bertrand, 2013, pp.

²¹ Elsa Pereira Reis, Simon Schwartzman, Pobreza e exclusão social: aspectos sócio políticos. Trabalho preparado por solicitação do Banco Mundial, como contribuição para um estudo sobre a exclusão social no Brasil, 2000. 1-63pp.

em Portugal, mais 10 777 do que no ano anterior. Em seis casos o seu património está avaliado entre 500 milhões e mil milhões de dólares e três portugueses, *três*, têm mais de mil milhões de dólares de património líquido. As medidas de recuperação dos capitais falidos de 2007 deixaram este cenário apocalíptico no País. Esta erosão dos setores médios criou um alerta máximo no seio dos partidos do rotativismo parlamentar, profundamente clientelares — são agências de «emprego» — que é a face cobarde e histérica de uma questão de fundo, a crise do próprio regime democrático-representativo, avisando que estamos numa encruzilhada histórica.

O paralelo com a crise de 1929 é inevitável. Tom Joad, a personagem central do magnífico *As Vinhas da Ira*, chega a um cruzamento quando sai da prisão e decide para onde ir. É um jovem camponês que a despossessão de terras transforma em proletário (subempregado ou desempregado). Ao longo da viagem pela mítica estrada 66 nos EUA, em plena crise de 1929, ele transforma-se de *oki* — nome depreciativo para os camponeses do Oklahoma — em imigrante na Califórnia, de criminoso comum em preso político, de camponês em assalariado, as crenças desaparecem, as dúvidas acordam.

Expropriação, desemprego, desumanização. Cada dia a família Joad vive a marcha capitalista e dela toma consciência, devagarinho. Uma das peças fundamentais deste caminho rumo à consciência de classe é o papel do Estado ao longo desta viagem. A família Joad, no limiar da miséria, expropriada por banqueiros, enganada por angariadores, explorada por patrões, humilhada, encontra o Estado, exclusivamente, na figura da polícia: a fiscalizar a migração da mão de obra, a infiltrar acampamentos de trabalhadores, a prender «agitadores», a provocar motins para depois ter direito a intervir «sem mandato» e finalmente a tentar prender Joad porque ele matou um polícia que tinha, à sua frente, acabado de matar um ex-pastor sindicalista que dirigia uma greve. No final do livro abandona o campo keynesiano do *welfare state*, uma ilha de um mundo miserável, e diz: «Andarei por aí no escuro. Estarei em toda a parte. Para onde quer que olhem. Onde houver uma luta para que os famintos possam comer, estarei lá. Onde houver um polícia a espancar uma pessoa, estarei lá. Estarei nos gritos das pessoas que enlouquecem. Estarei nos risos das crianças quando têm fome e as chamam para jantar. E quando as pessoas comerem aquilo que cultivam e viverem nas casas que constroem, também lá estarei.»

14. Trabalho e ofensiva aos direitos no Brasil

Ricardo Lara, Professor da UFSC/Brasil e Mauri Antonio da Silva, Doutorando da UFSC

Introdução

A *crise social* que se manifesta desde os anos 1970 chega até nossos dias como crise estrutural do sistema do capital e está destinada a se agravar consideravelmente no sentido de “invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias”, mas também todos os domínios de nossa vida social, econômica e cultural, “afetando cada aspecto da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais às mais mediadas dimensões intelectuais e culturais”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

As regressões nos direitos sociais, inclusive trabalhistas, visam à manutenção da reprodução ampliada do capital, que se intensifica com a destruição da natureza e da humanidade e se expressam mais radicalmente por meio do desemprego, da precarização do trabalho, das migrações forçadas em busca de emprego ou fugindo das regiões em guerra. O desemprego tem gerado insegurança nos trabalhadores e debilita suas forças para lutarem coletivamente pelos seus direitos. Estudo recente da Organização Internacional do Trabalho estima em 201 milhões o número de pessoas desempregadas no mundo em 2014, trinta milhões a mais do que antes do início da crise capitalista de 2008. A previsão é de aumento do desemprego para 211 milhões de pessoas até o ano de 2018. No Brasil, a taxa de desemprego foi de 6,5% em 2013, e a OIT estima que tenha ficado em 6,8% em 2014 e ainda avance para 7,3% até 2017 e 7,4% em 2018. (OIT, 2015).

No Brasil, contrariando as estimativas da OIT divulgadas em 2015, o desemprego subiu para 11,9% no trimestre encerrado em novembro de 2016, com 12,1 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa é a maior já registrada pela série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que teve início em janeiro de 2012. Em nova projeção da OIT para 2017, o índice de desemprego no Brasil será de 12,4%, ou seja, 13,6 milhões de trabalhadores desempregados.

A *crise social* que atinge o Brasil tende a se agravar pela política de ajuste fiscal e contrarreformas em curso orientadas pelo governo federal, principalmente pela redução de investimentos do Orçamento Geral da União em políticas públicas e, em contrapartida, a

manutenção do pagamento de juros e amortização da dívida. Como bem alerta os documentos da Auditoria Cidadão, o Brasil continua praticando as políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tais como o “superávit primário” (o corte de gastos sociais para o pagamento da dívida), as reformas da previdência e trabalhistas, as privatizações e os pacatos de políticas de austeridade fiscal.

Os acontecimentos políticos e dados socioeconômicos indicam que a *crise social* vem se acirrando na sociedade brasileira e a conjuntura nacional colocará em prova, mais uma vez, as forças de resistência do trabalho contra as ofensivas do capital em todas as dimensões da vida social.

1 – Ascenso conservador e regressões de direitos trabalhistas

O desgaste do “modelo econômico neoliberal” do presidente Fernando Henrique Cardoso resultou em baixas taxas de crescimento econômico, destruição do patrimônio público por meio das privatizações, aumento da pobreza, altas taxas de desemprego e intensa flexibilização de direitos trabalhistas. Nas eleições de 2002 elegeu-se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, despertando a esperança do povo brasileiro para mudanças sociais, mas para a infelicidade da classe trabalhadora estas foram em doses homeopáticas, na maioria dos casos atingiram contingentes miseráveis da sociedade brasileira, sendo que a política de ataque aos direitos dos trabalhadores tiveram continuidade e pouco foi feito para refrear as *contrarreformas* nas políticas sociais.

No primeiro mandato de Lula da Silva uma de suas medidas iniciais de governo, com o apoio da maioria do Congresso Nacional, foi a retirada de direitos previdenciários dos servidores públicos instituindo a cobrança de contribuição para servidores aposentados, estabelecendo o teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para as aposentadorias e autorizando a criação de fundo privado de pensão para os futuros servidores que almejassem complementar sua aposentadoria que seria concedida pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).¹ Na economia, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, deu continuidade à política macroeconômica conservadora com base nos mesmos pressupostos de Collor, Franco e Cardoso. Já na posse foi dado indicativo da direção da política econômica ao ser nomeado Henrique de Campos Meirelles como presidente do Banco Central, ex-gerente geral do Banco *Fleet Boston*, sétimo Banco em importância nos Estados Unidos e segundo no que se refere à hierarquia dos credores brasileiros. (BORÓN, 2010).

¹ Para os detalhes dessa “reforma previdenciária”, bem como a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), por meio do Decreto n. 7.808/2012, ver ANDES (2013).

A retomada cíclica do crescimento da economia mundial, a partir de 2004, possibilitou ao Brasil a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) com melhoria na distribuição de renda, incremento real do salário mínimo e ampliação de empregos, dando assim sólida base de apoio social para a reeleição de Lula da Silva em 2006. Isto manteve a continuidade da política que combinou rigoroso equilíbrio fiscal, nos moldes preconizados pelo FMI, com políticas sociais compensatórias para aliviar a pobreza.²

No que se refere à distribuição de renda, houve queda no índice de *Gini* de 0,596 em 2001, para 0,543 em 2009. A partir de 2003, a melhoria da distribuição de renda foi acompanhada de elevação da renda média dos brasileiros, porém o Brasil ainda continua a ter alta concentração de renda. Em 2009, os 10% mais ricos se apropriavam de 42,8% da renda identificada pela PNAD. (DIEESE, 2012 b).

De acordo com Antunes “o governo Lula, que poderia ter ao menos iniciado o primeiro embate contra o neoliberalismo no Brasil (...) se tornou dele prisioneiro”, convertendo-se em “uma variante social-liberal que *fortaleceu* ao invés de *desestruturar* os pilares da dominação burguesa no país”. (ANTUNES, 2011, p.148, grifos do autor). A gestão de Lula da Silva atenuou a primazia dos financistas em favor de maior equilíbrio com o agronegócio e os exportadores industriais, e “com esta variante de social-liberalismo os principais grupos econômicos mantiveram altas taxas de rentabilidade” às custas da maioria da população pobre trabalhadora. (KATZ, 2012, p. 89).

Dilma Rousseff eleita no ano de 2011, continuou a governar priorizando a destinação de recursos para o grande capital em prejuízo dos direitos sociais universais, fortalecendo assim a formação de novos mega-conglomerados brasileiros e a internacionalização da economia. Os governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff praticaram um “desenvolvimentismo” às avessas, mantendo o caráter dependente da economia brasileira.

Segundo Gonçalves (2013), o *Modelo Liberal Periférico*³ que teve início com o Governo Collor, progrediu significativamente no Governo Cardoso e se consolidou no Governo Lula e Dilma, quando não houve “grandes transformações estruturais”. Para Gonçalves, os eixos do nacional-desenvolvimentismo foram invertidos. O que se constata é: “desindustrialização,

² Depois da completa falência do programa social Fome Zero, Lula ampliou o Programa Bolsa Família, política focalizada e assistencialista de grande amplitude, que atingiu, em 2009, aproximadamente 12 milhões de famílias pobres – cerca de 40 milhões de pessoas com renda familiar baixa - que receberam em média o equivalente mensal a U\$ 30.

³ Para oferecer ao leitor uma perspectiva história da economia brasileira, Gonçalves dividiu a formação econômica do país nas seguintes fases: sistema colonial (1500-1822); economia agroexportadora escravista (1822-1889); expansão cafeeira e primórdios da industrialização (1889-1930); desenvolvimentismo, substituição de importações e industrialização (1930-1979); crise, instabilidade e transição (1980-1994); e Modelo Liberal Periférico, de 1995 em diante.

dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural na esfera financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle à inflação.” (GONÇALVES, 2013, p.169).

Durante o ano de 2014, os sinais de colapso já estavam presentes, a economia cresceu pouco e a tendência de agravamento da *crise econômica* levou os empresários a pressionarem o governo e os candidatos à presidência para assumirem a retomada da ofensiva neoliberal no país buscando com isso colocar na agenda política a flexibilização de direitos trabalhistas, a redução da carga tributária e a ampliação das privatizações.

No segundo turno das eleições presidenciais de 2014, Dilma foi reeleita por uma apertada margem de votos e o ano de 2015 iniciou com manifestações de milhares de pessoas que foram às ruas, seguidas por ameaças de *impeachment* animadas por setores de direita e da grande mídia reacionária. O objetivo da burguesia, com a *crise social* e sua face de “crise política” apresentada por meio das manifestações, seria forçar o governo e o parlamento a atender as pautas de reivindicações do grande capital. Em contraponto as centrais sindicais e movimentos sociais, que se manifestaram contra as tentativas de desestabilização da democracia, realizaram Ato Nacional em defesa da Petrobrás, dos direitos trabalhistas e do Plebiscito Popular por uma Constituinte para a reforma do Sistema Político.

No final de 2014, ainda durante a campanha para a presidência da República, denunciava que o eleito, fosse da situação ou da oposição, realizaria ajuste fiscal na economia brasileira. Nos primeiros meses de 2015, a candidata do Partido dos Trabalhadores apresentou pacote que reduziu direitos trabalhistas e previdenciários com objetivo de economizar 18 bilhões de reais. As medidas provisórias 664 e 665, aprovadas no Congresso Nacional, implicaram em reduções no pagamento do abono salarial do PIS, no seguro desemprego, nas pensões por morte, no auxílio doença e no seguro defeso. Depois de enviadas ao Congresso Nacional, as medidas provisórias sofreram rejeição unânime das centrais sindicais em declarações oficiais, manifestações de rua e protestos que se estenderam por todo o país no dia 1º. de maio de 2015, sem, no entanto, alcançarem o objetivo de impedir a sua aprovação pelos deputados federais e senadores.

Voltando um pouco na história, em 2012 os empresários apresentaram ao parlamento e ao governo federal o documento *101 propostas de modernização trabalhista*. Entre estas propostas se encontra a terceirização das atividades-fim das empresas. A redução dos direitos trabalhistas é defendida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) como “fator necessário para aumentar

a competitividade da indústria brasileira”. (CNI, 2012). Em consonância com esta ofensiva empresarial, a Câmara dos Deputados aprovou em abril de 2015 o projeto de lei que amplia as terceirizações no Brasil (PL 4.330/2004), permitindo que as atividades-fim também sejam terceirizadas e enviou este PL para análise do Senado.

A ampliação das possibilidades de terceirização desejada pelos capitalistas significará principalmente o crescimento da precarização das condições de trabalho com o aumento da rotatividade no trabalho e de acidentes nos locais de trabalho. Atualmente, o tempo de permanência no trabalho é de 5,8 anos para os trabalhadores diretamente contratados, em média. Para os terceirizados é de 2,7 anos. (CUT e DIEESE, 2014).

O movimento de ampliação da terceirização no Brasil ganhou impulso a partir dos anos 1990, coincidindo com o movimento de abertura da economia, a desregulamentação das leis trabalhistas e a “estabilização” da moeda por meio do Plano Real, em 1994. (POCHMANN, 2012). A ampliação da terceirização está associada à busca de redução de custos com a força de trabalho, o que corresponde à lógica empresarial de que em momentos de baixas taxas de crescimento econômico e condição desfavorável de competição em relação ao exterior, a saída é baratear ao máximo o custo da força de trabalho. Deste modo, explica-se a voracidade dos capitalistas em buscar uma ampliação das possibilidades de terceirização no momento em que as taxas do PIB apontam para uma possível recessão econômica no país.

De acordo com o dossiê *“Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha”*, produzido pela CUT em parceria com o Dieese, 26,8% dos trabalhadores assalariados no Brasil já são terceirizados. Os terceirizados ganham menos, trabalham mais e correm mais risco de sofrerem acidentes. Em dezembro de 2013, os trabalhadores terceirizados recebiam 24,7% a menos do que aqueles que tinham contrato direto com as empresas e trabalharam três horas a mais semanalmente, sem considerar o total de horas extras ou banco de horas que não são objeto de levantamento estatístico do Ministério do Trabalho e Emprego.

Para piorar a situação do trabalhador brasileiro, em julho de 2015 as duas maiores centrais sindicais do país, CUT e Força Sindical, deram aval para a medida provisória que autorizará a redução de jornada com redução de salários, em empresas com comprovada dificuldade financeira. A Medida Provisória 680, que institui o PPE - Programa de Proteção ao Emprego, permitirá às empresas, que alegarem dificuldades financeiras temporárias, diminuir em até 30% a jornada de trabalho com a redução proporcional do salário do trabalhador, desde

que aprovado em acordo coletivo com os sindicatos e mediante deliberação em assembleias dos trabalhadores⁴.

No Brasil, a idade mínima para o trabalho é 16 anos e entre 14 e 16 anos os menores podem ser contratados como aprendizes. Porém, outra regressão social em curso no Congresso Nacional é a tentativa de redução da idade mínima para o trabalho infantil no Brasil. Em julho de 2015 as Propostas de Emenda à Constituição Federal nº 35/11, 18/11 e 274/13, que reduzem para 14 anos a idade mínima para o trabalho infantil, aguardavam votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Após o duro golpe na democracia brasileira e a consolidação do *impeachment*, os empresários avançam com o objetivo de flexibilizar direitos trabalhistas e consolidar as contrarreformas, evidenciando de forma explícita as práticas superexploradoras da burguesia industrial brasileira. Os documentos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) radicalizam na direção da privatização, redução de direitos sociais e trabalhistas e, por conseguinte, desconsideram qualquer perspectiva de soberania nacional. Do documento intitulado *101 propostas de modernização trabalhista* se evolui para a construção do *Mapa Estratégico para a Indústria 2013/2022*, em seguida, este se desdobra nas *42 propostas para os presidentiáveis*. Logo no início do governo de Michel Temer, o Fórum Nacional da Indústria e a CNI apresentam outro documento, *119 propostas para a competitividade*, ao governo federal pela mediação do Ministério da Fazenda, agora com Henrique Meireles. A burguesia nacional pressiona a administração federal e esta acelera as políticas de ajustes fiscais e “modernização trabalhista”, com projetos de leis e medidas provisórias que objetivam congelar investimentos nas políticas públicas. Por fim, não menos importante, existe uma identidade de proposições no documento do PMDB, “Ponte para o futuro”, com as propostas da burguesia, em especial com os documentos da CNI, ou seja, um verdadeiro “pacotão” de documentos que orientam as medidas impopulares em curso.

⁴ Um exemplo do impacto da medida na vida dos trabalhadores foi apresentado pela Central Sindical e Popular - Conlutas. “Um funcionário que receba hoje R\$ 3 mil e tenha sua jornada reduzida em 30%, por exemplo, passaria a receber R\$ 2.550,00, sendo R\$ 2.100,00 custeados pela empresa e o restante (R\$ 450,00) pelo governo, gerando uma perda salarial de 15%. Importante ressaltar ainda que a quantia complementada pelo Governo já sai do bolso de todos os empregados, uma vez que será retirado do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2015/07/com-apoio-da-cut-e-forca-sindical-dilma-assina-mp-que-reduz-jornada-e-salario-dos-trabalhadores/>>. Acessado em 03 agosto de 2015.

2 – Sindicalismo, ofensivas ao trabalho e greves

O conjunto de transformações nas relações laborais ocorridas nas últimas décadas implicaram numa crise sindical decorrente de sua incapacidade de enfrentar os efeitos do projeto neoliberal e das novas estratégias de organização e gestão do trabalho. O sindicalismo de participação surge como estratégia da maior central sindical brasileira, a CUT, em detrimento de um sindicalismo de classe, de confronto com o capitalismo e defesa dos direitos dos trabalhadores.

A reconfiguração do movimento sindical brasileiro se estabelece pela maior pulverização das centrais sindicais. Em termos organizacionais, o momento especial desse processo talvez seja a integração das centrais sindicais a estrutura sindical corporativa de Estado, com anuência e apoio da CUT⁵. Com a Lei 11.648/2008, que aprovou seu reconhecimento legal e pertencimento à estrutura, a pulverização e fragmentação de centrais sindicais passaram a ordem do dia. Neste contexto, de um lado estão as centrais que romperam com a CUT, tecendo críticas ao consenso com as políticas regressivas do governo, dentre elas a CSP-CONLUTAS, a Intersindical e mais recentemente em 2014 a Intersindical - Central da Classe Trabalhadora. De outro, as centrais que estão atentas aos vultosos montantes de recursos cedidos pelo governo através da contribuição obrigatória do imposto sindical⁶, sendo que algumas romperam com a CUT, outras com a FS⁷, ou mesmo aquelas que se aglutinaram para conter o mínimo requisitado para serem reconhecidas⁸.

⁵ “O movimento sindical ocupou a Câmara dos Deputados no dia 11 de março e acompanhou a votação e aprovação do projeto de lei 1.990/07, enviado pelo presidente Lula, que reconhece as centrais sindicais de trabalhadores. O projeto deu origem a Lei 11.648/2008, sancionada no dia 31 de março. O reconhecimento das centrais sindicais atendeu a uma reivindicação tão antiga quanto à própria CUT.” Disponível em: <http://www.cut.org.br/institucional/68/cronologia-de-lutas>. Acesso em 05 de outubro de 2011.

⁶ “Um dia do salário ao ano de todos os trabalhadores das empresas privadas é recolhido compulsoriamente pelo Estado e repassado para os sindicatos, as federações, as confederações e agora também para as centrais, além da parte que fica para o Estado” (ANTUNES, 2011, p.149).

⁷ Para um melhor entendimento desse processo de pulverização das centrais, consultar Antunes (2011, p. 148-150) e Galvão (2012). No site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) está publicado as centrais sindicais “oficializadas” e o número de sindicatos a elas filiados. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>. Acessado em 10 outubro de 2014.

⁸ Galvão (2012, p. 202) apresentou resumo da origem e trajetória das centrais: 1983: Central Única dos Trabalhadores (CUT); 1986: Central Geral dos Trabalhadores (CGT); 1989: CGT/ Central e a CGT/Confederação; 1991: Força Sindical (FS) como dissidência da CGT/Confederação; 1997: Social Democracia Sindical (SDS), dissidência da Força Sindical (FS); 2001: Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); 2004: Conlutas formada por dissidências com a CUT; 2005: Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); 2006: Intersindical fundada pelo Sindicato dos metalúrgicos de Campinas, juntamente com o de Limeira, de São José dos Campos e Santos em São Paulo e outros sindicatos; 2007: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), constituída fundamentalmente pela Corrente Sindical Classista (CSC); 2007: União Geral dos Trabalhadores (UGT), oriunda da CGT/ Central com a

De acordo com Galvão (2012, p. 187 – 188), esse processo de reconfiguração do movimento sindical pode ter sido causado por três fatores. O primeiro deles é a manutenção da política macroeconômica conservadora do governo Fernando Henrique Cardoso, além da série de *contrarreformas* que reduziram direitos trabalhistas, como a “reforma da previdência”, que levou à retirada de direitos dos servidores públicos. Esse primeiro fator levou ao processo de cisão que resultou na criação de novas organizações: a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), em 2004, e a Intersindical, em 2006. Uma segunda reconfiguração foi a aproximação da CUT e Força Sindical (FS) na base de apoio ao governo Lula, com a participação de dirigentes da FS no Ministério do Trabalho e Emprego. Em terceiro lugar, destaca-se a criação dos órgãos consultivos por parte do governo Lula para envolver o movimento sindical numa estratégia de negociações tripartites com o empresariado (o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES – e o Fórum Nacional do Trabalho – FNT), para discutir as “reformas” previdenciária, tributária, trabalhista e sindical.

Esses fatores estão presentes no movimento sindical brasileiro, os quais indicam uma crise permanente nas tradicionais formas de organização classista e defesa dos interesses dos trabalhadores. Galvão (2012) indica ainda que, por um lado, pode estar ocorrendo uma revitalização de parcela do movimento sindical quando se busca a criação de novas reorganizações em face do descontentamento com as políticas do governo e com as centrais sindicais mais próximas a ele, ou, por outro lado, pode ser um indicativo de acomodação política a nova legislação sindical de Estado para auferir benefícios por ela introduzidos.

Diante desse quadro do movimento sindical, o que temos concretamente são os ataques aos direitos sociais e a crescente precarização do trabalho, mesmo que em alguns momentos os dados oferecem indicativos de melhores condições sociais para as classes populares. Nas conjunturas de recuperação econômica que ocorrem a partir de 2004 até 2008, houve conquista de ganhos salariais acima da inflação para parte significativa das categorias de trabalhadores, embora na maior parte do período analisado os indicadores sejam bastante modestos: de 0,01 a 1% acima do INPC-IBGE (DIEESE, 2012b, p. 294). Uma análise mais recente sobre as negociações de 2011, registra um aumento real médio de 1,68%, em 2010, e 1,38%, em 2011 (DIEESE, 2012a, p. 26).

Contudo, a instabilidade no trabalho permanece como traço estrutural da realidade brasileira como mostra a alta taxa de rotatividade no mercado de trabalho que impede a

Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e da SDS; 2008: Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); 2014: Intersindical- Central da Classe Trabalhadora, fundada em 2014 devido a dissidência com a Intersindical.

estabilidade dos trabalhadores. Na primeira década deste século, a rotatividade apresentou taxas que variaram entre 43,6%, em 2004 e 52,5%, em 2008, chegando em 2010 a 53,8% (DIEESE, 2012b, p. 284).

O aumento da geração de empregos foi um fato positivo que manteve a base social de Lula e Dilma, mas cabe ressaltar que o maior saldo líquido das novas ocupações abertas concentram-se na faixa dos 1,5 salários mínimos: “Dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, em média 2 milhões encontram-se na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal”. (POCHMANN, 2012, p. 22).

A inquietação social dos trabalhadores, por meio das greves, ressurgiu como resposta a essa realidade adversa do mercado de trabalho. Funcionários públicos lutando por melhores salários e planos de carreira; trabalhadores da iniciativa privada reivindicando mais direitos, por garantia de manutenção das cláusulas dos acordos coletivos, somaram 518 greves em 2009 e 446 em 2010 (DIEESE, 2012c). Nos anos seguintes há aumento das greves que se correlaciona com uma conjuntura mais favorável para as reivindicações em face do aumento da formalização de empregos. Porém, os ganhos salariais ainda não são suficientes para recompor as perdas salariais de anos anteriores. Em diversas categorias existe percepção de que as más condições de trabalho e o descumprimento de leis trabalhistas persistem, o que levam os trabalhadores a recorrerem às novas mobilizações para reverter a situação.

De acordo com o Dieese (2015), entre 2010 e 2012, o número de greves passou de 445, no primeiro ano deste intervalo, para 554 em 2011, chegando, no ano seguinte a 873, registrando aumento de 96%.

Tabela 1 - Total de greves, por esfera no Brasil - 2010 a 2012

Esfera	2010	2011	2012	Varição 2010-12
	n°	n°	n°	%
Esfera Pública	268	325	409	53
Esfera Privada	176	227	461	162
Total	445	554	873	96

Fonte: DIEESE- Sistema de acompanhamento de greve - SAG.

Em relação ao número de horas paradas, nas greves de 2010 foram 44.894 horas não trabalhadas e em 2011 houve um aumento para 63.332, até atingirem 86.864 horas não trabalhadas em 2012, configurando-se um aumento de 93% em relação ao ano de 2010.

Tabela 2 - Total de horas paradas, por esfera no Brasil - 2010 a 2012

Trabalho e ofensiva

Esfera	2010	2011	2012	Varição 2010-12
	n°	n°	n°	%
Esfera Pública	38.077	52.735	65.393	72
Esfera Privada	6.641	10.269	21.229	220
Total	44.894	63.332	86.864	93

Fonte: DIEESE- Sistema de acompanhamento de greve - SAG.

As greves na esfera pública registraram crescimento de 53%, enquanto na esfera privada, chegou a expressivos 162%. Em 2012, as greves da esfera pública deixam de ser predominantes em relação às ocorridas na esfera privada, diferente do que ocorria nos anos de 2010 e 2011. Quanto ao caráter das reivindicações, os estudos do Dieese sobre as cláusulas reivindicadas mostram que há predomínio de greves defensivas (luta pela manutenção de direitos) em relação às greves propositivas (luta por novos direitos).⁹

Tabela 3 - Caráter das Reivindicações das Greves, por Esfera no Brasil – 2010 a 2012

	Caráter	2010	2011	2012	Varição 2010-2012
		n°	n°	n°	%
Esfera Pública	Propositivas	224	264	270	21
	Defensivas	117	214	289	147
Esfera Privada	Propositivas	127	159	289	128
	Defensivas	84	227	285	239
Total	Propositivas	352	425	561	59
	Defensivas	202	343	589	192

Fonte: DIEESE - Sistema de acompanhamento de greve - SAG¹⁰.

⁹ Para cada greve, durante seu cadastramento no SAG-DIEESE, o conjunto de exigências dos trabalhadores é examinado e classificado de acordo com os propósitos entre greves propositivas e greves defensivas: Greves propositivas: aquelas que propõem novas conquistas ou ampliação daquelas que já estão asseguradas; Greves defensivas: são as que se caracterizam pela defesa de condições de trabalho vigentes, pelo respeito a condições mínimas de trabalho ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo ou legislação.

¹⁰ Obs.: A soma das parcelas é superior ao total de greves dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações.

Trabalho e ofensiva

Em 2013, as greves seguem numa espiral crescente. Levantamento do Dieese (2015) registrou 1901 greves ocorridas com a hegemonia daquelas de caráter defensivo (74,6%), contra as de caráter propositivo (57,7%). Este é o maior registro da série histórica do Sistema de Acompanhamento de Greve – SAG do DIEESE. Ocorreu elevação do número de greves no setor privado, sendo que o tempo de duração das greves no setor público é maior. No setor privado, as greves atingem o núcleo do capitalismo, a produção da mais-valia, por isso a tendência é de que elas se resolvam mais rapidamente por meio de negociações ou atuação da Justiça do Trabalho. Quanto às principais reivindicações, destacam-se nas greves dos servidores públicos: reajuste salarial (46%), Plano de Cargos e Salários - PCS (38,5%), condições de trabalho (36, 2%), piso salarial (17,7%), contratação (17,1%). Já no setor privado, em específico, as principais reivindicações são: alimentação (37,8%), reajuste salarial (28,5%), atrasos de salário (26,1%), participação nos lucros e resultado – PLR (21,6%) e assistência médica (14,4%).

Tabela 4 – Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por setor da atividade no Brasil – 2013

Esfera/Setor	Greves		Horas Paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	855	45	71545	68,7
Funcionalismo Público	729	38,3	67652	65
Federal	30	1,6	1069	1
Estadual	241	12,7	24732	23,7
Municipal	449	23,6	41747	40,1
Multiníveis ⁽¹⁾	9	0,5	104	0,1
Empresas Estatais	126	6,6	3893	3,7
Esfera Privada	1039	54,7	32354	31,1
Esfera Pública e Privada ⁽²⁾	7	0,4	256	0,2
Total	1901	100	104155	100

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Greves - SAG-DIEESE¹¹

Em 2014, o Dieese realizou análise dos resultados das negociações coletivas de 716 unidades de negociação da indústria, do comércio e dos serviços, em todo o território nacional, e a grande maioria dos reajustes conquistados ao longo deste ano conseguiu ganhos reais. “Do total dos reajustes examinados, 92% apresentaram aumento real, enquanto 6% igualaram-se ao índice

¹¹ Nota: (1) Multiníveis: greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos de diferentes níveis da administração; (2) Esfera Pública e Privada: greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada. Obs.:As horas paradas são a somatória da duração, em horas, de cada greve - com limite máximo de oito horas para cada dia de cada paralisação.

inflacionário e 2% não alcançaram a recomposição salarial. O aumento real médio equivaleu a 1,39%”. (DIEESE, 2015, p. 2). Segundo o Dieese, o bom resultado das negociações em 2014, superando as conquistas de 2013, num contexto de baixo crescimento econômico e alta da inflação, refletiu uma trajetória de “resultados positivos para a classe trabalhadora”.

A hegemonia de muitas greves defensivas demonstra que há grande descumprimento da legislação trabalhista por parte dos empregadores e descontentamento dos trabalhadores com os padrões salariais que estão muito distantes do salário mínimo efetivamente necessário para manter uma família de dois adultos e duas crianças, que conforme os cálculos do Dieese o salário mínimo real deveria ser de R\$ R\$ 3.856,23, em dezembro de 2016.

As greves, em sua maioria, estão centradas na busca de melhores condições de salário e trabalho. Durante os anos de 2010 e 2015, o movimento sindical não conseguiu canalizar as insatisfações dos trabalhadores do setor público e privado para greves gerais contra a política de austeridade fiscal e a retirada de direitos. Várias mobilizações e dias nacionais de luta vêm sendo convocadas pelas centrais sindicais, porém sem grande adesão.

O agravamento do desemprego, resultante da crise econômica e ajuste fiscal em curso, é fator que pode contribuir para a desmobilização sindical. O aperto do ajuste fiscal vem sendo depositado sobre as costas dos trabalhadores, seja no setor privado ou público, piorando suas condições de vida.

O aumento das greves nos anos 2012 e 2015 evidencia breve retomada da disposição de lutas da classe trabalhadora em contratendência ao declínio que vinha sendo experimentado desde o início dos anos 1990¹². As 873 greves registradas no ano de 2012, é o maior número desde 1996 e são reveladoras de um crescimento significativo nos últimos anos do recurso à paralisação do trabalho, como instrumento máximo de luta contra os baixos salários, a perda de direitos e as péssimas condições de trabalho, geradoras de uma crescente onda de acidentes de trabalho, especialmente em setores como o da Construção Civil. (MATTOS, 2014).

Lutas sindicais por mais verbas e qualidade para a saúde e educação pública, por exemplo, ocorreram por meio de sindicatos do setor público, mantendo acesa a chama da luta de enfrentamento às restrições orçamentárias derivadas da política macroeconômica. As manifestações de 2013 impulsionaram greves e táticas dos sindicatos mais combativos. Em muitos estados do país, sindicatos de profissionais da esfera da educação fizeram greves no

¹² De acordo com Mattos (2014): “Em 1989, no auge do ciclo de lutas sociais que marcou o fim da ditadura empresarial-militar instalada em 1964, ocorreram cerca de 4000 greves no Brasil. Nos anos seguintes este número foi caindo, até atingir 1228 greves em 1996, 525 em 2000 e 299, em 2005, num dos pontos mais baixos da curva (o menor número foi de 298 em 2002)”. As razões do declínio grevista são várias: o desemprego, a precarização do trabalho, o apassivamento da maioria da direção sindical mais combativa (reunida em torno da Central Única dos Trabalhadores), entre outras.

segundo semestre de 2013. No primeiro semestre de 2014, ocorreu a grande greve dos garis no Rio de Janeiro que obteve ganhos significativos para os trabalhadores. A base dos trabalhadores passou por cima da direção sindical conciliadora, a qual anunciou acordos com a municipalidade jamais aprovados em assembleia. Para Mattos (2014), o recente ciclo grevista apresenta a existência de um setor combativo do movimento sindical que convoca e mobiliza os trabalhadores para as greves. Por vezes até as burocracias acomodadas são obrigadas a convocar paralisações do trabalho. O que chama a atenção dos movimentos grevistas recentes, em alguns casos, é que eles se fazem à margem das direções sindicais e até mesmo contra estas.

Historicamente, as *crises sociais* obrigam os trabalhadores a organizarem-se para defender seus direitos. Torna-se necessário aprofundar as discussões sobre a retomada do sindicalismo classista, para revitalizar a luta dos trabalhadores no cenário nacional e mundial, sem ilusões com o Estado burguês. Greves e protestos de massas têm ocorrido em todo o mundo, como a recente greve nacional da educação federal (2015) no Brasil que une professores e trabalhadores técnico-administrativos, pressionando o governo e o Ministério da Educação a atender sua pauta de reivindicações; longas greves de professores estaduais duramente reprimidas pelas polícias militares dos estados; greves de metalúrgicos contra demissões e a paralisação nacional dos petroleiros em julho de 2015, para defesa da manutenção da empresa pública, do patrimônio nacional Pré-Sal e contra a desativação de investimentos anunciada pela direção da empresa petroleira¹³. Em outubro de 2016, as escolas e universidades públicas de todo país estavam ocupadas pelos jovens que lutam contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que estabelece limite para os gastos públicos, e a Medida Provisória 746, que objetiva “reformular” o ensino médio.

A retomada do ciclo grevista e sua continuidade dependerão do fortalecimento da ação sindical combativa, unindo os setores formalizados e terceirizados, em defesa de seus direitos trabalhistas e o conjunto dos movimentos sociais que lutam pelos direitos sociais. Diante desse contexto, entendemos que o rebaixamento das taxas de crescimento da economia brasileira em 2014 e 2015 as previsões de recessão e crise em 2016 e 2017, apontam para a necessidade de fortalecer a luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores e pela sua ampliação. Além disso, as

¹³ Uma greve nacional de 24 horas foi realizada pelos petroleiros no dia 24 de julho de 2015 contra o novo plano de Gestão e Negócios aprovado pelo Conselho Administração da Petrobrás. Este novo plano prevê cortes de 89 bilhões de dólares nos investimentos da empresa e se seguir adiante colocará em risco empregos, direitos e conquistas sociais dos empregados e da sociedade brasileira. Além de ser uma greve política contra o plano de gestão da direção da empresa, os petroleiros – contratados e terceirizados - se manifestaram contra o Projeto de Lei do Senador José Serra (PLS 131) que pretende alterar a Lei do Pré-Sal, tirando da estatal a função de operadora única do Pré-Sal e acabando com a participação mínima de 30% que a Petrobrás legalmente tem sobre os campos de petróleo.

centrais sindicais estão desafiadas a lutar contra uma série de medidas legislativas que buscam retirar ou reduzir os direitos sociais conquistados durante décadas de lutas.

Portanto, o maior desafio é buscar a criação de um polo social e político de base que procure oferecer ao país um programa de mudanças anticapitalistas significativas, combatendo as causas reais e históricas que mantêm a estrutura social e política da dominação burguesa no Brasil, para isso a articulação genuína entre o sindicalismo e os movimentos sociais é uma tarefa urgente e necessária para as batalhas que estão na arena da luta de classes na atual sociedade brasileira.

Considerações finais

O sindicalismo mundial e brasileiro sofreram os impactos da reestruturação da produção e do Estado a partir de 1970, quando se iniciou a *crise estrutural do capital*, passando da postura ofensiva para a defensiva. No Brasil, o fato de as organizações sindicais e partidárias de esquerda terem adotado a linha de menor resistência durante a “época neoliberal”, significou derrotas importantes para os direitos sociais da classe trabalhadora.

Uma onda conservadora em defesa das regressões sociais no plano laboral e societário vem crescendo no país, exigindo do movimento sindical combativo, junto aos seus aliados dos movimentos sociais, uma luta unitária contra o ajuste fiscal e em defesa da democracia, dos direitos sociais, da soberania nacional, da reforma agrária, da reforma urbana, da democratização dos meios de comunicação, da redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial, dos reajustes automáticos de salários de acordo com a inflação, da taxaço das grandes fortunas através de uma reforma tributária progressiva, da auditoria da dívida pública, entre outras medidas de *justiça social* que possam melhorar as condições de vida da classe trabalhadora.

As articulações entre o movimento social e sindical são extremamente necessárias para potencializarem as lutas contra os ataques aos direitos sociais e a possibilidade de construções de genuínas alternativas para o conjunto da sociedade. O caráter cada vez mais mundializado da produção capitalista e da resistência dos trabalhadores impôs, já no século XIX, a constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), tendo em vista a necessidade de dar ao movimento da classe trabalhadora a orientação de uma estratégia socialista internacional, visando reconhecer as contradições sociais e a superação do sistema do capital em sua totalidade, através da unidade entre todos aqueles que constroem a sociedade. Em fim, diante dos ataques do capital que se articula em escala internacional e nacional, cabe aos trabalhadores conjugarem as lutas de *resistência do trabalho* em escala global.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. *Direito de se conformar*. São Paulo, 14 jun. 2014. Disponível em <<http://m.estadao.com.br/noticias/ali%E3%A1s,direito-de-se-conformar,1511591,0.htm>>. Acessado em 18 jun. 2014.
- _____. *O Continente do Labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANDES-SN. *Regime de Previdência Complementar – Funpresp*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-pri-1884144377.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2015.
- BOULOS, Guilherme. *De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BORÓN, Atilio. *O socialismo no século 21. Há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CARDOSO, José Álvaro. Hora de avançar com coragem. In: DIEESE. *Estagnar a economia não irá resolver o problema do Brasil*. Florianópolis: DIEESE, 2015.
- CNI - Confederação Nacional de Indústria. *101 medidas para modernizar as relações trabalhistas*. Brasília: CNI, 2012. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/>>. Acessado em: 25 de maio de 2013.
- CUT e DIEESE. *Terceirização e Desenvolvimento: Uma conta que não fecha. Dossiê acerca do impacto da Terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos*. / Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.
- DIEESE. *A saúde do trabalhador no processo de negociação coletiva no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2015.
- _____. *Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2014*. São Paulo: DIEESE, 2015.
- _____. *Greves 2013 – informações preliminares*. São Paulo: DIEESE, 2015.
- _____. *Cesta Básica Nacional Salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acessado em 30 jun. 2015.
- _____. *Balanço das greves em 2012*. São Paulo: DIEESE, 2013.
- _____. *Balanço das negociações salariais em 2011*. São Paulo: DIEESE, 2012 a.
- _____. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: São Paulo: DIEESE, 2012b.
- _____. *Balanço das greves em 2009 e 2010*. São Paulo: DIEESE, 2012c.
- _____. *Redução da Jornada de Trabalho – Resposta à “cartilha” da CNI, “Redução da Jornada de Trabalho – Mitos e Verdades”*. São Paulo: DIEESE, 2009.
- _____. *O Movimento Grevista nos Anos 90*. São Paulo: DIEESE, 1999.
- DIAP- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*. Brasília, DF: DIAP, 2014. Disponível em <http://www.diap.org.br/downloads/Radiografia%20do%20Novo%20Congresso/radiografia_do_novo_congresso_-_legislatura_de_2015_a_2019.pdf#view=FitV&page=65>). Acessado em 30 jul. 2015.

_____. *Regra 85/95 progressiva: prazo para emendar MP vai até quarta (24)*. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25344:regra-85-95-progressiva-prazo-para-emendar-mp-vai-ate-quarta-4&catid=59:noticias&Itemid=392>. Acessado em 03 jul. 2015.

_____. *Senado aprova MP que altera regras de pensão por morte, auxílio-doença e fator*. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25267:senado-aprova-mp-que-altera-regras-de-pensao-por-morte-auxilio-doenca-e-fator&catid=59&Itemid=392>. Acessado em 03 jul. 2015.

_____. *Senado aprova MP 665/14 do ajuste fiscal; vai à sanção presidencial*. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25264:senado-aprova-mp-665-14-do-ajuste-fiscal-vai-a-sancao-presidencial&catid=59&Itemid=392>. Acessado em 03 jul. 2015.

_____. *Dilma sanciona com vetos mudanças no Seguro-Desemprego e Abono Salarial*. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25326:dilma-sanciona-com-vetos-mudancas-no-seguro-desemprego-e-abono-salarial&catid=59&Itemid=392>. Acessado em 03 jul. 2015.

_____. *Dilma veta PLV 4/15, que determinava a fórmula 85/95*. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25328:dilma-veta-pltv-4-15-que-determinava-a-formula-85-95&catid=59&Itemid=392>. Acessado em: 03 jul. 2015.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO JR; GALVÃO, Andréia. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Coedição Revan, FAPESP, 2007.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Aumento da pobreza extrema no país*. Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise. 23º edição, julho 2015. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/150714_bps23_cap2.pdf>. Acessado em 14 de ago. 2015.

LARA, Ricardo; RIBEIRO, Rodrigo F. e. Velhas práticas em novos tempos: o reforço do sindicalismo de Estado. In: LOURENÇO, Edvânia A. de S. e NAVARRO, Vera L. (orgs.) *O avesso do trabalho III – Saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas?* In Rubra. 10 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.revistarubra.org/greves-brasil-o-despertar-de-um-novo-ciclo-de-lutas/#sthash.rH1iCYze.dpuf>>. Acessado em 20 jul. 2015.

MÉSZÁROS, István. *A Crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

Trabalho e ofensiva

OIT- Organização Internacional do Trabalho. *Relatório sobre perspectivas sociais e de emprego no mundo. Mudanças nas modalidades do emprego*. Genebra, 2015. Sumário executivo em português disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_369023.pdf > Acessado em 15 ago 2015.

PAVAN, Bruno. *Desemprego continuará crítico enquanto austeridade não for revertida, dizem economistas*. Publicado em 23/07/2015. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/32488>>. Acessado em 2 agosto de 2015.

POCHMANN, Márcio. A retomada neoliberal. In: *Revista do Brasil*. São Paulo: Editora Atitude, maio 2015.

_____. *Nova classe média?* São Paulo: Boitempo, 2012.

PERONDI, Eduardo. *Conciliação e precarização: A política trabalhista do governo Lula (2003-2010)*. Florianópolis: UFSC, 2011.

15. Considerações Iniciais sobre Fundação Privada: uma nova tipificação do capitalismo contemporâneo

Tiago Reis, Investigador da FCSH-UNL siqueira.treis@gmail.com

Introdução

Os anos de 1990 no Brasil são representativos de uma época em que a população ansiava por novos caminhos políticos e sociais após vinte e um anos de regime civil-militar (1964-1985), tendo como esperança o fortalecimento da democracia e implementação de direitos conquistados através da Constituição Federal de 1988. No entanto, o neoliberalismo tornou-se a expressão política e econômica no país, promovendo uma década de intenso desmonte das instituições públicas, dos direitos sociais e do trabalho.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso¹ em 1994, correspondeu ao apogeu do ideário neoliberal em terras brasileiras, colocando em prática um projeto conciso e bem elaborado de reestruturação de caráter privado do aparelho do Estado. No que diz respeito ao setor público, em 1995 é lançado o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, sob autoria do Ministro Bresser Pereira a frente do Ministério da Administração Federal e Reforma do Aparelho do Estado (MARE). De acordo com Fernando Henrique Cardoso o Plano Diretor tem por objetivo:

Criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais. No passado, constituiu grande avanço a implementação de uma administração pública formal, baseada em princípios racional-burocráticos, os quais se contrapunham ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao nepotismo, vícios estes que ainda persistem e que precisam ser extirpados. Mas o sistema introduzido, ao limitar-se a padrões hierárquicos rígidos e ao concentrar-se no controle dos processos e não dos resultados, revelou-se lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que o País passou a enfrentar diante da globalização econômica. A situação agravou-se a partir do início desta década, como resultado de reformas administrativas apressadas, as quais desorganizaram centros decisórios importantes, afetaram a “memória administrativa”, a par de desmantelarem sistemas de produção de informações vitais para o processo decisório governamental. É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que,

¹ Governou o Brasil em dois mandatos: 1995-1998 e 1999-2003.

Considerações Iniciais sobre Fundação Privada

numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado².

Nesse sentido, o funcionalismo público e tudo que se assemelha ao aparato estatal é visto como ineficaz e retrógrado, a saída para o atraso do país passa invariavelmente pela adequação aos preceitos privados, entendidos no setor público como administração gerencial. Assim sendo, gerencialismo é um movimento ideológico e prático que tem por objetivo aplicar no setor público, métodos e valores culturais da administração empresarial privada. Este movimento como observa Jean-François Chanlat (2002, p. 9), caracteriza-se por um “sistema de descrição, explicação e interpretação do mundo a partir das categorias da gestão privada”.

Em grande medida o projeto de reforma do Estado buscou flexibilizar o funcionamento do setor público. Para compreendermos melhor como se deu esse processo no Brasil, será preciso perceber os dispositivos que foram criados pela Constituição de 1988 na esfera pública. Dessa forma, temos a regulamentação do funcionalismo público através do Regime Jurídico Único, que corresponde ao estatuto do servidor público, onde se estabelece seus direitos e deveres, e ressalta que só é possível o ingresso no serviço público por meio de concurso público, sendo o servidor regido pelo regime estatutário com seguridade no emprego. Criou-se também o Regime Jurídico Administrativo para o funcionamento das atividades das instituições públicas, como por exemplo, estabelecendo regras administrativas, contratos, passagens e aquisição de serviços e materiais em geral.

Para além disso, a Constituição de 1988 alterou a natureza jurídica das fundações públicas de direito privado que prestam serviço de caráter público para o regime de Fundação Pública de Direito Público, o que faz com que sejam obrigadas a seguir as normas do serviço público. Portanto, a reforma do Estado de Fernando Henrique Cardoso tem por objetivo romper com a “rigidez” constitucional e flexibilizar o serviço público. É nesse contexto que as fundações de apoio privado surgem como instrumento capaz de flexibilizar o setor público e pôr em prática uma gestão privada e livre da “rigidez” do Estado brasileiro. Assim, a análise desses novos modelos privados que se ocupam da gestão e prestação de serviços públicos, torna-se cada vez mais necessário para a compreensão do capitalismo contemporâneo.

Breves notas sobre o capitalismo contemporâneo

² Fernando Henrique Cardoso escrevendo na apresentação do Plano Diretor. BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, Mare, 1995, p. 6.

O capitalismo contemporâneo pode ser entendido a partir de diversas expressões sociais, políticas, econômicas, culturais e nas relações de trabalho. Para efeito dessa exposição, utilizaremos o conceito de *acumulação flexível* elaborada por David Harvey para compreensão dos processos em curso no setor público.

Segundo David Harvey³ após a crise dos anos de 1960/70, assistimos ao surgimento de um novo regime de acumulação denominado *acumulação flexível*. Isto porque, o regime fordista-keynesiano carregava como marca a “rigidez” nas relações de investimento de capital, nos processos de produção, nas relações vinculadas ao Estado, na manutenção do pacto do Estado de bem-estar social, nos contratos de trabalho e nas relações com a classe trabalhadora. Portanto, era preciso romper com essa “rigidez” para alcançar a superexploração do trabalho.

Nesse sentido, a rigidez se transforma em processos flexíveis de produção, controle do trabalho, e um forte ataque a organização da classe trabalhadora. Assim, David Harvey define acumulação flexível como sendo:

Um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 2008, p. 140).

Dessa maneira, a administração gerencial ou gerencialismo corresponde a reestruturação capitalista na esfera pública como forma de romper com a “rigidez” do funcionalismo público.

³ HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2008.

No setor empresarial observa-se a reestruturação produtiva, em especial, o toyotismo, ao passo que no setor público métodos similares do campo privado são adotados, como: flexibilização das relações de trabalho e em estruturas flexíveis; subcontratação e terceirização da mão-de-obra; terceirização dos serviços; salário flexível; métodos de trabalho em equipe; “times de trabalho” e dos grupos “semiautônomos”, além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores; trabalho “polivalente”, “multifuncional”, pautados por uma estrutura de gestão horizontalizada; redução do tempo de trabalho e maior produtividade; utilização de planos de “metas” e de “competências” dos “colaboradores” (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 14).

O objetivo consiste em flexibilizar a legislação trabalhista, na medida em que os direitos socialmente conquistados pudessem ser negociados, acentuando, assim, a precarização do trabalho e do funcionalismo público. Assim, foi nessa direção que caminhou a reforma do Estado de Fernando Henrique Cardoso no Brasil (1995-1998), promovendo um ambiente fértil para incursão de métodos e preceitos do setor privado para a lógica de funcionamento do serviço público.

De acordo com Elaine Behring⁴ a reforma do Estado brasileiro está estreitamente ligada aos ideais neoliberais, que levaram a cabo uma política de apoio aos mercados, liberalização da economia, com a justificativa de que o Estado seria o entrave para o desenvolvimento econômico. A autora aponta que “reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988, por acreditar ser um documento atrasado e perdulário, estaria assim, aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”.

Dentre as medidas do Plano Diretor da Reforma do Estado, temos o “Programa de Publicização”, que é a criação das agências executivas e das organizações sociais. Em grande medida, corresponde na criação de instituições privadas para execução de projetos públicos, por exemplo, as fundações de apoio as instituições de ensino superior, as fundações privadas nas áreas da saúde, educação e cultura. Portanto, o Estado transfere seu papel de agente direto para o setor privado.

O Plano Diretor estabelece quais serão as áreas em que o Estado atenderá e quais serão regidas pelo setor privado, são elas:

⁴ BERHING, E. R. O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

Considerações Iniciais sobre Fundação Privada

1) núcleo estratégico: corresponde ao governo no que concerne as leis e políticas públicas (Poder Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Poder Executivo, Presidente da República, Ministros, etc.). Definido como propriedade estatal e deverá ser orientada pela gestão burocrática. Por outro lado, sua missão será de regular e supervisionar, utilizando do método gerencial nos acordos traçados via Contrato de Gestão com as agências executivas e com as organizações sociais.

2) as atividades exclusivas: atividades que só o Estado pode atuar (poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar), são exemplos: autarquias, fundações públicas, a polícia, previdência social básica, o serviço desemprego. Possui propriedade estatal e gestão gerencial. O principal projeto neste campo é transformar as autarquias e fundações em agências autônomas ou executivas na medida em que serão reguladas pelo contrato de gestão.

3) os serviços não-exclusivos: o Estado atua juntamente com organizações públicas não-estatais e privadas, são exemplos: saúde e educação. Possui propriedade pública não-exclusiva e gestão gerencial. O MARE entende este setor como um misto entre sociedade e Estado, ou melhor, entre Estado e mercado. Dessa forma, configuram-se como serviços que “envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem “economias externas” relevantes, na medida em que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado”⁵. Aponta ainda que são economias que não podem ser transformadas em lucros, são exemplos, universidades, hospitais e os centros de pesquisa. Tais serviços serão direcionados para a gestão integrada entre Estado e uma entidade pública não-estatal, por meio do programa de “publicização”.

4) produção de bens e serviços para o mercado: área de atuação das empresas em que prestem ao lucro, de modo que o Estado não deve permanecer no seu controle e repassar para o setor privado via privatização. Detém de propriedade privada e gestão gerencial⁶.

Neste sentido, o objetivo do governo é descentralizar a gestão de instituições exclusivas do Estado, propiciando maior autonomia e fundamentalmente operando um sistema administrativo de base empresarial de modo que atenda ao projeto de ajuste fiscal, com redução do funcionalismo público, flexibilização da mão-de-obra, redução de direitos trabalhistas, e provendo as fundações e autarquias da capacidade de realizar contratos com terceiros⁷. Assim

⁵ BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, Mare, 1995, p. 12.

⁶ BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, Mare, 1995, p. 12.

⁷ BERHING, E. R. O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

sendo, o Estado de executor passa a regulador, tendo em conta o emprego do Contrato e Gestão entre o núcleo estratégico do Estado e a administração indireta (fundações e autarquias)⁸.

Assim, passa a ser um serviço público não estatal, em outras palavras, gerido pelo capital privado, alterando a forma de gestão burocrática pela gerencial, conforme afirma Luiz Carlos Bresser Pereira, “o plano propôs como principal inovação a criação de uma esfera pública não estatal que, embora exercendo funções públicas, devem fazê-lo obedecendo as leis do mercado”⁹. É nessa problemática que o setor privado passa a atuar como substituto do Estado no governo de FHC e que mantém o mesmo modelo até os dias de hoje.

Fundação de Apoio Privado

Em 20 de dezembro de 1994 a partir da Lei 8.958, nasce no ordenamento jurídico brasileiro a Fundação de Apoio Privado. A lei dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio¹⁰. Atribui como sua finalidade a prestação de apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico para as instituições públicas brasileiras. As entidades públicas de ensino superior e de ciência e tecnologia que desejarem adotar ao seu arcabouço institucional o modelo de fundação de apoio, terão de criá-las e obter registro e credenciamento junto ao Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Não obstante, torna-se necessário compreendermos o significado da terminologia “fundação”. Prevista pela legislação brasileira no Código Civil de 1916 e atualmente escrita no código civil de 2002, pode ser entendida segundo Tiago Reis a partir de cinco categorias centrais na sua estrutura: criação por um instituidor; dotação de patrimônio; finalidade social; estatuto e velamento pelo Ministério Público. O autor aponta que correspondem a instituições autônomas, flexíveis e regidas pelas regras civis da lei, sem fins lucrativos e de natureza jurídica de direito privado¹¹.

A modalidade de fundação de apoio privado responde pelo direito privado, sem fins lucrativos e enquadrada no Direito Civil Brasileiro. Dessa forma, está isenta das regras jurídicas e administrativas das instituições vinculadas ao poder público da administração direta e indireta. Nesse sentido, as entidades públicas regidas pelas normas públicas, poderão flexibilizar suas ações por meio da criação de fundações de apoio privado.

⁸ BRASIL. Op. Cit., 1995, p. 12.

⁹ BRASIL. Op. Cit., 1995.

¹⁰ BRASIL. Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

¹¹ REIS, Tiago Siqueira. A Fiocruz entre o público e o privado. Revista Faces de Clio, v. 2, p. 131-154, 2016, p. 136.

Considerações Iniciais sobre Fundação Privada

A fundação de apoio só existirá se for criada por um ente público ligado as instituições de ensino superior. Para que isso ocorra será necessário um patrimônio inicial para a entidade privada, nesses casos, originários da instituição pública criadora. Portanto, cria-se uma instituição privada com recursos públicos. O funcionamento da fundação de apoio se estabelece através de um estatuto, escrito pela entidade pública fundadora. O estatuto confere a identidade normativa-legal da fundação de apoio, indicando quais serão suas atividades finalísticas, objetivos, forma de atuar e como será formado seu corpo diretivo.

O instituidor define a maneira pela qual é administrado o patrimônio da fundação de apoio e quem serão os responsáveis pela gestão. De acordo com José Sabo Paes (2013), em grande medida é recomendado que a entidade privada tenha em seu corpo diretivo: um Conselho Curador ou Conselho, um Conselho Diretor ou Diretora, e um Conselho Fiscal. O autor ainda destaca que os servidores da instituição fundadora que venham a atuar na direção da fundação de apoio, não recebam remuneração. Porém, os servidores que atuarem em projetos e demais atividades na fundação de apoio, poderão receber proventos por meio da modalidade de bolsa.

O quadro de trabalhadores da fundação de apoio são de terceirizados, divididos em um corpo funcional, distribuídos em cargos administrativos e gerenciais, e trabalhadores terceirizados pela própria instituição privada. Esses últimos, são em sua maioria prestadores de serviços, onde recebem através de contratos precários, por tempo determinado, sem seguridade no emprego e em muitos casos por meio de regime de bolsa e contrato de autônomo.

Para além disso, as fundações de apoio privado estão desobrigadas de prestar contas diretamente ao Tribunal de Contas da União -TCU (PAES, 2013, p. 181). O TCU pode solicitar que a fundação de apoio preste contas e dê esclarecimentos, mas isto acontece somente em caso de denúncias, suspeitas de atos ilícitos, somente após ter obtido notícia de irregularidade por parte das fundações. Contudo, a fundação prestará contas a sua instituidora e ao Ministério Público anualmente (PAES, 2013). Ademais, a fundação de apoio adquire isenção tributária e fiscal pelo fato de realizar atividades de caráter público. Está livre das normas da administração, podendo realizar contratos e efetuar compras para projetos públicos sem a obrigatoriedade da licitação pública escrita na Lei. 8.666.

De acordo com Lara Lorena Aparecida, especialista jurídica da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), as fundações de apoio se apropriam dos privilégios das fundações públicas, mas sob as regras do direito privado e civil (isenta das regras da administração pública), ora se beneficiando das regras de direito civil ao mesmo tempo, gozando das regras de natureza jurídica diversa, de direito público, ou seja, “obedecem normas de direito privado ou de direito público de acordo com a conveniência ou favorecimento” (INACIO, 2004,

p. 136). A autora reforça ainda que a “estrutura se livra dos entraves, ao mesmo tempo que se apropria do que há de melhor nas duas formas de regime jurídico, que são distintas” (INACIO, 2004, p. 136).

Para a ADUSP, o interesse das fundações privadas assenta em gerir e se apropriar dos recursos e do prestígio das instituições públicas (ADUSP, 2004, p. 7). O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), também crítico ao modelo de fundações de apoio privado, apontam como problema a:

Transferência de dinheiro público para o setor privado, para propiciar, em alguns casos, complementações salariais vultosas para os seus integrantes e para desprezar o bom trato do dinheiro público. Ao contrário do que é frequentemente alardeado, não são instâncias de transferência de recursos privados para o setor público, pois boa parte de seus ganhos são auferidos via sua contratação pelo setor público. Trazem, portanto, para dentro da universidade pública um caráter mercantil, incompatível com a natureza do trabalho acadêmico e com a responsabilidade social que esta deve ter (ANDES, 2005, p. 3).

O ANDES elenca oito elementos centrais que caracterizam fundações de apoio, são elas:

1) A maioria são organizações empresariais voltadas para o mercado e constituídas com a finalidade de obter ganhos significativos para seus participantes, em particular os coordenadores de projetos;

2) Apropriam-se da respeitabilidade social da universidade em que estão inseridas para ganhar dinheiro, pouco ou nada dando em troca à instituição que as sediam. São, em muitos casos, utilizadas como mecanismo de precarização do trabalho na universidade, burlando a obrigatoriedade de concursos públicos;

3) Utilizam recursos de origem pública;

4) A oferta de cursos pagos, sem nenhum compromisso com a qualidade acadêmica, administrados por essas fundações ganhou tamanho impulso nos últimos anos que alguns deles chegam mesmo a custar, em alguns casos, R\$ 30.000 por aluno. Os cursos pagos tornaram-se uma “indústria” com anúncios na TV, nos cadernos de emprego, nos jornais, folhetos, cartazes, rádios. A prioridade dada a esses cursos tem induzido modificações na graduação e pós-graduação gratuitas, afetando grades curriculares, programas de disciplinas e o objeto de pesquisas, em favor de temas de interesse do mercado.

Considerações Iniciais sobre Fundação Privada

5) As atividades desenvolvidas por docentes nessas fundações não estão sob controle quer seja das reitorias, quer seja da comunidade universitária. Várias delas funcionam sem a formalização de convênios com as instituições que dizem apoiar;

6) Administram verbas públicas e cobram por este serviço. Isto é abertamente ilegal e passível de responsabilidade cível e criminal. A legislação proíbe, expressamente, a delegação da administração de recursos da administração pública direta, indireta ou fundacional, a entidades de direito privado, sob a forma de terceirização, pelos princípios de unicidade de caixa e moralidade administrativa, competindo exclusivamente ao gestor público a gerência dos recursos públicos;

7) A existência e atividade dessas fundações privadas criam na universidade pública um imenso cipoal de conflitos de interesses que comportam várias ilegalidades. Por motivos éticos óbvios, o funcionário público não pode transacionar com o Estado e essa proibição aparece em vários dispositivos legais como por exemplo os incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, no inciso I do art. 247 do Estatuto dos Servidores Públicos de São Paulo, entre outros;

8) Distorções jurídico-administrativas que incluem contratos ou convênios não relacionados a pesquisa, cobrança de taxas de administração de dinheiro público, inobservância da Lei de Licitações e intermediação irregular em atividades que poderiam e deveriam ser executadas pelas próprias universidades (ANDES, 2005, p. 3-5).

O que se observa na exposição de fatores do ANDES e nas análises da ADUSP dizem respeito a apropriação privada das fundações de apoio de bens e atividades públicas. Por outro lado, ressaltamos ainda que o cerne da existência dessas instituições consiste em flexibilizar o serviço público, ou melhor dizendo, romper com a “rigidez” do aparelho estatal, incorporando métodos e ações privadas de interesse privado.

Nesta perspectiva, as fundações de apoio inseridas no Código Civil brasileiro e escritas no Direito Privado, estão livres da “rigidez” do Direito Público que rege as instituições públicas que são as responsáveis pela criação desse ente privado. Assim, as fundações de apoio ao realizarem atividades atreladas a sua entidade criadora (instituição pública), executam funções públicas de forma distorcida das regras públicas, como assinalada Tiago Reis¹², as principais diferenças entre o Direito Público e Privado consistem em: 1) Prerrogativas: no Direito Público é obrigatório o Regime Jurídico Administrativo¹³; 2) Procedimentos financeiros: no Direito

¹² REIS, Tiago Siqueira. A Fiocruz entre o público e o privado. Revista Faces de Clio, v. 2, p. 131-154, 2016, p. 138-141.

¹³ Finalidade pública, princípios da moralidade administrativa e da legalidade, a obrigatoriedade de dar publicidade aos atos administrativos, realizar licitação pública, realização de concursos para seleção de pessoal, e atuar conforme a lei.

Público deve-se seguir as normas próprias de contabilidade da administração do Estado e no Direito Privado as normas das empresas privadas; 3) Regime Trabalhista: no Direito Público os trabalhadores são estatutários, com estabilidade no emprego e no Direito Privado, são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem estabilidade, podendo contratar através de outros regimes como bolsas, contratos temporários e autônomos; 4) Contratos com terceiros e prestação de serviços: o Direito Público requer licitação para compras e contratos, atividade isenta para o Direito Privado; 5) Controle e fiscalização: o Direito Público presta contas ao Ministério na qual integra a instituição e ao Tribunal de Contas da União e o Ministério Público, no Direito Privado a prestação de contas é apenas ao Ministério Público do Estado em que se situa a instituição privada. O autor aponta que o controle do direito privado é mais brando, centra-se mais nas atividades finalísticas, com menos peso para o controle dos processos e ações corriqueiras, o que, de certa forma, permite uma flexibilidade nos atos públicos que podem favorecer contratos, gestão, parcerias e processos corruptos, que, por vezes, tornam o sistema público intransparente e desigual, devido à falta de controle eficaz sobre o decorrer das atividades e sim nos fins¹⁴.

Portanto, as fundações de apoio enquadradas no contexto da acumulação flexível, são instrumentos criados pelo pensamento liberal como forma de romper com a rigidez do funcionalismo público, incorporando métodos e ações de caráter privado, visando o interesse privado. Assim, concordamos com a ADUSP e ANDES que classificam esse modelo como um desvirtuamento jurídico-administrativo na atuação de funções e atividades públicas de caráter público e de interesse da coletividade. As fundações de apoio são a expressão contemporâneo do desmanche do Estado em prol dos interesses privados.

Bibliografia

ADUSP. *Universidade pública e fundações privadas: aspectos conceituais, éticos e jurídicos*. Adusp: São Paulo, 2004.

ANDES-SN. *Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Fundações*. GT. Fundações. Brasília, 8 e 9 de setembro, 2005.

ANTUNES, Ricardo. DRUCK. Graça. A Epidemia da terceirização, In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo. Editora Boitempo. 2014.

BERHING, E. R. *O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

¹⁴ REIS, Tiago Siqueira. A Fiocruz entre o público e o privado. *Revista Faces de Clio*, v. 2, p. 131-154, 2016, p. 141.

Considerações Iniciais sobre Fundação Privada

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, Mare, 1995.

CHANLAT, J. F. *O gerencialismo e a ética do bem comum: a questão da motivação para o trabalho nos serviços públicos*. In: Anais do VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa: Portugal, 2002.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.

INACIO, Lara Lorena Aparecida. Novos modelos, velho direito: análise do seminário. In: Revista Adusp: *Universidade pública e fundações privadas: aspectos conceituais, éticos e jurídicos*. Adusp: São Paulo, 2004.

PAES, J. E. S.. *Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social. Aspectos Jurídicos, Administrativos, Contábeis, Trabalhistas e Tributários*. 8. ed. São Paulo: Forense, 2013. v. 1. 1248p.

REIS, Tiago Siqueira. *A Fiocruz entre o público e o privado*. Revista Faces de Clio, v. 2, p. 131-154, 2016.

Resumos / Abstracts

01. Ana Teixeira Gaspar

A Greve dos Tecelões

- Fomos alertados para esta greve por um munícipe oeirense – grande entusiasta pela História e, em particular, pelas realidades locais –, que nos indicou o saboroso artigo que Eça de Queiroz incluiu em *Uma Campanha Alegre*. Daí a partida para a investigação em jornais de época, tentando reconstruir o percurso desta greve que não aparece referenciada nas principais cronologias do movimento grevista em Portugal que, aliás, costumam datar o seu início no ano imediato ao desta greve de Oeiras.
- Greve, primeiro movimento operário português, Oeiras, Eça de Queiroz
- *We were alerted to this strike by a citizen of Oeiras - a great enthusiast for history and, in particular, for local realities - who pointed out to us the fabulous article that Eça de Queiroz included in Uma Campanha Alegre. Hence the departure for the investigation in epochal newspapers, trying to reconstruct the course of this strike that does not appear referenced in the main chronologies of the strikes movement in Portugal, which, in fact, usually date its beginning in the year immediately following the strike of Oeiras.*
- *Strike, Early Portuguese labour movement, Oeiras, Eça de Queiroz*

02. Elizardo Scarpati Costa e Hermes Augusto Costa

Formas de precarização

- Um olhar sobre as formas contemporâneas de trabalho conduz-nos a múltiplas modalidades de precarização, permitindo, ao mesmo tempo, evidenciar as debilidades dos mecanismos regulatórios para lhes fazer face. Este trabalho começa precisamente por identificar, de forma breve, algumas dessas modalidades de precarização e instrumentos regulatórios que os acompanham nos contextos português e brasileiro. Posteriormente, e em resultado de uma investigação empírica realizada em dois *call centers* no setor das telecomunicações, um situado em Portugal e outro no Brasil, analisam-se as

percepções dos operadores de atendimento telefónico sobre o processo de trabalho. Argumenta-se que, apesar das diferenças de performance económica dos dois países nos últimos anos, as relações de trabalho instáveis e precárias têm-se tornado a norma nos *call centers* estudados.

- *call centers; precarização; percepções de operadores; Portugal; Brasil*

- *Contemporary forms of work in countries like Portugal and Brazil are faced with multiple modalities of precarious employment. After a brief theoretical reflection on precariousness and the regulation of precariousness, this article sets forth comparative research on operators' perceptions of the work process in two telecommunications call centers, one in Portugal, the other in Brazil. We argue that despite the different pace of economic performance in recent years in Portugal and Brazil, the trend toward casualization and standardized behavior has been the norm in both call centers.*

- *call centers; precariousness; operators' perceptions; Portugal; Brazil*

03. Adriano Constantino et. al.

O motim de 1935

- Em meados da década de 30 do século XX, a vila de Peniche era um centro piscatório em franco desenvolvimento com a pesca do cerco a servir de força motriz. Contudo, a maioria das embarcações infringia a lei por pescar com espoletas. Após ser descoberta esta infração muitos mestres e armadores foram condenados. Sendo o mestre uma figura importante na sociedade penicheira a sua prisão desencadeou um motim.

- Peniche; pescadores; motim; pesca; espoletas

- *In the mid 30's of the 20th Century, Peniche was a fishing center in a forthright development with the "Fencing Fishing" technique as it's driving force. However, most of the ships were violating the law by using explosives in the catch. After this infringement was discovered, many ship masters and ship owners were condemned. The Ship master had a very important role for the town community and their conviction led to a riot.*

- *Peniche; fishermen; riot; fishing; explosives.*

04. Inês Tavares

Movimentos Sociais e Ação Coletiva

- presente artigo pretende aprofundar a temática dos movimentos sociais e da ação coletiva no quadro da sociedade civil. Perspectiva-se elaborar uma reflexão teórica acerca dos movimentos sociais, percorrendo brevemente a sua história, caracterizando-os, bem como a seus agentes, fazendo a distinção e ligação entre os novos movimentos sociais e os movimentos sociais tradicionais, refletir sobre a influência das redes sociais para os mesmos e abordar que futuro se afigura, não só para os movimentos sociais mas também para a própria ação coletiva no país.
- Movimentos sociais, Ação coletiva, Redes Sociais
- *This article intends to deepen the theme of social movements and collective action within the framework of civil society. It intends to elaborate a theoretical reflection about the social movements, briefly tracing back its history, characterizing them, as well as its agents, making the distinction and connection between the new social movements and the traditional ones, to reflect on the influence of the networks and to address what the future could bring, not only for social movements but also for collective action in the country itself.*
- *Social movements, Collective action, Social networks*

05. José Carlos Marques

Movimento sindicalista revolucionário

- As conquistas obtidas por meio do sindicalismo independente despertaram nos anarquistas o interesse pelas possibilidades revolucionárias da classe trabalhadora, porém, a imersão social e política do ideal ácrata no interior do movimento operário não foi um processo harmônico como desejavam os intelectuais libertários, debates e “troca de opiniões” coloriram as páginas da imprensa operária e anarquistas nos primeiros anos de propaganda do sindicalismo revolucionário. A partir da circulação de ideias, entre Portugal e Brasil, pretende-se perceber as diferentes estratégias concebidas por anarquistas no início do século XX. Bem como o carácter internacionalista da imprensa

proletária neste período, com o objetivo de compreender a existência de uma rede de comunicação que atravessaram as fronteiras nacionais.

- Circulação de ideias; transnacionalismo; movimento operário; internacionalismo proletário.

- *The victories achieved through independent syndicalism aroused in the anarchists an interest in the revolutionary possibilities of the working classes, but the social and political immersion of the anarchist ideal within the worker's movement was not a harmonious process as the libertarian intellectuals wished, debates and "exchange of views" colored the pages of the press in the early years of disclosure of revolutionary syndicalism. From the circulation of ideas, between Portugal and Brazil, the aim is to understand the different strategies devised by anarchists in the early twentieth century. As well as the internationalist character of the anarchist and syndicalist press in this period, in order to understand the existence of a network of communication that crossed national borders.*

- *Circulation of ideas; Transnationalism; labour movement; Proletarian internationalism.*

06.João Lázaro

«Agarra que é grevista»

- Neste artigo pretendemos realçar alguns resultados preliminares do movimento operário sobre as práticas policiais do regime liberal em Portugal (1872-1894).

- Movimento operário; polícia; socialismo; repressão.

- *In this article we intend to highlight some preliminary results of the labor movement on the police practices of the liberal regime (1872-1894).*

- *Labour movement, Police, Socialism, repression*

07.João Moreira

A Crítica das Esquerdas

- O presente artigo procura divulgar parte do pensamento político e da obra do «intelectual público» João Martins Pereira. Para isso tem-se como objeto de análise os seus escritos sobre o marxismo, o *socialismo real* e a Esquerda, em particular a questão da cientificidade do chamado «socialismo científico», o regime político-económico soviético e a crítica às esquerdas portuguesas, nomeadamente ao Partido Comunista e ao Partido Socialista. Por fim, o artigo reflete sobre o próprio lugar de Martins Pereira diante do marxismo e da(s) esquerdas(s).
- Esquerda; Marxismo; Socialismo.
- *This article tries to publicize part of the political thinking and the work of the "public intellectual" João Martins Pereira. To this end, it is used his writings on Marxism, Real Socialism and the Left, in particular the question of the scientificity of the so-called "scientific socialism", the Soviet political-economic regime and the criticism of the Portuguese political left, namely The Communist Party and the Socialist Party. Finally, the article reflects on the very place of Martins Pereira in the face of Marxism and the left.*
- *Left; Marxism; Socialism.*

08.Jorge Fontes

Os trabalhadores do estaleiro

- Os trabalhadores do estaleiro naval da Setenave são um dos principais sujeitos da revolução portuguesa de 1974/75, procurando este texto ajudar a fazer a história desse processo.
- Setenave, revolução, trabalhadores
- *Setenave's naval shipyard workers were one of the main subjects of the Portuguese revolution of 1974/75, seeking this text to help make history of this process.*
- *Setenave, revolution, workers*

09. José Manuel Lopes Cordeiro

As movimentações operárias

- Na produção historiográfica portuguesa surgiram recentemente vários trabalhos sobre o processo revolucionário desencadeado após o 25 de Abril de 1974, nomeadamente sobre as movimentações operárias e populares que então se registaram. Alguns autores defendem a existência de um “duplo poder”, reflectindo a debilidade do poder estatal, o qual poderia ter avançado para uma situação insurreccional – que terá conhecido, inclusivamente, o seu “momento” –, se determinadas forças partidárias que intervieram no processo não a tivessem refreado, permitindo uma intervenção militar que lhe foi fatal. Neste artigo, o autor propõe-se contribuir para a discussão que tem vindo a ser efectuada sobre a existência desse “duplo poder”, assim como do papel desempenhado pelas diversas forças partidárias e militares no processo revolucionário que ocorreu em Portugal em 1974-75.
- processo revolucionário de 1974-75; movimento operário e popular; teoria do “duplo poder”; partidos políticos; Portugal.
- *In the Portuguese historiographical literature several works have recently been published on the revolutionary process initiated after the 25th of April of 1974, namely on the workers' and popular movements that then took place. Some authors defend the existence of a "dual power", reflecting the weakness of state power, which could have advanced to an insurrectional situation – which will have known, even, his "moment" – if certain partisan forces intervening in the process had not restrained it, allowing a military intervention that was fatal to it. In this article, the author proposes to contribute to the discussion that has been made on the existence of this "dual power", as well as the role played by the various party and military forces in the revolutionary process that took place in Portugal in 1974-75.*
- *revolutionary process of 1974-75; labor and popular movement; "dual power" theory; political parties; Portugal.*

10. José Santana Rodrigues

Os conselhos operários

- Vários autores referem que, o espontaneísmo seria a forma natural de ação das classes populares, quando existem revoluções ou levantamentos populares: grupos eleitos na hora, com tarefas específicas, e na dependência daqueles que os elegeram. A espontaneidade colectiva tenderia a criar e a recriar formas de organização ao longo da história. Durante o século xx, século das guerras e das revoluções operárias na Europa, desenvolveu-se este tipo de estruturas, conselhos operários/comissões de trabalhadores (CT) que, segundo Marcelo Curto, vinha preencher um vazio político onde, nem os sindicatos nem os partidos políticos dos trabalhadores tinham gerado as transformações económicas e sociais necessárias para vencer as crises e o descontentamento. Foi assim que, os grandes movimentos sociais deste século, originados pela guerra, viu emergir este tipo de estruturas: na Rússia em 1905 e 1917, na Alemanha e na Hungria em 1918, na Itália em 1919, na guerra civil espanhola (1936-1939). No após II guerra, preenchendo o vazio político do nazismo, na Alemanha, na Itália, na França, na Hungria. Na Hungria em 1956 e em Portugal em 1974. Trata-se de um processo histórico o aparecimento deste tipo de estruturas: conselhos operários e ou as CT.
- conselhos operários, comissões de trabalhadores, guerra, conflito e relações de poder.
- *Several authors point out that spontaneity would be the natural form of action of the popular classes, when there are revolutions or popular uprisings: groups that are elected on time, with specific tasks, and dependent on those who elected them. Collective spontaneity would tend to create and recreate forms of organization throughout history. During the twentieth century, the century of wars and workers' revolutions in Europe, this type of structure developed, workers' councils / workers' commissions (TCs) which, according to Marcelo Curto, had filled a political void where neither trade unions nor Workers' political parties had generated the economic and social transformations needed to overcome crises and discontent. Thus, the great social movements of this century, originated by war, saw such structures emerge: in Russia in 1905 and*

1917, in Germany and Hungary in 1918, in Italy in 1919, in the Spanish Civil War (1936-1939)). In the after World War II, filling the political void of Nazism in Germany, Italy, France, Hungary. In Hungary in 1956, and in Portugal in 1974. It is a historical process the emergence of such structures: workers' councils and / or the CT.

- *workers councils, workers committees, war, conflict and power relations.*

11.Nuno Pinheiro

Movimento Associativo

- Este texto pretende analisar o percurso de um grupo de estudantes colaboradores do Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário em Almada. Nascido no período imediatamente anterior ao 25 de abril, este grupo confrontou-se com alguns acontecimentos e situações próprias que não aconteceram noutros locais, nomeadamente a ocupação do seminário de Almada e os confrontos diretos com o PCP que culminaram na ocupação e gestão militar do Liceu de Almada. A metodologia seguida é próxima da micro-história e a abordagem é centrada nas razões da mobilização, nos percursos pessoais, nas sociabilidades.
- movimento estudantil, ocupações, micro-história
- *We will try to follow the path of a very young student group active in the associative movement from the last days of the dictatorship to the early democratic regime. This group had to deal with some unusual situations like the occupation of the local Catholic Church's school for priests, confrontations with the Communist Party leading to military occupation and management. With an approach similar to Microhistory this work is centered on personal paths, socialization and reasons for mobilization.*
- *students movement, occupations, micro-history*

12. Paulo Marques Alves

Sindicalismo, sexismo, separatismo

- sindicalismo nasceu andro-centrado, o que permitiu enraizar no movimento sindical uma cultura e uma dominação masculinas. Se bem que nos seus primórdios tivessem sido criadas algumas organizações mistas, actos de discriminação contra as mulheres acabaram por levá-las a formar sindicatos próprios.

A militância no feminino, tradicionalmente menos intensa, ao ser travada por fatores de ordem social, económica e cultural, foi durante muito tempo envolta no silêncio. O mesmo sucede em Portugal, onde as mulheres se encontram completamente ausentes das obras que analisam o movimento sindical do início do século XX. É nosso objetivo contribuir para tirar da sombra a militância sindical das mulheres durante esse período histórico, analisando o caso da Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal, fundada em 1911.

- mulheres; indústria conserveira; sindicatos; militância
- *Given the androcentric nature with which it was born, the unions became associated with a culture and a male-dominated character. In spite of the mixed associations created in the early times of the movement, discrimination against women led them to form their own unions.*

Women militancy is traditionally much less intense as a result of social, economic and cultural constraints, and was shrouded in silence for a very long time. This also occurs in Portugal, where women are completely absent from the works that analyse trade unions at the dawn of the 20th century. Is our aim to give a contribution for bringing out of the shadows the union militancy of women throughout that historical period, analysing the case of the Union of the Women Workers of the Canned Industry of Setúbal, founded in 1911.

- *women; canned industry; trade unions; militancy*

13. Raquel Varela e Felipe Demier

Acumulação e Revolução

- A relação entre o sentido da acumulação de capital e as sucessivas formas de regimes políticos em Portugal – através da história e da teoria da revolução e da contrarrevolução no país – é objeto de uma análise em combinação entre a história política e social a partir da centralidade do trabalho neste artigo a quatro mãos.
- acumulação, revolução, regime e trabalho em Portugal
- *The relation between the course of capital accumulation and the successive forms of political regimes in Portugal – through the history and theory of revolution and counterrevolution in the country – is the object of a combined analysis of political and social history from the standpoint of the centrality of labour in this four-handed article.*
- *accumulation, revolution, regime and labour in Portugal*

14. Ricardo Lara e Mauri Antonio da Silva

Trabalho e ofensiva

- artigo tem como objetivo desenvolver abordagem sócio-histórica das principais ofensivas aos direitos dos trabalhadores brasileiros e, simultaneamente, apresentar dados das principais greves e pautas da luta sindical. A crise social que atinge o Brasil tende a se agravar pela política de ajuste fiscal e ofensiva aos direitos sociais, principalmente pela redução de investimento do governo federal em políticas públicas e, por conseguinte, manutenção do pagamento de juros e amortização da dívida pública. Diante dessa situação, as articulações e atuações conjuntas entre o movimento social e sindical são extremamente necessárias para potencializarem as lutas contra os ataques aos direitos sociais e a possibilidade de construções de genuínas alternativas para o conjunto da sociedade brasileira.
- Direitos sociais; trabalho; Brasil.

- *The article aims to develop socio-historical approach of the main offensive to the rights of the Brazilian workers and, simultaneously, to present of the main strikes and patterns of the union struggle. The social crisis that affects Brazil tends to be aggravated by the policy of fiscal adjustment and offensive to social rights, mainly by reducing the federal government's investment in public policies and, therefore, maintaining interest payments and public debt amortization. Faced with this situation, the articulations and joint actions between the social and labor movement are extremely necessary to strengthen the struggles against attacks on social rights and the possibility of building genuine alternatives for the whole of Brazilian society.*
- *social rights; work; Brazil.*

15. Tiago Reis

Considerações Iniciais sobre Fundação Privada

- presente trabalho tem por objetivo discutir de maneira introdutória o modelo jurídico-institucional conhecido como Fundação Privada, em particular, sua vertente designada de Fundação de Apoio Privado. A pesquisa se insere no contexto político brasileiro, desde o ano de criação dessa norma jurídica em 1994 a 2003, quando se encerra a era presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Partimos do pressuposto que a natureza de Fundação de Apoio Privado configura uma nova tipificação do capitalismo contemporâneo de flexibilização do poder público.
- fundação privada, neoliberalismo, poder público e forma jurídica no Brasil.
- *The present work aims to discuss in an introductory way the juridical-institutional model known as the Private Foundation, in particular, its aspect called the Private Support Foundation. The research is inserted in the Brazilian political context, from the year of creation of this legal norm in 1994 to 2003, when the presidential era of Fernando Henrique Cardoso ends. We start from the assumption that the nature of Private Support Foundation configures a new typification of contemporary capitalism of private flexibility of the public power.*
- *private foundation, neoliberalism, public power and legal form in Brazil. □*

A reprodução de partes deste livro está autorizada para fins acadêmicos ou de divulgação desde que mencionada a fonte

A reprodução de partes deste livro está autorizada para fins acadêmicos ou de divulgação desde que mencionada a fonte.



Figuras 1 e 2: Imagens de Abril, Lisboa, Portugal, 2018